



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

MULHER, PALAVRA E PODER: CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DO FEMININO EM
CAMPANHAS ELEITORAIS PARA A PRESIDÊNCIA

SÃO CARLOS
2018



Universidade Federal de São Carlos

Joseane Silva Bittencourt

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MULHER, PALAVRA E PODER: CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DO FEMININO
EM CAMPANHAS ELEITORAIS PARA A PRESIDÊNCIA

JOSEANE SILVA BITTENCOURT
Bolsista: CAPES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho

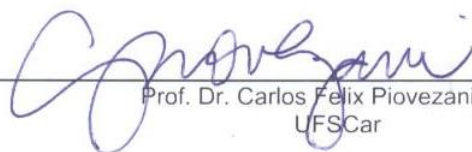


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Joseane Silva Bittencourt, realizada em 06/04/2018:



Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho
UFSCar



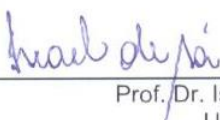
Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
UFSCar



Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana
UNICAMP



Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
UEM



Prof. Dr. Israel de Sá
UFU

*Ao meu irmão Adriano,
por toda a perseverança de
viver na serenidade diante
dos infortúnios da vida.*

AGRADECIMENTOS

À minha família, meu pai, José, minha mãe, Lene, meus irmãos, Márcio, Jose e Adriano, meus sobrinhos, Gui e Dudu, pelo amor e apoio de sempre e pelas farras gastronômicas realizadas duas vezes ao ano, durante esses quatro anos fora e pelos momentos de descansos entre uma escrita e outra; aos quase-irmãos Jeoara, Bhell e Rogério, pela alegria de poder contar sempre com vocês;

Ao professor Carlos Piovezani, a quem eu tenho uma profunda admiração. Agradeço pela confiança depositada em mim, por sua dedicação ímpar e generosidade incomparável em compartilhar conhecimentos, livros, histórias, risadas e sabedoria; pelas caronas cheias de bom-humor; pelas aulas ministradas com tanto profissionalismo e paixão; por sua disponibilidade em ouvir e pela agudeza na arte de falar; por sua valiosa amizade.

À professora Luzmara Curcino, por seu amor à leitura, pela acolhida sempre calorosa, pelas aulas plenas de dedicação, pela gentileza em forma de pão de queijo, madeleines e crepes,

À professora Sandrine Reboul-Touré, pela amistosa acolhida no estágio na França e pela gentileza de todas as horas;

Aos professores Jean-Jacques Courtine e Sophie Moirand, por ceder algumas horas de seus tempos para compartilhar tanta sabedoria;

À professora Vanice Sargentini, por sua dedicação ao trabalho e por suas aulas sempre instigantes; por ter aceitado participar da qualificação e defesa do meu trabalho, e pelas valiosíssimas contribuições compartilhadas.

Ao professor Pedro Navarro, pela leitura sempre atenta e por suas sugestões para a melhoria do meu trabalho, agradeço por ter aceitado participar da banca de qualificação e da defesa desta tese;

À professora Mónica Zoppi-Fontana, por ter aceitado participar da minha banca de defesa e por compartilhar seus conhecimentos e as tantas possibilidades de desvendar as “Mulheres em Discurso”.

Ao professor e colega Israel de Sá, por ter gentilmente aceitado participar da minha banca de defesa. É sempre uma alegria poder escutá-lo.

Ao professores e amigos Pedro Varoni e Carlos Turati, por terem aceitado ler este trabalho;

Aos colegas do Labor e do Lire, pelos bons momentos de estudos nesses últimos quatro anos; agradeço à vida por tê-los conhecido: Moniquita, Maysa, Denise, Nilson, Pâmela, Lívia, Nirce, Nicolle, Elizete, Manoel, Thiago, Rafa, Clarissa, Diane, Michelle, Fabrícia e Sosthene;

À Simone, por ter compartilhado um agradável ano de estudos, de diversões e de conversas no estágio na França;

À Márcia, pelo carinho e pelo melhor feijão do mundo;

Aos funcionários do PPGL, pelo eficiente trabalho burocrático, tão necessário para o andamento de nossas atividades;

À Nilda (*in memoriam*) que sempre me abraçava com tanta alegria nos corredores do Departamento de Letras da UFSCar;

À Talita, minha amiga-irmã de sempre, apoio de todas as horas, de horas de áudio no *whats up*, das companhias dos *Libertés* da vida e dos cafés da tarde e à minha querida amiga Carla, pelas conversas astrológicas, pelo simpósio mais divertido e amor em forma de ensinamento para a vida;

Aos meus amigos Victor, Ceres, Talita, Alessandra, Ciro e Jennifer, paragem do meu aconchego, das risadas que chegam a doer a barriga, dos *petits comités* mais divertidos, do café da manhã com três tipos de sucos e do amor mais que infinito.

À CAPES, pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa, tanto no Brasil quanto na França.

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que
a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

(...)

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira.

Abro meu coração para receber, neste momento,
uma centelha da sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa
desta ousadia do voto popular que,
após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador,
decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam,
no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje –
todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia;
mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira.

Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres,
proteger os mais frágeis e governar para todos!

(...)

Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

“O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo.

A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

É com essa coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto.

Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo,
e a ele dedicar os próximos anos da minha vida.

Dilma Rousseff
discurso de posse de seu 1º mandato
1º de janeiro de 2011

RESUMO

Propomos analisar, neste trabalho, a constituição de imagens públicas das mulheres políticas que disputaram as eleições presidenciais brasileiras desde de 1989, particularmente em seu Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Fundamentado na Análise do discurso que associa o pensamento de Michel Pêcheux e o de Michel Foucault, além das contribuições dos estudos de diversas áreas, como os Estudos de Gênero, a História, as Ciências Sociais e a Antropologia Cultural, nosso trabalho objetiva identificar como a formação histórica dos discursos mobilizou a formulação e a circulação dos enunciados das e sobre as mulheres políticas e como a conjunção dessas três instâncias – a constituição, a formulação e a circulação – produziu determinados efeitos de sentido a partir do que dizem e como falam as candidatas e do que se diz e como se fala a seu respeito. Nossa hipótese é de que há uma recorrência e uma desestabilização dos sentidos, dos preconceitos e dos estereótipos que “naturalizam” condição feminina, inscritos em maior ou menor grau, tanto nos dizeres das candidatas quanto nas formulações dos seus aliados e dos seus adversários, produzindo efeitos eufóricos e disfóricos a respeito de suas candidaturas, de acordo com as posições ideológicas de seus enunciadores. Estabelecemos três objetivos específicos para o nosso trabalho: i) apresentar e discutir as condições de possibilidade que fizeram emergir a temática do gênero nos espaços de pesquisa, principalmente em sua relação com a linguagem e a política; ii) identificar e descrever os enunciados que circulam na memória coletiva sobre a mulher e sua condição feminina, iii) identificar, descrever e analisar como se dão os usos, as propriedades e os efeitos da língua, do corpo e da voz para a construção discursiva da imagem das mulheres políticas e de sua condição feminina na campanha eleitoral. Para tanto, compusemos um conjunto de dados da produção televisiva das campanhas das candidatas brasileiras à presidência do Brasil, a saber: Livia Maria Lêdo Pio de Abreu, candidata do Partido Nacionalista (PN) nas eleições presidenciais de 1989; Thereza Tinajero Ruiz, candidata do Partido Trabalhista Nacional (PTN) nas eleições de 1998; Ana Maria Rangel, candidata do Partido Republicano Progressista (PRP) e Heloísa Helena, candidata do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ambas candidatas nas eleições de 2006; Marina Silva, candidata pelo Partido Verde (PV) nas eleições de 2010 e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 2014; Luciana Genro, candidata nas eleições de 2014 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); e Dilma Rousseff, candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2010 e 2014.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Gênero; Discurso político; Mídia.

RESUMÉ

Dans ce travail, nous nous proposons d'analyser la constitution de l'image des femmes politiques qui ont concouru pour les élections présidentielles au Brésil depuis 1989, en particulier dans leur propagande électorale télévisée (HGPE). Ce travail est basé sur l'analyse du discours qui associe la pensée de Michel Pêcheux et Michel Foucault, et des contributions d'études dans les divers domaines, tels que les Études de Genre, le Histoire, les Études Sociales et l'Anthropologie Culturelle. Notre travail vise à identifier comment la formation historique des discours a mobilisé la formulation et la circulation des énoncés des femmes et sur les femmes politiques et comment la conjonction de ces trois instances – la constitution, la formulation et la circulation – a produit certains effets de sens à partir de ce que vous dites et la façon dont ils parlent des candidats et de ce qu'il dit et la façon que vous parlez à votre égard. Notre hypothèse est qu'il y a une récurrence mais aussi une déstabilisation des sens, des préjugés et les stéréotypes que "naturalisent" la condition féminine, inscrit à un degré plus ou moins, tant dans les dits des candidats que dans les formulations de leurs alliés et de leurs adversaires, qu'il a produire des effets dysphoriques et euphoriques à propos de ces candidatures, conformément aux positions idéologiques de son énonciateurs. Nous avons établi trois objectifs spécifiques pour notre travail: i) présenter et discuter des conditions de possibilité qui ont fait émerger les questions de genre dans les espaces de recherche, notamment en relation avec la langue et la politique; ii) identifier et décrire les énoncés qui circulent dans la mémoire collective sur la femme et de sa condition féminine; iii) identifier, décrire et analyser comment les usages, les propriétés et les effets du langage, du corps et de la voix sont utilisés pour la construction discursive de l'image des femmes politiques et de leur condition féminine dans la campagne électorale. Nous avons constitué un jeu de données à partir de la production de l'émission de télévision les campagnes brésiliennes des candidats à la présidence du Brésil, qui sont: Lívia Maria Lêdo Pio de Abreu, candidate du Parti Nationaliste (PN), dans les élections de 1989; Thereza Tinajero Ruiz, candidate du Parti Nacional du Travail (PTN) dans les élections de 1998; Ana Maria Rangel, candidate du Partido Republicain Progressiste (PRP) et Heloísa Helena, candidate du Parti Socialisme e Liberté (PSOL), le deux candidates dans les élections de 2006; Marina Silva, candidate du Partido Verde (PV) dans les élections de 2010 et du Parti Socialiste Bresilien (PSB) dans les élections de 2014; Luciana Genro, candidat dans les élections de 2014 du Parti Socialisme e Liberté (PSOL); et Dilma Rousseff, candidat du Parti dos Travailleurs (PT) dans les élections de 2010 e 2014.

Mots-clé: Analyse du Discours; Genre; Discours politique; Media.

LISTAS DE IMAGENS E RECORTES

Capítulo II

Imagem 1 – Capa da edição nº 2.417 da Revista *Istoé*, 06 de abril de 2016

Imagem 2 – Reprodução sequencial de um ataque histórico em Pitié-Salpêtrière

Imagem 3 – Yeda Crusius e sua família durante greve dos professores em 2009

Imagem 4 – HGPE José Serra (09 e 18/09/2010)

Imagens 5 – Carta Capital – evento de apoio da candidata Marina Silva à candidatura Aécio Neves

Imagens 6 – Evento de apoio da candidata Marina à candidatura Aécio Neves no segundo turno das eleições 2014

Imagem 7 – Capa da revista *Veja*, nº 2186, 13 de outubro de 2010

Recorte 1 – HGPE José Serra (08/10/2010)

Imagens 8 – Dilma com seu neto recém-nascido. Virgem Maria com o menino Jesus

Recorte 2 – HGPE Dilma Rousseff (17/98/2010)

Imagem 9 – HGPE Dilma Rousseff (24/10/2014)

Recorte 3 – HGPE Dilma Rousseff (07/09/2010)

Imagem 10 – Cartões postais contra o movimento sufragista (início do século XX)

LISTA DE IMAGENS E RECORTES

Capítulo III

- Recorte 4 – HGPE Maria Livia Pio (PN - 1989)
- Recorte 5 – HGPE Maria Livia Pio (PN - 1989)
- Recorte 6 – HGPE Maria Livia Pio (PN - 1989)
- Recorte 7 – HGPE Thereza Ruiz (PTN - 1998)
- Recorte 8 – HGPE Ana Maria Rangel (PRP - 2006)
- Recorte 9 – HGPE Heloísa Helena (PSOL - 2006)
- Recorte 10 – HGPE Heloísa Helena (PSOL - 2006)
- Recorte 11 – HGPE Heloísa Helena (PSOL - 2006)
- Recorte 12 – HGPE Heloísa Helena (PSOL - 2006)
- Recorte 13 – HGPE Luciana Genro (PSOL - 2014)
- Recorte 14 – HGPE Luciana Genro (PSOL - 2014)
- Recorte 15 – HGPE Luciana Genro (PSOL - 2014)
- Imagem 11 – HGPE Luciana Genro (PSOL) nas eleições de 2014
- Recorte 16 – HGPE Marina Silva (PV - 2010)
- Recorte 17 – HGPE Marina Silva (PV - 2010)
- Recorte 18 – HGPE Marina Silva (PSB - 2014)
- Recorte 19 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2010)
- Recorte 20 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2010)
- Recorte 21 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2014)
- Recorte 22 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2014)
- Recorte 23 – HGPE Thereza Ruiz (PTN - 1998)
- Recorte 24 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2010)
- Recorte 25 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2010)
- Recorte 26 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2010)
- Recorte 27 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2010/2014)
- Recorte 28 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2014)
- Recorte 29 – HGPE José Serra (PSDB - 2010)
- Recorte 30 – HGPE José Serra (PSDB - 2010)
- Recorte 31 – HGPE José Serra (PSDB - 2010)
- Recorte 32 – HGPE José Serra (PSDB - 2010)

Recorte 33 – HGPE José Serra (PSDB - 2010)
Recorte 34 – HGPE José Serra (PSDB - 2010)
Recorte 35 – HGPE Aécio Neves (PSDB - 2014)
Recorte 36 – HGPE Marina Silva (PV - 2010)
Recorte 37 – HGPE Marina Silva (PSB - 2014)
Recorte 38 – HGPE José Serra (PSDB - 2010)
Recorte 39 – HGPE José Serra (PSDB - 2010)
Recorte 40 – HGPE José Serra (PSDB - 2010)
Recorte 41 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2010)
Recorte 42 – HGPE Dilma Rousseff (PT - 2010)

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - A LINGUAGEM E OS GÊNEROS, O DISCURSO E O FEMININO	26
Notas sobre a relação entre linguagem e gêneros	26
Os Gêneros na língua e a língua dos gêneros	34
Sobre a Análise do Discurso e os estudos de gênero	61
CAPÍTULO II – A MULHER, O ETERNO FEMININO E A MILITÂNCIA	80
As mulheres e o espaço público: corpo, discurso, história e memória em discurso	80
O Eterno feminino: “seja bela e desejável!”	95
...Mais do eterno feminino: “Seja boa esposa e boa mãe!”	115
(Não) seja militante!	132
Sobre a fala e os silêncios femininos.....	144
CAPÍTULO III – O CORPO E A VOZ FEMININA NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: A MULHER EM CAMPANHA	159
A mulher em campanha.....	159
A língua, o corpo e a voz das mulheres em campanha	169
O que dizem os seus aliados?	215
O que dizem os seus adversários?	228
A mulher na boca do povo	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	264
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	272

Introdução

Você já viu algum homem que assume a Presidência ser chamado de duro? Eu sou normal, mas é esperado da mulher uma fragilidade. E ela pode até ser fisicamente, mas não necessariamente dentro dela. Eu digo que sou uma mulher forte cercada de homens meigos.

Dilma Rousseff¹

Noite de domingo de 17 de abril de 2016: a Câmara dos Deputados aprova o processo de afastamento da até então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, por 367 votos contra 137 votos e 7 abstenções. Entre as chuvas de papel picado e a euforia carnavalesca que tomou conta da “Casa do Povo”, cuja condição de espetáculo deve-se também à extensa cobertura jornalística ao vivo consagrada ao lamentável episódio, os pronunciamentos que antecediam os votos pelo afastamento da presidenta passavam ao largo dos já controversos argumentos jurídicos apresentados no processo e davam lugar a outras questionáveis razões, bem fora de propósito: o nome de Deus era frequentemente invocado, e ainda havia votos dedicados às famílias, às cidades e aos estados dos parlamentares.

Houve também o uso recorrente de atos e palavras que vieram de outros lugares: a expressão “Impeachment já!”, porque escrita em letras amarelas sobre papel verde, evocava um símbolo do nacionalismo brasileiro e remetia ainda às gentes vestindo camisas da CBF, ao lado de um grande pato amarelo inflável, financiado pela Fiesp, sempre presente nas manifestações marcadas no domingo, divulgadas exaustivamente e fomentadas pela mídia. Em princípio, tratava-se de uma manifestação contra a corrupção, assim como já havíamos visto em outras épocas da história brasileira. Formulações e imagens que rememoram inclusive outro impeachment que marcou a muito jovem democracia no Brasil ainda no início dos anos de 1990: a destituição do presidente Fernando Collor de Mello, momento que também contou com

¹ Declaração feita pela presidenta Dilma Rousseff durante sua participação no *Mais Você*, programa matinal da apresentadora Ana Maria Braga, no dia 1º de março de 2011, exibido pela Rede Globo de Televisão.

o mesmo clima de carnaval e festa no Congresso e mereceu, de forma análoga, uma exposição massiva de uma mídia sempre ávida pelo espetáculo.

Porém, para boa parcela da população, uma outra expressão ganharia um simbolismo bem mais forte naquele momento. O enunciado “Tchau, querida!”, escrita em verde sobre papel amarelo, não era somente um grito de guerra cunhado pelos opositores da presidenta. A expressão havia sido utilizada pelo ex-presidente Lula para dela despedir-se em uma conversa telefônica, cujo áudio foi obtido mediante uma gravação feita de forma ilegal, “vazada” pelo juiz da 13ª vara federal de Curitiba, Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava-Jato, e divulgado em março daquele mesmo ano. O adjetivo “querida”, em posição de vocativo, utilizado de maneira carinhosa por um amigo e companheiro político para se despedir em uma conversa ao telefone, derivou seu sentido para um efeito irônico que seus opositores produziram na votação acima referida. Assim, expunha-se abertamente a misoginia e o deboche, que, estando frequentemente presentes, raras vezes abandonam a covardia para dizer seus nomes, quando do tratamento dispensado às mulheres em posição de poder. O adjetivo “querida”, em seu uso irônico, passa a significar “indesejada”, e a interjeição “tchau” manifesta muito mais do que uma simples despedida: seu sentido expressa um desejo de exclusão, de eliminação, enfim, de um adeus para até nunca mais.

Talvez a memória aqui nos falhe, mas não nos recordamos, nem nos exaurimos em buscas nessa direção, de que o primeiro presidente destituído pelo Congresso tenha sofrido algo parecido, apesar dos escândalos nos quais estava pessoalmente envolvido. O “tchau, querida!”, que parece revelar boa parte de todo o escárnio imputado à presença feminina em uma posição de poder, possivelmente tenha sido a expressão mais suave diante de tantos outros palavrões e agressões com os quais sofreu Dilma Rousseff, seja em estádios, nas manifestações de domingo ou nas redes sociais. Estávamos exclusivamente diante de fenômenos e de efeitos de uma disputa propiciada pelas divergências políticas, alimentada pela capacidade da mídia em transformar em um grande espetáculo a nossa política contemporânea? Tais gestos e poderes seriam, antes, consequências decorrentes do fato de uma mulher ocupar um lugar que historicamente costuma ser associado a uma função masculina, resquício de práticas e memórias que à mulher relegam a esfera privada, lugar condizente com sua “frágil natureza”, longe dos espaços de decisão dos rumos de uma sociedade? Ou a conjunção entre um governo com lampejos progressistas e uma mulher no comando do Estado brasileiro é que teria sido insuportável para uma sociedade injusta e desigual como a nossa?

Quando da ocorrência desses episódios, não haviam se passado mais do que algumas décadas desde o início de uma luta mais sistemática das mulheres pelo direito ao voto, pela reivindicação do direito ao próprio corpo, enfim, pela igualdade de direitos. Há muito tempo, a mulher saiu de casa, seu “habitat natural”, e invadiu espaços que antes eram quase exclusivamente ocupados pelos homens. As mulheres das classes populares ocuparam as fábricas, passaram a receber seus salários – estes últimos geralmente bem menores do que os dos seus colegas do outro sexo –, ao passo que as das classes médias e altas assumiram suas heranças e, na atualidade, as vemos assumirem cargos públicos ou concorrerem a estes nas democracias contemporâneas como nunca antes na história. Mas se a primeira saída não deixou de produzir reações, a segunda parece ter provocado ainda mais extensa e intensamente um conjunto de práticas e de discursos reativos que evocam os poderes e os perigos de uma governança feminina e que sempre a fazem equivaler a uma submissão masculina, a “uma subversão da natureza” e, portanto, ao que há de mais indesejável, produzindo, portanto, um efeito de desconfiança sobre a mulher política em nossa sociedade. Assim, atos e palavras traduzem os conflitos, as disputas, as lutas pelo poder, pela vontade de verdade da qual queremos nos apoderar e controlar. E a linguagem é o tecido de tudo isso: de nossas práticas, de nossa memória, de nossa história, de nosso “ser” algo no mundo.

Posta esta relação entre práticas, palavras e poderes, que se revelam no entrecruzamento da linguagem com a história, ou seja, no discurso, âmbito no qual se constituem sujeitos e sentidos, propomos aqui uma investigação a respeito da constituição de imagens públicas das mulheres políticas que disputaram as eleições presidenciais brasileiras a partir de 1989, primeira eleição direta depois de longos 21 anos de ditadura civil-militar, a qual privou a sociedade brasileira de escolher seus governantes por voto direto. Fundamentado na Análise do Discurso que associa o pensamento de Michel Pêcheux e o de Michel Foucault, além das contribuições dos estudos de diversas áreas, como a História, a Antropologia cultural, as Ciências sociais e os Estudos de gênero, nosso trabalho busca identificar como a formação histórica dos discursos mobiliza a formulação e a circulação dos enunciados das e sobre as mulheres políticas e como a conjunção dessas três instâncias – a constituição, a formulação e a circulação – produz certos efeitos de sentido a partir do que dizem e como falam as candidatas e do que se diz e como se fala a seu respeito. Para tanto, compusemos um conjunto de dados da produção televisiva das campanhas das candidatas brasileiras à presidência do Brasil, a saber: Lívia Maria Lêdo Pio de Abreu, candidata do Partido Nacionalista (PN) nas eleições presidenciais de 1989; Thereza Tinajero Ruiz, candidata do Partido Trabalhista Nacional (PTN) nas eleições de 1998; Ana

Maria Rangel, candidata do Partido Republicano Progressista (PRP) e Heloísa Helena, candidata do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ambas candidatas nas eleições de 2006; Marina Silva, candidata pelo Partido Verde (PV) nas eleições de 2010 e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 2014; Luciana Genro, candidata nas eleições de 2014 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); e Dilma Rousseff, candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2010 e 2014, nas quais foi eleita como a primeira mulher presidenta do Brasil.

Embora a presença feminina nos espaços de decisão pública tenha crescido, ainda há algumas barreiras – históricas, sociais – que dificultam a ascensão da mulher aos centros do poder Estatal. Prova disso foi a necessidade da promulgação da Lei das Eleições, (Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, que passou por uma nova redação em 2009) e que instituía o preenchimento de um percentual mínimo de 30% de candidaturas por sexo nos partidos políticos, a fim de concorrer aos cargos proporcionais nas eleições. No entanto, essa resolução não costuma ser cumprida como se deveria pelas siglas partidárias, uma vez que elas recorrem, muitas vezes, a candidaturas femininas “fantasmas” para diminuir a discrepância entre os números percentuais de candidaturas para cada sexo². Esse tipo de situação às vezes é justificado pela circulação de dizeres de que a mulher não se interessa por assuntos políticos ou de que “elas não foram feitas para isso”, evocando à memória práticas discursivas, segundo as quais a maior parcela do seu interesse sempre esteve voltada para assuntos privados: o lar, o casamento, a família, os filhos.

Apesar de todas as conquistas femininas no que diz respeito à educação, ao relativo direito sobre o seu corpo no que concerne à reprodução e ao direito de ter uma profissão, há frequentes materializações de uma ideia que atrela a realização da mulher ao casamento e, principalmente, à maternidade, arrastando-a sempre para o espaço privado como seu lugar “de fato e de direito”. Assim, ao encontro da alienada ou perversa afirmação de que “a mulher já teria muito com o que se preocupar” – carreira e trabalho (desde que estes não a coloquem em posições de liderança e muito menos permita que ela ganhe mais que o homem), casa e família – , vem a crença segundo a qual estar em uma posição de comando poderia significar uma exceção à regra ou algo extraordinário, cujo princípio repousa na ideia, também recorrente na memória coletiva, de que esse espaço é “naturalmente” masculino.

² Fonte: www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/368-numero-166-julhoagostoseptembro-de-2010/2826-candidaturas-femininas-mesmo-com-cotas-obrigatorias-a-presenca-das-mulheres-ainda-e-pouco-representativa Acesso em janeiro de 2018.

Portanto, a partir desses pressupostos, aventamos a hipótese de que, no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, o HGPE, há uma recorrência, uma reatualização, mas também um deslizamento e uma desestabilização desses discursos e de outros estereótipos que “naturalizam” a condição feminina, inscritos em maior ou menor grau, tanto nos dizeres das candidatas quanto nos dizeres dos seus aliados e dos seus adversários, dada a força e o alcance desses discursos a propósito do feminino, as formulações que ali se processam produzem o efeito de referendar posições eufóricas e disfóricas de suas candidaturas, de acordo com as posições ideológicas dos referidos enunciadores. A escolha do *corpus*, o HGPE, se deve em grande medida à abrangência e importância do meio televisivo para a propaganda eleitoral, hoje ainda o suporte mais importante para publicizar a visibilidade do político em campanha, porque sua mensagem chega a quase todos os lares em todos os cantos do país. Os *experts* em política e os conhecidos marqueteiros de campanha garantem que a corrida eleitoral só começa “para valer” depois que os pleiteantes aparecem na TV, pois o seu caráter sincrético, em que linguagem verbal e não-verbal, ou seja, em que o uso da língua, do corpo e da voz se confluem para produzir a imagem de um político apto para o governo, converteu-se no lugar privilegiado da formulação e circulação de discursos em uma era na qual a individualização e a personalização dos sujeitos políticos em campanha tornaram-se mais importantes e prementes do que os seus projetos e suas promessas de ações políticas.

A observação de todo esse quadro nos permitiu, então, estabelecer como objetivo geral desse trabalho, o de verificar a nossa hipótese a respeito da reincidência e da mudança desses dizeres sobre a mulher na campanha eleitoral. Através da linguagem sincrética do HGPE, que conjuga língua, corpo e voz na construção da imagem discursiva do sujeito político, objetivamos compreender e analisar a conservação, o poder, o alcance e as variações desses discursos sobre a condição feminina, ditos por elas mesmas, por seus aliados e por seus adversários, principalmente no que concerne a sua relação com o espaço público e, mais precisamente, com os espaços de poder.

Estabelecemos, então, três objetivos específicos para o nosso trabalho. O primeiro consiste em apresentar e discutir as condições de possibilidade que fizeram com que os estudos sobre a mulher e, posteriormente, sobre o gênero adentrassem nos espaços de pesquisa, principalmente no que dizem respeito à sua relação com a linguagem e a sua representação no espaço público, assim como no campo da política contemporânea. Já o segundo objetivo visa identificar e descrever os tipos de enunciados que circulam na memória social e coletiva, engendrados pelos saberes e pelas práticas discursivas, e que encontram eco nos dizeres das e

sobre as mulheres na sociedade contemporânea, levando em conta as funções que remontam às relações de gênero nos espaços público e privado. E, por fim, apresentamos o terceiro objetivo no qual pretendemos identificar, descrever e analisar como se dão os usos, as propriedades e os efeitos da língua, do corpo e da voz para a construção discursiva da imagem das mulheres políticas e de sua condição feminina na campanha eleitoral e na política de um modo geral, instaurada pelos dizeres e práticas que estabelecem as relações de gênero, observando, especificamente, a propaganda televisiva delas mesmas e de seus adversários.

Ainda que o corpus escolhido seja o HGPE das eleições presidenciais, é preciso esclarecer que não nos eximimos aqui de utilizar outras materialidades significantes que possam colaborar para a comprovação da hipótese desta pesquisa, como imagens, reportagens, notícias e outros textos que circularam na mídia, constituindo-se em um importante arquivo a respeito de dizeres sobre as mulheres e sobre as mulheres políticas. Organizamos, então, este trabalho em três capítulos que pudessem dar conta das relações entre língua, gênero, discurso e história no interior das práticas sociais que mobilizam os ditos sobre o lugar da mulher na política contemporânea.

No primeiro capítulo, traçamos um breve panorama a respeito do que se estudou sobre a relação entre o gênero e as Ciências da linguagem e quais foram as condições de possibilidade que permitiram que esses estudos e revisões fossem produzidos. Nesta direção, relembramos a importância dos acontecimentos políticos, culturais e intelectuais que marcaram a década de 60, instaurando nas Ciências humanas em geral um momento de reconsiderações das teorias durante o qual se produziu um movimento de ideias que engendrou o *Linguistic Turn* (Virada Linguística), cujo surgimento permitiu a emergência do conceito de gênero nas Ciências humanas.

Este período também ficou marcado pelo aparecimento e/ou consolidação de disciplinas na Linguística que poderiam dar conta do que fora considerado até então “secundário” pelo corte saussuriano. Podemos citar aqui, como exemplos dessas emergências disciplinares, a Sociolinguística e a Análise do Discurso (AD). Ambas inserem a problemática do sujeito e da sociedade/história no interior dos estudos linguísticos, ainda que o façam diferentemente. Neste sentido, fizemos um breve recenseamento de como alguns linguistas consideraram o uso do termo gênero nos estudos da linguagem a partir de três paradigmas: o da dominação, o da diferença e o da performance, encontrando algumas representações da mulher e do feminino que reforçam e, eventualmente, deslocam e desconstroem os sentidos das posições essencialista e naturalista da diferença dos sexos em vários níveis linguísticos. Só se pôde chegar a esses

resultados porque houve um movimento na Linguística para considerar o extralinguístico. Por esta razão, a problemática do gênero nos estudos linguísticos não pode ser tratada como uma questão “interna” à língua, mas, muito pelo contrário, ela deve ser tratada em um jogo de relações de poder presente nas práticas discursivas e não discursivas cuja a materialidade é a linguagem em todas as suas formas.

Nesta direção, apresentamos a Análise do Discurso como uma disciplina que surgiu da conjugação de teorias da história e da sociedade com os estudos dos processos discursivos, que produzem, ao mesmo tempo, sentidos e sujeitos. Idealizada como uma disciplina de interpretação, a Análise do Discurso, em seus primórdios, elegeu prioritariamente os discursos políticos como objeto de análise. A partir dos anos 80, particularmente quanto ao discurso político, os analistas passaram a perceber uma mudança no campo da fala pública em virtude do desenvolvimento tecnológico audiovisual e do desmoronamento da pesada linguagem das doutrinas partidárias em favor da personalização do sujeito político. E tendo em vista a massificação das mensagens que pareciam não ter um mestre aparente nem lugar institucional (Courtine, 2003; 2011), passou-se, então, de análises de uma “língua de madeira” para aquelas dedicadas à “língua de vento”, inaugurando o primado dos “discursos líquidos” na comunicação política.

Neste ínterim, “as mulheres” e o gênero ainda não haviam aparecido como uma possibilidade de tema de investigação para a AD, como apontou Marlène Coulomb-Gully (2012; 2014). O diálogo com Foucault talvez tenha contribuído decisivamente para que a ocorrência desse encontro fosse inevitável. Seus estudos sobre o sujeito, o poder, a sexualidade e o corpo e a concepção da formação dos discursos em suas práticas na descontinuidade da história apontaram para os lugares que não estavam explicitamente visíveis, mas que poderiam ser esquadrihados pela conversão do olhar nas formações do discurso e de seu controle, organização, segregação: do discurso como um lugar de lutas e disputas, condição e instrumento das relações de poder (FOUCAULT, 2003), tal como pretendemos investigar de forma mais atenta no capítulo seguinte.

No segundo capítulo, pretendemos apresentar os estudos sobre a mulher e o gênero, que se desenvolveram a partir do questionamento das noções fixas das funções atribuídas aos homens e às mulheres. Foi necessário ressaltar a importância da perspectiva teórica da Nova História, segundo a qual os pequenos eventos ordinários, cotidianos, os “homens infames” e seus rastros, seus escritos, esquecidos na poeira do tempo dos grandes acontecimentos e documentos, também podem ser objeto de pesquisa para entender os movimentos da história.

Somam-se as modificações empreendidas pelos pesquisadores da Nova História às mudanças conjunturais que fazem com que as mulheres ocupem cada vez mais os bancos das universidades e as fileiras da pesquisa acadêmica, ajudando a deflagrar uma escrita da história das mulheres produzida por elas mesmas. Pesquisadoras americanas, francesas, inglesas e italianas das Ciências sociais empreenderam seus primeiros estudos sobre as mulheres a partir da concepção da categoria de “gênero”, que se constituiu pela construção social das relações entre os sexos. Joan Scott, historiadora americana e feminista, se torna uma entusiasta do *Lingusitic Turn* nos estudos do gênero no interior dos estudos de uma história das mulheres. E Michelle Perrot e Georges Duby organizaram um célebre trabalho sobre a *História das Mulheres no Ocidente*. As mulheres, antes silenciadas ou esquecidas, tornam-se um profícuo tema de estudos sob essa nova perspectiva da pesquisa histórica.

Na esteira dessas reconfigurações, buscaremos identificar e discutir como a imagem da mulher é constituída pelo entrecruzamento de diversos discursos, como o religioso, o médico, o jurídico e o moral que demarcam, sobretudo, um olhar masculino sobre a mulher, bem como sobre sua relação com o espaço público e o espaço privado (MICHELET, 1859; PERROT, 1998, 2005, 2017; DEL PRIORE (org.), 1986; THÉBAUD, 2007; SENNETT, 1988; PINSKY (org.), 2017). Com base nesse percurso pela História das mulheres e na observação de nosso *corpus*, engendramos três enunciados, inscritos no modo imperativo, a partir dos quais muitos discursos sobre as mulheres se organizam em práticas, dizeres e saberes no que diz respeito à sua relação entre o espaço público e o espaço privado em uma sociedade que chamamos de patriarcal. O primeiro aponta para a mulher frívola, jovem, bela e desejável, materializado na formulação “seja bela e desejável!”. É a neófita que deve ser guiada, educada; sua tutela passa das mãos do pai ou de um irmão para as do marido. Sua função é tornar-se esposa e sua educação se restringe à boa gestão da casa e da família. Seu habitat é o lar, o espaço privado, pois sua sedução não pode ser usada ao seu belprazer; por isso, os perigos do exterior, ambiente da armadilha viril e da ameaça da bastardia, requer um controle sobre o corpo feminino – um controle médico, religioso e moral. Sua falta coloca seu nome e o da sua família em desgraça e a torna inútil para o casamento. A emancipação feminina na contemporaneidade mitigou bastante os sentidos dessa mulher cuja função é de uma simples acompanhante. No entanto, vemos seus ecos ainda hoje, em matérias jornalísticas que apresentam mulheres que assumem uma função pública compulsória de primeira-dama como “bela, recatada e do lar”, ou ainda, construção midiática da imagem da beleza em relação às mulheres políticas jovens, como a até então deputada federal Manuela D’Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB-RS), pelo fato de ser destaque nos

jornais por seus atributos físicos e não por seus projetos políticos.

O segundo enunciado tematiza a “natural” condição de mãe da mulher, sentidos que estruturamos linguisticamente pela forma imperativa “Seja boa esposa e boa mãe!”. Essa é a principal missão feminina (MICHELET, [1859] 1998). A mulher é responsável por conceber e educar grandes homens para construir uma nação, seja para o trabalho seja para a guerra. Para tanto, deve dedicar-se à família e gerir a economia doméstica. Diferentemente da jovem, que deve ser resguardada, aquela – que também é esposa – poderá circular em alguns ambientes públicos, ao lado do marido ou dos filhos. As mulheres mais pobres, principalmente aquelas que precisavam trabalhar nas casas mais abastadas para garantir o seu sustento, eram jogadas à própria sorte, quando ainda eram “presas fáceis” nas mãos dos patrões. Segundo Jules Michelet (idem), a matrona, a mulher mais madura e que já tenha os filhos criados possui mais liberdade do que todas as outras mulheres, e sua função, entre as de classes médias e altas, na sociedade pode agora estar voltada para as obras sociais, trabalhos de assistências a crianças abandonadas, jovens solteiras pobres, doentes e idosos. Missão prototípica do que é associado nas sociedades atuais ao que é mais concebido como “trabalho de mulher”: enfermeira, professora, assistente social. As mulheres mais pobres se desdobram para conseguir o seu sustento em trabalhos informais ou em jornadas desgastantes nas fábricas ou em casas de família. As feiras e os mercados, então, são lugares públicos eminentemente femininos. São nesses ambientes, além da fábrica, onde as mulheres começam a militar em favor dos seus direitos de alimentar seus filhos (PERROT, 2005), marcando já uma transgressão, mas que pode ser justificada pelo instinto maternal de defender a cria a qualquer custo. A imagem da mulher-mãe acolhedora, daquela que nutre e que cuida é uma imagem que resiste ao longo da história, demarcando a função principal da mulher em uma discursividade essencialista.

O terceiro enunciado tematiza a condição da mulher militante, representada, linguisticamente na formulação de um enunciado dividido (COURTINE, 2009) também inscrito no modo imperativo, “(não) seja militante!”, em que o par “seja/não seja” indica a visibilidade da resistência feminina e a sua reação encetada pelo discurso dominante/patriarcal. Geralmente, a imagem da mulher militante é associada à mulher trabalhadora e à grevista que quebra as máquinas por melhores salários, assim como antes a mulher-mãe já reivindicava o alimento para os seus filhos, quando resolvia confiscar a farinha dos especuladores das feiras livres. Da inserção sazonal no mercado de trabalho para substituir os maridos que foram para a guerra ou se mudaram para os grandes centros, elas passam a lutar por sua inclusão permanente no mercado de trabalho, porque se negam a voltar para casa e depender de uma única renda – a do

marido. Elas exigem mais direitos trabalhistas e redução da jornada de horas de trabalho, além de cada vez mais participarem de sindicatos e da luta pelo direito ao voto. Circulam em espaços antes proibidos e reivindicam para si uma posição de liderança e o direito de ir igualmente à guerra. São detratadas por vestirem-se “como homem” – chamadas pejorativamente de “viragos”, de “megeras” – e ridicularizadas por negar a sua “natureza” ou, ainda, de “históricas”. A militante é o lugar de excelência da mulher política. No entanto, essas três tipologias aqui constituídas não possuem suas fronteiras tão bem demarcadas, muito menos se prendem à “mentalidade” de uma época: elas se entrecruzam, ressignificam, estão em constante relação e irrompem em suas margens outros enunciados (FOUCAULT, 2010). Desse modo, esses dizeres sobre as mulheres ora apresentados podem entrar em uma rede de relações, produzindo novos e reatualizando antigos discursos na relação entre gênero, linguagem e política.

Organizamos, por último, ainda no segundo capítulo, uma discussão acerca da dimensão histórica do uso da voz pelas mulheres, relacionando-a aos três sentidos do feminino reportados anteriormente. Discutiremos como os discursos e as práticas sociais conceberam a voz feminina como algo que não deve ser utilizado, pois à sua voz é atribuída uma série de perigos e poderes que ameaçam a ordem masculina. A voz sedutora, como causa da perdição do homem, a voz histórica, como sintoma de uma pretensa sexualidade insaciável, e a voz grave da militante, tão mais próxima da voz pulsante e viril do homem; essas vozes recobrem a falta de traquejo da mulher no espaço público e, por esta razão, deve “imitar” ou “simular” a voz masculina. Todos esses dizeres, exceto o que relaciona a suave voz da mulher-mãe como apanágio do amor incondicional da maternidade, remetem ao imaginário que concebem a mulher como um desvio, como um perigo que precisa ser controlado pelo seu silenciamento. Discutimos, então, como a voz feminina é caracterizada no espaço público e, particularmente, os espaços de poder, ainda sob o primado da democracia, cujo princípio garante a representação daqueles que antes “não tinham voz”.

Propomos no terceiro capítulo, a partir das novas configurações políticas e sociais que transformaram o fazer político, aliado à “ocupação” pela mulher da esfera pública, a análise do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) das campanhas das mulheres políticas e dos seus adversários. Investigaremos como os dizeres sobre a condição feminina rememoram esses lugares e como a memória dessas práticas é mobilizada e reatualizada na propaganda eleitoral das candidatas à presidência para produção dos efeitos de legitimidade e credibilidade da imagem pública da mulher política. Selecionamos também alguns excertos da propaganda

eleitoral de seus adversários para descrever e analisar os modos como a língua, o corpo e a voz são mobilizados para deslegitimar e desqualificar as imagens das mulheres políticas em campanha. Apresentamos, então, uma escansão de excertos do HGPE das candidatas e dos adversários que utilizaram da estratégia de ataque de suas candidaturas, a fim de descrever e analisar como os usos da língua, do corpo e da voz constituíram discursivamente as imagens eufóricas e disfóricas dessas mulheres políticas anteriormente referidas.

É preciso esclarecer também que o *corpus* do nosso trabalho, o HGPE das eleições presidenciais, precisou passar por um recorte, devido a sua extensão. Esse recorte é justificado em grande parte pela diferença de tempo disponível para as candidatas. A título de exemplo, enquanto uma coligação dispôs de um tempo de quarenta e dois segundos de propaganda em um bloco de vinte e cinco minutos, outra teve à disposição mais de dez minutos de tempo em um mesmo bloco do HGPE. Por esta razão, optamos por analisar, de forma mais pormenorizada, os pronunciamentos das candidatas, dos seus aliados e de seus adversários, bem como as declarações produzidas pela *voz off*, a fim de dirimir relativamente essa discrepância de material das coligações disponível para análise. Em virtude desse recorte, é possível que nossas análises apresentem uma maior ênfase nos usos da língua, e em menor grau, nos usos do corpo e da voz, uma vez que excluiremos em grande medida outros gêneros utilizados como recursos na propaganda eleitoral televisiva, como o gênero documentário *storytelling*, análises de pesquisa e infográficos, dentre outros.

Verificamos, então, as seleções lexicais, as determinações linguísticas e ainda as formas de enunciação utilizadas pelas candidatas, por seus partidários e por seus adversários, tal como foram empregadas na formulação de enunciados que qualificam e desqualificam a condição feminina e a sua imagem de candidata. Sobre a voz, analisamos os efeitos produzidos no uso de diferentes tipos de entonação, velocidade e ritmo vocal das candidatas, dos seus aliados e ainda dos seus adversários, de acordo com as condições e os momentos veiculados na propaganda eleitoral, como forma de concorrer para os efeitos de docilidade e de agressividade, bem como os de autenticidade e os de franqueza. Aliadas à língua e à voz, descrevemos e analisamos as relações que suas imagens e a disposição de seus corpos, e o aparecimento de determinadas expressões faciais, sorrisos e gestos na tela também imprimem os sentidos que denotam efeitos de legitimidade e de credibilidade das suas imagens, agora tão prementes nas democracias contemporâneas, cujo poder não pode mais ser justificado pelo sangue e pela ascendência.

Nas formas de governo contemporâneo, há um princípio corrente que supõe a igualdade

de todos perante as leis. As mulheres, até algum tempo atrás, estavam excluídas da composição desse pronome. Suas lutas pelo direito aos seus corpos e às suas vozes tiveram alguns efeitos, mas ainda estão longe de conquistar a completude desse princípio supostamente universal. Em um dos seus mais famosos escritos, Foucault disse que não somos nada além do que aquilo que foi dito há séculos, meses, semanas... Para combater os discursos e os sentidos sobre as mulheres que circulam há tempos, das práticas que oprimem e silenciam seus desejos e sua liberdade é preciso consolidar as resistências e as transgressões. São elas que poderão desconstruir os preconceitos e estereótipos tão bem engendrados para, quem sabe, construir um outro “quem somos”, desta vez mais igualitário, por semanas, meses, séculos...

Capítulo I – A LINGUAGEM E OS GÊNEROS, O DISCURSO E O FEMININO

“Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [Temer], do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher”, disse o presidente, enquanto mulheres em várias cidades do país tomavam as ruas para protestar.³

Notas sobre a relação entre linguagem e gêneros

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a sociedade assistiu a uma intensa mobilização das mulheres por uma série de direitos, principalmente pela participação política na sociedade através do voto. Esses grupos se espalharam por todo o mundo e ficaram conhecidas como as sufragistas. No entanto, elas não lutavam por uma agenda única e suas reivindicações estiveram ligadas às pautas de outros grupos. Gestadas, muitas vezes, no chão das fábricas, suas reivindicações estiveram sempre associadas com as causas do movimento operário contra a exploração da classe trabalhadora por toda a Europa. Já no continente americano, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, a reivindicação das mulheres esteve relacionada à luta contra a escravidão, no Brasil, uma coalizão reuniu mulheres de classe média e operárias em busca dos direitos civis e trabalhistas. No entanto, a luta pelo direito ao voto em nosso país foi uma pauta assumida pelas mulheres de classe média – pesquisadoras, escritoras, advogadas, médicas – que tinham trânsito livre nas altas esferas do poder, situação que criou as condições para que o direito ao voto feminino fosse aprovado em lei no começo da década de 1930.

³ Excerto retirado da matéria “Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais”, publicada no dia 9 de março de 2017, na edição eletrônica do Jornal *El País*, sobre o pronunciamento do presidente interino do Brasil, Michel Temer, em homenagem [sic] ao Dia Internacional das Mulheres. A matéria completa pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html Acesso em: 14/05/2017.

Contudo, ainda havia outros direitos para conquistar e outros espaços para ocupar pelas mulheres de todo o mundo. A imagem presente na memória coletiva das *Bra-burnings* (das mulheres que queimavam sutiãs nos protestos contra a ditadura da beleza, durante um concurso de Miss nos Estados Unidos, em 1968) nos esteios da revolução cultural que também contou com a fórmula linguística “nosso corpo nos pertence!”, tornou-se uma bandeira e um símbolo da luta pela emancipação feminina. A década de 60 se transformou em um marco para a luta da liberação sexual e emancipação das mulheres no mundo e, assim como outrora, os movimentos se inseriam em um contexto ainda maior de reivindicações.

Neste período, as mobilizações se estendiam por todo o mundo, assim como se estendiam as reivindicações de diferentes matizes. Além do já citado movimento de liberação sexual das mulheres, assistimos à consolidação das lutas pelos direitos civis dos movimentos identitários negro e homossexual. Os esforços pela pacificação foram uma bandeira dos movimentos *hippie*, contrários à Guerra do Vietnã e à Guerra Fria. Uma forte mobilização de esquerda toma conta do Ocidente, resultado de uma desaceleração da economia capitalista depois de um período dourado de crescimento econômico e tecnológico. No Brasil, em 1962, é votada a lei nº 4.121, o estatuto da mulher casada, que revogava mais de 10 artigos do Código Civil de 1916, entre eles, o artigo 6º, que definia a mulher como incapaz de realizar certos atos⁴. No entanto, num movimento descontínuo e de forças reacionárias, em 1964, o Brasil sofreu um golpe civil-militar engendrado em certa medida pela histeria da ameaça comunista com a eleição do nosso primeiro presidente trabalhista, João Goulart, além de outra justificativa, mais corriqueira, o combate à corrupção. E nos tempos da repressão política, o campo artístico passa por uma revolução estética: vimos surgir o Tropicalismo e o Cinema Novo. É também nesta década que a televisão se consolida no Brasil como um meio de comunicação de massa.

Os movimentos estudantis estiveram igualmente presentes nessas mobilizações, que ressoaram tanto nas lutas políticas pelos direitos civis quanto na própria maneira de pensar as ciências. Um dos símbolos desse período de reivindicações que se espalharam por todo o mundo foi o movimento que começou na França, o qual convencionou-se chamar de “Maio de 68”. Iniciado pela primeira geração universitária pós-Segunda Guerra, que promoveu um protesto contra a divisão dos dormitórios estudantis entre homens e mulheres, um movimento de

⁴ A lei definia a mulher como incapaz, precisando da autorização do marido para realizar algumas atividades, como exercer uma profissão ou receber uma herança. Com a aprovação da referida lei, a mulher adquiriu o direito de tornar-se economicamente ativa sem precisar da anuência do marido. Ela também passou a ter direito sobre os filhos. Antes, o direito ao pátrio poder era exclusivamente masculino.

Fonte: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/mundo/estatuto-da-mulher-casada-comemora-45-anos-nesse-mes/>>
Acesso em 5 de fevereiro de 2018.

contestação contra as posturas conservadoras da academia e da sociedade. Ainda nesse período, as mulheres não tinham direito de abrir uma conta bancária sem a permissão do marido. Apesar dessas reivindicações pela liberdade – seja sexual, política, intelectual –, terem começado nos muros da universidade, mais estudantes e grupos partidários engrossaram as fileiras das manifestações e outras bandeiras vieram se somar a estes protestos iniciais. Os operários também aderiram à luta dos estudantes e a pauta de reivindicações se ampliou, assim como a visibilidade do movimento, exaustivamente noticiado pela mídia, também tomada pelos manifestantes funcionários no interior das próprias empresas de comunicação, o que fez com que outros lugares do mundo também acompanhassem os protestos, contra uma crise social por qual passava a sociedade⁵. No meio intelectual, a efervescência de ideias foi capitaneada pelas releituras de grandes pensadores, o que permitiu uma virada teórico-metodológica nas Ciências humanas nessa década.

Trata-se do surgimento do estruturalismo francês. As releituras de Saussure do *Curso de Linguística Geral (CLG)*, neste período, contribuíram para alavancar a célebre dicotomia Língua/Fala ao lugar de símbolo das outras dicotomias apresentadas, ao mesmo tempo que suplantou de algum modo o modelo naturalista e comparatista da antiga Linguística. A Linguística moderna, que tem por objeto a língua tratada como um sistema de valores em relação opositiva e distintiva e que possui uma ordem própria, tornou-se a ciência piloto do que se convencionou chamar de estruturalismo, alçada como principal método das ciências humanas no século XX por toda a Europa, principalmente o Leste Europeu, e os Estados Unidos, até antes mesmo de influenciar fortemente o ambiente intelectual francês. Se antes, as Ciências humanas dispunham de um projeto racionalista de matriz cartesiana, do conhecimento objetivo que implicava a relação sujeito-objeto, de uma ciência centrada na consciência, presa ao logicismo e ao mentalismo, o interesse pela linguagem fez com que os estudiosos dos mais variados campos das ciências voltassem seu olhar para o estruturalismo e, principalmente, para a Linguística. Assim, releituras do *Curso* foram realizadas por linguistas e por estudiosos de outras áreas – antropólogos, filósofos, sociólogos, historiadores, psicólogos –, num esforço de superar o positivismo e o subjetivismo e dar status de cientificidade aos campos do saber.

⁵ Pêcheux (2011, p. 89), em seu texto *Foi “propaganda” mesmo que você disse?*, afirma que o Maio de 68, conhecido como um movimento contestatório das massas estudantis e operárias, promoveu ele mesmo, uma reorganização da ordem capitalista. Além disso, esse período consolidou uma *política do performativo*, a que Debray nomeou de “línguas de vento”, caracterizada por mensagens breves e frases de efeito, da qual não se sabia quem estava no “direito” de produzir enunciados performativos, e quando se fazia esta pergunta, a resposta recebida era “cada um” e “ninguém”. Esse postulado modificará sobremaneira as análises no campo da fala pública, como mostraremos posteriormente.

Neste sentido, esse movimento propõe pensar a ciência sob o fundamento da linguagem. Ela seria o agente estruturador do mundo, da realidade e das relações sociais. Nada existe fora da linguagem, nada existe sem que não possa ser dito ou expressado pela linguagem. Isto posto, há cada vez mais uma contestação do princípio científico do conhecimento universal, “consciente”, totalizante e teleológico, da história linear e dos grandes acontecimentos, das filosofias existencialistas, dos determinismos econômicos e das relações de causa e efeito em favor da primazia da interpretação, do estilhecimento da história e do relativismo do conhecimento humano. Fizeram parte desse movimento de releituras grandes expoentes do universo intelectual, dentre eles: Michel Foucault, Jacques Derrida, Jacques Lacan, Louis Althusser, Jean-François Lyotard, Julia Kristeva e Luce Irigaray. E essa nova forma de pensar o fazer científico, que começou no interior dos estudos filosóficos, ficou conhecida depois como *Linguistic Turn*, a Virada Linguística.

A essas releituras somavam-se as releituras de outros intelectuais, como Marx e Freud. Na Linguística, o que se apresentou, a partir do final da década de 1960, foi uma relação paradoxal, seja de pertencimento quase inflexível seja de denegação às dicotomias postuladas no *Curso*. Quanto mais se debruçavam sobre as dicotomias da Linguística moderna, mais os estudiosos da linguagem se esbarravam no que supostamente fora deixado em “segundo plano” pelo Saussure do *Curso*⁶. É o momento da interdisciplinaridade, marcado pelo surgimento de disciplinas no interior da ciência linguística que dialogam com outros domínios das Ciências humanas. Assim, esse ambiente de reflexões sobre a linguagem fez surgir a Sociolinguística, a Pragmática, a Linguística de Texto, a Teoria dos Atos de Fala, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso, no intuito de refletir sobre a linguagem trazendo, em seu interior, o que fora “excluído” pelo Saussure do *Curso*.

O nosso interesse em fazer uma brevíssima apresentação do contexto francês da década de 60, em que se produziu a releitura do estruturalismo em várias frentes, no mesmo período em que o mundo também assistiu a um conjunto de ações propiciadas por uma revolução política e cultural, é compreender a maneira como tais acontecimentos no campo intelectual e político/cultural produziram novas formas de se pensar o sujeito e a história nas Ciências

⁶ Não vamos nos aprofundar sobre essas questões a respeito das recepções do *Curso* e da descoberta dos *Escritos* de Saussure, apesar de considerarmos uma discussão importante para compreender os movimentos *com* e *contra* Saussure. O leitor interessado na emergência do estruturalismo e das recepções do pensamento de Saussure poderá consultar as seguintes publicações: DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Tradução de Álvaro Cabral; revisão técnica de Marcia Mansor D’Alessio. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007, 2 volumes; FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento e BARBISAN, Leci Borges (orgs). *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013, e PIOVEZANI, Carlos; CRUZ, Márcio Alexandre; TESTENOIRE, Pierre-Yves (Orgs). *Saussure, o texto e o discurso. Cem anos de heranças e recepções*. São Paulo: Ed. Parábola, 2016.

humanas, permitindo que o objeto “gênero” adentrasse os espaços de pesquisa. É neste contexto de lutas, confrontos, conquistas e ressignificações, tanto no ambiente intelectual como na vida em sociedade, que o feminismo ganha espaço. As reivindicações desse segundo movimento do feminismo, ao contrário da chamada “primeira onda”, que se destacou pelo sufragismo principalmente, numa conjunção entre suas lutas políticas e sua representatividade no espaço acadêmico, encontrou o solo fértil para o desenvolvimento dos Estudos de gênero:

Será no desdobramento da assim denominada “segunda onda” – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero. (LOURO, 1997a, p. 15)

Atribui-se a Simone de Beauvoir, no final da década de 40, os fundamentos do que se transformou na categoria de gênero nas Ciências humanas. A tão famosa frase da filósofa e feminista, “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949, p. 13) do seu *Le Deuxième sexe*, já prefigurava a separação do princípio biológico de sexo das práticas sociais que implicam as relações da diferença entre “ser homem” e “ser mulher” na sociedade. Essa investida “desconstrutivista” da identidade biológica e social dos sujeitos constituiria a categoria teórica mais importante do que se convencionou chamar *Gender Studies*⁷.

A inserção das mulheres no meio acadêmico proporcionou a entrada da temática do feminino nas Ciências humanas. As feministas americanas foram as pioneiras dos *Gender Studies*. Entusiastas do *Linguistic Turn*, elas introduziram o conceito de gênero, derivado dos estudos da Antropologia, termo tomado de empréstimo da Linguística, com o objetivo de desestabilizar e até mesmo de destruir as cristalizações da identidade biológica e social dos indivíduos. Essas pesquisadoras também pretendiam trazer para o centro do debate teórico a marginalização, a segregação e a invisibilidade das mulheres na sociedade ao longo da história, como também transformar os paradigmas das ciências da humanidade. É neste sentido que o movimento de releituras do estruturalismo, o qual resultou a Virada Linguística que, por seu turno, alteraria a própria produção do conhecimento humano, permitiu que uma visão política

⁷ Os trabalhos sobre o gênero desse primeiro momento seguiam a perspectivas da diferença e ressaltavam principalmente a dominação e a opressão das mulheres pelo grupo dominante em uma sociedade patriarcal. É a partir dos anos 1980, na chamada “terceira onda” do feminismo que as preocupações com a mudança de estereótipos, nas representações da mulher na mídia e na linguagem para designar as mulheres passaram a ser o foco das pesquisadoras e do movimento feminista.

da condição feminina ganhasse relevo nas diversas áreas das ciências, como a Antropologia, a Sociologia, a História, a Literatura e a Linguística.

O domínio da história parece ter sido um dos lugares mais profícuos para o desenvolvimento dos estudos sobre a mulher e, mais tarde, sobre o gênero. A influência desse novo paradigma teórico atingiu em cheio esse campo de saber. A implosão da concepção da história linear e evolutiva, além da desconstrução da suposta objetividade do trabalho do historiador que escamoteava a condição interpretativa da narrativa dos grandes acontecimentos em favor da ascensão de uma “nova história”, da história cultural, das narrativas em migalhas, da heterogeneidade das temporalidades e da consciência da subjetividade da prática do historiador, possibilitou a emergência de uma história das mulheres e uma posterior assimilação do conceito de gênero como uma categoria de análise histórica. Se antes o ofício do historiador servia aos grandes acontecimentos que giravam em torno dos notáveis, as mulheres, no máximo, apareciam como coadjuvantes ou como apêndices de “*une histoire au masculin*”, sob os paradigmas teóricos e metodológicos de “*une discipline au masculin*” (THÉBAUD, 2007, p. 36), as pesquisadoras agora objetivavam revelar as mulheres como sujeitos da história, não podendo mais ser produzida sobre as mesmas bases da História tradicional que as relegaram ao silenciamento. Quando elas eram protagonistas, a história se inclinava para compor o panegírico das damas ilustres, cujo papel se definia pela beleza, pela virtude ou, ao contrário, pela malícia, no qual o mote se concentrava na denúncia dos excessos de suas características femininas (idem); ou seja, havia nesse conjunto de trabalhos uma cristalização da identidade feminina, fundamentada em uma visão essencialista da mulher. E mesmo com o surgimento da “nova história”, a incorporação das mulheres neste campo de saber sob essa nova perspectiva não foi imediata. Consoante Françoise Thébaud (idem, p. 31), ainda demorou um tempo para que até mesmo os historiadores dos *Annales* levassem em conta que a “história total” ainda excluía as mulheres:

Mas a história, aqui compreendida inclusive a Escola dos *Annales*, foi, há muito tempo, declinada no masculino. Confundindo sem remorso o homem – ser sexuado (*vir* em latim) e homem – ser humano (*homo*), ela se apresentou como a história geral, como um discurso do universal. O historiador-filósofo não percebeu a importância e os efeitos da diferença dos sexos. E o historiador-cidadão não deu lugar àquelas que, durante muito tempo, foram consideradas inaptas à cidadania⁸. [tradução nossa]

⁸ Mais l’histoire, jusques et y compris celle de l’École des Annales, s’est longtemps déclinée au masculin. Confondant en toute bonne conscience l’homme – être sexué (*vir* em latim) et l’homme – être humain (*homo*), elle s’est présentée comme l’histoire générale, comme un discours de l’universel. L’historien-philosophe n’a pas perçu

É neste sentido que muitas pesquisadoras feministas defendiam o caráter político da escrita da história das mulheres, bem como a necessidade de se construir os próprios fundamentos para escrever uma história ao feminino. E é por esta razão que a possibilidade analítica, e não apenas descritiva, da Virada Linguística interessava ao grupo, sustentada, de uma certa maneira, por Michelle Perrot e Georges Duby, em sua série publicada na década de 1990, *Histoire des femmes*, na qual eles reivindicaram, parafraseando Michel Foucault, a necessidade de uma “vontade de saber” para a escrita de uma história das mulheres. E essa vontade de saber se multiplicou numa grande variedade de trabalhos sobre o gênero, termo que substitui a categoria “mulheres” para atribuir um *status* de cientificidade a esses estudos: pesquisas que buscavam uma relação entre a experiência das mulheres e a demografia, a família, a sexualidade, a religião, a maternidade, o trabalho, a literatura, o movimento sindicalista e o próprio movimento feminista⁹.

Na esteira das preocupações com tal temática, a Linguística também se ocupou em discutir o gênero, principalmente no que tange à relação da língua com a sua realização pelos indivíduos, a fala, a sociedade ou “o extralinguístico”. Houdebine-Gravaut (2003, p. 41) observa três momentos dos estudos de gênero em relação à linguagem, os quais podem ser identificados pelos períodos pelos quais passou o movimento feminista. A autora constata o crescimento de trabalhos de linguistas, sociólogos e feministas, durante os anos 1970 e 1980, que levavam em conta “a diferença sexual e a língua”, “a linguagem dos homens e das mulheres”, os “falares masculinos e femininos”, “as palavras de mulheres” etc. Dessa forma, essas pesquisas versavam geralmente sobre os comportamentos linguísticos específicos de cada sexo, considerando os níveis linguísticos – fonéticos, fonológicos, sintáticos e sobretudo lexicais. Em um segundo momento, os trabalhos se concentravam nas conversações, implicando a relação dos sujeitos com a língua. Ela cita como exemplo a identificação, nas análises dos dados, de que os homens costumam impor os temas nos inícios das conversas. Por último, houve uma conversão para as maneiras conforme as quais a língua organiza nossa visão

l'importance et les effets de la différence des sexes. L'historien citoyen n'a accordé aucune place à celles que, longtemps, furent considérées comme inaptés à la citoyenneté.

⁹ O leitor interessado em conhecer de forma mais pormenorizada a constituição da história das mulheres poderá consultar, além da referida publicação organizada por Michelle Perrot e Georges Duby, a obra de Françoise Thébaud, *Écrire l'histoire des femmes et du genre*. Paris: ENS Éditions, 2007. No Brasil, um conjunto de trabalhos sobre o gênero pode ser encontrado em duas publicações, ambas da Editora Contexto. *História das mulheres no Brasil* (1997), organizada por Mary del Priore, e *Nova História das mulheres no Brasil* (2016), organizada por Carla Pinsky e Joana Pedro.

de mundo. Assim, são analisadas as representações coletivas e discursivas, socioculturais e as construções linguísticas que designam ou mascaram as mulheres na sociedade.

Os três momentos citados por Houdebine-Gravaut vão ao encontro da identificação feita por Greco (2014) de três grandes paradigmas no estudo do “falar feminino”. Cada um deles relaciona com uma concepção de linguagem e gênero. São eles: o paradigma da dominação, o paradigma da diferença e o paradigma da performance. O primeiro sustenta a ideia de que há uma desigualdade nos papéis e nos lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Esta diferença é hierárquica e esta dominação se reflete na língua. As escolhas linguísticas indicam um “falar feminino”, que se marcaria, por exemplo, em um léxico carregado de uma “tonalidade” emotiva, no uso de intensificadores, na utilização de elementos interrogativos colocados no final de uma frase assertiva, na presença de marcas de polidez na conversação e na hipercorreção etc. Dessa forma, alguns linguistas defendem a proposta de que é preciso “criar” uma outra língua para que as mulheres possam sair do seu silêncio e reescrever sua “história”, ou como salienta as feministas anglo-saxônicas, reescrever a sua *herstory*, um trocadilho com os pronomes possessivos, permitido na língua inglesa, em contraponto ao *history*. Greco enumera os problemas dessa concepção: há nessa perspectiva uma tendência essencialista do gênero, do sexo e da língua; uma visão referencial das relações entre língua e mundo que, para intervir nas relações de poder entre homens e mulheres, é necessário intervir no nível da língua; há também um olhar monofuncional sobre os traços e as marcas linguísticas e, por fim, o uso de dados linguísticos não naturais e retirados de *corpus* escritos.

A inserção da conversação entre falantes em situações reais, de certa forma, suplantou essa concepção para dar lugar ao segundo paradigma, o da diferença. Este diz respeito à emergência de estudos interacionistas os quais postulam que, desde a infância, homens e mulheres participam de processos diferentes de socialização e, por isso, serão destinados a um “eterno malentendido” na conversação entre os sexos. Mais uma vez, a crítica que se coloca nessa perspectiva é a dimensão essencialista e binária das categorias e das práticas linguísticas, e esse problema dará espaço para o surgimento do paradigma da performance.

Segundo Greco, esse paradigma é influenciado pelo feminismo da terceira época, representado sobretudo pela feminista Judith Butler. Por um lado, tal modelo questiona a visão binária e essencialista das categorias e, por outro, se inscreve nos estudos que fizeram emergir a Virada Linguística, que colocam a linguagem no centro do processo de construção social, como já fora discutido nas páginas anteriores. Nessa perspectiva, a dominação masculina é entendida como o efeito de práticas discursivas, o que faz com que a problemática da diferença

seja substituída pela questão da diversidade e, conseqüentemente, pela construção das identidades como resultado das práticas linguísticas heterogêneas. Neste sentido, ressaltamos que a relação entre gênero e linguagem não pode ser tratada como uma questão “interna” à língua. O gênero deve ser pensado no jogo de relações de poder que se apresentam nas práticas discursivas e não discursivas materializadas na linguagem.

Ademais, este terceiro paradigma também vem responder à necessidade da Linguística de desenvolver estudos que relacionem a língua com a exterioridade, qual seja, a sociedade, o sujeito e/ou a história. Como já fora mencionado, esse período de revisões teóricas e de releituras é o momento do surgimento e/ou consolidação das disciplinas de fronteiras no campo linguístico, cuja interface com outras ciências permitiu a incorporação de novas leituras e análise do gênero nos estudos da linguagem. Nessa perspectiva, este capítulo está dividido em duas partes: na primeira, apresentaremos uma breve revisão de alguns trabalhos no campo dos estudos da linguagem que versam sobre os temas “mulheres”, “fala feminina” e “gênero”, no intuito de descobrir como essas temáticas correlatas foram analisadas no interior de tal campo de saber a partir dos paradigmas identificados por Greco.

Discorreremos sobre alguns enunciados de linguistas e alguns trabalhos que aludem a essa diferença entre os sexos, cujo resultado salienta os estereótipos e os discursos que essencializam as mulheres e a sua fala. Ressaltamos também a revisão dessas análises por outras linguistas que introduziram o tema do gênero sob outras perspectivas. Na segunda parte deste capítulo, destacamos a Análise do Discurso como uma disciplina do terceiro paradigma dos estudos linguísticos em sua relação com a temática do gênero, ainda que esta não havia sido um objeto de análise presente desde o surgimento da disciplina, no momento de efervescência cultural e intelectual no final dos anos 1960. Contudo, as próprias (e diversas) revisões e deslocamentos do dispositivo teórico-analítico da disciplina, das construções e reconstruções de conceitos e dos métodos de análise se coadunam com as transformações da sociedade e das práticas discursivas, e por isso, a problemática das mulheres e do gênero tem cada vez mais ganhado espaço nos estudos do discurso.

Os gêneros na língua e a língua dos gêneros

Verena Aebischer e Claire Forel ([1983] 1991) afirmam que as diferenças entre o falar dos homens e o falar das mulheres são um fenômeno que não passou despercebido por

missionários, bem como por antropólogos e dialetólogos que se interessavam pelos modos de vida e da linguagem de comunidades isoladas e colonizadas, distantes dos grandes centros da Europa. Marina Yaguello ([1978] 2002) se refere, por exemplo, a um curto artigo do antropólogo americano Paul Furfey que, em 1944, já evocava uma ideia de que a língua funcionava como um instrumento de dominação dos homens sobre as mulheres nas sociedades. Apesar disso, ela afirma que houve a predominância de uma abordagem algumas vezes “folclórica” dos pesquisadores, que viam essas diferenças na língua, marcadas nos rituais e na própria organização hierárquica dessas sociedades, mais como curiosidades do que realmente como objetos de estudo.

Segundo a referida autora, com o surgimento e o desenvolvimento da Sociolinguística, resultado de um movimento nos estudos linguísticos que reivindicou um diálogo com as categorias instauradas pela sociologia para constituir sua concepção de língua, os dados linguísticos dessas comunidades de fala, realizados diferentemente em relação ao sexo, começaram a serem vistos como objeto de estudo no interior da Linguística. Para a Sociolinguística, a língua não pode ser compreendida apenas em suas relações internas, uma vez que funcionaria também como um sistema simbólico, operando como um espelho cultural, a qual, engajada nas relações sociais, contribuiria para a fixação das representações simbólicas da sociedade, fazendo eco à sua própria organização social, bem como aos preconceitos e aos estereótipos de uma comunidade de fala.

A respeito das diferenças linguísticas entre os sexos, Anne-Marie Houdebine-Gravaut (2003) cita, por exemplo, alguns trabalhos de antropólogos e dialetólogos, entre eles o de Marie Ritchie Key, cujo resultado verificou, em alguns idiomas, uma língua falada por homens e outra falada por mulheres, identificáveis em diferentes níveis, de modo que as atividades, idênticas aos nossos olhos, são referidas diferentemente, dependendo de qual grupo se fale delas. Ritchie Key designa esse fenômeno de “bilinguismo por exclusividade” ou *double standard*. Segundo Houdebine-Gravaut, este tipo de bilinguismo total é raro, uma vez que ele se impõe em determinados níveis linguísticos, como os pronomes pessoais e no léxico. A pesquisadora destaca o interesse de muitos trabalhos linguísticos que objetivavam compreender o modo como as línguas designam e representam diferentemente os homens e as mulheres. No entanto, ela ressalta o fato de que esses trabalhos eram concebidos como fenômenos exclusivamente internos ao sistema da língua; havia quando muito nesses estudos a consideração de alguns fatores sociais referentes aos papéis femininos e às atividades desempenhadas pela mulher nessas sociedades. Mas as implicações ideológicas dessas diferenças eram praticamente

inexistentes ou, como explica a linguista, “sem nenhuma identificação das discriminações socioculturais existentes manifestadas nas línguas”¹⁰ (HOUDEBINE-GRAVAUT, 2003, p. 35).

Um dos temas que irromperam no interior dos estudos da linguagem, a partir das observações de antropólogos, linguistas e dialetólogos sobre as diferenças linguísticas entre homens e mulheres, é a interdição, o tabu. O linguista dinamarquês Otto Jespersen, em sua obra *Language, its nature, development and origin* (1921), nos oferece, no capítulo XIII, *The Woman*, um estudo sobre a fala das mulheres, que está presente no livro III, intitulado *The individual and the world*. Neste texto, o linguista cita vários exemplos de tabus linguísticos associados ao sexo e dentre eles há um que se refere ao povo *Bantu* da África, o qual diz respeito ao parentesco e incide, inclusive, sobre os códigos de julgamento e punição em tal sociedade. Vejamos:

Em algumas partes do mundo, a conexão entre a linguagem exclusivamente feminina e o tabu é indubitável. É isso o que ocorre com o povo Bantu da África. Entre os Zulus, não é permitido à esposa pronunciar o nome do sogro e o dos seus irmãos, e se uma palavra ou até mesmo uma sílaba similar presente nos nomes dos parentes do seu marido ocorrer na linguagem cotidiana, a mulher precisará substituir esta palavra por outra de significado parecido. Na família real, a dificuldade de entender a linguagem das mulheres é ainda maior em consequência da proibição de pronunciar os nomes do marido, de seu pai e avô, assim como de seus irmãos. Se um desses nomes significa algo como “o filho do touro”, cada uma dessas palavras deve ser evitada, e todo tipo de paráfrase deve ser utilizada. De acordo com Kranz, a interdição é válida não somente para os elementos significativos de uma palavra, mas também para determinados sons que o compõem; assim, se o nome incluir o som *z*, *amanzi* “água”, tem de ser alterado para *amandabi*. Se a mulher violasse essa regra, ela seria indiciada por feitiçaria e seria condenada à morte. Os substitutos introduzidos nas palavras tendem a ser adotados por outras mulheres da comunidade e, assim, constitui-se uma real linguagem das mulheres.¹¹ (JESPERSEN, 1921, pp. 239-240) [tradução nossa]

¹⁰ Ces travaux étant essentiellement descriptifs, les distinctions relevées apparaissaient sous forme de constat sans autres inférences que linguistiques (morphologiques) ou, très rarement, sociétales (rôles des femmes dans ces sociétés); cela sans implications idéologiques, c'est à dire sans aucun repérage des discriminations socio-culturelles existantes dont les langues témoigneraient. (HOUDEBINE-GRAVAUT, 2003, p. 35)

¹¹ In some parts of the world the connexion between a separate women's language and tabu is indubitable. Thus among the Bantu people of Africa. With the Zulus a wife is not allowed to mention the name of her father-in-law and of his brothers, and if a similar word or even a similar syllable occurs in the ordinary language, she must substitute something else of a similar meaning. In the royal family the difficulty of understanding the women's language is further increased by the woman's being forbidden to mention the names of her husband, his father and grandfather as well as his brothers. If one of these names means something like " the son of the bull," each of these words has to be avoided, and all kinds of paraphrases have to be used. According to Kranz the interdiction holds good not only for meaning elements of the name, but even for certain sounds entering into them; thus, if the name contains the sound *z*, *amanzi* ' water ' has to be altered into *amandabi*. If a woman were to contravene this rule she would be indicted for sorcery and put to death. The substitutes thus introduced tend to be adopted by others and to constitute a real women's language.¹¹ (JESPERSEN, 1921, pp. 239-240)

Nesse trecho, o pesquisador apresenta uma restrição à fala feminina associada à hierarquia de parentesco, indicando não apenas uma hierarquia de sexo, mas também uma hierarquia social. A interdição da mulher de pronunciar o nome dos membros masculinos da família (interdição que se aprofunda se a família for a família real), inclusive de ser proibido pronunciar determinados elementos fônicos que compõem o significado desses nomes, é um indicativo social da precedência do homem sobre a mulher, marcada no nível morfo-fonológico da língua (substituição de um fonema ou outros mais que se aglutinariam à mesma palavra), bem como do léxico (o uso de metáforas para poder alcançar e dizer o mesmo sentido da palavra que lhe fora interdita). Vale ressaltar a punição à qual a mulher responderia caso transgredisse essa regra: acusada de bruxaria, seria condenada à morte. Não se pode afirmar com certeza, mas parece que a imagem da feiticeira surge como uma espécie de lugar comum associado à mulher que infringe regras de conduta, principalmente quando estas dizem respeito ao seu direito de fala e quando a palavra se reveste, de alguma forma, de um poder mágico e, por isso, é vista como uma forma de ação, algo negado a elas. A própria língua, então, estrutura e simboliza as diferenças entre homens e mulheres na organização dessas sociedades.

De todo modo, o olhar eurocêntrico desses pesquisadores qualificava o costume dessas comunidades de primitivas, exóticas, e de curiosas as manifestações e diferenças linguísticas que eles puderam apreender entre a fala masculina e a feminina. No entanto, com o desenvolvimento da ciência linguística moderna e dos estudos sociolinguísticos, os pesquisadores começaram a se voltar para as diferenças de fala masculina e feminina no “centro do mundo”. Ainda que se pensasse na ideia de que o desenvolvimento da mídia, da educação e outras modalidades de compartilhamento de uma língua comum de forma mais ou menos homogênea nas sociedades supostamente mais “civilizadas” contribuísse para uma espécie de consolidação de uma língua padrão, as diferenças linguísticas se faziam presentes no interior de toda e qualquer sociedade organizada, seja por classe, idade, estatuto social e também por sexo. Os estudiosos, que concebiam como diferente o outro, e como curiosas suas idiossincrasias linguísticas, passaram a observar o diferente em si mesmo, em sua própria sociedade. E se, em algumas organizações sociais longínquas, as diferenças entre os falares masculino e feminino foram, de um certo modo, justificadas ou explicadas por uma hierarquia religiosa ou mítica que organizava política e socialmente tais comunidades, nas sociedades ocidentais, as justificativas para essas mesmas diferenças passavam a ser vistas sob outras perspectivas.

Essas diferenças entre os falares “masculino e feminino” foram, em muitos casos, analisadas a partir de um ponto de vista psico-biológico, sob a lógica da dicotomia natureza/cultura, que determinaria o reforço aos estereótipos que sustentam o estatuto de inferioridade da mulher em relação ao homem. Vejamos outros excertos do linguista dinamarquês que corroboram uma visão naturalista e essencialista de que a linguagem do homem é a norma e a da mulher é o desvio ou, ainda, de forma diversa, que o homem é o natural renovador da linguagem e a mulher, a conservadora:

Certamente, os homens contestarão com grande razão, vigor e vivacidade, o fato de que há um perigo da linguagem tornar-se lânguida e insípida, se nos contentarmos com as expressões que as mulheres costumam empregar. A maioria dos jovens e muitos homens têm aversão a algumas palavras simplesmente porque eles sentem que elas são utilizadas por todo mundo e em qualquer ocasião: eles querem evitar o lugar-comum e o que é banal para utilizar expressões novas e atuais, em que a própria novidade possa lhes conferir um sabor próprio. Dessa maneira, os homens tornam-se os principais renovadores da linguagem, e são a eles que devemos essas mudanças as quais vemos um novo termo substituir um outro mais velho, para dar lugar a um outro mais novo ainda, e assim por diante. [tradução nossa]¹². (JESPERSEN, 1921, p. 247)

Geralmente, o vocabulário da mulher é menos extenso do que o do homem. Elas preferencialmente se movem pelo campo seguro da linguagem, evitando tudo o que é novo ou estranho, enquanto o homem frequentemente cria novas palavras ou expressões, utilizam formas arcaicas se essas estiverem mais adequadas, e sabem encontrar a mais adequada ou precisa expressão para os seus pensamentos. A mulher geralmente segue pela estrada principal da linguagem, enquanto o homem frequentemente está inclinado a seguir pelas trilhas íngremes ou criar um novo caminho para si. A maioria daqueles que tem o hábito de ler livros em língua estrangeira experimentará uma dificuldade muito maior em livros escritos por homens do que os escritos por mulheres autoras, porque aqueles contêm muito mais palavras raras, expressões idiomáticas, termos técnicos, etc. Aqueles que desejam aprender uma língua estrangeira se sairão muito bem no primeiro estágio, quando lerão muitos romances para senhoras, porque sempre encontrarão apenas essas palavras cotidianas as quais o estrangeiro precisa aprender acima de tudo, o que pode ser classificado como uma indispensável pequena mudança de linguagem.¹³ [tradução nossa] (idem, p. 248)

¹² Men will certainly with great justice object that there is a danger of the language becoming languid and insipid if we are always to content ourselves with women's expressions, and that vigour and vividness count for something. Most boys and many men have a dislike to some words merely because they feel that they are used by everybody and on every occasion: they want to avoid what is commonplace and banal and to replace it by new and fresh expressions, whose very newness imparts to them a flavour of their own. Men thus become the chief renovators of language, and to them are due those changes by which we sometimes see one term replace an older one, to give way in turn to a still newer one, and so on. (JESPERSEN, 1921, p. 247)

¹³ the vocabulary of a woman as a rule is much less extensive than that of a man. Women move preferably in the central field of language, avoiding everything that is out of the way or bizarre, while men will often either coin new words or expressions or take up old-fashioned ones, if by that means they are enabled, or think they are

A mulher é linguisticamente mais rápida do que o homem: mais rápida para aprender, mais rápida para ouvir e mais rápida para responder. O homem é mais lento: ele hesita, ele rumina para ter certeza do gosto das palavras e, dessa forma, descobre similaridades e diferenças em relação a outras palavras, tanto no som como no sentido, preparando-se, assim, para o uso mais apropriado do mais apropriado substantivo ou adjetivo.¹⁴ [tradução nossa] (idem, p. 249)

Essas sentenças [a realização de sentenças exclamativas incompletas] são os sintomas linguísticos da peculiaridade da psicologia feminina que não escapou da nossa observação. Meredith disse a respeito de uma de suas heroínas: “Ela pensou como se sua mente tivesse espaços em branco, como fazem as garotas, e algumas mulheres”, e Hardy singulariza uma de suas personagens chamando-a “essa novidade entre as mulheres – uma que terminou o pensamento antes de começar a frase que iria dizer”.¹⁵ [tradução nossa] (idem, p. 251)

Esses são alguns dos excertos da obra de Jespersen em que a diferença na realização linguística entre homens e mulheres se associa à valorização eufórica e disfórica, respectivamente, desses falares. A realização linguística do homem é criativa, mais diversificada e aprimorada; ao passo que a fala da mulher é apresentada como rudimentar, conservadora, previsível e até mesmo simplória. A representação dessa simplicidade linguística também se manifesta na literatura escrita por e direcionadas para elas. Os homens que se aventurarem a aprender uma língua estrangeira poderiam começar por este estágio elementar, quer dizer, por este tipo de literatura, tão fácil que seria preciso que eles aceitassem rebaixar sua performance por ora a um estado inferior da linguagem – a feminina – diante da masculina. Mesmo quando se esboça uma possibilidade laudatória para a performance linguística feminina, como a apresentada no terceiro excerto, a de que a mulher é linguisticamente mais rápida do que o homem, seja em aprender, em escutar e em responder, logo essa impressão é desfeita

enabled, to find a more adequate or precise expression for their thoughts. Woman as a rule follows the main road of language, where man is often inclined to turn aside into a narrow footpath or even to strike out a new path for himself. Most of those who are in the habit of reading books in foreign languages will have experienced a much greater average difficulty in books written by male than by female authors, because they contain many more rare words, dialect words, technical terms, etc. Those who want to learn a foreign language will therefore always do well at the first stage to read many ladies' novels, because they will there continually meet with just those everyday words and combinations which the foreigner is above all in need of, what may be termed the indispensable small change of a language. (idem, p. 248)

¹⁴ Woman is linguistically quicker than man: quicker to learn, quicker to hear, and quicker to answer. A man is slower: he hesitates, he chews the cud to make sure of the taste of words, and thereby comes to discover similarities with and differences from other words, both in sound and in sense, thus preparing himself for the appropriate use of the fittest noun or adjective.¹⁴ (idem, p. 249)

¹⁵ These sentences are the linguistic symptoms of a peculiarity of feminine psychology which has not escaped observation. Meredith says of one of his heroines: " She thought in blanks, as girls do, and some women," and Hardy singularizes one of his by calling her " that novelty among women—one who finished a thought before beginning the sentence which was to convey it"¹⁵. (idem, p. 251)

quando surge o argumento que coloca a fala do “segundo sexo” em seu lugar. O homem só é mais lento linguisticamente porque possui uma propriedade a mais em sua fala: a capacidade de pensar sobre sua própria linguagem e não apenas de falar para se comunicar. Assim, a realização linguística feminina só é mais rápida porque é mais simples, uma vez que a mulher não possui essa capacidade metalinguística; sua comunicação diz respeito às coisas concretas de sua realidade, diferentemente da elaborada fala masculina. É possível identificar ainda, no último excerto, uma concepção de linguagem que relaciona estritamente o pensamento com a performance linguística: as mulheres não conseguem finalizar uma frase, porque só conseguem falar apenas depois de finalizar seu pensamento.

Esta concepção da superioridade da linguagem masculina diante da “deficiente” fala feminina parece ter sido uma ideia bastante amplificada e justificada pela perspectiva psicobiológica que considerava tomar a primeira como norma e a segunda como desvio. Verena Aebischer (1991) afirma que as pesquisas sociológicas e linguísticas, impulsionadas pelo movimento feminista nos anos 60 e 70, quiseram demonstrar que “o sexo” poderia ser uma variável tão determinante para a linguagem quanto a categoria de etnia e a de classe social. No entanto, os resultados obtidos eram amiúde contraditórios, os quais poderiam fornecer uma “caução científica” para um grande número de estereótipos sobre as mulheres tais quais ela descreve:

Dessa maneira, mostra-se que as mulheres usam maior número de construções indiretas que os homens, mais expressões de ênfase, de polidez também, muitos advérbios, eufemismos e expressões consideradas afetivas. No nível do léxico, as mulheres contribuem com maior variedade de nuances do que os homens. Seu estilo é mais fluido, com uma preocupação especial pelo detalhe. Falta-lhe frequentemente força, segurança e poder. Quase sempre, esse estilo feminino está ligado ao estatuto social subordinado das mulheres num mundo de homens, onde elas não têm nenhum controle das coisas (Key, 1975; Lakoff, 1975; Thorne e Henley, 1975). (AEBISCHER, 1991, pp. 174-5)

É possível identificar, então, argumentos até mesmo contraditórios, mas que objetivam desqualificar a fala das mulheres como um desvio. Se antes, na argumentação de Jespersen, a fala feminina é apresentada como simples, previsível e com um vocabulário pouco extenso, nas observações de outros linguistas citados por Aebischer, as mulheres utilizam alguns recursos que indicam uma performance mais elaborada de sua fala: expressões de ênfase, marcas de polidez, uso de muitos advérbios e eufemismos, uma variedade de nuances e um estilo mais fluido. Porém, longe de considerar essas características positivamente, como fora classificada

a fala masculina pelo linguista dinamarquês (fala elaborada, criativa e com vocabulário extenso), ela é rotulada como uma fala não assertiva, frívola, superficial.

Destarte, Greco (idem) ainda lembra que os sociolinguistas americanos, Labov (1972) e Trudgill (1972) [apud GRECO, 2014, p. 16], também esboçam os mesmos argumentos referentes às explicações sobre as diferenças dos usos da língua pelas mulheres e pelos homens. Para eles, as mulheres costumam utilizar a norma padrão, enquanto os homens, em nome de uma inventividade ou de uma criatividade linguística, costumam se orientar pelo uso de normas desviantes. Esses tipos de dados linguísticos, encontrados em diversas regiões do mundo por vários linguistas, poderiam atribuir ao desvio, antes considerado uma característica do falar feminino no sentido de não-padrão e, portanto, uma qualidade disfórica, um valor invertido positivamente quando atribuído ao masculino. É assim que Jespersen, de maneira sutil, mas irônica e debochada, identifica a fala feminina mais elaborada, quando cita o caso das “Précieuses”, mulheres francesas cultas que frequentavam os grandes salões do país, no século XVII, e eram conhecidas pela sua linguagem rebuscada:

Eu me refiro àquelas senhoras francesas que no século XVII se reuniam no Castelo de Rambouillet e eram conhecidas geralmente pelo nome de “As Preciosas”. Elas discutiam sobre questões de ortografia e sobre a pureza da pronúncia e da dicção, e favoreceram a todo tipo de paráfrases elegantes pelas quais palavras grosseiras e vulgares poderiam ser evitadas. Em muitos aspectos, esse movimento era a contraparte da onda literária que naquela época estava inundando a Europa sob diversos nomes – Gongorismo, na Espanha, Marinismo, na Itália, Euforismo, na Inglaterra; mas “as Preciosas” foram mais longe do que seus confrades masculinos em querer influenciar a linguagem cotidiana. Quando, no entanto, elas utilizam expressões como, para “nariz”, “a porta do cérebro”, para “vassoura”, “instrumento de limpeza”, e para “camisa”, “a companheira perpétua dos mortos e dos vivos” (la compagne perpetuelle des morts et des vivants), e tantas outras, sua afetação invocou sobre suas cabeças uma onda de riso, e seus esforços agora teriam sido esquecidos se não fosse pelo imortal sátiro Molière em “Les Précieuses ridicules” e “Les femmes savantes”. [tradução nossa] ¹⁶ (JESPERSEN, idem, p. 246)

¹⁶ I refer to those French ladies who in the seventeenth century gathered in the Hôtel de Rambouillet and are generally known under the name of Précieuses. They discussed questions of spelling and of purity of pronunciation and diction, and favoured all kinds of elegant paraphrases by which coarse and vulgar words might be avoided. In many ways this movement was the counterpart of the literary wave which about that time was inundating Europe under various names—Gongorism in Spain, Marinism in Italy, Euphuism in England ; but the Précieuses went further than their male confreres in desiring to influence everyday language. When, however, they used such expressions as, for ' nose,' the door of the brain,' for ' broom ' ' the instrument of cleanness,' and for ' shirt ' the constant companion of the dead and the living ' (la compagne perpetuelle des morts et des vivants), and many others, their affectation called down on their heads a ripple of laughter, and their endeavours would now have been forgotten but for the immortal satire of Molière in “Les Précieuses ridicules” and “Les femmes savantes”. (Jespersen, idem, p. 246)

Desse modo, a representação da fala feminina é disfórica mesmo se esta apresentar qualquer grau de eloquência. Neste caso, a repreensão se justifica, segundo os detratores das “Les Précieuses”, pelo excesso de loquacidade e o enfado causado por uma fala considerada demasiadamente pedante e afetada. A falta de assertividade da fala das “Preciosas” se manifesta nos exemplos das metáforas para palavras simples apresentadas pelo linguista, que aponta para outra característica estereotipada da fala feminina: o falar demais, a tagarelice¹⁷. Os estereótipos desabonadores para a linguagem feminina, inclusive entre alguns linguistas, são reforçados, como bem observa Aebischer (idem, p. 173). As mulheres falam demais ou falam sem parar ou, ainda, sua fala parece andar em círculos ou parece não sair do lugar. É a concepção de que a fala feminina é constituída e realizada na ideia do excesso ou da falta; já a fala do homem é a fala da justa medida.

Assim, parece ter sido comum considerar a fala masculina como o modelo dominante. Como já foi abordado no início deste capítulo, a luta pela emancipação das mulheres em forma de movimento organizado permitiu que houvesse a reivindicação de uma especificidade feminina no plano geral, por meio dos espaços culturais, e no plano particular, por meio dos domínios dos estudos linguísticos (YAGUELLO, idem, p. 80). Dessa forma, os trabalhos que versam sobre a linguagem das mulheres se multiplicaram nos últimos anos, e a introdução da noção de gênero nas Ciências humanas em geral abriu uma via para a discussão de temas que, no interior da Linguística, já usufruía de uma aparente especificidade logicamente estabilizada.

Um exemplo disso pode ser extraído da morfologia, no que concerne às flexões gramaticais de gênero e número em línguas de flexão forte, como o português e outras línguas, principalmente as línguas derivadas do tronco românico. Patrizia Violi (1987), Marina Yaguello (idem), Claire Forel (1991), Claire Michard (2003) e Anne-Marie Houdebine-Gravaut (2003) se propuseram a analisar tal fenômeno. De um modo geral, as pesquisadoras questionam a maneira como os linguistas geralmente tratam o gênero em sua bipartição masculino/feminino, que toma o masculino como genérico e universal e o feminino como específico: “o masculino é uma forma geral, não-marcada, enquanto o feminino indica uma especialização qualquer” (CÂMARA JR, 1984, p. 78), postulado referente ao estudo formal da língua, que concebe tal categoria como uma forma puramente linguística, sem nenhuma relação com o que lhe é externo.

¹⁷ Discutiremos este tema de forma mais pormenorizada no Capítulo II deste trabalho, no tópico “Sobre os silêncios e a fala feminina”.

O trabalho de Violi (1987), por exemplo, questiona essa característica puramente formal da categoria de gênero e objetiva analisar uma relação mais ou menos consciente e imediata entre tal categoria gramatical e a realidade do dado biológico e, portanto, extralinguístico e pré-semiótico, da diferença sexual, mesmo que essas relações nem sempre pareçam ser tão evidentes. Para a autora, a explicação dos linguistas parece ter em comum a dissimulação da diferença sexual que se manifesta na língua, a negação de uma significação possível dessa diferença, reduzida a uma forma vazia de significação, arbitrária e imotivada. Sua única função estaria voltada para a classificação de objetos designados pela língua, cumprindo também uma função sintática ao se relacionar com outros termos e, por isso, sua função é puramente formal. A interpretação arbitrária do gênero considera que a formação e evolução dessa categoria é devido às causas estritamente internas à língua como a evolução fonética, o papel da analogia, as semelhanças morfológicas, entre outros fenômenos.

Yaguello (1978), que propõe um estudo sobre as metáforas sexuais do gênero, ainda se reporta ao trabalho de Marguerite Durand (1936), que considera, numa perspectiva funcionalista da linguagem, o completo desaparecimento dessa categoria, como é o caso do inglês, cujas manifestações do gênero se mantiveram apenas onde eram estritamente necessárias. Essa ideia remonta a uma perspectiva da evolução progressiva e via única para as línguas eliminarem categorias “inúteis”, o que resultaria na total absorção do feminino pelo masculino. Ao contrário deste postulado corrente, Violi (idem) sustenta a ideia de que a categoria gramatical de gênero possui uma base semântica, relativamente motivada, a qual estaria ligada às bases da nossa experiência corporal que, neste caso, seria a simbolização da diferença sexual na língua.

Para fundamentar sua hipótese, a pesquisadora resgata a maneira como o conceito de gênero, numa visão histórico-comparativa, foi instituído linguisticamente. De início, esta categoria não estava imediatamente associada a uma oposição masculino/feminino. Entre as línguas indo-europeias, as principais oposições utilizadas para a definição da classificação gramatical dos termos eram as oposições animado/inanimado e pessoal/não-pessoal (ou humano/não-humano). No entanto, essas duas categorias de oposições tendem a se sobrepor ou a se fundir. Por isso, os traços distintivos mais importantes na análise das línguas indo-europeias são as que especificam a oposição humano/não-humano, considerada a mais importante, e a oposição masculino/feminino que seria uma espécie de subgênero desta. Mas no decorrer da evolução do indo-europeu, há uma mudança radical que faz com que a oposição humano/não humano desaparecesse, enquanto a oposição masculino/feminino se tornaria dominante. A

autora lembra que, nas línguas românicas, o gênero neutro desaparece e apenas as línguas eslavas (russo, polonês, sérvio, tcheco) mantêm a distinção humano/não-humano (ou animado/inanimado). Em poucas línguas, como o búlgaro e o macedônio, há ainda a existência da oposição pessoal/não-pessoal¹⁸. Neste sentido, a oposição masculino/feminino é mantida em quase todas as línguas, mesmo de formas diferenciadas.

Na perspectiva funcionalista, a autora cita André Martinet, para quem o gênero pode cumprir uma função comunicativa em relação aos “fatos de derivação” que se referem à natureza dos seres e das coisas designadas. Segundo essa abordagem, o gênero “deve ter nascido de qualquer desejo de comunicação”, e ele ensaia explicar a sua existência no caso onde a distinção dispõe de uma razão de ser comunicativa, como os pronomes. No que concerne ao indo-europeu, essa distinção masculino/feminino se ampliaria analogicamente dos pronomes até a marca de gênero dos adjetivos e dos substantivos. Mas a autora não se satisfaz com este argumento pelo fato de que, se há apenas a necessidade da língua ter uma ordem funcional, não haveria razão para que tal categoria estendesse sua oposição para outros domínios de aplicação, como o léxico, contradizendo o princípio da simplicidade e da economia linguísticas. A título de exemplo, a autora (idem, p. 20) cita casos de termos do francês, como “le verre” (o copo), para o masculino e “la bouteille” (a garrafa), para o feminino, e se pergunta que tipo de função comunicativa pode haver nesta diferença. Yaguello (1978) acrescenta uma nova acepção de Antoine Meillet em relação a essas formas linguísticas. Ela o cita:

As inovações linguísticas procedem, em parte, de fatos anatomo-fisiológicos e psíquicos; mas o que fixa as normas e determina o seu desenvolvimento são as condições sociais em que se encontram os sujeitos falantes (...) Se quisermos levar em conta de que as línguas que possuem uma distinção do masculino e do feminino, o feminino é sempre a forma derivada do masculino, jamais a forma principal, podemos evidentemente considerar a situação social do homem e da mulher na época quando se fixaram essas formas gramaticais¹⁹. (MEILLET [1921] apud YAGUELLO, 1978, p. 116)

¹⁸ Há ainda outros sistemas de classificação mais complexos, como as do grupo *Bantu*, da África. Em algumas delas, há um sistema de classificação de até seis gêneros diferentes, como sólido/líquido, grande/pequeno, plano/em relevo etc.

¹⁹ Les innovations linguistiques procèdent, en partie, de faits anatomo-physiologiques et psychiques; mais ce que fixe les normes et détermine leur développement, ce sont les conditions sociales où se trouvent les sujets parlants. (...) Si on veut se rendre compte de ceci que dans les langues qui ont une distinction du masculin et du féminin, le féminin est toujours dérivé du masculin, jamais la forme principale, on ne le peut évidemment qu'en songeant à la situation sociale respective de l'homme et de la femme à l'époque où se sont fixées ces formes grammaticales.

Meillet se refere às línguas indo-europeias, cujo gênero é produto de fragmentos do que seria uma espécie de inconsciente coletivo depositado na formação das categorias linguísticas por um estado arcaico de sociedade. Ele demarca a situação social da relação entre homens e mulheres nessa sociedade que instaurou tal dicotomia na formação da referida classe gramatical, apesar de acreditar que, com o decorrer dos tempos, essa diferença perdeu toda a sua significação. Nesta mesma direção, Edward Sapir levanta uma hipótese parecida a respeito da formação da categoria de gênero. Se na atualidade essa categoria é uma forma vazia de significação, em algum passado remoto, ela poderia ter sido instaurada por algum conceito para cumprir uma exigência classificatória. Para ele, essa conexão foi instituída em um passado mítico onde o inconsciente da raça humana realizou seu primeiro inventário da experiência, fundando-se em classificações prematuras que não admitiram correções posteriores. Tal herança pesou sobre as línguas de seus descendentes, que não mais concordavam com ela, mas tampouco tinham força para desfazer-se dela. Esse dogma, cristalizado pela tradição, se transformou em formalismo; assim, o gênero não é nada mais do que a sobrevivência de uma forma irracional imposto pela tradição²⁰. Desse modo, seria impensável que a diferença sexual fosse um critério semanticamente capaz de fundar as bases de uma categorização: “pareceria a mim mesmo forçado pensar que dois conceitos grosseiramente materiais e acidentais do ponto de vista filosófico, como o masculino e o feminino, constituam um meio de conexão entre qualidade e pessoa, entre pessoa e ação (...)” (SAPIR [1921] apud VIOLI, idem, p. 21).

Recorre-se, então à ideia aristotélica de acidente para atribuir à diferença sexual um estado secundário e desimportante e, portanto, incapaz de influenciar na ordem profunda da língua; sua realização na língua se deve à convenção, quer dizer, à “tirania do uso, mais do que um desejo expressivo concreto” (MEILLET apud VIOLI, idem, p. 21). Diante do levantamento de todos esses argumentos, ainda resiste a dúvida esboçada pela autora sobre o fato de uma característica acidental ter a capacidade de condicionar os tipos de categorizações

²⁰ « Il semblerait presque que, à un moment donné du passé, l'inconscient de la race humaine ait accompli un inventaire hâtif de l'expérience, s'en soit remis à des classifications prématurées qui n'admettaient pas de corrections et ait donc fait peser sur les héritiers de sa langue une science dans laquelle ces derniers ne croyaient plus et qu'ils n'avaient pas la force d'abattre. C'est ainsi que le dogme, rigidement imposé dans la tradition, se cristallise en formalisme. Les catégories linguistiques constituent un système d'épaves dogmatiques et il s'agit de dogmes de l'inconscient » (Sapir, 1921, apud Violi, 1987, p. .21)

²¹ « Il semblerait même plutôt forcé de penser que deux concepts grossièrement matériels et accidentels du point de vue philosophique, comme le masculin et le féminin, constituent un moyen de connexion entre qualité et personne, entre personne et action (...).

inconscientes, resultado do “inventário coletivo” aventado por Sapir e presente em quase todas as línguas.

Segundo a hipótese contrária, defendida pela autora, as categorias linguísticas são motivadas pela aplicação de uma significação anterior, uma aplicação extralinguística em si, mas já simbolizada no momento em que a distribuição nominal se organiza segundo categorias precisas. Para examinar tal fato, Violi analisa as principais oposições que constituem as categorias gramaticais determinantes nas línguas indo-europeias, que são as oposições masculino/feminino, animado/inanimado e humano/não-humano. Ela observa que há uma certa oposição semântica subjacente a estes traços, como a diferença biológica entre os sexos, oposição entre o que é dotado de vida e o que é privado dela e ainda a separação entre o ser humano do resto do universo. Ela acredita que essas oposições fundamentais são justamente aquelas que foram denominadas pelos antropólogos como estruturas que geram significado, oposições semânticas profundas, de base, nas quais se articulam as categorias que fundam a experiência, cujo grau de correspondência entre elas, categoria e experiência, varia de uma língua para outra.

Essas oposições, de acordo com Violi, são apresentadas em diversos níveis em quase todas as línguas: o gramatical, o semântico e o “natural”, que estão em conexão, mas não são totalmente equivalentes. É a simbolização operada pela língua que assegura a um desses níveis, neste caso, o nível gramatical, considerado o mais vazio do ponto de vista da significação, o traço semântico que deriva de uma oposição “natural” já simbolizada. É por isso que o gênero, como categoria gramatical, tende a ser percebido pelos sujeitos falantes como o reflexo de uma “ordem natural” das coisas, de sorte que não são mais as palavras que são masculinas ou femininas, mas as próprias coisas às quais elas se referem.

Dito de outro modo, não é o dado natural da diferença dos sexos, de um acidente biologicamente construído que estrutura as categorias linguísticas, mas é a simbolização que essa diferença já sofreu que, sob essas modalidades anteriores e independentes, constitui o lugar de aplicação de significação que se reflete sob as formas linguísticas determinadas. Nessa perspectiva, a diferença sexual é concebida como uma estrutura já significante, já simbolizada e capaz, por seu turno, de produzir significações e simbolizações. Dessa forma, a língua pode semantizar diferentemente esses termos da oposição e expressá-los a seu modo no nível da superfície lexical. Isso é possível porque, do ponto de vista linguístico, a significação da oposição entre os termos masculino/feminino não é substancial, mas relacional. Por esta razão, ela pode distribuir diferentemente, sob formas variantes, de uma língua para outra.

Uma última observação feita por Violi diz respeito aos efeitos de significação que essa base semântica da categoria do gênero pode engendrar nos discursos e na percepção dos sujeitos falantes. As opiniões entre os linguistas são divergentes. Segundo a autora, Sapir defende que não há nenhuma relação entre o gênero e o imaginário dos falantes. Outros estudiosos reconhecem certa influência do gênero sobre a percepção, apesar de reduzirem-na a um efeito improdutivo determinado pela forma linguística e outros ainda negam esse efeito inclusive sobre o plano metafórico da linguagem. A pesquisadora atenta-se para o fato de que em alguns casos o gênero das palavras pode se apresentar à consciência do sujeito falante como uma forma casual e abstrata, a qual o sujeito não consegue atribuir uma significação originária ou uma valência semântica profunda, mas apenas uma imposição mecânica. No entanto, ela sustenta que a forma linguística distintiva e opositiva continua a funcionar como possibilidade para engendrar significações e metáforas, produzidas por certos elementos do mundo natural e que contribui para a formação de novas significações. Oposições semânticas profundas que representam os fundamentos gerais do mundo natural e da experiência, como luz e escuridão, dia e noite, sol e lua, terra e céu, fogo e água fornecem uma espécie de configuração significativa que resulta na produção de um simbolismo sexual e constroem as representações mais “arcaicas” do feminino/masculino, cujo valor é sempre relacional, opositivo e distintivo.

Sobre isso, Yaguello (idem) enfatiza a presença da oposição masculino/feminino nas representações simbólicas coletivas que se configura também na língua e afirma que nem mesmo os linguistas que se esforçaram em negar uma função de simbolização das formas linguísticas escaparam de considerações que retornavam justamente à representação de uma visão de mundo pelo gênero. Além de Meillet, ela também cita Roman Jakobson, que problematiza a função metafórica do gênero:

Mesmo uma categoria como a do gênero gramatical, que a consideramos muitas vezes como puramente formal, desempenha um grande papel nas atitudes mitológicas de uma comunidade linguística. Na Rússia, o feminino não pode designar uma pessoa do sexo masculino, e o masculino não pode caracterizar uma pessoa como pertencente especificamente ao sexo feminino. A maneira de personificar ou de interpretar metaforicamente os nomes inanimados é influenciada pelo gênero (...)²². (JAKOBSON [1959] apud YAGUELLO, idem, p. 117)

²² Même une catégorie comme celle du genre grammatical, que l'on a souvent tenue pour purement formelle, joue un grand rôle dans les attitudes mythologiques d'une communauté linguistique. En russe, le féminin ne peut désigner une personne de sexe masculin, et le masculin ne peut caractériser une personne comme appartenant spécifiquement au sexe féminin. La manière de personnifier ou d'interpréter métaphoriquement les noms inanimés est influencée par leur genre (...).

Jakobson observa os problemas de tradução da literatura e da poesia russa para o eslavo, por exemplo, mas essa reflexão poderia ser estendida para qualquer tipo de manifestação artística que necessitasse demarcar objetos que se expressariam pela metáfora da dicotomia sexual. O linguista observa que objetos inanimados que se investem de simbolismo sexual designados por nomes masculinos podem ser traduzidos em outra língua para nomes femininos, e vice-versa, o que poderia acarretar em uma perda da potência metafórica na obra. Yaguello (idem, p. 119) cita o caso do filme de Ingmar Bergman, *O sétimo selo*, em que se pode observar a incoerência da personagem Morte, manifestadamente um homem (inclusive, o gênero de “morte” em sueco é masculino) e, em francês, sua legenda precisou ser substituída pelo feminino.

Violi também observa as transformações simbólicas pelas quais essas oposições podem passar de acordo com as mudanças nos paradigmas culturais das sociedades. Sobre essa temática, a pesquisadora retoma o trabalho de Markale [(1972) apud VIOLI, 1987, p. 26] para explicar a inversão de gênero na atribuição dos princípios femininos e masculinos a partir do simbolismo do sol e da lua em que, no indo-europeu primitivo, o primeiro era classificado como feminino e o segundo, masculino. A mudança de gênero ocorreu em paralelo ao fortalecimento e consolidação da sociedade patriarcal, representado pelo enfraquecimento do culto da deusa-mãe em favor do deus-pai. Nessa nova forma de significação, o sol representaria agora o princípio masculino, ativo e viril, enquanto a lua se tornaria um atributo feminino de passividade, simbolização estendida para as mitologias grega e latina, em que Febo-Apolo conduz o carro solar em oposição a Diana-Artemis, simbolizada pelo falso lunar. Assim, Violi acredita que a construção “figurativa” da metáfora sexual já fora inscrita na língua a partir da organização opositiva e relacional dos termos masculino/feminino em um nível mais profundo da organização semântica, no nível elementar da própria significação.

Além da observação da metáfora sexual opositiva e relacional, Yaguello (idem) também aponta para outros campos semânticos que estruturam outras metáforas para a mulher, que se apresentam sempre no domínio da sexualidade: o campo animal, o campo alimentar, o campo dos objetos utilitários são alguns dos exemplos²³; inclusive muitos desses termos já são dicionarizados em relação à mulher. Violi (idem) acredita que a simbolização do feminino pela

²³ Este estudo pode ser encontrado em dois capítulos do livro “Les mots et les femmes” (As palavras e as mulheres), de Marina Yaguello: no Capítulo IV, “La langue du mépris” (A linguagem do desprezo), e no capítulo V, “Faut-il brûler les dictionnaires?” (É preciso queimar os dicionários?).

metáfora sexual parece girar sobre os dois eixos, também dicotômicos: o da sexualidade como utilização e o da sexualidade como valor, que podem ser representados respectivamente nas oposições mãe/prostituta e mulher bela (portanto, desejável)/mulher feia (indesejável). Consoante Yaguello, as mulheres que fogem dessas representações são a heroína (santa), a pretenciosa, a chata e a mulher-macho. Neste sentido, as mulheres parecem ser sempre reportadas à esfera da sexualidade, onde elas não são sujeito, apenas objeto inscrito nos dados biológicos que as definem: a sexualidade e a reprodução. Inscrição que é tomada e demarcada em relação à oposição masculina, do grupo dominante que, segundo a linguista, tem a prerrogativa de nomear inclusive o grupo dominado.

A metáfora sexual que delimita esse duplo na interpretação do mundo não se apresenta apenas nas construções míticas, nas gírias e estereótipos populares ou no espaço da arte. Apesar de alguns linguistas negarem essa relação e influência, Yaguello (idem, p. 121) demonstra que alguns estudiosos da linguagem observaram que determinados elementos linguísticos, como sufixos e até mesmo um único fonema, poderiam salientar a associação entre gênero e alguma outra qualidade relacionada a objetos no mundo. Dessa vez, Jespersen (idem) aponta uma correspondência do som com qualidades como pequenez, fragilidade e delicadeza, associadas, em última instância, às mulheres:

A vogal [i], especialmente em sua estrita e fina variedade, é particularmente apropriada para expressar o que é pequeno, fraco, e insignificante, ou, por outro lado, refinado e delicado. Ela é encontrada em um grande número de adjetivos em várias línguas, como, *little, petite, Magy*; do húngaro, *kis*; do inglês, *wee, tiny* (crianças frequentemente pronunciam *teeny* [ti.ni]), *slim*. Do Latim, *minimus*, do grego, *micros*. Além disso, em muitas palavras utilizadas para designar pequenas crianças ou pequenos animais (o último frequentemente utilizado como palavras graciosas ou depreciativas para crianças), como *child* (antigamente como som de [i]), do alemão *kind*; do dimanarquês, *pilt*; do inglês, *kid, chit, imp, slip, pigmy, midge*; do espanhol, *chico*. Ou para pequenos objetos: *bit, chip, whit*; do latim, *quisquillice, mica*; do inglês *tip, pin, chink, slit*... A mesma vogal é encontrada nos sufixos diminutivos em uma grande variedade de línguas, como no inglês -y, ‘ie (*Bobby, baby, auntie, birdie*), (...) como pequenez e fraqueza são frequentemente tomados como características do sexo feminino, eu suspeito que o sufixo -i em língua ariana, como em sânscrito *Vrki* “ela-lobo”, *napti*, “sobrinha”, originalmente denota pequenez (“wolfy”), e da mesma forma, encontramos a vogal [i] em muitos sufixos femininos; como do Latim -itta (*Julitta, etc.*, de onde vem do francês -ette, *Henriette, etc.*), -ina (*Carolina*) (...)²⁴ (JESPERSEN, 1921, p. 402) [tradução nossa]

²⁴ The vowel [i], especially in its narrow or thin variety, is particularly appropriate to express what is small, weak, insignificant, or, on the other hand, refined or dainty. It is found in a great many adjectives in various languages, e.g. *little, petite, piccolo, piccino, Magy. kis, E. wee, tiny* (by children often pronounced *teeny* [ti.ni]), *slim*. Lat. *minor, minimus*, Gr. *mikros*; further, in numerous words for small children or small animals (the latter frequently

Nesse trecho, ressaltamos uma associação essencialista, produzida pelo linguista, entre uma atribuição de características para o fonema /i/ (que também se estende para o sufixo que indica o diminutivo, *-itta*, *-ette*, *-ina*) que bem expressaria uma variedade de ideias que se relacionam com um estado de delicadeza, fragilidade e refinamento. Em seus exemplos, Jespersen enumera palavras que terminam com tal fonema e cujo significado compartilha do campo semântico já delimitado por ele. É importante ressaltar que, além de associar tais características ao sexo feminino, ele também as relaciona com as crianças e com os animais pequenos. Dito de outro modo, podemos depreender que a forma fônica /i/, e suas variações alofônicas, segundo o linguista, se relaciona com determinadas características que, por sua vez, são associadas “naturalmente” a determinados seres no mundo: as mulheres, ao lado das crianças, humanos considerados incapazes, e os pequenos animais, que podem ser classificados com o traço não-humano. Partindo do pressuposto de que há um duplo oposto e distintivo, essa observação de Jespersen daria “naturalmente” aos homens adultos, “dotados de razão”, características de força, poder e virilidade, indicando mais uma dupla que se associa ao masculino/feminino, respectivamente: a agentividade e a passividade.

As categorias de humanidade, de agentividade e sexo também foram os temas abordados por Michard (2003) em seu trabalho. A pesquisadora corrobora a ideia de que é comum nos estudos linguísticos utilizar as noções de humanidade e sexo nas análises do sentido dos termos que designam homens e mulheres e nas análises do sentido do gênero gramatical, quando estes estabelecem a significação de sexo. Sua pesquisa objetiva discutir se há uma simetria semântica entre os traços de humanidade e os traços de sexo, sob dois pontos de vista, o linguístico e o sociológico. Ela postula que, do ponto de vista gramatical, não há possibilidade de analisar se há um funcionamento dissimétrico nos discursos sobre os sexos. A autora aventava a hipótese de que, do ponto de vista sociológico, a correspondência simétrica entre as categorias de sexo e humanidade para cada sexo é desigual no que diz respeito ao efeito ideológico da relação de apropriação do traço marcado e específico (o feminino) pelo traço não marcado e, por isso, genérico (masculino), em que o traço secundário (masculino/feminino) se torna essencial, e o

used as endearing or depreciative words for children), e.g. child (formerly with [i] sound), G. kind, Dan. pilt, E. kid, chit, imp, slip, pigmy, midge, Sp. chico, or for small things : bit, chip, whit, Lat. quisquillice, mica, E. tip, pin, chink, slit . . . The same vowel is found in diminutive suffixes in a variety of languages, as E. -y, -ie (Bobby, baby, auntie, birdie, ...) As smallness and weakness are often taken to be characteristic of the female sex, I suspect that the Aryan feminine suffix -i, as in Skr. vrki “she-wolf”, napti “niece”, originally denotes smallness (“wolfy”), and in the same way we find the vowel [i] in many feminine suffixes; thus late Lat. -itta Julitta, etc., whence Fr. -ette, Henriette, etc.), -ina (Carolina) (...)

traço que representa o sexo dominante se torna o representante genérico e universal da humanidade.

Para confirmar sua hipótese, Michard fez um levantamento dos postulados dos linguistas relativos aos traços semânticos acima referidos e propôs sua divisão em duas partes distintas. A primeira consiste em analisar os discursos sobre o gênero que apareceram desde os anos 1920 até os anos 1975, com o intuito de verificar o impacto das transformações da apreensão do gênero em linguística, que haviam sido impulsionadas pelos movimentos feministas. A segunda parte deste trabalho objetiva analisar o período de 1975 até a atualidade²⁵. Para proceder com tal análise, a pesquisadora utiliza esses termos linguísticos de duas formas: pelo conhecimento, ao qual chamamos de conteúdo científico, e pelos pressupostos ideológicos que esses termos veiculam.

Esses discursos são classificados em duas partes. A primeira parte diz respeito às características formais dissimétricas com referência à oposição masculino/feminino em relação à categoria humanidade. Michard faz um levantamento sobre os posicionamentos dos linguistas em relação ao tema, de onde destaca a primeira característica formal dissimétrica em relação ao gênero. Esse postulado que se mostrou unânime entre os linguistas foi o de que o traço semântico de humanidade é o mais importante, sendo o masculino/feminino um subtraço do primeiro. A autora cita Meillet como um dos linguistas que defendem essa ideia, cujo princípio é retomado sob outras abordagens por Martinet e Fodor. Trata-se do ponto de vista da linguística histórica, referida por Violi (1987) anteriormente. Michard ainda destaca a hipótese da absorção do traço /humano/ pelo traço /masculino/. A autora lembra que, segundo Meillet, a forma feminina derivou de uma forma específica a partir do gênero animado, da oposição animado/não animado que se aplicava aos dois sexos. Posteriormente, o gênero passou a ser chamado de masculino, relacionando-se ao seu específico feminino, mas permaneceu idêntico à sua forma antiga.

A segunda característica notada por Michard refere-se a uma abordagem sincrônica do francês que leva em conta o léxico, a qual postula que o gênero feminino é descrito como uma

²⁵ A apresentação dos resultados do artigo da autora que ora referenciamos corresponde às análises dos trabalhos referentes à primeira parte. Fizemos uma pesquisa bibliográfica a respeito da divulgação de resultados da segunda parte do trabalho, mas não a encontramos. No entanto, julgamos que a apresentação das pesquisas das autoras citadas nas páginas anteriores possa suprir em parte os objetivos referentes ao segundo período das análises de Michard. Desse modo, a pesquisadora apresenta as principais características da análise dos textos de cerca de 10 linguistas, representativos dos diferentes pontos de vista do primeiro período. São os autores frequentemente citados nas pesquisas críticas do segundo período. São eles: “Antoine Meillet (1948), Otto Jespersen (1924), Jacques Damourette e Édouard Pichon (1930), Marguerite Durand (1936), Roman Jakobson (1939, 1959), Louis Hjelmslev (1933, 1956), André Martinet (1956), Istvan Fodor (1959), Jean Dubois (1965) e André Joly (1975)” (Michard, *idem*, p. 67).

derivação morfológica do gênero masculino. Essa hipótese é defendida por Durand e sobretudo por Dubois. Este último, inclusive, aponta para uma terceira característica observada por Michard, quando analisa tal categoria de um ponto de vista gramatical, e declara que o gênero masculino é mais forte que o gênero feminino, uma vez que a flexão do plural é produzida no masculino no caso de concordância de adjetivos, retomadas pronominais e participios em relação aos nomes coordenados dos dois gêneros, masculino e feminino.

A segunda parte abordada por Michard diz respeito às características dissimétricas relacionadas à semântica. A primeira delas citada pela autora é defendida por Jakobson, Hjelmslev, Meillet, Damourette e Pichon, Durand e Dubois, a qual compreende que o gênero masculino tem uma capacidade referencial maior do que aquela do gênero feminino. Este último se aplica especificamente às mulheres, ao passo que o gênero masculino se aplica aos homens, mas também a grupos mistos, de homens e mulheres, como já foi discutido anteriormente. Esta característica aponta para uma outra que atribui ao gênero masculino um valor maior do que o feminino. Alguns linguistas notam que, em se tratando de uma mulher, a expressão de qualidade em um domínio seria superior se a expressão de qualidade se apresentasse no gênero masculino. Michard cita um exemplo de Jespersen, que diz que “grande poeta” é uma apreciação superior em relação à “grande poetisa” (idem, p. 68). Como exemplo, na sentença “Ela está na lista das melhores poetisas da atualidade”, a qualidade indicada é marcada em um grupo específico: o das mulheres poetisas. Porém, se a sentença utilizada for “Ela está na lista dos melhores poetas da atualidade”, tal formulação expressa uma qualidade maior uma vez que o grupo a quem o sujeito da oração é comparado é maior e mais diverso: trata-se de homens e mulheres que produzem poesia.

Um fato inverso também merece atenção. Na premiação do Globo de Ouro de 2018, um evento ocorrido em Los Angeles, nos EUA, em que se premiam profissionais do cinema e da televisão do mundo inteiro, uma declaração da atriz Natalie Portman chamou a atenção dos convidados do evento, da imprensa e dos fãs do audiovisual. Ao lado do diretor Ron Howard, ela foi incumbida de apresentar os indicados e o vencedor na categoria de melhor diretor. Howard começa: “estamos honrados de estar aqui para apresentar o prêmio de melhor direção”. Numa espécie de jogral, ele se afasta da tribuna e do microfone e dá lugar e fala à atriz, que completa a apresentação dos nomes indicados: “and here are all male nominees”²⁶, “e aqui estão

²⁶ O vídeo da apresentação do prêmio pode ser acessado neste endereço eletrônico: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/08/cultura/1515377142_618800.html
Acesso em 25 de janeiro de 2018.

todos os homens indicados”. Talvez em outros tempos, o genérico masculino “prêmio de melhor diretor” não motivasse a fala da atriz. No entanto, sua fala enfatiza que o genérico não era tão genérico assim na premiação; apesar de haver na indústria audiovisual diretoras que poderiam estar entre as indicadas para concorrer ao prêmio deste ano (segundo as opiniões de críticos e de especialistas do audiovisual), só havia nomes de diretores do sexo masculino no envelope. Soma-se a isso todo o movimento de denúncias de assédio moral e sexual que abalou a indústria do cinema na atualidade, o que torna a fala da atriz muito mais do que apenas uma necessidade de se especificar o gênero dos agraciados da premiação.

Assim, Forel (idem, p. 32) defende que há situações em que a variável sexual não seria desejável, pois não teria nenhum papel a desempenhar. Ao contrário, marcar a especificidade do sexo feminino, como nos primeiros exemplos que foram apresentados poderiam dar provas de sexismo. A autora acredita que se deve procurar contornar a dificuldade e distinguir as situações em que é importante a referência ao sexo daquelas que não o são. Michard (idem) compartilha dessa mesma posição, afirmando que é preciso levar em consideração a presença e a ausência de significação de gênero. Certas formas gramaticais classificadas como gênero masculino tem um uso mais amplo, completamente separadas da significação de sexo, uma vez que o significado do gênero masculino é menos determinado do ponto de vista do traço semântico de sexo em relação ao gênero feminino. Não se poderia, por exemplo, achar sexista o uso do pronome masculino “il”, como em “Il pleut” (“Chove”, em francês), uma vez que tal termo não retoma nenhum outro, mas cumpre uma posição de tema em uma língua cuja regra implica sempre o preenchimento desta posição.

E um último ponto mencionado por Michard tem estreita relação com os outros dois primeiros, uma vez que assinala o fato de que certos nomes de profissões do gênero feminino são desvalorizados e, por isso, não são muito utilizados. A linguista cita então Dubois para exemplificar essa afirmação com os exemplos de “doctoresse” (“doutora”; tal exemplo não funcionaria no português como o faz no francês) e “chefesse”, “chefe de cozinha”, termo bastante comum em seu genérico quando, aplicando a regra de formação mais profícua para feminino, poderia ser traduzido para o português como “chefa de cozinha”, o que pode soar, em seu uso, uma espécie de ironia em um ambiente de trabalho. Consoante Michard, Dubois acredita em uma razão puramente formal para justificar o pouco uso do termo no feminino: este sendo o gênero marcado morfológicamente é frequentemente menos utilizado que o gênero masculino e que, por isso, pode implicar valores afetivos, melhorativos ou até mesmo pejorativos.

Yaguello (idem) e Aebischer e Forel (idem) analisam também essas dissimetrias a respeito da formação e ao uso de termos femininos para profissões. As autoras destacam o fato de que pesquisadoras feministas conseguiram empreender reformas na língua, principalmente as feministas americanas, intervenção que Yaguello denominou de “ação voluntarista sobre a língua” (idem, p. 228). Elas citam, como exemplo, a adoção do termo *Ms* em formulários do Congresso Americano, em substituição dos termos *Miss* (Senhorita) e *Mrs* (Senhora), gesto que indica o desejo de eliminar a categorização feminina pelo seu estado civil. Essa questão tornou-se bastante importante no que concerne às representações das individualidades. É muito comum observar o uso que ativistas e militantes de movimentos pela igualdade de gênero fazem desses termos genéricos nas redes sociais, substituindo a vogal que marca a desinência de gênero por algum outro símbolo ou letra, frequentemente o “@” ou o “X”, para anular a marcação do gênero masculino em palavras no plural que se referem às pessoas de qualquer gênero. Sobre isso, Nora Galli de’Paratesi (1991) aponta para um forte fator extralinguístico, concernente à situação feminina, que diz respeito às reformas lexicais, uma vez que este nível está mais sujeito às mudanças do que o são as estruturas gramaticais.

Houdebine-Gravaut (2003), que participou da comissão de feminização dos nomes de profissões na França, em 1984, testemunhou os ataques virulentos de vários setores da sociedade às “damas da comissão”, como foram nomeadas ironicamente. Essa reação, de acordo com a linguista, demonstra o jogo político e simbólico no qual está inserido a feminização dos nomes de profissão que, por sua vez, aponta, de certo modo, para uma determinada feminização do poder e também para a sua rejeição. Trata-se, sobretudo, como afirma a linguista supracitada, de fazer com que as jovens meninas, antes inferiorizadas pelo apagamento linguístico e social, se identifiquem com a imagem da profissão na esfera social, abordando-as diferentemente. A feminização dos nomes de profissão, segundo Houdebine-Gravaut, permite que as mulheres apareçam como profissionais no espaço público, integrando-as à nova realidade nas novas designações.

Da mesma forma, Dister e Moreau (2006), em seu trabalho sobre a designação de profissões para mulheres na França e na Bélgica, nos jornais e nas campanhas eleitorais de 1989 e de 2004, perceberam dois movimentos ligados à feminização dos nomes de profissões. O primeiro diz respeito ao ato de designar mulheres que assumiram posições sociais até então ocupadas por homens por palavras masculinas, como advogados, ministros, deputados etc., baseados na ideia da absorção do traço semântico /humano/ pelo traço masculino, transformando este no genérico universal. Um movimento começa a contestar esse uso, mas

recebe críticas de alguns setores da sociedade, até que um segundo movimento, ligado às feministas, se insurja contra o uso genérico masculino para designar as mulheres. Esse grupo reivindica, então, a utilização das designações femininas para as profissões de prestígio, principalmente as que diziam respeito à esfera política. Essa posição favorável à feminização dos nomes de profissões sublinhava o caráter ideológico subjacente às escolhas gramaticais, evidenciando a ligação entre gênero utilizado para designar as mulheres e a concepção do lugar que elas ocupam na sociedade. Já os argumentos dos que se opunham a essas designações das profissões no feminino se situavam no terreno linguístico: “as formas novas já foram consagradas em um outro sentido”, “elas são disfônicas”, “elas são inúteis, sendo o masculino genérico”, “os termos masculinos não se referem às pessoas, nesse caso, mas a funções”, “as formas femininas novas não receberam o respaldo da Academia²⁷” (idem, p. 6).

Esses argumentos contra a feminização do léxico são análogos ou até mesmo idênticos aos da retórica reacionária de que fala Marc Angenot (2015), quando trata da noção de arsenal argumentativo. O autor cita o historiador e filósofo Albert Hirschman, que compilou toda a argumentação antiprogressista desde a Revolução Francesa até a atualidade, representada pela direita norte-americana, que se caracteriza pela sua posição contrária aos “liberais”, seu feminismo, ‘sua discriminação positiva’ e seus programas sociais” (idem, p. 101). A partir desse material, elencou três tipos de objeções recorrentes, quais sejam: o argumento da inocuidade, o argumento do risco e o argumento do efeito perverso. Dessa classificação, parece que o argumento da inocuidade é o que surge de maneira mais contumaz. Citemos Angenot (idem) a respeito da definição do argumento da inocuidade: “a reforma proposta não é profícua, pois não mudará a natureza das coisas. As coisas retornarão, não importa o que façamos, àquilo que elas são por natureza” (idem). É a mesma direção argumentativa da reação à feminização do léxico referente às profissões. É a ideia de que “sempre foi assim” e “sempre funcionou bem”, logo, “não há motivo para criar novas palavras”.

Além desta observação sobre a recepção das designações dos termos no feminino, o trabalho de Dister e Moreau (idem) também se propôs a investigar as práticas feminizantes dos partidos políticos diversos, de como as candidatas foram designadas nas eleições europeias na Bélgica e na França, em 1989 e 2004. A escolha dos termos está associada às opções políticas expressadas em termos do posicionamento no eixo direita/esquerda. Na França, os jornais que

²⁷ Par ailleurs, alors que l’argumentaire des opposants à la féminisation se situe pour l’essentiel sur le terrain linguistique (“Les formes nouvelles sont déjà consacrées dans un autre sens”, “Elles sont dysphoniques”, “Elles sont inutiles, le masculin étant générique”, “Les termes masculins renvoient en ce cas non à des personnes, mais à des fonctions”, “Les formes féminines nouvelles n’ont pas reçu la caution de l’Académie”, etc.)

aplicam de maneira mais recorrente a feminização desses termos são acusados de traduzir assim seu pertencimento à esquerda do espectro político. As autoras consideraram três hipóteses, das quais as duas primeiras foram provadas e a terceira o fora em parte: as formas femininas progrediram e sua proporção ficou muito mais elevada em 2004 do que em 1989; o pertencimento político condiciona as escolhas linguísticas, em particular aquelas que concernem o gênero das denominações; e, por último, o emprego do masculino concerne sobretudo às profissões de prestígio.

Ainda na esteira da problemática da feminização das denominações dos cargos e profissões, temos um outro exemplo que se tornou célebre na recente política brasileira. Desde que se tornou candidata à presidência do Brasil pelo PT em 2010, Dilma Rousseff fez questão de que fosse tratada como candidata a “presidenta” e, no exercício do cargo, como “presidenta”. Com sua vitória, houve uma discussão nas mídias, que transformou a querela em inúmeros artigos, entrevistas e declarações de especialistas sobre seu uso, tal como uma aula nacional de gramática. Como bem observaram Sargentini e Sá (2016), o uso do termo com a desinência no feminino, escolhido pela até então presidenta, não designa apenas uma simples escolha morfológica de que deriva uma composição lexical, mas manifesta também as preferências ideológicas no interior deste debate político-gramatical.

O jornal analisado, a *Folha de São Paulo*, quando utilizava o termo com a marcação do feminino, sempre o fazia com aspas, a fim de fixar a posição discursiva do outro e a sua própria postura contrária à modificação de gênero relativa à designação do cargo de presidenta, alegando, como forma de esconder seu posicionamento, a aplicação da regra geral do uso do termo comum de dois gêneros em seus textos. A crítica do uso do termo “flexionado” em detrimento do “padrão/neutro” evidencia também um desprezo às novas posições de poder ocupadas pelas mulheres. Resistir ao uso do termo no feminino é se dispor contra estas novas configurações sociais em que as mulheres ocupam, cada vez mais, em ambientes antes associados à presença masculina. Neste sentido, tanto o apagamento da desinência masculina produzida pela substituição gráfica para designar termos genéricos no plural quanto o uso da desinência de marcação de feminino em palavras que designam profissões, ou qualquer outro adjetivo são pequenas ações de resistência que desejam alcançar, em algum momento, e pela língua, a mudança de “paradigmas sobre as relações de gênero”.

De tudo o que foi levantado, Michard reconhece que, no primeiro recorte temporal feito para a realização de seu trabalho, os postulados dos linguistas analisados não consideraram os efeitos simbólicos das relações sociais de sexo na ordem da língua. Ela conseguiu identificar

apenas algumas vagas observações a respeito do estatuto particular das mulheres em relação ao uso dos nomes de profissão, cujo aparato teórico utilizado responde ao porquê da desvalorização de termos de profissão femininos em favor dos mesmos termos masculinos, função genérica deste último. Isso se dá, segundo a pesquisadora, pelo fato de que não se leva em conta as relações sociais, e a ideologia sexista se impregna no pensamento como uma evidência. A ideologia que naturaliza a indiferenciação entre o biológico e o social naturaliza também a relação de apropriação do gênero feminino pelo masculino, que não se restringe ao sexo feminino humano. As fêmeas animais também são consideradas, nesta perspectiva do natural-biológico, da agentividade e da passividade como propriedades naturalmente inerentes dos gêneros masculino e feminino, respectivamente.

Michard (idem) e Yaguello (idem) apresentam, por exemplo, os traços dessa apropriação por meio dos dicionários, descritos inclusive por Damourette e Pichon, que cristalizam os conceitos de termos como “homem/mulher”, “cão/cadela”, “cavalo/égua”, em que a contraparte feminina é conceituada como “a fêmea de/do”, ou a “esposa do”, ao invés de ser definida como “a fêmea da espécie...”. De acordo com as pesquisadoras citadas, este tipo de categorização e definição marca a presença da perspectiva naturalista da simetria do biológico e do social na “língua”, o que denota a oposição ativa/passiva relacionada à oposição homem/mulher e masculino/feminino, respectivamente. É neste sentido que Michard avança a hipótese de que os traços semânticos de sexo e de humanidade têm pesos inversos de acordo com as noções de mulher e de homem e, em consequência, dos gêneros masculino e feminino.

De acordo com suas análises, a linguista acredita que o efeito ideológico-cognitivo da relação de poder é ainda considerado no processo de simbolização, quando a apropriação da categoria de humanidade pela de sexo “humanas/mulheres” se inverte para mulheres/humanas, levando à seleção e à manipulação simbólica do traço do sexo, em que o secundário se torna essencial. É por este efeito simbólico-ideológico que a classe do sexo dominante se torna o representante absoluto da humanidade: o traço semântico /macho/, de qualificador relativo (ter *um* sexo), torna-se qualificador absoluto (ter *o* sexo). E em oposição, pela leitura sociossimbólica da perspectiva naturalista em relação a esses referentes, as mulheres seriam concebidas como não tendo o sexo. São homens castrados.

Violi (1987) também destaca que essa absorção ou fusão do traço de humanidade pelo termo /masculino/, que o faz tornar-se o termo genérico e universal, se manifesta no esquema binário que prevê as possibilidades + ou – nas classificações de vários linguistas, como Landendoen (1969) e McCawley (1968) [apud VIOLI, idem, p, 29), que optam pelo masculino

como elemento de base; o primeiro utiliza os pares /+ masculino/ e /- masculino/, e o segundo, os pares /+ macho/ /-macho/, para analisar as entradas lexicais referentes à informação semântica do traço de gênero. Outros, como Postal (1986) ou Chafe (1970) [apud VIOLI, idem], sequer incluem o traço negativo na informação semântica do léxico. Na ausência dessa especificação, cada termo de pessoa é assumido como “naturalmente” masculino. Essa indiferenciação, segundo Michard (2003), explicaria a escolha mais frequente do único traço semântico /macho/, declinado sob a forma positiva ou negativa, masculino/não-masculino, nas análises semânticas em traços distintivos. No quadro dessas análises, Michard sustenta a ideia de que os linguistas consideram a oposição de sexo como uma oposição entre contraditórios em que a negação de um traço equivaleria à afirmação do outro.

Assim, a linguista conclui que o valor universal do gênero masculino é uma evidência para os linguistas, mas que, desde os anos 1970, o significado genérico dos nomes masculinos tem sido amplamente questionado pelas linguistas feministas, a partir da observação de que os nomes masculinos potencialmente genéricos são aplicados aos homens somente. Porém, se, nessas análises, há o questionamento da atribuição genérica do traço masculino, o mesmo não acontece com o sentido do gênero feminino sob a ótica do estatuto do traço de sexo. Confunde-se, então, a aplicação de um termo a um referente e a conceitualização desse referente significado por este termo. Esse tipo de postura, segundo a autora, reforça a representação simétrica clássica da semântica dos dois gêneros: os gêneros masculino e feminino significariam semanticamente o sexo, e o sexismo se manifestaria pela utilização do masculino genérico, uma vez que este se refere raramente às mulheres, pela desvalorização dos nomes do gênero feminino, e a recusa de falar das mulheres exclusivamente com os termos do gênero feminino. A autora se pergunta de que maneira é possível nomear as mulheres. É neste sentido que Michard propõe uma análise sociossemântica para anular as contradições do discurso linguístico tradicional, que reconheceu as dissimetrias formais e semânticas, mas apresentou, no entanto, uma simetria de significados do gênero; ela propõe a substituição de uma apreensão dominante do sentido, do domínio das evidências naturais, por uma concepção de que a dimensão ideológica é inerente às relações de poder e que fornece à linguagem um estatuto de prática sociossimbólica que não faz da língua uma entidade separada de seus agentes sociais.

Reconhecer essa dimensão ideológica dos sentidos que se constituem pelas relações de poder é uma via para se questionar as práticas que incidem na própria relação entre a linguagem e o gênero. Como afirma a filósofa, psicanalista e linguista Luce Irigaray (1987), cujos trabalhos influenciaram o movimento feminista, principalmente o da segunda onda, “falar não é jamais

neutro”. Por isso, a autora defende ativamente, a partir dessa falta de representação feminina na linguagem, a ideia de uma mudança linguística. Uma linguagem em que a mulher não precise mais negar o seu sexo e o seu gênero, uma vez que o estatuto da diferença sexual está ligado àquela de nossa cultura e de suas linguagens, que têm engendrado a criação de valores supostamente universais, mas que na verdade implicam a dominação dos homens sobre as mulheres.

Nesta perspectiva, Irigaray acredita que é necessário expor o fato de que vivemos segundo os sistemas genealógicos exclusivamente masculinos, que fazem com que o feminino se torne uma realidade abstrata e inexistente, em função de sua categorização como o não-masculino. Dessa forma, nossa sociedade impôs às mulheres uma série de restrições às possibilidades de fala. Segundo a autora, as mulheres têm muita dificuldade de falar e de serem ouvidas como mulheres, porque excluídas e negadas pela ordem linguística patriarcal, e porque são vistas apenas como matéria e natureza e não como sujeitos. A fala, assim, é organizada como antagonista ao “ser mulher”. As que se atrevem a tomar a palavra precisam apagar sua subjetividade feminina, suas diferenças específicas, e assimilar a subjetividade masculina. É por isso que elas devem descobrir outras alternativas, além da renúncia e do silêncio. Elas só poderão liberar seus potenciais subjetivos, se elas se sentirem representadas na língua, para poderem garantir também as representações mais igualitárias na sociedade.

Constatamos, então, nos estudos que se propuseram a descrever e a analisar as diferenças de sexo e de gênero em suas relações com a linguagem, seja na performance linguística seja na análise de categorias formais da língua, em que há a manifestação, em boa parte dos trabalhos, de uma estereotipação e até mesmo de preconceitos no que concerne a fala feminina e ao uso de termos feminizantes. Em um primeiro momento, demonstramos brevemente como os discursos sobre a diferença de performance linguística entre os gêneros imputam à fala feminina uma valência negativa, ao passo que a realização linguística masculina é qualificada positivamente. Não importa quais as características encontradas na fala feminina (verificamos que determinadas características foram inclusive compartilhadas pelos falares masculinos e femininos), elas recebem sempre uma avaliação negativa em relação à fala masculina. Tal oposição se manifesta da seguinte maneira: a fala masculina é criativa, inovadora, desenvolvida, aperfeiçoada, reflexiva, possui uma relativa e cuidadosa lentidão e capacidade metalinguística. Já a fala feminina é simples, acomodada, conservadora, emotiva, pedante, verborreica, possui uma rapidez automática que impede a mulher de pensar e falar simultaneamente muito menos de pensar e falar sobre sua própria linguagem. As qualificações

eufóricas e disfóricas para um mesmo fenômeno apresentado igualmente por esses falares se ajustam conforme as posições sobre quem se fala, produzindo uma “naturalização” das diferenças e dos modos de expressão linguística dos homens e das mulheres e ainda uma concepção de fala que caracteriza a fala masculina como norma e a feminina como desvio.

Em seguida, observamos os discursos sobre a linguagem e a relação entre os gêneros no interior da própria Linguística. Esses discursos podem ser identificados pelas seguintes formulações: i) não há relação entre o sistema formal da língua e a realidade empírica e exterior; ii) há relação, mas: a) ela foi apagada, ou b) não indica dominação; e, por último, iii) há relação e dominação, marcada desde as menores unidades linguísticas até os desempenhos de fala pública das mulheres. Portanto, as formulações (i) e (ii) manifestam um discurso justificado pela “regra” da língua. Esses discursos, ao negarem, seja totalmente ou em parte, essa relação entre a língua e a realidade de dominação entre os gêneros expressam a ideia de que nada pode ou precisa ser feito para diminuir essas diferenças. Ao contrário: são esses discursos, por exemplo, que sustentam os argumentos da inocuidade, quando apresentamos o trabalho de Dister e Moreau (2003) e discutimos a reação que se estabeleceu contra a feminização dos nomes de profissões.

São as pesquisas que começaram a ser desenvolvidas na década de 1970 por linguistas e pesquisadoras, algumas delas declaradamente feministas, que pudemos vislumbrar um contraponto a esses discursos vigentes. Engendradas nos paradigmas da dominação, da diferença e da performance, os estudos sobre o gênero no interior da Linguística promoveram uma nova abordagem para compreender e elucidar essas relações desiguais do gênero e os sentidos que eles expressam na língua e na sociedade. Deslindar esses discursos que negam a desigualdade entre os gêneros é uma forma de denunciar a opressão, mas também de se apropriar da prerrogativa do poder dizer, pois como afirma Foucault (1996, p. 10), o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. E como bem indica Michard (2003, p. 78)²⁸, ao final de seu trabalho, “são as práticas discursivas que constroem os valores referenciais” dos sexos e dos gêneros, e são essas práticas que devem ser controladas, reformadas ou até mesmo transgredidas para que as mulheres possam ser “nomeadas” e se “fazer existir” nos discursos.

²⁸ “Ce sont en effet les pratiques discursives qui construisent les valeurs référentielles ». (Michard, 2003, p. 78)

Sobre a Análise do Discurso e os estudos de gênero

A Análise do Discurso surgiu no período de grande efervescência social, política e intelectual no ambiente francês do final da década de 60, como já fora discutido no início deste capítulo. Consoante Denise Maldidier (2011, p. 40), esta época foi marcada pelo triunfo do Estruturalismo como modelo para as Ciências humanas. Ao mesmo tempo, a releitura de Karl Marx empreendida por Louis Althusser renovava os discursos sobre a noção de ideologia e tornava possível uma abertura de um caminho em direção à psicanálise. Essa agitação intelectual se uniu com a ebulição política da época e ofereceu as condições de possibilidade para a emergência de um pensamento que Michel Pêcheux nomeou de “transversal”. Surgiram e/ou consolidaram-se, então, campos de saber interdisciplinares e o referido filósofo engajou-se na “aventura teórica do discurso” (idem, p.42), que, desde a criação de sua “máquina discursiva-estrutural” de leitura dos textos políticos, passou por formulações e reformulações até mesmo depois de seu desaparecimento em 1983.

Desde a emergência da AD, os trabalhos que surgiram a partir dos estudos de Pêcheux e seu grupo empenharam-se, em um primeiro momento, em entender o modo como a ideologia constitui o que se diz a partir de determinadas posições. Posteriormente, houve um crescente interesse em compreender as relações entre o interdiscurso e o intradiscurso. Mais tarde, passou-se a considerar a importância dos modos de circulação desses dizeres. Orlandi (2008, p. 9) afirma, então, que o processo de produção dos discursos deve ser concebido a partir da observação dessas três instâncias: a da constituição, que diz respeito à memória do dizer; a da formulação, em que se observa as condições de produção desses dizeres e, o da circulação, que se dá, de uma certa maneira, segundo determinadas condições. Ou como sintetiza Piovezani (2011, p. 164), “todo enunciado diz algo e necessariamente o faz de certo modo, valendo-se de um certo meio”. Destarte, a consideração dessas três instâncias permite ao analista apreender e analisar o que foi dito, como foi dito e em que espaços esse dizer circulou.

A observação da constituição, da formulação e da circulação dos dizeres no processo discursivo tornou-se mais premente, em grande medida, pelas relações entre a emergência das mutações históricas que reconfiguraram o campo da fala pública e o próprio projeto científico da AD, que teve como principal objeto de pesquisa, desde os primórdios da constituição da disciplina, o discurso político, manifestado em sua materialidade verbal. No entanto, as transformações nas formas de produção e circulação dos discursos levaram os pesquisadores a observarem e problematizarem outras materialidades, implicando também em novas

reformulações do dispositivo teórico de análise. Pêcheux trata, inclusive, em seu texto *Foi propaganda mesmo o que você disse?*, das mudanças na constituição, formulação e circulação dos discursos políticos, identificados na construção de formas breves, veiculadas nos acontecimentos políticos do Maio de 68, que significou, segundo Courtine (2011), uma consolidação da modernização política e cultural do capitalismo. Pêcheux retoma a acepção de Debray sobre essa nova forma de comunicação, pichadas nos muros do *Quartier Latin* ou aclamadas como gritos de guerra pelo movimento estudantil, as “línguas de vento” para contrapor às antigas formas monológicas da política.

Courtine (1989; 2003; 2006) empenhou-se em analisar essas transformações da comunicação política na contemporaneidade. As línguas de madeira – duras e herméticas, nas palavras de Piovezani (2007, p. 113) – foram substituídas pelas línguas de vento, os textos doutrinários, os grandes monólogos proferidos por um “líder” foram substituídos por “ecos anônimos”, por uma “voz sem sujeito (...), com esse efeito de apagamento da voz que enuncia” (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 167), que circula por outros meios. A fórmula “sociedade do espetáculo”, tão bem pensada por Guy Debord, em virtude de uma conjunção de fatores que inaugurou uma nova era da comunicação na sociedade, principalmente com o advento da televisão como principal meio de comunicação de massa, ajustou-se muito bem à comunicação política, implicando também, para o analista, a reconsideração das relações dos processos de constituição, formulação e circulação dos discursos políticos:

Poderíamos afirmar que as metamorfoses do discurso político estão condensadas no fenômeno da “espetacularização da política” que, por seu turno, envolve fatores de diversas temporalidades históricas, como a queda dos regimes totalitários, o “fim das ideologias”, a despolitização e a dissolução das massas, a intensificação do individualismo, o predomínio do âmbito privado sobre a esfera pública, o advento de novas tecnologias que acelerou os ritmos da vida e diminuiu os espaços do mundo, a apropriação de estratégias publicitárias pela fala política, as mudanças retóricas e as novas configurações semiológicas do discurso político televisivo. As alterações do discurso político derivam, promovem e consolidam transformações históricas e técnicas, de modo que nele se articulam novos valores e sensibilidades, novos meios materiais de transmissão, novas cenas enunciativas, novas discursividades e táticas retóricas, novas dinâmicas e configurações semióticas. (PIOVEZANI, 2009, p. 172)

Talvez possamos nos concentrar, em um primeiro momento, em apenas um dos fatores listados acima que, de alguma maneira, incide sobre alguns outros: a intensificação do individualismo. Tal condição fez emergir o fenômeno da “personalização do homem público”, resquícius da memória do “Estado-espetáculo” (COURTINE, 2011, p. 119), encarnado no rei

Luís XIV, o Rei-sol, a quem se atribui a frase “O Estado sou eu”, uma espécie de frase síntese do estado absolutista, cujo poder se concentrava na mão de um único homem, justificado por sua ascendência, a realeza do seu sangue. Na atualidade é o Estado-aparência que, mesmo numa democracia e na existência dos partidos políticos e dos seus respectivos projetos de governança e de suas mais variadas colorações políticas, faz destacar a figura do homem público, seja como candidato seja como sujeito já investido de um cargo executivo ou legislativo. É o homem público, em sua língua, corpo e voz, a personificação do Estado²⁹, “a peça indispensável na arte de governar” (idem, p. 117). Mas o sujeito político não se encarna apenas no aparelho estatal, tanto monárquico quanto democrático. Marlène Coulomb-Gully (2012, p. 21) ainda considera o fato de que, em um sistema de representação democrática em que há a figura do presidente, é comum supor a relação entre governante e governados, na qual o presidente da República sirva de operador que garantiria “a passagem do plural ao singular e da diversidade à unidade, por meio da produção de uma identidade coletiva”.

Essa personalização é corolária do “fim das ideologias” e da apropriação das estratégias publicitárias que modificaram sobremaneira o campo da fala pública, principalmente as que são engendradas e que se fazem circular no meio televisivo. O fortalecimento da imagem do sujeito político enfraquece a representação das siglas partidárias, que parecem agora ter apenas uma função de base de apoio do homem público³⁰. Este, ao carregar as “esperanças” do partido para ascender ao governo, necessita mostrar-se e mostrar-se bem.

Tudo se passa como se o corpo do homem político, há muito tempo mudo, tenha, de repente, começado a falar. As técnicas audiovisuais de comunicação política promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas fizeram do corpo um objeto-farol, um recurso central da representação política. É como se se passasse de uma política do texto, veículo de idéias, para uma política da aparência, geradora de emoções. (COURTINE, 2003, p. 25)

²⁹ Prova dessa personalização do sujeito político pode ser vislumbrada na justificativa dada aos civis apoiadores do golpe jurídico-parlamentar no Brasil, em 2015, diante do desastre do governo interino, que colocou em prática o projeto de governo da coalizão perdedora do segundo turno das eleições para presidente de 2014. Segundo os simpatizantes do golpe, a culpa da crise e das medidas impopulares tomadas pelo governo ilegítimo é dos eleitores que votaram pela coalizção liderada pelo PT, que tinha Dilma Rousseff como líder da chapa e Michel Temer como vice. A formulação mais frequente que circulava nas redes sociais era “quem votou em Dilma, votou em Temer”, o que indica a personalização do governo (de forma também ideologicamente deliberada) e o apagamento do princípio (ou da obviedade) do cumprimento do projeto vencedor nas urnas.

³⁰ Apesar de não ignorarmos que o sistema político brasileiro, por exemplo, estruturado pelo presidencialismo de coalizção, necessita (e muito) do apoio partidário para manter a máquina estatal governando. O que queremos enfatizar aqui é que, no mundo do espetáculo político, é o sujeito público (o presidente ou o chefe do poder executivo, seja em qualquer nível) que encarna, na encenação da política, as vitórias e os desastres de um governo.

Por essa razão, a televisão emerge como o principal meio de propaganda eleitoral, uma vez que ela é o *medium* pelo qual o político será visto, ouvido, escrutinado, e como se essa observação pudesse revelar-lhe a alma, as suas intenções. Piovezani nos recorda de um fato, hoje talvez considerado inconcebível, que nos reporta ao ano de 1968, quando um candidato a vereador pela cidade de Porto Alegre, membro do partido ARENA, Adel Carvalho, disse: “faço minha campanha pelo rádio e em comícios. Televisão não dá votos” (Veja, nº 8, 30 out. 1968 apud PIOVEZANI, idem, p. 172). Naquela época, a televisão estava ainda se consolidando no Brasil como um meio de comunicação de massa, e o político em questão talvez não conseguisse imaginar o tamanho do alcance e da influência do até então novo veículo de comunicação. Hoje seria impossível pensar que uma declaração desse tipo pudesse ser proferida por qualquer sujeito político, devido ao fato de que essa mídia se transformou na grande vitrine da comunicação política contemporânea, principalmente no período eleitoral. E podemos afirmar que sua consolidação como um meio de comunicação de massa modificou os modos de constituição, formulação e circulação do discurso político e do campo da fala pública:

(...) a televisão possui um imenso público espectador constituído por indivíduos isolados no espaço privado de suas residências e produz uma fala que pode ou não coincidir cronologicamente com sua recepção e que espacialmente separa falante e ouvintes. De fato, já há algumas décadas, o público da tevê é notavelmente maior do que o do rádio e sua temperatura, mais fria. Seu canal audiovisual representa uma espécie de reabilitação do corpo que, em conjunção com o verbo e demais imagens, formulam textos sincréticos. Sabemos, porém, que não se trata efetivamente do corpo nem exatamente da voz, mas da projeção luminosa de uma silhueta e de um rosto na tela e da reprodução sonora em circuitos eletrônicos da caixa amplificadora. Já ao compararmos a fala dos palanques à televisiva, pudemos observar uma tendência à passagem da guerra para a competição esportiva atravessada pelo *fair play* e à transição de um estilo enérgico e viril, expresso pelas formas linguísticas, por gestos e expressões e pelos sons, a um modo mais íntimo e brando de falar em público. (PIOVEZANI, 2009, p. 351-2)

A substituição de um “canal quente” (a tribuna e o comício) por um “canal frio” (idem, p. 69) resultará no apaziguamento das expressões do corpo e atenuação da voz do político que agora fala a partir do centro da sala de seus telespectadores-eleitores, os quais o observa de uma “proximidade distante” (p. 73). Além disso, suas mensagens se tornaram mais breves, homogêneas, descontínuas, fragmentadas e mais simples, ao contrário dos longos monólogos de outrora. Sobre essa nova fala pública, Courtine (1989, p. 62-63) afirma que há uma dupla exigência: ela deve ser um “falar-verdadeiro”, numa espécie de imposição da verdade, e um

“franco-falar”, que está na ordem da simplicidade, de uma fala que trivializa as ideias políticas. Em um regime de governo em que o sangue não é mais fator de legitimidade, e o lugar vazio do governante é agora preenchido supostamente pela “vontade do povo”, cabe então buscar outros modos de legitimação na política. É dessa maneira que as técnicas de comunicação fundam-se na amplificação do controle do rosto, do gesto e da voz, numa pedagogia das expressões, de modo que o corpo docilizado, escrutinado pelo olhar do telespectador, aja como se fosse seu, desde sempre, esse comportamento “natural”. Ou, como aponta Sargentini (2011, p. 117), “não se trata de uma produção fortuita, ocasional – no discurso político há uma produção milimétrica da imagem pública”.

A imagem pública, então, funcionaria como uma *tecnologia política do corpo* (FOUCAULT, 1987, p. 26), uma vez que a propaganda política (e não só a televisiva, mas todas as atividades em que o político, como pessoa pública, possa ser invadido pelo olhar de outrem) permite controlar os corpos, os gestos, os comportamentos nos mais variados espaços, ao longo da história, produzindo saberes sobre o controle em nossa sociedade. Isto posto, os processos de disciplinaridade da fala pública têm se transformado. Antes o sujeito político precisava que sua voz ecoasse pelo ambiente aberto para chegar à multidão que o assistia nos grandes comícios, mesmo sem os recursos de amplificação, como o microfone (PIOVEZANI, *idem*), e seus gestos deveriam ser ríspidos e dramáticos, para que o mais longínquo espectador pudesse ver e ser afetado pela energia pulsante dos gestos do seu corpo em consonância com a potência viril da sua voz. Hoje, na comunicação política contemporânea, é o “natural” televisivo que reina, é o sorriso amigável e a piscadela galanteadora que marca a expressão do corpo, e a fala suave e a conversação descontraída que dão o tom à boa recepção das mensagens políticas. É uma pedagogia desse “natural”, como nos mostra Courtine (1989) ao citar a receita do assessor político Michel Bongrand – “sejam vocês mesmos!” –, desde que essa naturalidade tenha sido antes calculada e moldada para “caber” na linguagem televisiva.

Diante disso, podemos afirmar que a televisão se constitui numa materialidade imprescindível para a formulação e a circulação de sentidos e de discursos políticos na contemporaneidade. Essa materialidade deve ser descrita e analisada a partir do que sua linguagem nos oferece como superfície de inscrição:

O discurso político contemporâneo veiculado pela tevê apresenta-se em textos cuja formulação se dá em duas ou mais linguagens – a verbal, a imagética e, eventualmente, a gestual – e cuja manifestação material se instaura por meio de dois canais, o sonoro e o visual. Uma vez consideradas essas suas características, a seguinte generalização talvez não seja totalmente

equivocada: os textos televisivos são sincréticos, mas também bicanais; ou seja, formulam-se conjugando dois ou mais sistemas sógnicos, e são transmitidos por via sonora e visual. (PIOVEZANI, *idem*, p. 207)

De acordo com essa perspectiva, tanto a imagem projetada na tela encarnada no corpo, no rosto, na voz e na silhueta do político (COULOMB-GULLY, 2014), significa tanto quanto suas mensagens linguísticas e, na linguagem televisiva, é a conjunção da língua, do corpo, e da voz, em sua manifestação sincrética, materializada no meio televisivo, que produz a própria possibilidade de formulação e circulação dos sentidos no discurso político contemporâneo, constituídas na dimensão histórica das práticas discursivas e não-discursivas. E é a partir desses postulados que reúnem as discussões da materialização dos discursos na propaganda política, que compreendemos o HGPE como um produto resultante dessas práticas, inscrito em um momento da história, mas cujos sentidos extrapolam o momento de sua produção e formulação e circulação, principalmente quando um novo elemento emerge para reconfigurar os lugares de representatividade nos espaços políticos: a mulher.

Segundo Coulomb-Gully (2010; 2012), as candidaturas femininas têm crescido nos últimos anos, principalmente nas eleições presidenciais, apesar de ainda estar longe de apresentar uma relação equânime em comparação com as candidaturas masculinas. De todo modo, tal fenômeno mostra uma espécie de regularidade na vida social, um sinal “mais manifesto de sua inscrição definitiva e visível no espaço público contemporâneo” (COULOMB-GULLY, 2012, p. 10). No entanto, a pesquisadora afirma que, durante muito tempo, a problemática do gênero foi um “ponto cego” no interior da Análise do Discurso.

A autora (2014) considera surpreendente esse silenciamento sobre o gênero pelo fato da disciplina ter sido concebida no interior de uma grade militante de leitura, que objetivava desmistificar os discursos de poder, amparada nos pressupostos de “Os aparelhos ideológicos do Estado” de Althusser, em que a atenção se voltava ao funcionamento discursivo das ideologias materializadas na língua. Até mesmo os desdobramentos e as reformulações da disciplina, que trouxeram os postulados foucaultianos para o interior do seu aparato teórico-metodológico, poderiam já antes ter servido de fonte para a discussão do gênero na AD, uma vez que Foucault, segundo a pesquisadora, fundou em seus trabalhos, “uma verdadeira epistemologia da dominação” (*idem*, p. 147), além de ser um teórico referenciado

principalmente pelas feministas americanas, que o consideraram salutar nos estudos do feminismo na França³¹.

De fato, o gênero só começou a ser vislumbrado como objeto na Análise do discurso de forma mais recorrente nos anos 2000, o que confirma esse “ponto cego”, ao qual a pesquisadora se refere³². No entanto, a própria história da constituição da disciplina e a “eleição” do objeto privilegiado do qual tal domínio se ocuparia até o início da década de 1980 talvez explicaria esse silenciamento. Parece-nos que os textos doutrinários e políticos, aliados à noção de sujeito (forma-sujeito, ou sujeito como uma posição vazia), não favoreciam ainda a emergência do objeto de discurso “mulher” ou “gênero” nos estudos discursivos.

Arriscamos dizer que apenas na segunda metade da década de 1980, a partir das discussões em torno das materialidades discursivas e no interesse em analisar os discursos cotidianos e midiáticos, é que se poderiam produzir as condições de possibilidade para a emergência de trabalhos sobre a mulher e sobre o gênero no interior da disciplina. O campo da história passou pelo mesmo processo. A mudança de perspectiva dos temas de trabalho, dos grandes acontecimentos, do deslocamento da história dos notáveis para uma história das migalhas, das séries, do cotidiano e dos “invisíveis”, como já o fora comentado na introdução deste capítulo, favoreceu, de certo modo, a emergência do objeto de estudo “mulher” e, posteriormente, “gênero” nos estudos discursivos. Talvez o nosso olhar de hoje, voltado para o passado, interprete a consideração do gênero nas ciências como uma obviedade, uma evidência,

³¹ Há controvérsias no que diz respeito a essa assimilação dos postulados foucaultianos pelas feministas francesas. Algumas pesquisadoras são reticentes quanto ao nome de Foucault, por considerarem que o filósofo se esqueceu das mulheres em seus trabalhos, remetendo, assim, a uma postura de dominação masculina. (COULOMB-GULLY, idem, p. 148)

³² Salientamos que Coulomb-Gully, ao tratar desse “ponto cego” da AD sobre a temática do gênero, refere-se aos estudos discursivos desenvolvidos na França. No entanto, como a autora mesmo constatou, reiteramos o interesse e a produção de trabalhos sobre mulheres políticas desde a década de 80, em vários domínios e filiações teóricas, em diversos lugares do mundo, dado o crescimento da presença feminina nos espaços de decisão política. Como exemplo, podemos destacar alguns trabalhos: a dissertação de Teresa Bunetta, *Margaret Thatcher, Britain's Spokesman for a New Conservatism: a Rhetorical Analysis of the Party Conference Speeches (1975-1978)*, defendida na Universidade do Estado de Louisiana, nos EUA, em 1979, para obtenção do título de doutorado em Filosofia, objetivou fazer uma análise retórica do discurso da líder do Partido Conservador inglês, cuja performance ajudou a persuadir tanto a audiência do Parlamento quanto as massas de que o Conservadorismo era uma melhor alternativa política comparada ao Trabalhismo na condução política da Inglaterra; e a dissertação de mestrado *Eva Perón e a questão política feminina na Argentina*, defendida por Julia Guivant, em 1980 na Unicamp, no domínio da Ciência política, consistiu em produzir uma análise de conteúdos fundamentada em jornais e periódicos sobre o período da consolidação do peronismo para investigar a relação entre o movimento feminista argentino e a análise da ideologia do regime peronista o qual, ao mesmo tempo que apresentava características totalitárias, permitiu a aprovação do sufrágio feminino e a ascensão da mulher na esfera pública por meio da figura de Eva Perón. Ainda sobre o peronismo, destacamos o trabalho de Eliseo Véron e Silvia Sigal sobre o discurso peronista, *Peron o muerte* (1985), que serviu como fundamento para muitas outras pesquisas produzidas sobretudo a partir dos anos 2000, que versaram sobre a análise dos discursos e a importância da imagem da política Eva Péron, “la madre dos descamisados”, no imaginário coletivo da Argentina.

e que se surpreenda por não o ter sido, pode ser bem entendido pela metáfora do “aquário”, discutida por Paul Veyne (2009) quando discorre sobre o pensamento foucaultiano a respeito da relação entre as temporalidades e os sujeitos, limitados às construções discursivas de sua própria atualidade.

Desse modo, a AD têm acompanhado os movimentos e as transformações da sociedade na contemporaneidade, diversificando suas temáticas e seus objetos de análise, principalmente depois da consolidação da mídia como o mais importante meio para a circulação dos discursos na atualidade³³. Podemos vislumbrar inclusive que grande parte dos trabalhos em AD que aborda o tema “mulheres” ou “feminino” ou “gênero” tem seu *corpus* de análise recortado a partir de um suporte midiático: revistas, jornais, livros (literatura), programas televisivos e mais recentemente, as redes sociais. Uma rápida pesquisa no campo de buscas do site da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações, com os termos “mulher”, “análise” e “discurso”³⁴, encontramos um total de 3.111 trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento que, provavelmente, também utilizam o termo “discurso” em acepções diferentes do aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso, em suas diversas abordagens. De todo modo, a variedade de trabalhos implica também a variedade do que diz respeito à constituição dos temas relacionados ao gênero e dos *corpora* de análise: leis, imprensa e imprensa feminina, campanhas de ações governamentais, campanhas publicitárias de todos os tipos, relações da mulher com o trabalho, com a saúde, com a sexualidade, com a beleza e com a moda, questões que giram em torno dos movimentos identitários e de luta por direitos, como a negritude, o feminismo e o lesbianismo, dentre tantos outros.

Essa multiplicidade de trabalhos é, em grande medida, corolária dos movimentos das mulheres, que “invadiram de vez” os espaços públicos, produzindo, elas mesmas, uma visibilidade nunca antes vista nas mídias e na sociedade. Zoppi-Fontana e Ana Ferrari (2017) apontam para vários acontecimentos que produziram tal visibilidade: reconhecimento de direitos que garantiram a mudança na legislação, campanhas contra a violência doméstica,

³³ No Brasil, podemos identificar pelo menos três grupos que produzem pesquisa em Análise de/do Discurso e que trata da temática de gênero. São eles: Mulheres em Discurso (UNICAMP), coordenado pela professora doutora Monica Zoppi Fontana; o LABOR (UFSCar), coordenado pela professora doutora Vanice Sargentini; e o GEPOMI (UEM), coordenado pela professora doutora Maria Célia Passetti.

³⁴ Não inserimos o termo “gênero” nesta pesquisa, por conta do caráter polissêmico do termo, uma vez que a busca poderia nos oferecer trabalhos, por exemplo, sobre as tipologias textuais. O link direto da pesquisa realizada é o seguinte:

<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?page=4&join=AND&bool0%5B%5D=AND&lookfor0%5B%5D=mulher+an%C3%A1lise+discurso&type0%5B%5D=AllFields> Acesso em 15/02/2018

mobilizações de grupos que escapam das formas tradicionais de representação, como o *Femen* e a *Marcha das Vadias*, e no Brasil tivemos a primeira mulher eleita presidenta, por dois mandatos consecutivos. Todos esses acontecimentos permitiram “um espaço privilegiado de observação para os estudiosos da linguagem, dado que está inteiramente atravessado por processos discursivos que deslocam sentidos já estabilizados historicamente” (idem, p. 8). Essas novas modalidades de formulação, de enunciação e de circulação dos discursos necessitaram de novos questionamentos, até mesmo conceituais.

Uma das possibilidades é-nos oferecida por Coulomb-Gully (idem), que recorre a Foucault para considerar as mídias como “tecnologias do poder”, uma vez que elas contribuem de forma premente para a imposição de padrões e normas que estruturam e controlam as relações de gênero nas sociedades. Consoante a pesquisadora, os discursos da mídia são tanto descritivos quanto prescritivos – um exemplo disso são os danos causados pela anorexia; há uma imposição de um padrão corporal e estético para as mulheres (seja magra!), controle que chega a provocar distúrbios alimentares, incidindo na saúde dos indivíduos. As mídias produzem, assim, significações ao retomar discursos vindos de outros lugares para dar um ar de objetividade às suas formulações: nesse caso, o culto à magreza teria um “respaldo” na ciência, uma vez que um dos enunciados mais mobilizados no campo médico e que mais circulam na sociedade é a de que a obesidade pode trazer diversos problemas para a saúde³⁵. Dessa forma, há uma profusão de propagandas de *shakes* e de chás para o emagrecimento e programas matinais convocam um exército de médicos, nutricionistas, *personal trainers* e esteticistas para dizer o que deve ou não ser feito para se ter “um corpo perfeito”, dentre outras estratégias enunciativas.

Em relação à ascensão da mulher à esfera pública, a mídia também se constitui como lugar privilegiado de constituição, formulação e circulação de determinados sentidos, os quais geralmente reforçam estereótipos e preconceitos sobre sua presença no espaço público, bem como reproduzem enunciados que têm a função de prescrever o modo como elas devem ser ou agir para serem consideradas aptas ou não a um cargo público. Este tipo de prescrição está muito mais voltado às questões de ordem privada ou pessoal, de sua aparência física e de seu estilo; além disso, alguns meios de comunicação descrevem e se interrogam sobre a compatibilidade entre a vida pessoal e profissional, sobre sua competência para assuntos políticos, dentre outros dizeres. Coulomb-Gully e Rennes (2012) destacam que alguns trabalhos

³⁵ Para mais detalhes sobre essa temática, ver: Lopes, Michelle. "Entre pesos e medidas: discursos sobre a silhueta feminina no Brasil (Século XX - XXI)" (Tese de doutorado).

produzidos fora do círculo da AD, como os da comunicação e da ciência política, encontraram este tipo de resultado, que parece se repetir em diferentes lugares do mundo:

Fora do quadro da análise do discurso no sentido estrito, o discurso das mídias e sua representação das mulheres públicas tem suscitado numerosos trabalhos, tanto da parte de politólogos quanto de especialistas da comunicação. Esses trabalhos convergem globalmente, qualquer que seja o país sobre o qual eles se referiram (Freedman, 1997; Sreberny, Van Zoonen ed., 1999; Ross, 2002, etc), para sublinhar a permanência das representações estereotipadas (atenção forte à aparência corporal e indumentária, menção do sorriso, psicologização dos traços, evocação da vida privada com a interrogação sobre a compatibilidade entre a vida familiar e atividade política, propensão à designar as mulheres pelo seu prenome enquanto os homens o são mais frequentemente chamados pelo seu sobrenome, etc), mesmo se essa concepção é tributária do tipo de suporte, são as revistas femininas onde as pessoas estão mais sujeitas a essas práticas do que a imprensa ou as emissões políticas³⁶. (COULOMB-GULLY; RENNES, 2012, p. 117) [tradução nossa]

São esses os imaginários que circulam em nossa sociedade, os quais reproduzem, através de já-ditos, de que a mulher não “é feita” para exercer o poder público. Algumas dessas justificativas encontram um certo amparo no “domínio de memória” (FOUCAULT, 2010, p. 64) que reatualiza uma concepção biologizante e que estabelece os lugares sociais como a manifestação dicotômica da diferenciação sexual e das “funções específicas” de cada sexo. Nessa perspectiva, a representação do feminino está completamente dissociada de uma representação do poder. A mulher é natureza, o homem é cultura; a mulher é concebida como “específica” (até mesmo nas teorias linguísticas) e o homem arroga para si o caráter da universalidade. E na lógica democrática, é o universal que melhor encarna os princípios de representação “de todos”.

Ainda de acordo com essa perspectiva essencialista dos sexos, a mulher, figurante no espaço público, se “encaixaria” melhor no lugar da primeira-dama, ao lado (ou quem sabe atrás, onde costumamos ver Melanie Trump nos eventos oficiais, quando acompanha o presidente americano, seu marido Donald Trump) do homem político. É importante lembrar o trabalho de Simone Bonnafous (2003), no qual se pode observar que este é um modo “econômico” de

³⁶ Sortant du cadre de l’analyse du discours politique au sens strict, le discours des médias et leur représentation des femmes politiques a suscité de nombreux travaux, tant de la part des politistes que des spécialistes de communication. Ces travaux convergent globalement, quel que soit le pays sur lequel ils portent (Freedman, 1997; Sreberny, Van Zoonen éd., 1999 ; Ross, 2002, etc.), pour souligner la permanence des représentations stéréotypées (attention forte à l’apparence corporelle et vestimentaire, mention du sourire, psychologisation des traits, évocation de la vie privée avec interrogation sur la compatibilité entre vie familiale et activité politique, propension à désigner les femmes politiques par leur prénom alors que les hommes le sont le plus souvent par leur seul patronyme, etc.), même si ce cadrage est tributaire du type de support, les magazines féminins ou *people* étant plus sujets à ces pratiques que la presse ou les émissions politiques. (Coulomb-Gully; Rennes, 2010, p. 177)

exibição de qualidades femininas pelos homens políticos. Conforme a autora, a prática, que se tornou comum na comunicação política contemporânea de certos líderes políticos, de apresentar suas esposas ou companheiras no papel de coadjuvantes, seja nas campanhas eleitorais seja como eleito, permite que eles possam associar sua imagem pessoal às “qualidades” que eles não poderiam reivindicar. Coulomb-Gully (2012a) corrobora tal afirmação. De acordo com a pesquisadora, introduzir as esposas dos candidatos na campanha eleitoral permite “feminizar” a campanha e o universo político, muito masculino. Ademais, posar ao lado da “sua” mulher, como destaca a autora, supõe uma “complementaridade de papéis”. O homem peleja no exterior, no espaço público e político, e a mulher resguarda-se ao interior, ao espaço e vida privada; uma divisão social ancestral, reproduzida pela sociedade patriarcal.

Essa representação das funções dos sexos em relação ao espaço público e privado está presente de forma tão constitutiva em nosso imaginário coletivo que um jornal como o *Le Monde* não se intimidou em publicar a opinião de um leitor a respeito de sua preferência pelo candidato Nicolas Sarkozy, em detrimento da candidata Segolène Royal, nas eleições presidenciais de 2007 na França, escrita nesses termos: “o homem político ideal deve ter, se ousar dizer, ‘culhões’”³⁷. Quem não se lembra do episódio envolvendo o presidente Fernando Collor de Melo, que, em 1991, em uma solenidade em Juazeiro do Norte, Ceará, fez a seguinte declaração depois que manifestantes com cartazes pediam sua saída do governo? “não nasci com medo de assombração, não tenho medo de cara feia. Isso **o meu pai** já me dizia desde pequeno, **que havia nascido com aquilo roxo, e tenho mesmo**, para enfrentar todos aqueles que querem conspirar contra o processo democrático”³⁸ [grifo nosso]. Essa expressão, “aquilo roxo”, no qual o pronome refere-se a uma palavra interdita, ao órgão sexual masculino, deriva um estado de virilidade e força; na declaração, essas características se associam também à disposição de lutar pelo seu mandato. Aliás, a guerra e a competição, apanágio do universo masculino, também é uma metáfora bastante utilizada nas campanhas políticas.

Combatividade e gosto pela competição, resistência vista como proeza física, carisma, mestre de si e potência oratória, etc.: qualidades próprias à profissão política, tal como foi construída no decorrer do século XIX e que foram

³⁷ “L’homme politique idéal doit être, si j’ose dire, couillu”. (*Le Monde*, 14/04/2007 apud Coulomb-Gully, 2016, p. 29).

³⁸ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/3/29/brasil/4.html> Acesso: 15/02/2018.

forjadas em ambientes consagrados: o internato, o bordel e o exército³⁹. (COULOMB-GULLY, 2016, p. 32)

Dessa forma, o feminino foi pensado como a contraposição do político, ambiente eminentemente masculino, assim como os três espaços citados por Coulomb-Gully. Essa relação dicotômica entre masculino/feminino associada à ideia de espaço público/espaço privado pode ser encontrada também em metáforas, em certa medida, sexuais, que colocam a mulher como a cidade ou o país; assim como elas, estes devem ser guiados, governados e controlados. Coulomb-Gully (2016, p. 31) cita algumas delas⁴⁰: o presidente Georges Pompidou declarou, quando da morte do General Charles de Gaulle: “O general de Gaulle está morto, a França está viúva”; Valéry Giscard d’Estaing, em sua campanha eleitoral: “Estou apaixonado por vinte milhões de francesas”, e ainda o seu primeiro-ministro, Raymonde Barre: “As cidades são como as mulheres, não basta seduzí-las, é preciso saber como levá-las”. Tudo isso refere-se ao que Coulomb-Gully (2016) chama de “modelo de conjugalidade”, presente no imaginário coletivo da sociedade, no qual os homens podem exibir suas conquistas amorosas como condição de sua força viril, expressar a sexualidade, ao passo que o mesmo não se aplica às mulheres.

Temos também um exemplo de um congênere brasileiro. O presidente interino do Brasil, Michel Temer, declarou, em uma entrevista dada para o apresentador Ratinho, em abril de 2017: “os governos agora precisam passar a ter marido, porque daí não vai [sic] quebrar”⁴¹. Esta formulação expressa a separação das esferas pública e privada em função das diferenças que essencializam os sexos. Cabe aos maridos gerir a nação, uma vez que a formulação “governo sem marido” evidencia o efeito metafórico de que “a mulher deve estar no lar” e de que não lhe cabe a administração pública (nem mesmo a privada), pois é o marido que dá ordem e austeridade à casa e à família. A expressão “os governos” da formulação também produz um efeito metafórico com a nação, a pátria, elementos quase sempre associados, alegoricamente, a uma mulher. Esta poderia desregular as contas da casa (governo) e, portanto, “quebrar” suas finanças; uma referência à sua antecessora, uma mulher. Este tipo de formulação linguística

³⁹ Combativité et goût pour la compétition, résistance voire prouesse physique, charisme, maîtrise de soi et puissance oratoire, etc. : autant de qualités propres au métier politique tel qu’il s’est construit au cours du XIXe siècle et qui ont été forgées dans des lieux dédiés: l’internat, le bordel e l’armée. (p. 32)

⁴⁰ Raymond Barre: “Les villes, c’est comme les femmes, il ne suffit pas de les séduire, il faut savoir les prendre”. Georges Pompidou : “Le général de Gaulle est mort, la France est veuve”. Valéry Giscard d’Estaing: “Je suis tombé amoureux de vingt millions de Françaises”. (Coulomb-Gully, 2016, p. 31)

⁴¹ Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/governos-precisam-ter-marido-dai-nao-quebram-diz-temer-sobre-crise-fiscal-21277333> Acesso em maio de 2017.

apresenta uma posição discursiva contrária ao governo feminino, que se baseia no estigma da incompetência das mulheres para a economia e a gestão da *res publica*.

E quando são as mulheres políticas que falam de si? Simone Bonnafous (2003) cita os trabalhos de Mariette Sineaux e Jane Freedman como os mais notórios em ciência política sobre a temática, nos quais a dimensão discursiva está bastante presente, uma vez que elas recortaram como *corpus* entrevistas e pronunciamentos das candidatas nas mídias. Nas análises, as cientistas políticas observaram que a fala solicitada ou reportada aparece como uma evidência de apoio à demonstração do que é uma fala metacomunicacional, de uma fala solicitada para falar das mulheres políticas. Consoante Bonnafous, as pesquisas das autoras supracitadas chegam a resultados convergentes. Quando as entrevistadas falam delas mesmas ou de mulheres políticas em geral, a maioria delas ou das mulheres citadas oscilam entre dois eixos: por um lado, destacam seus medos, suas desvantagens, suas dificuldades de se impor em um universo masculino e, por outro lado, adotam uma visão quase redentora do papel das mulheres em política, visão que é até mesmo partilhada por alguns homens nos textos analisados.

Mais concretas, mais pragmáticas, mais modestas, mais aptas e abertas ao diálogo, as mulheres na política representariam assim, uma vez superados seus bloqueios, a esperança de um mundo político melhor, liberto de todas as falhas que os franceses atribuem ao mundo político tradicional, segundo as pesquisas e a *doxa*: língua de madeira, ruptura com a vida real, maniqueísmo, corrupção, ineficácia etc. Esta superioridade feminina pode ser atribuída à natureza ou à situação de dominação por muito tempo e ainda propagada em grande parte pelas próprias mulheres (versão mais frequentemente defendida pela esquerda). Mas de todas essas falas de mulheres políticas, o que ressoa claramente é o “valor agregado” das mulheres para a política⁴². (BONNAFOUS, 2003, p. 122) [tradução nossa]

É possível então identificar formulações que reproduzem e atualizam diferentes sentidos em relação à ocupação feminina na esfera pública, sentidos que entram em confronto, e que também instauram a polêmica. De um lado, a mulher “não se ajusta” ao poder político. Seus atributos “físicos e psicológicos” não se harmonizam com o ofício da política. De outro, elas

⁴² Plus concrètes, plus pragmatiques, plus modestes, plus aptes au dialogue et à l’ouverture, les femmes en politique représenteraient ainsi, une fois dépassés leurs blocages, l’espérance d’un monde politique meilleur, débarrassé de toutes les tares que les Français attribuent au monde politique traditionnel, d’après les sondages et la *doxa*: langue de bois, coupure d’avec la vraie vie, manichéisme, corruption, inefficacité, etc. Cette supériorité féminine peut être attribuée à la nature³ ou à la situation de domination longtemps et encore largement vécue par les femmes (version plus fréquemment défendue à gauche). Mais de toutes ces paroles de femmes politiques, ressort clairement l’idée d’une « valeur ajoutée » des femmes à la politique.

são identificadas com o novo, com a ruptura da velha política, com a eficiência e com o diálogo. Essas características implicam o combate ao político profissional, viciado pelas circunstâncias da ambição e do jogo político. E o aumento gradativo da presença feminina no espaço público e nos centros de decisão política fazem irromper enunciados que se constituem nos traços e indícios da memória coletiva e do imaginário social, que circulam em diferentes lugares na sociedade. E a presença das mulheres na política faz multiplicar o número de trabalhos que se propõem a problematizar a relação entre gênero e política.

Na esteira dessa investigação sobre a constituição, formulação e circulação de discursos e de sentidos sobre as mulheres e, principalmente, as mulheres públicas, encontramos uma série de trabalhos produzidos na França e no Brasil nos últimos anos. Já inventariamos, neste capítulo, trabalhos de linguistas que revisaram e questionaram a concepção de gênero utilizada por trabalhos anteriores, alguns inclusive munidos de uma quantidade razoável de estereótipos e preconceitos contra as mulheres e sua fala feminina. De certo modo, essas pesquisas começaram a surgir a partir da década de 1970, no interior das disciplinas “de fronteira” da Linguística, uma vez que essas questões precisaram ser encaradas segundo relação da língua com a história e com a sociedade. No entanto, foi somente a partir anos 2000 que conseguimos observar a produção de trabalhos que utilizam o referencial teórico-metodológico da AD, em suas diferentes linhas, que tratam especificamente das mulheres na política.

Já citamos no tópico anterior os trabalhos de Anne Dister e Marie-Louise Moreau (2006) sobre a feminização do léxico referente às profissões, empregado nas campanhas eleitorais e nos jornais da França e da Bélgica nos anos de 1989 e 2004, cujo resultado indicou que os jornais e os partidos que mais usaram as designações de profissões no feminino foram considerados como instituições mais inclinadas à esquerda. Nessa mesma direção, nos reportamos também ao trabalho de Sargentini e Sá (2016) que analisa textos do jornal *Folha de São Paulo*, quanto à escolha do uso do termo marcado ou genérico (presidente/presidenta) para referir-se à Dilma Rousseff. A presidenta preferia ser tratada pelo termo flexionado, mas o jornal adotou o termo não-marcado, justificando que esta era “a forma mais usada”, determinando, pela escolha do léxico, uma posição política contrária à presidenta. Acabamos também de comentar o trabalho de Simone Bonnafous (2003) que se referiu às pesquisas produzidas no interior da ciência política, que tratam das formulações utilizadas pelas próprias políticas para falar de si. Na trilha desses trabalhos, Bonnafous apresenta o modo como as mulheres políticas e jornalistas que se utilizam de citações de outras mulheres empregam o

discurso direto e indireto para construir uma argumentação de gênero a fim de constituir seu *ethos* de mulher redentora ou para denunciar o machismo na esfera pública.

Abordamos também alguns pontos do trabalho desenvolvido pela pesquisadora Marlène Coulomb-Gully a respeito do gênero na política. Sua pesquisa mais representativa sobre o tema foi publicada sob o título *Présidente: le grand défi. Femmes, politique et médias* (2012a), em que ela discute a repercussão das candidaturas femininas na França, através da imprensa, que compreendeu várias materialidades midiáticas: textos jornalísticos, pronunciamentos, entrevistas e declarações dos candidatos, séries e imagens. A publicação é dividida em três partes: na primeira, intitulada “Pionnières”, ela reporta ao período em que não houve representação feminina, de 1965 e 1969, até surgir no cenário eleitoral a figura de Arlette Laguiller, em 1974 e outras três candidaturas femininas em 1981. A segunda parte, intitulada “le contexte paritaire”, se refere ao período das duas campanhas de 1995 e de 2002, momento que coincidiu com a reforma na lei da paridade nos anos 1990, para garantir a igualdade de representação política em relação aos gêneros. A terceira, “L’échec de la France présidente”, diz respeito à campanha de 2007, momento em que uma candidatura feminina representa um dos lados da polaridade dominantes, o que garantiu uma vaga no segundo turno das eleições. A autora mostrou como as candidaturas femininas foram apresentadas de forma sexuada na mídia. Coulomb-Gully constatou (idem, p. 247) a presença de três modelos de mulheres políticas predominantes: a primeira seria a favorita, do tipo Édith Cresson, a segunda, a figura maternal, modelo representada por Simone Veil, e a última, denominada “la King”, “a rei”⁴³, seria representada na figura de Michèle Alliot-Marie, ou até mesmo Margareth Thatcher, aquelas mulheres que não tinham crianças e que não colocam a maternidade no primeiro plano. Segundo a autora, Segolène Royal produziu sua identidade midiática se valendo da recomposição desses três modelos.

Coulomb-Gully (2012a, 2012b) também disserta sobre a identidade dos homens públicos. A campanha de Nicolas Sarkozy, como de outros candidatos masculinos, permite observar a midiatização de traços que historicamente são reservados às mulheres, como reivindicar sentimentos para si, preocupação com o físico e com a indumentária. Da mesma forma, François Hollande, na eleição francesa de 2012, foi retratado como “flamby/culbutó”, enquanto seu opositor no mesmo sufrágio, Nicolas Sarkozy, era representado como

⁴³ A expressão “la King” é um jogo com as palavras – o determinante em francês flexionado no feminino, “la” e o nome em inglês “King”, que faz referência a um objeto no mundo /+ animado/ e /+masculino/. Ao contrário da Inglaterra, na França, uma rainha não poderia governar, por causa da lei sálica. Esse título é, então, decorativo, apenas concedido para a esposa ou mãe do rei.

“Sarkoleão”, “Zorro”, “Asterix”. Os polos encarnados, a sensibilidade, para o primeiro, e a virilidade, para o segundo, representam a relação opositiva dos sexos e dos gêneros presente em nossa memória e imaginário social.

No Brasil, diversos trabalhos foram produzidos recentemente para dar conta de analisar esse novo fenômeno que é a ascensão da mulher na esfera pública e os sentidos que ele mobiliza. Observamos que estes trabalhos começaram a ser defendidos, em forma de dissertações e teses a partir de 2010. Nesse mesmo ano, Celma Prado (2010) defendeu a dissertação intitulada “Memória e mulher que atua nas esferas do poder político: tensão entre lugares de subjetivação na mídia”. A pesquisadora selecionou material da *Revista Veja*, cuja temática se referia às mulheres que atuavam nas esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário no período compreendido entre janeiro de 1998 a dezembro de 2008 e mobilizou o aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa e alguns postulados das Ciências Sociais. A autora cita Fonseca-Silva (2007) para defender a ideia de que as revistas femininas fazem circular um discurso segundo o qual as mulheres pouco ou nada entendem de política e lança uma hipótese de que a revista de informação *Veja*, que possui um público-alvo diferente das revistas femininas, subjetivam as mulheres políticas em posições de sujeito referentes à esfera da intimidade e da esfera pública. Desse modo, há uma coexistência de diferentes enunciados que demarcam um estado de tensão entre esses lugares de subjetivação das mulheres que atuam no poder público.

A mídia on-line foi o meio escolhido por Josebely Costa (2011), em seu trabalho “Mulher e política: discursivizações sobre candidatas na mídia on-line”, para investigar, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, como as até então candidatas, Marta Suplicy, Luiziane Lins e Gleisi Hoffman foram representadas, enquanto sujeitos políticos femininos, nas eleições municipais de suas respectivas cidades, em 2008. Dada a variedade de gêneros presente no arquivo, a pesquisadora selecionou as notícias e sequências que traziam, de algum modo, as representações da mulher política, cujas formulações evidenciavam os estereótipos femininos, produzindo efeitos derrisórios da identidade política da mulher.

Fernanda de Almeida Lima (2011) apresentou em sua tese intitulada “(Re)significações da mulher política na mídia: memória, corpo, territorialidade” uma investigação sobre o modo como a mídia impressa discursiviza as identidades das mulheres políticas, enquanto lugar de memória, por meio da relação entre a visibilidade do corpo feminino e a espetacularização nos discursos sobre mulheres políticas, amparados na intersecção das esferas pública e privada, forjando uma identidade de gênero justificada pela dissimetria dos sexos. Ela acrescenta ainda

a noção de territorialidade para articular a memória, o corpo e a um lugar de pertencimento regional ao imaginário do Nordeste brasileiro, reproduzindo enunciados sobre as identidades das mulheres políticas nordestinas.

Em nosso próprio trabalho (2012), que intitulamos “Corpo, memória e política. A produção discursiva da virilidade e da sensibilidade em Dilma Rousseff nas eleições de 2010”, buscamos verificar a produção dos efeitos de virilidade e de sensibilidade na imagem da candidata Dilma Rousseff nas eleições de 2010, por meio de diversas materialidades sincréticas: charges e imagens veiculadas na internet a partir de 2009, assim como entrevistas e sua propaganda eleitoral (HGPE), em 2010. Fundamentada na Análise do Discurso foucaultiana, nossa pesquisa mobilizou os estudos de Courtine sobre a memória discursiva e a intericonicidade para identificar as redes de memórias das imagens, das regularidades, das contradições e dos deslocamentos que produzem os sentidos e reatualizam as características que demarcam os estados de virilidade e sensibilidade, fazendo emergir discursos contra e a favor da legitimação de sua candidatura.

Ludimila Marques (2013), defendeu sua dissertação intitulada “Efeitos de legitimidade e de credibilidade no discurso propagandístico de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010”, embasada na Análise de Discurso filiada ao pensamento de Michel Pêcheux. Seu objetivo foi analisar o discurso produzido nos *spots* de campanha da candidata em questão. A pesquisadora encontrou uma regularidade nas sequências analisadas em relação a quatro temas: apelo a Lula e/ou ao seu governo, o pioneirismo da mulher, ênfase ao preparo e competência da candidata e a crítica/ataque ao governo FHC/Serra. Com base nos postulados de Charaudeau, a autora identificou três tipos de legitimidade que circulam no imaginário social: a legitimidade por formação, a legitimidade por filiação e a legitimidade por mandato. A partir disso, ela analisou como a mobilização desses imaginários produziu discursivamente em sua propaganda política o lugar da “legítima sucessora de Lula”.

Por último, apresentamos o trabalho de Maria da Conceição Fonseca-Silva (2012), “Memória, mulher e política: do governo das capitânicas à presidência da república, rompendo barreiras”, no qual a pesquisadora traça um panorama de gerações de mulheres que, desde a Colônia até a República, e de todas as etnias e classes sociais, têm participado ativamente de movimentos e ações de resistência, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, instaurando uma espécie de contraconduta dentro de uma determinada racionalidade política: são sertanistas, bandeirantes, abolicionistas, jornalistas, professoras, militantes e até mesmo esposas de donatários das capitânicas hereditárias; todas elas, anônimas ou notáveis, se

subjetivaram no lugar da resistência, que dizem respeito aos modos e práticas da objetivação e da subjetivação dos sujeitos, de acordo com as condições de possibilidade de suas épocas. Ao elaborar esse recenseamento das mulheres que atuaram no espaço público e em diversas áreas, ao longo da história, a autora alcança nossa atualidade para analisar os enunciados que surgiram na mídia na ocasião da posse da primeira presidenta mulher do Brasil, no dia 31 de outubro de 2010.

Fonseca-Silva mobiliza então os conceitos pecheutianos de efeito metafórico, paráfrase e polissemia para analisar as diferentes discursividades que surgem na imprensa sobre a eleição de Dilma Rousseff. Ao fazer o cotejamento de um conjunto de formulações sobre o evento, a linguista encontra um jogo de relações parafrásticas e polissêmicas, em que as expressões que remetem à sua condição de militante contra o regime militar de 1964 funcionam como ponto de encontro de uma atualidade e uma memória, deslizando o seu sentido. Da enunciação do acontecimento Dilma eleita presidente (sentido logicamente estabilizado), que remonta ao passado (foi militante contra a ditadura), pode-se depreender, no efeito metafórico do jogo parafrástico e polissêmico, tanto a posição da publicação da manchete (Ela foi terrorista), como o deslizamento para uma posição de confronto (ela lutou contra ditadura – ela foi uma heroína), que compreendem os sentidos não estabilizados. Dessa forma, a memória evoca o passado de todas as mulheres políticas que lutaram contra as injunções impostas pela sociedade, que se colocaram no lugar da resistência, e reatualizaram suas conquistas no lugar onde também estava posicionada a primeira presidenta do Brasil eleita democraticamente.

Diante de tudo o que foi discutido, podemos concluir que há uma produção consistente de estudos discursivos no Brasil sobre as mulheres políticas. No entanto, nenhum deles se propôs ainda a realizar um percurso na história sobre a propaganda eleitoral televisiva das mulheres políticas candidatas à presidência do Brasil. Tendo em vista que já discorremos sobre a importância deste veículo de comunicação para a campanha política e produção das imagens do sujeito político, propomos investigar a constituição da imagem das mulheres candidatas à presidência do Brasil em seus HGPE, a partir do que foi dito por elas mesmas, por seus aliados e por seus adversários, a fim de identificar de que maneira os discursos, os estigmas e os estereótipos sobre a condição feminina são mobilizados para produzir e determinar posições eufóricas e disfóricas de suas candidaturas, de acordo com as posições ideológicas dos referidos enunciadoreis.

É neste sentido que propomos para o próximo capítulo uma discussão a respeito da constituição da categoria de gênero nas Ciências humanas, e como ela pode servir de

fundamento para pensar a constituição, a formulação e a circulação dos discursos sobre as mulheres, a partir da relação destas com os espaços privado e público, e também com “o outro sexo”, uma vez que as representações, o imaginário e a memória social do feminino foram produzidas por meio de práticas discursivas e não discursivas em uma sociedade androcêntrica, sendo esta compreendida não no sentido universal do termo, mas no sentido específico, numa sociedade de homens. Mas é nessa relação de poder entre os gêneros, o geral e o específico, o dominante e o dominado, que surge o espaço para o confronto, a resistência e a transgressão, em que a mulher pode livrar-se de seu papel estigmatizante e redutor, escrevendo para si e para as outras que virão, uma nova história.

Capítulo II – A MULHER, O ETERNO FEMININO E A MILITÂNCIA

As mulheres não têm a serenidade de espírito ou o equilíbrio mental para exercer julgamento em assuntos políticos. Se permitirmos que as mulheres votem, será à custa da estrutura social. As mulheres estão bem representadas por seus pais, irmãos e maridos. Uma vez concedido o voto será impossível parar por aí. As mulheres logo exigirão o direito de participar do parlamento, de se tornar ministras e juízas...

Filme *As Sufragistas*

Nós quebramos vidraças, incendiamos objetos porque a guerra é a única linguagem que os homens entendem.

Maud Watts, Filme *As Sufragistas*

As mulheres e o espaço público: corpo, discurso, história e memória em discurso

No dia 1º de abril de 2016, a revista *Istoé*, em sua edição eletrônica, publica uma matéria⁴⁴, assinada pelos repórteres Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, a respeito do suposto comportamento da presidenta Dilma Rousseff dias antes da votação no Congresso que autorizaria a instauração do processo de impeachment. Com o título “Uma presidente fora de si”, a matéria de *Istoé* anuncia, já no subtítulo da reportagem, que os “bastidores do Planalto mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. O tom e o léxico da reportagem objetivavam produzir um efeito de correspondência entre o descontrole emocional da presidenta e o descontrole e a ineficiência do seu governo, efeito concentrado no vocábulo “crise” (relacionado tanto ao âmbito emocional e, portanto, de cunho privado; quanto à dimensão institucional, em seu aspecto público). Para produzir discursivamente essa “verdade”, cuja finalidade foi a de sustentar sua posição a favor de seu impeachment, o texto denuncia que “fontes próximas” testemunharam os “os surtos” e “os seguidos destemperos” da presidenta, “dominada por sucessivas explosões nervosas”, além de uma “total desconexão com a realidade do País”. Ainda segundo essas fontes não identificadas, Dilma Rousseff estaria “irascível, fora

⁴⁴ A reportagem completa pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico:

<http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/> Acesso em maio de 2016.

de si e mais agressiva do que nunca”, e “desmantelou-se emocionalmente”, tendo, inclusive, “avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos”. Na sequência intradiscursiva, informa que a até então presidenta estava fazendo uso de dois medicamentos, a fim de “aplar as crises”: “rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante”. O enunciador acrescenta: “A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar”.

Assim, os índices dos “efeitos de verdade” atestam o estado da presidenta na reportagem: “as fontes próximas”, a formulação epistêmica “como é possível notar” e a suposta medicação da qual ela fazia uso. Os funcionários (não identificados) “presenciaram” os vários “ataques” pelos quais passou a mandatária; são testemunhas oculares, portanto, legítimas fontes de informação. Soma-se a isso o fato de a presidenta utilizar medicação, inclusive uma usada para tratar a “esquizofrenia”, reconhecidamente pelo senso comum como um mal de natureza nervosa e mental. Este tipo de medicação não é vendido como se fosse um simples remédio para aplacar os sintomas de uma gripe ou uma dor de cabeça, mas são ministrados ao paciente a fim de “aplar as crises” de cunho nervoso; são medicamentos controlados, e por isso devem ser receitados por um médico que, provavelmente, avaliou seu estado para julgar a necessidade de tal tratamento.

Dessa forma, a matéria reforça os traços dos sintomas das crises nervosas, narrada pelas “fontes próximas”, como resultado do desmantelamento da governabilidade de seu mandato, apoiada na posição da autoridade médica/psiquiátrica, presente de forma indireta na reportagem pela informação sobre a medicação. O agravante é mobilizado pela locução adverbial “nem sempre” e no encaixe sintático da sentença epistêmica “como é possível notar” na formulação “A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar”. Era esperado que a medicação ministrada surtisse efeito e não o contrário; desse modo, produz-se uma constatação de que o seu “descontrole”, “surtos” e “sucessivas explosões nervosas”, testemunhado por “fontes próximas”, “funcionários do Planalto”, é ainda maior ou mais grave do que os médicos poderiam diagnosticar. Portanto, a gravidade de sua crise emocional funciona como metáfora para a gravidade da crise governamental; neste sentido, o que resta fazer é uma terapêutica mais radical para eliminar a sua causa: sua saída representaria a melhora de sua saúde, assim como a restituição da saúde da gestão do país.

Ainda nesta matéria, a presidenta é comparada a Fernando Collor de Mello. Dispostas lado a lado, fotografias os mostram praticando esportes – ele correndo, ela andando de bicicleta –; forjando uma analogia que torna os dois semelhantes iguais no que se chamou neste texto

jornalístico de “negação da realidade”: determinação marcada pelo fato de que os dois presidentes continuaram a fazer suas atividades físicas costumeiras, como se tudo estivesse na mais perfeita ordem, mesmo com a ameaça iminente de impeachment. Esse efeito é produzido pelas condições de produção desse dito, evidenciadas pelo acontecimento “impeachment”, que mostra a posição do enunciador que conjuga imagem e língua, para produzir a formulação do título do *box* da reportagem, “Dilma repete Collor”. Neste caso, há um dito que implica uma sugestão. Não é só a negação da realidade, o desmantelamento do governo ou os índices de quase 70% de desaprovação popular de seus governos, divulgados pelos institutos de pesquisa em cada época que os fazem semelhantes. Toda a memória do primeiro impeachment é evocada e deslizada para a atual situação de denúncias de corrupção, incutindo nos leitores mais uma semelhança: ela é tão corrupta e culpada quanto ele o foi.

Uma outra comparação, ainda mais marcante, se dá por dois exemplos históricos, um por um processo de identificação e, outro, pelo seu extremo oposto no que se refere ao uso da razão e do comando: a rainha do Império Português, Maria I, conhecida como Maria, “a louca”, e o comandante do Exército Prussiano, Helmuth von Moltke. Sobre a primeira, o texto relembra a sua maneira “ensandecida” de agir quando estava próximo o momento de perder o poder e a constante negação da realidade. Diante do desatino da rainha, foi “preciso que ocorresse o seu ‘impedimento na Coroa’”. Ao segundo, a matéria reserva um lugar de grande líder, reproduzindo parte de uma sua resposta quando perguntado certa vez em uma entrevista de “como se sentia como um general invicto e o mais bem-sucedido militar da segunda metade do século XIX”. O general respondeu “de pronto”, segundo a publicação: “não se pode dizer que sou o mais bem-sucedido. Só se pode dizer isso de um grande general, quando ele foi testado na derrota e na retirada. Aí se mostram os grandes generais, os grandes líderes e os grandes estadistas”. A matéria, então, coloca a presidenta Dilma muito próxima da rainha Maria e bem distante do bem-sucedido general. Se um governante, ou mesmo um líder, “é colocado à prova exatamente nas crises”, “ela não é uma coisa nem outra”. Sua autoridade está perdida “quando seu exercício exige exacerbar no tom, com gritos, berros e ofensas”, assim como fazia a rainha Maria, “a louca”, pelos corredores palacianos. O diagnóstico final da presidenta, segundo a matéria: “Dilma sucumbiu ao teste a que Moltke se refere”. Logo, os artigos definidos e o léxico em “os surtos”, “os destemperos”, “a negação da realidade”. “incapaz de gerir o país” apresentam uma imagem de “uma presidente fora de si” e, portanto, a política deve deixar à presidência do país à força.

É interessante destacar que a relação entre “as explosões nervosas da presidente” e suas manifestações em “gritos, berros e ofensas” rememoram o lugar não somente da mulher pressionada ou sobrecarregada por tantas atividades, mas da mulher histórica. A capa da versão impressa da revista reatualiza esse estado ao apresentar o rosto de Dilma Rousseff com uma expressão que denota um estado de agressividade – sobrancelhas arqueadas, testa franzida e olhos arregalados – e a boca aberta em que aparecem os dentes, parecendo simular um grito. Segundo matéria da revista *Fórum*⁴⁵, a imagem que originou a montagem da referida capa da Revista *Istoé* é uma fotografia produzida em 2014, durante os jogos da Copa do Mundo, quando a presidenta comemorava um gol da seleção brasileira de futebol. Desse modo, a composição da imagem da mulher histórica é produzida pela materialidade sincrética constituída pelos traços do rosto mais salientados pela comemoração do gol no recorte da fotografia matriz e a formulação linguística explicitada pela manchete de capa, também já mencionada:



Imagem 1 – capa da edição nº2417 da revista *Istoé*, 06 de abril de 2016⁴⁶

⁴⁵ A imagem considerada original pela *Fórum* pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.revistaforum.com.br/quilombo/2016/04/06/1035/>> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

⁴⁶ Não há especificação, na matéria, dos responsáveis diretos pelas imagens e/ou tratamento delas. No final da reportagem, há uma nota citando de forma geral que os créditos pelas fotos são de: Adriano Machado, Claudio Belli/Valor; Adriano Machado/Ag. *Istoé*; CELSO JUNIOR/AE; EPITACIO PESSOA/AE, Marcelo Camargo/Agência Brasil, Givaldo Barbosa/Agência *O Globo*.

A imagem produzida para a capa da reportagem da revista *Istoé* é uma superfície de inscrição desse discurso que trata disforicamente a mulher como um indivíduo afetado por sua demasiada sensibilidade, o que atrapalharia sua ação na esfera pública, ao contrário do homem, cuja atuação é pautada pela razão. Devemos ressaltar aqui o fato de que há um interdito da sua fala, pois quem fala por ela são sempre os outros. Esse interdito também aponta para uma separação como um procedimento de exclusão que engendra a formação, organização e a circulação dos discursos: a razão e a loucura (Foucault, 1996). Em muitas sociedades e em muitas épocas, as mulheres, juntamente com as crianças e os escravos foram considerados incapazes de tomar a palavra, porque são incapazes de dirigir suas próprias vidas; são os “sem voz”.

O ato de “tomar a palavra” (significando aqui não apenas o seu uso literal da voz nos espaços públicos, mas tomar também para si a decisão dos rumos da *pólis*) pela mulher parece então evocar uma série de memórias atravessadas por essa rejeição e separação que incide sobre um discurso que deve ou não ser levado em conta. Assim, esse domínio de memória (FOUCAULT, 2010) do primado da emoção no corpo e na voz femininas da medicina hipocrática atravessa o discurso médico em diversas épocas e que constituiu o quadro etiológico da histeria, é utilizado em outros domínios a fim de desqualificar a mulher. Étienne Trillat, em sua *História da Histeria* (1991), afirmou que a concepção deste “estado natural feminino” como um propulsor da condição histérica foi atualizado por Sydenham no século XVII, reforçado pela ideia dessa crise ter uma origem emotiva. Acreditava-se então que as mulheres, que possuem geralmente um “temperamento fraco”, são muito mais suscetíveis aos ataques histéricos que os homens. A mulher era categorizada como um ser hipersensível às paixões, dona de uma sensibilidade difusa. Neste sentido, a memória discursiva (COURTINE, 2009) presente no senso comum por meio da imagem da mulher histérica é marcada profundamente pelos discursos médico e essencialista que, por muito tempo, patologizou a mulher como uma doente de seu sexo. Por esta razão, podemos identificar resquícios desses discursos na referida reportagem para vislumbrar os usos femininos da língua, do corpo e da voz para a reatualização dessa memória da mulher histérica no espaço público:

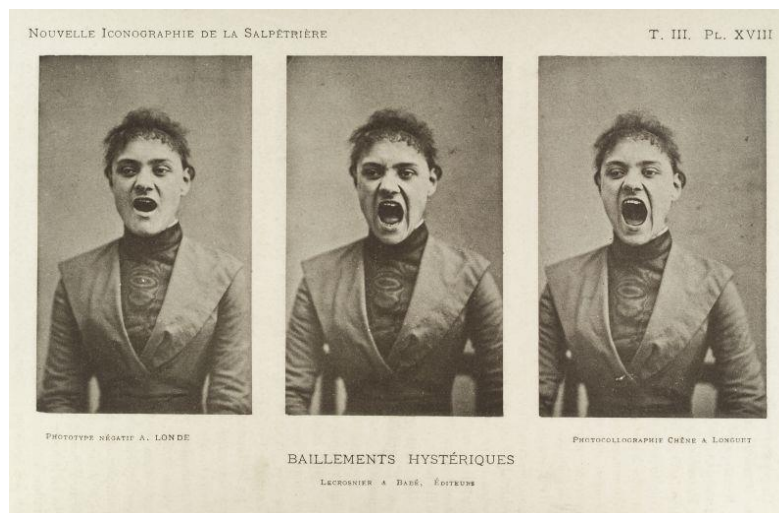


Imagem 2 – Reprodução sequencial de um ataque histérico em Pitié-Salpêtrière⁴⁷

Esta imagem pode ser encontrada no arquivo produzido sob o comando de Jean-Martin Charcot que se propôs a fazer, no final do século XIX e no início do século XX, um inventário da doença, quando o médico foi nomeado diretor do Hospital Pitié-Salpêtrière. Alguns registros de imagens de pacientes sofrendo os ataques e espasmos foram publicadas no livro *Iconographie Photographique de la Salpêtrière*. Charcot observou a manifestação da doença no corpo dos pacientes, mulheres em sua grande maioria, de diversas maneiras. Contorções, espasmos, catatonias, desmaios, perda da voz, soluços e choros, entre outros. Mas a memória visual do ataque histérico parece sempre remeter a uma irregularidade do corpo feminino, a um descontrole mental que se expressa pelo descontrole do corpo. Esta parece ser a memória cultivada em nossa sociedade da mulher histérica, reatualizada na capa da publicação, cujo excesso de sensibilidade e emotividade é expressado pelo descontrole corporal. Posto isto, a imagem 2, em que uma paciente de Charcot está manifestando um ataque histérico, por meio dos espasmos faciais, se relaciona com a imagem 1, em que a imagem de Dilma Rousseff também tem suas expressões faciais marcadas pela construção discursiva da raiva e do descontrole. A relação icônica remete à relação patológica: a segunda, em um ambiente hospitalar, sendo observada em seu ataque e tratada clinicamente, muito provavelmente isolada de sua família; a primeira, observada em sua função pública, expõe sua fragilidade e descontrole em sua incapacidade de governar, portanto, é necessário isolá-la, retirá-la do governo.

⁴⁷ Imagem disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Series_of_three_photos_showing_a_hysterical_yawning_woman_Wellcome_L0034940.jpg> Acesso em julho de 2017.

Podemos nos perguntar se Dilma Rousseff seria retratada dessa mesma maneira pela Revista *Istoé* se fosse uma política filiada a um partido de linha mais conservadora. Talvez um outro exemplo poderá tentar lançar luz sobre essa reflexão. Em 2009, o governo do Rio Grande do Sul, cuja governadora na época era Yeda Crusius (PSDB), encaminhou um projeto de “valorização do servidor público”, que mudaria o plano de carreira destes trabalhadores. Os professores entraram em greve contra a aprovação de tal projeto e acamparam na Praça da Matriz, em frente do Palácio Paratini, em Porto Alegre, sede do governo e residência oficial da governadora. Com os protestos em frente à sua residência, Yeda Crusius foi até o portão discutir com os manifestantes. Os fotógrafos fizeram algumas imagens e, dentre elas, houve uma que circulou nas redes sociais que se tornou a imagem mais conhecida:



Imagem 3 – Yeda Crusius e sua família durante greve dos professores em 2009⁴⁸

Apesar dessa imagem da até então governadora apresentar algumas semelhanças quando comparada à imagem de Dilma Rousseff (a despeito desta ter sido forjada pela revista *Istoé*), a saber, a produção discursiva da “fúria” e do “desequilíbrio” pelas imagens dos rostos e das expressões das políticas em questão, os sentidos mobilizados no tratamento dado às duas mulheres foram distintos na grande mídia. Enquanto a presidenta teve uma imagem negativa produzida por uma matéria que em muito não se observou alguns dos princípios jornalísticos fundamentais, a governadora foi tratada pela imprensa como uma vítima dos servidores públicos do estado do Rio Grande do Sul, que agiram propositadamente para constranger sua

⁴⁸ <http://miltonribeiro.sul21.com.br/2009/07/17/quem-e-a-melhor-cara-do-psdb-yeda-aecio-ou-serra/> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

família, principalmente o seu neto, João Guilherme, que, segundo declaração posterior da política tucana, teve medo de ir à escola por conta do tumulto em frente de sua residência. Assim, a governadora fez o que toda avó faria: defenderia o seu neto do perigo e apenas reagiu ao cerco dos manifestantes. Porém, é preciso ressaltar que alguns blogs atribuíram à governadora alcunhas desabonadoras: “a cara de louca da Yeda” e “a pitbull”⁴⁹, determinações que se aproximam do que a grande mídia fez com Dilma Rousseff, evocando os mesmos sentidos atribuídos à presidenta: a de uma mulher desequilibrada e inapta para o governo. A imagem de sua expressão em fúria atrás das grades do portão da residência ainda associa a imagem da mulher política a um animal (“a Pitbull”) feroz e incontrolável, reforçando ainda mais a produção discursiva do desequilíbrio e do descontrole da mulher política.

Apesar do tratamento pejorativo, essa posição contrária à governadora circulou em pequenos blogs, ao passo que a posição em seu favor se mostrou dominante na grande imprensa, marcando uma diferença na força e no alcance da circulação dessas duas posições discursivas sobre a reação da governadora ao protesto dos servidores públicos. Portanto, o tratamento diferenciado entre as mulheres políticas de posições antagônicas, uma mais progressista e outra mais conservadora, pode apresentar, na intersecção entre as dimensões socioeconômicas e de gênero, uma sobredeterminação da primeira sobre a última, evidenciando possíveis gradações de tratamento disfórico e eufórico das mulheres políticas em relação às suas posições ideológicas e às posições ideológicas às quais se filiam os veículos de comunicação. Ainda assim, ambas foram afetadas, em maior e menor grau, pelas críticas e pelos ataques que remetem aos estigmas e preconceitos à sua condição de mulher, uma vez que talvez seja mais difícil de encontrar homens políticos que tenham recebido a pecha de “louco” em uma situação pública parecida com aquelas “vivenciadas” pelas referidas políticas.

Alguns meses antes da publicação da reportagem da revista *Istoé*, o filme *As sufragistas* é lançado, em dezembro de 2015. Ambientado na Londres de 1912, a produção cinematográfica narra a história de um grupo de mulheres que se organizaram para exigir o direito ao voto. Logo na primeira cena, uma trabalhadora, Maud Watts, anda pelas ruas em direção à fábrica, enquanto uma voz masculina, em *off*, provavelmente um parlamentar, brada um discurso contra o direito de voto às mulheres, transcrito na primeira epígrafe deste capítulo. É mister salientar o mesmo discurso que demarca a falta de capacidade da mulher em tratar de assuntos políticos. A falta de “serenidade de espírito e de equilíbrio mental”, a inaptidão, o descontrole e o

⁴⁹ Esse tipo de léxico e a informação de que a imprensa defendeu a atitude da governadora pode ser encontrada no endereço eletrônico citado na nota anterior.

destempero para resolver questões de ordem pública, formulações que emergem na reportagem da *Istoé*, nos *blogs* ou na *voz off* do parlamentar do filme, nos tratados médicos e filosóficos desde a Antiguidade, nos textos religiosos, na literatura, constituem um verdadeiro *domínio de memória* (FOUCAULT, 2010) sobre os dizeres a respeito das mulheres, especialmente sobre os perigos de suas atuações no espaço público. Essa memória produz efeitos, mas não do mesmo modo: no pronunciamento do filme, que reconstitui as condições histórico-sociais da luta das mulheres pelo direito ao voto, as mulheres são incapazes de votar, com mais forte razão, também são incapazes de governar, na atualidade, as mulheres, em maior ou menor grau, são apresentadas como incapazes de governar. Assim, um verdadeiro aparato jurídico, educativo, moral da sociedade do qual a teoria das esferas pública e privada é uma das suas formas mais elaboradas de controle e normatização sobre as mulheres, se constitui, simultaneamente, pelo apagamento do poder feminino e do triunfo da ordem masculina.

Se a ordem infligida à sociedade é masculina, a história também o foi por muito tempo. Arlette Farge [(1995) apud Thébaud (2007)], em um balanço feito sobre os recentes cinquenta anos de história social da França, dedica algumas páginas à história das mulheres, que começou a ser tecida a partir do desenvolvimento de uma história das minorias e dos infames, àquela que diz respeito à construção social dos papéis sexuais e do seu silêncio. Michelle Perrot (1988; 2005; 2017) também destaca que esse silêncio e essa invisibilidade das mulheres e sua exclusão da história tradicional se dá, entre outros motivos, por elas serem menos vistas no espaço público, lugar privilegiado da pesquisa histórica durante muito tempo. Sua atuação parecia sempre pertencer ao espaço privado, no conforto do lar e no seio da família e, de certa forma, esse silenciamento feminino, demarcado pela repartição dentro/fora que estabelecia os papéis das mulheres e dos homens na sociedade, respeitava a “ordem das coisas”. Segundo a historiadora, as mulheres deixaram poucos vestígios, até mesmo pelo seu pouco ou tardio acesso à escrita. Sua história está mais ligada à oralidade; elas são vistas, muitas vezes como a guardiã da memória, dos relatos e dos ritos de uma comunidade.

As fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram ou, pelo menos, apresentavam outros contornos. Alguns autores, como Sennett (1988), discutem suas frágeis fronteiras e a tendência mundial à privatização com fases alternadas de “público” e “privado”, principalmente depois da consolidação de uma classe burguesa, que necessitava pensar a divisão sexual do trabalho, dos espaços e dos papéis como um princípio de ordenação e controle racional das sociedades modernas, aliando “vocação natural” com utilidade social. Assim, o exercício do poder não se reduz à geografia, na segregação física dos espaços; essa segregação

engendra uma metáfora que diz respeito à proibição da circulação feminina em outros lugares. Sair fisicamente desses lugares, do lar, do seio da família, seria, de certa forma, uma maneira de penetrar em lugares interditos: da rua, dos bares para a política, o trabalho, a guerra, espaços historicamente reservados ao homem⁵⁰.

A partir da década de 70, ainda segundo Perrot (2017, pp. 19-20) há uma confluência de fatores científicos, sociológicos e políticos para a emergência de uma história das mulheres na França. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, o surgimento do “objeto mulher” nas Ciências humanas se fez uma década antes. Destaca-se, neste período, uma transformação nos modos do fazer científico, com as releituras do estruturalismo e do marxismo, feitas por pensadores de várias áreas do saber e de novas alianças disciplinares. A história aliou-se à antropologia, voltando o seu olhar para a família e a demografia. E falar de família, núcleo econômico de qualquer sociedade, é falar da criança e, conseqüentemente da mulher, do êxodo rural para a cidade, em busca de trabalho – é falar da família esmigalhada para uma história igualmente esmigalhada: uma história, segundo Le Goff (1988), não somente dos grandes acontecimentos, mas uma história das estruturas, dos movimentos, das evoluções e das transformações. De acordo com Thébaud (2007), na Itália, por exemplo, a história das mulheres esteve ligada ao projeto da *microhistória*, idealizado por Carlo Ginzburg, que privilegia os temas da vida privada, do pessoal e das experiências da vida real.

Além dessas mudanças no fazer científico, a sociedade também passou por diversas transformações políticas e sociais. As mulheres invadiram os bancos das universidades que por tanto tempo lhe foram negados; e passaram de estudantes para docentes e pesquisadoras, cuja produção científica, como aponta Rago (1995), pretendia questionar a historiografia centrada na ideia de homem enquanto sujeito universal. Essa inquietação científica ganhou força com o movimento de liberação das mulheres. As feministas americanas foram pioneiras no que se convencionou chamar de *Linguistic Turn* nos *Gender Studies*, influenciadas pelo pensamento

⁵⁰ Apesar de nos centrarmos, nesta parte do trabalho, na condição de dependência e opressão femininas reproduzida pela sociedade patriarcal, reiteramos que, ao longo da história, essa condição não é linear, muito menos estável. Antes da consolidação do feudalismo, existiam comunidades rurais onde as mulheres administravam suas terras, eram responsáveis pela saúde do grupo, por meio de conhecimentos sobre ervas que curavam os indivíduos dos males da época, tinham autonomia sobre os seus corpos e faziam, elas mesmas, o controle da natalidade, decidindo sobre a gravidez e o aborto; enfim, as mulheres detinham o controle dos meios de produção e de reprodução em suas comunidades. Com o movimento de acumulação de terras iniciado pelo modo de produção do sistema feudal, estabelecendo a servidão como relação de classe, os camponeses foram expulsos de suas terras e as mulheres passaram a ser tratadas como “bruxas”, pelo perigo que significavam por seus saberes e resistências contra essa ordem que começava a se instituir na Europa, a qual desejava domesticar o gênero feminino e a classe trabalhadora. Segundo a historiadora Silvia Federici, a “caça às bruxas” foi um evento determinante para eliminar a autonomia e a resistência femininas ao nascimento do capitalismo. O leitor interessado por esta temática poderá consultar a obra de Federici, *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

de alguns filósofos franceses, como Lyotard, Foucault, Derrida e Lacan. Críticos da temporalidade linear, da ideia de progresso, da causalidade e da totalidade social, eles afirmam uma volatilidade das significações que esfacela a concepção do sujeito dotado de autonomia e de uma identidade fixa, como já foi discutido no capítulo anterior. Os sujeitos então são efeitos de subjetivação das práticas discursivas que os cerceiam, os condicionam e os normatizam:

Enquanto uma nova tendência historiográfica, a “história cultural” aproxima-se em muito das formulações de Foucault. A ênfase na crítica do sujeito e das identidades remete à consideração dos modos de subjetivação e de objetivação que operam nas sociedades contemporâneas. Se não há bastidores da história, nem atores à espera de seus papéis, é importante perceber o jogo, ou os múltiplos jogos que se estabelecem nas configurações discursivas. Trata-se de perceber sujeitos e objetos como resultados de práticas culturais, como efeitos, mais do que como produtores. (RAGO, 1995, p. 86-7)

Essa desnaturalização dos objetos, dos conceitos e a subjetivação dos sujeitos ajustam-se muito bem à preocupação das pesquisadoras sobre os estudos feministas em torno de uma definição precisa de gênero, que refuta, antes de tudo, as oposições binárias naturalizadas para fazer emergir os processos simbólicos, as relações de poder e as construções sociais e culturais que enquadram e normatizam os indivíduos em determinadas condutas e representações. Dessa forma, propõe-se “pensar as *relações de gênero* enquanto *relações de poder*, e nesse sentido a dominação não se localiza num ponto fixo, num “outro” masculino, mas se constitui nos jogos relacionais e nos jogos de linguagem” (idem, p. 88).

Deste modo, consoante Joan Scott (1989), o interesse teórico relativo ao gênero como categoria de análise só apareceu no final do século XX. Até o início deste mesmo século, algumas teorias sociais tiveram como base as analogias com a oposição masculino/feminino, outras perceberam a importância de levantar uma “questão feminina” nos estudos sociais, mas as categorias de análise e os métodos disponíveis e pré-existentes ainda não permitiam integrar o termo gênero para tratar desses sistemas relacionais e sociais entre os sexos. No entanto, com o advento desses novos paradigmas científicos já mencionados e com a crítica da visão humanista e essencialista dos sujeitos e dos objetos no mundo, houve uma busca de uma via nas Ciências humanas para enfatizar o caráter discursivo das práticas em suas relações, em seus campos de forças dispersasse, conseqüentemente, para entender o funcionamento das relações de gênero nas sociedades.

Posto isto, Scott (idem) define gênero em duas dimensões que estão ligadas entre si. Para a pesquisadora, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, ao mesmo tempo que “é uma forma primeira de significar

as relações de poder”. Ela se baseia na ideia de micropoderes de Foucault para afirmar que as mudanças nas relações sociais em suas práticas correspondem igualmente às mudanças nas representações dos poderes; no entanto, não há um vetor único para o qual essas mudanças poderiam se direcionar. A autora ainda cita quatro elementos referentes ao funcionamento e à operacionalização desta categoria nos estudos das relações entre os sexos. O primeiro diz respeito aos símbolos culturalmente disponíveis em nossa sociedade, que rememoram múltiplas representações dicotômicas e contraditórias. Um exemplo clássico seria as figuras de Eva e Maria como símbolos femininos, que podem evocar, pelo efeito metafórico, outros sentidos, como a “santa” e a “pecadora”, a “mulher do lar, a esposa” e a “mulher da rua, a perdida”.

O segundo aspecto refere-se aos conceitos normativos que evidenciam as interpretações dos símbolos para delimitar e controlar suas possibilidades metafóricas. Essa normatização é engendrada pelos discursos políticos, religiosos, pedagógicos, jurídicos e morais e reforçam uma oposição binária que ratifica de forma categórica o sentido do masculino e do feminino. Scott sustenta a ideia de que o discurso emerge nessas relações de forma que o dominante surja como resultado de um aparente consenso social, apresentado ainda como a única posição possível, negando, apagando ou fazendo calar as lutas e conflitos com outras posições. Na esteira dessas considerações, surge o terceiro aspecto da relação de gênero: propor uma discussão a respeito da natureza desses debates que reproduzem, reforçam e levam à permanência dessa oposição binária fixa. Assim, cabe ao analista observar não somente o universo doméstico, na família, mas também no mercado de trabalho, na educação e na organização política como espaços que são, de alguma forma e ainda hoje, sexualmente segregados e segregadores.

Por fim, o quarto elemento do conceito de gênero como categoria de análise consiste em pensar a identidade subjetiva a partir da observação das relações complexas na construção e da distribuição dos micropoderes nas práticas sociais. Ela recorre ao antropólogo francês Maurice Godelier para lembrar que as diferenças entre os corpos que estão ligadas ao sexo são constantemente evocadas para legitimar as relações e os fenômenos sociais que não tem nada a ver com a sexualidade. Nesta direção, é possível compreender como as relações entre política e gênero estão imbricadas. No que diz respeito à política, por exemplo, em seu sentido mais tradicional, no sentido de Estado e de governo, o gênero parece ser uma posição antagônica aos assuntos sérios da política, que demarca a associação entre a mulher e a frivolidade. Não é incomum encontrar enunciados na teoria política que utilizam a categoria de gênero, seja para

justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para fazer uso de analogias nas relações entre governantes e governados.

Como exemplo, podemos citar o tratado *The first Blast of the Trumpet Against the Monstrous Regiment of Women* [O primeiro soar da trombeta contra o monstruoso reinado de mulheres], escrito em 1558 pelo fervoroso protestante escocês John Knox, e publicado quando a rainha Elizabeth I chegava ao trono da Inglaterra. Segundo Jane Dunn (2004), o “monstruoso reinado” se referia disforicamente às governantes europeias inimigas da religião reformada: Mary I da Inglaterra e Marie de Guise da Escócia, mas as crenças naturalistas associadas às visões religiosa, jurídica e social da época reforçavam a generalização sobre a maldição de um governo feminino, seja qual fosse. De acordo com Knox:

Promover a Mulher à responsabilidade do poder, superioridade, domínio e império de qualquer Reino é repugnante à Natureza; uma coisa contrária a Deus, muitíssimo oposta à Sua vontade revelada e Seu ritual aprovado, e por fim, é a subversão de toda boa Ordem, de toda equidade e justiça. (apud DUNN, 2004, p. 52)

Essa concepção da “ordem natural das coisas”, cujo mote aponta para uma suposta inferioridade da mulher ante ao homem, não é uma ideia inovadora do pregador protestante. Ela está presente desde os mitos mais antigos, nas práticas mais remotas da civilização, engendrando tantos outros enunciados que se constituíram como verdades filosóficas, teológicas, legais e médicas aceitas e implicadas desde a política mais comezinha do controle dos corpos até ao reinado de rainhas. Como exemplo disso, podemos recorrer a Scott que, por sua vez, cita um debate de Louis de Bonaud que, em 1816, se posicionava em favor da revogação do direito ao divórcio, uma conquista da Revolução Francesa, na qual estabelece como argumento uma analogia entre democracia e divórcio para defender um “bem maior”, apresentando a ideia da ordem familiar como metáfora para a ordem e as necessidades do Estado. Assim, ele declara, segundo Scott (1989, p. 25), que a democracia política “permite ao povo, parte fraca da sociedade política, se rebelar contra o poder estabelecido”; da mesma forma que o divórcio, pensado como uma “verdadeira democracia doméstica”, permite à mulher-esposa, “parte mais fraca, se rebelar contra a autoridade do marido”. Essa legislação, então, é tomada como prejudicial ao bom andamento da comunidade porque enfraquece o poder marital, leia-se aqui o poder do marido e não o do matrimônio como relação de igualdade entre as partes. Portanto, pelo efeito metafórico da argumentação, “a fim de manter o Estado fora do alcance do povo, é necessário manter a família fora do alcance das esposas e das crianças”. Um

enunciado que vem de outros lugares, que coloca a mulher como “a parte fraca” no contrato de casamento, uma perpétua menor, ao lado da criança, é também “a parte fraca” da sociedade. Como incapaz, a mulher poderia tomar decisões que representassem um risco ao bom funcionamento do Estado. Desse modo, ela precisaria de um tutor, sempre. Não é estranho notar que os regimes autoritários, qualquer que seja a sua matriz ideológica, incidem de maneira rígida sobre o controle das mulheres.

Num momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, na hora em que Stalin tomou o controle da autoridade, na época da operacionalização da política nazista na Alemanha ou do triunfo aiatolá Khomeiny no Irã, em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmavam, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os “outsiders”, os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziram literalmente esse código em leis que colocam as mulheres no seu lugar “proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres”. (SCOTT, 1989, p. 25)

Estes são, então, alguns exemplos de como as relações de gênero enquanto relações de poder constituem os dizeres e os saberes sobre as mulheres que tomaram uma forma política sobre elas, e como esses sentidos se formaram, circularam e ainda estão presentes na atualidade, mesmo que, neste conjunto de dizeres que atribui à mulher uma incapacidade compulsória, há descontinuidades, rupturas, diferenças de discursos, de práticas e de classes e de resistências a esta produção dominante.

Posto isto, nosso objetivo, neste capítulo, consiste em verificar e destrinchar um pouco mais a historicidade desses sentidos e desses discursos sobre a mulher em sua relação com o espaço privado e com o espaço público. Para tanto, identificamos, nas regularidades das práticas, que constituem e fazem circular dizeres e saberes sobre as mulheres em sua relação com as esferas pública e privada, três enunciados, organizados em torno dos seguintes temas: a mulher bela e sedutora; a mulher esposa e mãe e a mulher militante. Eles são marcados, linguisticamente, no modo imperativo: “seja bela e desejável!”, “seja boa esposa e boa mãe!” e “seja/não seja militante!”.

Ainda que essas formulações não foram realizadas “de fato”, *ipsis litteris*, elas foram ditas, são ditas e estão ainda por dizer pelos modos de controle das práticas, do campo jurídico, religioso, médico, moral e político que demarcam a posição da mulher e rememoram, arregimentam e ressignificam os modos de dizer e ver o feminino nas esferas pública e privada sob uma perspectiva masculina. Recorremos, então, à função enunciativa de que trata Foucault

(2010, p. 99ss) para apresentar esses ditos que aparecem, no tempo e no espaço, sobre a condição feminina. Assim, o filósofo afirma que uma série de signos se tornará enunciado se tiver uma relação com “algo”, que se refira a ele mesmo. Esse referencial forma as leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram designados. O enunciado também depende da determinação de uma posição de sujeito, sendo esta uma posição vazia, efetivamente ocupada por indivíduos diferentes. A função enunciativa precisa ainda de um domínio associado, uma vez que o enunciado sempre se relaciona com outros, modificando-os, reatualizando-os, repetindo-os ou readaptando-os. E, por último, ele possui uma existência material, um suporte que pode ser, mas não é, exclusivamente linguístico.

Do conceito de enunciado foucaultiano, apresentaremos esses três enunciados, “seja bela e desejável!”, “seja boa esposa e boa mãe!”, “(não) seja militante!”, a partir da observação de que esses dizeres sobre a condição feminina evocam e expressam as relações de gênero como relações de poder nos espaços público e privado a partir do entrecruzamento de diversos discursos, como o discurso religioso, o discurso médico, o discurso jurídico, o discurso moral e, enfim, o discurso político, que demarcam a posição da mulher e rememoram e ressignificam os modos de dizer e de ver o feminino. Observaremos como a burguesia havia construído a identidade feminina e os usos sociais das identidades sexuais ligadas ao caráter e às suas funções na sociedade e como a diferenciação e segregação dos espaços serviu como uma fronteira (que nunca deixou de ter as suas fissuras), tanto física quanto política, das relações hierárquicas entre os sexos.

Destacamos então que o último enunciado apresentado “(não) seja militante!”, se configura linguisticamente em forma de enunciado dividido (COURTINE, 2009), uma formulação caracterizada por sua contradição, “constitutivamente perseguida por seu outro” (p. 24), expressando de maneira mais manifesta a transgressão feminina, do mesmo modo que se manifesta também uma reação mais violenta da ordem estabelecida, representada linguisticamente pelo imperativo negativo “não seja”, que objetiva cercear as lutas femininas por seus direitos. Não queremos com isso assegurar que não há contradição no interior mesmo dos outros enunciados. Muito pelo contrário: há contradição, porque onde há relações de poder sempre haverá espaço para as resistências e as transgressões. No entanto, o nosso interesse é marcar que, mesmo com as pequenas resistências cotidianas e até invisíveis que as mulheres anônimas realizaram no interior do lar, entre os seus, em relação às escolhas referentes ao seu corpo, sua sexualidade, seu trabalho, casamento e filhos, provocando algumas reações que tentam reordenar esses lugares, é a sua própria atuação no espaço público que permitiu que o

“segundo sexo” conseguisse ascender a ele para exigir e lutar, de forma mais organizada, pelos seus direitos, incidindo sobre a própria configuração e lugar da mulher no espaço privado⁵¹. Por isso, é importante ressaltar que não há fronteiras estanques e intransponíveis entre essas três tipologias, mas assim procederemos para vislumbrar os rituais e as relações do poder que engendraram os discursos sobre as mulheres e a condição feminina.

O Eterno feminino: “seja bela e desejável!”

Durante muito tempo, parecia não haver quase nenhuma contestação de que a mulher fosse destinada, por “natureza”, ao casamento e, conseqüentemente, à maternidade. O “eterno feminino” simboliza esse estado que revela a essência e a condição da feminidade: a sedução pela beleza, o instinto maternal, o amor incondicional, mas, ainda, a sua natureza frágil e dependente. Essa concepção que associa a mulher à natureza e, ainda mais, à sua natureza, sua constituição física, acaba por reduzir sua existência ao seu sexo e à sua sexualidade.

Portanto, o corpo feminino é significado de diversas formas, sendo o discurso filosófico de herança greco-latina e o saber médico hipocrático as vias mais recorrentes para reproduzirem saberes oriundos de outras searas, reafirmando a diferença sexual pela hierarquia dos corpos que funciona como metáfora nas hierarquias da sociedade. Seu corpo frágil e sua pusilanimidade são governados pelo ritmo da natureza e sua característica instável e fleumática necessita de um ambiente resguardado. Em vista disso, seu habitat natural é o lar, sua sociedade primeva é a família e sua educação deve ser voltada à função que a torne útil para a sociedade, utilidade que significa a maternidade.

Dentro de uma perspectiva civilizatória, da qual o homem é o seu criador e gestor, a sexualidade feminina é intensamente controlada. Os mitos de Pandora e Eva rememoram a

⁵¹ Podemos citar, como exemplo dessa luta feminina no espaço público por seus direitos, a homologação da Lei 11.340, setembro de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, que visa proteger a mulher da violência doméstica. O nome da lei é uma homenagem à farmacêutica cearense Maria de Penha que sofreu com as agressões e as tentativas de homicídio do companheiro que, em 1983, tentou matá-la com um tiro de espingarda. Ela sobreviveu, mas ficou paraplégica. A partir deste acontecimento, ela levou o caso a justiça, porém, a vítima se deparou com a morosidade e a incredulidade da justiça, algo tão comum em relação aos casos de violência doméstica. O processo só foi solucionado em 1998, quando o Brasil foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Maria da Penha precisou divulgar seu caso e acionar os órgãos internacionais para se fazer justiça, até que uma lei fosse aprovada exclusivamente para este fim. Queremos destacar, enfim, que a atuação no espaço público e a luta pelos direitos foram cruciais para que a violência doméstica fosse vista e tratada diferentemente pela sociedade. É neste sentido que destacamos o último enunciado marcado linguisticamente como dividido, uma vez que as lutas, os conflitos, as tensões e as reações surgem de forma mais manifesta no espaço público, reconfigurando, inclusive, as relações de gêneros no espaço privado.

imagem do perigo da mulher com sua beleza sedutora que traz a desgraça ao mundo dos homens. Seu sexo inspira o desejo masculino, mas também gera desconfiança e medo. Por isso, a educação das meninas, das “moças de bem” até o casamento diferem da educação dos meninos e dos rapazes, principalmente quando, na Idade Média, as mulheres são tratadas como moedas de troca nos arranjos matrimoniais, cujo objetivo é garantir a continuação das linhagens das grandes famílias aristocráticas ou reais. E em relação às moças pobres, e na falta de um dote, a virgindade se torna o seu único bem para conseguir um casamento respeitável. Nasce então a preocupação com a virgindade feminina, que se concretiza de forma mais intensa no mundo burguês como uma espécie de capital simbólico das jovens que almejam um casamento ou das famílias que desejam casar duas fortunas; assim, “a honra sexual feminina era assunto de família, já que comprometia os parentes próximos” (PINSKY, 2016, p. 471), pois a má reputação de uma filha poderia manchar toda a honra de uma família e dificultar futuros arranjos matrimoniais e os planos de ascensão social pelo casamento.

Jules Michelet ([1859] 1998), um dos maiores representantes da historiografia francesa oitocentista, produziu uma obra que descreve um ideal romântico de mulher e reforça todas as características que a colocam sob a proteção de um homem. Em *A mulher*, o historiador defende com entusiasmo o casamento, a família e preservação da vida privada, doméstica para a mulher. O lar é, então, o seu reino, longe da sedução da rua. A sedução feminina deve se manifestar, de forma sugerida, para o seu pretendente, seu futuro marido. A menina, desde a mais tenra idade, deve ser educada para cumprir a sua missão na sociedade: ser mãe. Assim sendo, Michelet diferencia o objetivo da educação de um menino e de uma menina, a partir de suas “vocações” e “tendências naturais”, posto que os dois sexos são não apenas diferentes, mas até mesmo opostos. Ao primeiro, deve-se estimular a criação, a fim de que o futuro homem possa organizar uma “força eficaz e produtiva”, como a sociedade moderna assim o exige. Cabe à menina, futura mãe, a habilidade de “harmonizar uma religião”, onde ela é o altar. A religião aqui funciona como uma metáfora para a família, mas, nessa religião, Deus é o homem:

Educar uma filha é educar a própria sociedade. A sociedade procede da família, cuja harmonia é a mulher. Educar uma filha é uma obra sublime e desinteressada. Pois tu só a crias, ó mãe, para que ela possa deixar-te e fazer-te sangrar o coração. Ela está destinada *a outro*. Viverá *para os outros*, não para ti e não para ela. É esse caráter relativo que a põe acima do homem e faz dela uma religião. Ela é a chama de amor e a chama do lar. É o berço do futuro, é a escola, outro berço. Em uma palavra: *ela é o altar*. (MICHELET, [1859]1998, p. 84)

Neste excerto, o autor apresenta a posição da mulher como a religião do homem, aos moldes de uma passagem irônica de Balzac, onde ele aconselha tratar uma escrava como se fosse rainha, mas sua exaltação é tão somente uma maneira de colocá-la como serva do lar e da família. A passagem ainda expressa a ideia recorrente do altruísmo da mulher, um eterno pagamento mítico por sua falta e desobediência a Deus no paraíso e punição por ter seduzido e manipulado o homem para o pecado.

Além de relegar à mulher a direção da família pela educação dos filhos, Michelet ainda enfatiza o instinto natural que leva a criança a escolher brincadeiras que remetem à sua futura função na sociedade. Sobre a menina, ele afirma que se deixássemos que ela escolhesse com qual brinquedos deseja se entreter, “naturalmente”, o pressentimento do dever a fará preferir miniaturas de utensílios de cozinha e da casa, pois “a mulher deve alimentar o homem” (idem, p. 100). Há um outro brinquedo ainda mais especial: a boneca, sua “pequena confidente”, com a qual ensaia seus primeiros passos para sua “sagrada missão”. Por outro lado, ela tem verdadeira antipatia das brincadeiras de meninos. Com o objetivo de afirmar a naturalização ou biologização das diferentes funções sociais ligadas ao sexo, o autor narra a história de uma família que mora no campo e da acertada decisão dos pais das duas crianças, uma menina e um menino, de separá-los de acordo com o seu sexo, livrando o garoto dos mimos excessivos da mãe e da irmã, pois esta última “o teria transformado numa menina, ou ele a transformaria num menino” (idem, 108). Decidiram colocá-lo numa casa mais viril, cheio de garotos. Suas brincadeiras violentas e seus gritos faziam a menina fugir. Assim como sua doce e discreta mãe, a garota “gosta da ordem, da paz, do silêncio, das bonitas brincadeiras a meia voz”.

Dessa forma, os sexos, numa certa idade, são separados para que os seus valores “naturais” sejam enfatizados pela cultura da convivência entre os seus. Os meninos, longe das mulheres e do perigo de se tornarem efeminados, brincam nos jardins e nas ruas, dramatizam suas lutas, combates e desbravam lugares desconhecidos, e as meninas, ao pé de sua mãe, dramatizam seus destinos, ajudando-a a cuidar da casa, tecendo e costurando roupinhas para as suas bonecas que elas já embalam e alimentam como se fosse um bebê, tudo em silêncio ou a meia voz; uma preparação desde a mais tenra idade para não incomodar o futuro marido com tagarelices. Mais uma vez, a repartição do quente/frio e viril/melancólico advinda dos Antigos é rememorada para marcar as diferentes manifestações e usos da voz dos homens e das mulheres. A voz aguda, e até mesmo infantil, é relacionada às mulheres, sendo bem ajustada aos seus afazeres “naturais”; frágil, delicada e carente de testosterona, deve limitar-se ao silêncio ou a meia voz. Qualquer elevação do tom é percebida como a manifestação de algum

estado nervoso (ou até mesmo a histeria) pelo aumento do calor. Aos homens cabem os gritos viris para ameaçar os inimigos e incentivá-los à vitória sobre eles, a propagação de suas vozes nas assembleias e nos púlpitos, onde a argumentação é acalorada e o corpo e os gestos pujantes. À mulher, cabe os silêncios da Igreja ou da alcova: a ela resta ser bela e calar-se.

Já crescidas e ainda antes do casamento, é inevitável que algumas jovens queiram trabalhar. Michelet condena o trabalho feminino fora de casa, pois considera a rua viciosa, perigosa e prejudicial para a delicada e já debilitada natureza feminina. No entanto, ele coaduna com a ideia de que o trabalho como educadora ou enfermeira estaria de acordo com o seu espírito, já que estes trabalhos se associam de forma evidente à condição de cuidadora da mulher. Porém, as moças que provinham de famílias mais humildes ou migravam da zona rural para as cidades não tinham muitas opções, e ficavam à mercê dos galanteadores, sedutores e estupradores; dos patrões e contramestres das fábricas. Não podemos nos esquecer que o trabalho doméstico é a ocupação que mais emprega mão de obra feminina, sendo uma extensão do trabalho feminino em seu próprio lar⁵². A situação da mulher sozinha, na rua ou na casa de outrem, se configurava em um perigo e, a qualquer “mal passo” da moça, ela estaria perdida para sempre. E as profissões que lhe eram “permitidas”, como a de professora e de enfermeira, se transformam, nas sociedades acidentais atuais, em fetiche sexual masculino.

A partir do século XVIII, as cidades cresciam e a atmosfera de modernidade fez aumentar também os espaços de sociabilidade: cafés, salões, confeitarias, restaurantes, teatro, escolas, lojas... e um novo aparato de normas e condutas precisou ser mobilizado para demarcar o lugar da mulher e definir qual tipo delas mereceria o “respeito da sociedade”. Assim, era importante destacar o oposto do ideal, ou o que a mulher não deve ser ou fazer. Nesse caso, a imagem da prostituta serviria como a antítese da “moça de bem”. Sua imagem é, de certa maneira, educativa, uma vez que uma moça casadoira não deseja ser identificada ou confundida com ela. Por isso, a imagem da “mulher pecadora”, da “messalina”, herdeira de Eva, engendra as práticas sociais que vão delimitar o espaço de circulação das jovens, seus gestos e comportamentos. As jovens casadoiras não poderiam sair de casa sozinhas nem circular pelas ruas e ambientes, como se sabe, que essas “mulheres públicas” costumam frequentar. As “moças de família” devem tomar cuidado com o tipo de roupa que vestem, com o perfume e

⁵² O leitor interessado nas relações entre trabalho doméstico, gênero e a legislação sobre esse ofício tão desvalorizado poderá consultar os trabalhos de PALUDETTO, Diane. *Discursos da mídia sobre a legislação do trabalho doméstico no Brasil*, 2017 (Tese de doutorado) e ZOPPI-FONTANA, Monica. Domesticar o acontecimento: metáforas e metonímias do trabalho doméstico do Brasil. IN: ZOPPI-FONTANA, M; FERRARI, A. J (orgs). *Mulheres em discurso: identificações de gênero e práticas de resistência*. Volume 2. Campinas: SP: Pontes, 2017.

com a (quase nenhuma) maquiagem. Elas devem também cultivar boas maneiras: não fumar nem beber, não elevar a voz nem falar palavrão. Desse modo, a língua, o corpo e a voz servem como índice de identificação e repartição entre a “moça de família” e a “mulher pública”.

Segundo Pinsky (2016), se a prostituta é a figura antagônica da moça respeitável, existem outras mulheres que se configuram juntamente a elas como um desvio. *A femme fatale*, sucesso na literatura e no teatro, é a mulher sedutora e dona de si, capaz de levar os homens de bem à perdição, destruir os lares e separar pais de filhos. Abusa da maquiagem e de outros truques de beleza. Depois surgiu a *Vamp*, ícone do cinema americano dos anos 1920, que alimentava a fantasia dos homens e enchiam de curiosidade as jovens mais ousadas. A autora também destaca uma espécie de “serviço moral” desempenhado pelas prostitutas nessa sociedade controladora da sexualidade feminina. A iniciação sexual dos rapazes com essas “mulheres perdidas” ou com amantes serviam como uma “válvula de escape” para proteger e preservar a virgindade de suas namoradas e noivas, futuras mães de seus filhos:

Porque havia sempre o perigo em dar asas à sexualidade feminina. Sobre isso, as representações também iam de um extremo a outro: ou a mulher é “ávida”, “voraz”, e “insaciável” ou é “passiva” e “frígida”, indiferente ao prazer sexual. Pelo sim, pelo não, o melhor era convencer as moças a não brincar com fogo e fazê-las acreditar que o erotismo é antinatural nas mulheres. (PINSKY, 2016, p. 473)

Desse modo, os enunciados sobre as mulheres parecem sempre margear a sua sexualidade, como símbolo da sua própria natureza, do “eterno feminino”, que estabelece um dentro/fora ao imputar características positivas ou negativas que representam a mulher e sua relação com a sexualidade sob uma ótica masculina. Ser “recatada”, “passiva”, “virtuosa”, “bela” e “ingênua” e até mesmo “frígida” forma um conjunto de condições que colocam a mulher como digna de uma determinada “atenção masculina”, num efeito metafórico que significa “ser tomada por esposa”, aquela que assumirá seu papel social, no âmbito doméstico, dentro da sociedade “privada”; por outro lado, ser “ávida”, “insaciável”, “voraz” e “livre” coloca a mulher na condição de outro tipo de atenção masculina: aquela com quem é possível satisfazer os desejos mais íntimos, mas que remetem a um fora da vida privada; são as “mulheres públicas”, expressão que demarca um estado pejorativo para as mulheres sob a visão masculina, referindo-se à ideia do uso e exploração do seu sexo e da sua sexualidade fora dos espaços normatizados, como o casamento. Essas mulheres representam um perigo para as jovens de família, mas integram com elas as práticas divisoras que representam os pares dentro/fora da família, simbolizadas nas relações entre as imagens “santa/pecadora”,

“ingênua/sedutora” e a “virgem/prostituta”. Outras relações e possibilidades parecem ser mitigadas e até mesmo apagadas diante dessas dicotomias para determinar o “dever-ser categórico” (BEAUVOIR, 2010, pp. 343-345) feminino pelo olhar masculino, ambos objetos de desejo dos homens, mas com valores diferentes dentro do funcionamento dessa sociedade do macho.

Ainda sobre os movimentos e o desenvolvimento das cidades e a expansão dos espaços de sociabilidade, o crescimento e a modernização das atividades produzidas nos espaços urbanos permitiram que as mulheres circulassem por ambientes públicos até há algum tempo condenáveis, além de assumir alguns postos de trabalho considerados “honestos”. As moças solteiras qualificadas, lê-se aqui as mulheres de classe média ou com alguma instrução, poderiam ser professoras primárias, secretárias, balconistas. Ocupação sempre provisória e que deveria ser abandonada quando as jovens assumissem sua verdadeira missão: ser esposa e mãe. No entanto, de todos esses trabalhos, a profissão de professora seria algo mais próximo da atuação dessa “vocação” feminina, uma vez que as mulheres “tinham uma inclinação para o cuidado” com as crianças, sendo assim “naturais educadoras”; se o destino de toda mulher é a maternidade, imagem e semelhança da Virgem Maria, o magistério representava “a extensão da maternidade”, símbolo “de amor, entrega e doação”, e cada aluno podia ser visto como um filho “espíritual” (LOURO, 1997b, p. 450). Podemos ver ainda os vestígios dessa hierarquia no que diz respeito às profissões consideradas femininas (menos valorizadas) e as profissões masculinas (mais valorizadas, com melhores salários e *status*). Separamos dois fotogramas do HGPE do candidato José Serra, o primeiro exibido no dia nove de setembro de 2010 e o segundo, veiculado no dia dezoito de setembro de 2010, quando é apresentado, através do recurso da *voz off*, suas propostas de governo, na educação e na saúde. Vejamos:



Imagens 4 – HGPE Serra Presidente (09 e 18/09/2010)

No primeiro fotograma, vemos uma imagem que retrata a cena de uma sala de aula de ensino fundamental 1 e na formulação linguística, lemos o substantivo flexionado em gênero e

número, “professoras” ao invés do seu termo genérico, “professores”. No entanto, no segundo fotograma, não acontece o mesmo: nos é apresentada uma enfermeira (profissão também considerada feminina pela memória hegemônica) conferindo a aplicação do soro em um paciente que está fora do plano da imagem, e uma formulação linguística em que o substantivo “médico” (profissão prestigiada e considerada masculina) surge em sua forma genérica e no plural. Esse acontecimento é sintomático pelo fato de que, na primeira exibição desse programa, a *voz off* disse “professoras” da mesma forma como estava escrito no fotograma. Uma segunda exibição do programa aconteceu em outro horário e a *voz off* corrigiu a formulação linguística pelo termo genérico plural, “professores”. A imagem continuou a mesma.

Retornemos então à discussão a respeito da educação de crianças e jovens. Ela nem sempre foi de maciça responsabilidade feminina. Ao longo da história e desde a Antiguidade, a figura do preceptor foi salutar na civilização das sociedades. Em sua maioria eram homens, cujas reputações eram de eruditos, uma vez que a educação, na maioria dos casos, era apanágio masculino, que acompanhavam os filhos de reis, nobres e aristocratas em seu desenvolvimento humano. Letras e armas: essas foram as preocupações dos jovens herdeiros das posições mais altas da pirâmide social de qualquer época até o nascimento da sociedade burguesa. Os meninos e os jovens aprendiam filosofia, geometria, línguas, ciência, política e arte poética e retórica. Raramente suas irmãs recebiam a mesma educação; rondavam sobre elas o perigo de que, sabendo ler e escrever, pudessem, por meio da escrita e da leitura, se expor a qualquer situação que desabonasse sua conduta e sua reputação.

Com a substituição do modo de produção feudal para o capitalista-burguês, essa situação muda um pouco, e as mulheres das classes médias altas e altas recebiam uma educação esmerada, mas ainda voltada para “um universo feminino”, como costurar, bordar, cantar, tocar algum instrumento, como o piano, uma forma de valorizar o seu dote para conseguir um casamento vantajoso. Entre a população mais pobre, há um grande número de analfabetos, mas não nos surpreenderíamos se o número de mulheres nesta condição fosse ainda maior. Era muito comum que mulheres aprendessem apenas a contar para serem capazes de fazer compras, pechinchar nos mercados e organizar o orçamento doméstico. Este tipo de “divisão educacional” perdurou por muito tempo, mas com a crescente ideia de modernização das sociedades e, principalmente, com a difusão dos ideais positivistas, houve uma necessidade de se defender a educação feminina pelo fato de que são as mulheres as responsáveis pela educação das crianças. Em razão disso, não seria sensato que as mulheres não pudessem usufruir do saber, ainda que elas não “necessitariam” ter acesso a mesma educação dirigida aos homens.

Guacira Louro (idem) afirma que, no Brasil do século XIX, por exemplo, não havia classes mistas e professores educavam os meninos e as professoras, as meninas. Os primeiros ensinamentos para ambos os sexos nos primeiros anos eram os mesmos: ler, escrever e contar, saber as quatro operações, e ter contato com alguns ensinamentos da doutrina cristã. Depois surgiram algumas diferenças: às meninas, restava aprender bordado e costura, aos meninos, noções de geometria. Embora a lei que instituiu o ensino de crianças no Brasil determinasse salários iguais para professores e professoras, essa diferenciação curricular estabeleceu também uma diferença salarial, fazendo com que os professores ganhassem mais do que as professoras. Essa diferença salarial passou para os outros níveis; quando as classes se misturaram e as professoras passaram a se ocupar dos pequenos, e o colegial e até mesmo as universidades ficaram por muito tempo a cargo de professores do sexo masculino. De todo modo, a relação trabalho transitório/feminino talvez tenha contribuído para que essa profissão tenha sido tão desvalorizada e seus salários, tão baixos. Acrescenta-se a isso o fato de que o magistério, no Brasil, começou a ser exercido por freiras e congregações cristãs, reforçando ainda mais a concepção vocacional do ensino, principalmente o infantil.

Apesar de revestido dessa aura de “santidade”, sua simples prática não alforriava as jovens normalistas dos olhares vigilantes da sociedade; muito pior, o exercício do magistério aprofundava ainda mais as práticas de controle. No anexo de um trabalho da historiadora Jane Soares de Almeida⁵³, há um contrato datado de 1923, o qual as professoras assinavam quando de sua nomeação para o magistério na cidade de San Salvador, capital de El Salvador, na América Central. Segue abaixo a transcrição do documento fotocopiado, já traduzido do espanhol, feita pela própria pesquisadora:

A professora, senhorita....., por meio deste contrato de trabalho fica obrigada a:

1. Ministras aulas na Escola.....durante o tempo de vigência do contrato de trabalho.
2. Comportar-se com decoro e vestir-se com modéstia e asseio.

⁵³ ALMEIDA, Jane Soares de. Índícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). *Educ. rev.*, Curitiba, n. 35, p. 139-152, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300011&lng=en&nrm=iso>. Este trabalho repercutiu na versão eletrônica no Jornal *O Globo*, em 9 de junho de 2016. Apesar de se referir ao trabalho da pesquisadora Jane Almeida, que trouxe em seu anexo a transcrição de um suposto documento proveniente da cidade de San Salvador, a matéria divulgou a foto de um outro documento que circulou nas redes sociais (que, inclusive, teve sua veracidade questionada), um contrato do mesmo ano que foi atribuído ao governo de São Paulo. Segue o link da matéria: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/contrato-de-professora-em-1923-proibia-de-casar-frequentarserveterias-andar-com-homens-16384742>

3. Não sair de casa no período entre 18 horas da tarde e 6 horas da manhã.
 4. Não passear em sorveterias do centro da cidade.
 5. Não sair de carro ou automóvel em companhia de homens, a não ser seus pais e irmãos.
 6. Não usar saias e vestidos a menos de um palmo do tornozelo.
 7. Não fumar, não beber uísque, vinho e cerveja.
 8. Não usar maquilagem e tingir o cabelo.
 9. Não usar palavras impróprias que ofendam sua pessoa e sua profissão.
 10. Limpar a sala de aula antes dos alunos chegarem.
 11. Cuidar da limpeza, da higiene e da moralidade da sua sala de aula.
- O não cumprimento das obrigações acima implicará na sua demissão imediata e justa.

Um outro documento datado do mesmo ano foi divulgado pelos estudiosos Michael Apple e Kenneth Teitelbaum (1991, p. 63), em seu artigo *Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações de do currículo?*⁵⁴, um contrato de professores dos Estados Unidos, cujo conteúdo foi destacados pelos autores como “rigorosamente policiado”, tanto no que diz respeito à atuação profissional das professoras quanto a sua vida pública e privada. Segue abaixo a transcrição já traduzida do documento:

CONTRATO DE PROFESSORA – 1923

Este é um acordo entre a Senhorita, professora, e o Conselho de Educação da Escola, pelo qual a Senhorita concorda em ensinar por um período de oito meses, começando em 1º de setembro de 1923. O Conselho de Educação concorda em pagar à Senhorita a soma de 75 dólares por mês. A Senhorita concorda com as seguintes cláusulas:

1. Não casar-se. Este contrato torna-se nulo imediatamente se a professora se casar.
2. Não andar em companhia de homens.
3. Estar em casa entre às 8 horas da noite e às 6 horas da manhã, a menos que esteja assistindo a alguma função da escola.
4. Não ficar vagando pelo centro em sorveterias.
5. Não deixar a cidade em tempo algum sem a permissão do presidente do Conselho de Curadores.
6. Não fumar cigarros. Este contrato torna-se nulo imediatamente se a professora for encontrada fumando.
7. Não beber cerveja, vinho ou uísque. Este contrato torna-se nulo imediatamente se a professora for encontrada bebendo cerveja, vinho ou uísque.
8. Não andar de carruagem ou automóvel com qualquer homem, exceto seu irmão ou pai.
9. Não vestir roupas demasiadamente coloridas.

⁵⁴ Revista *Teoria & Educação*, nº 4, 1991, p. 62-73. Este artigo foi originalmente publicado no *Journal of Curriculum Studies*, 18 (2), 1986, com o título *Are teachers losing control of their skills and curriculum?*.
Fonte: https://www.academia.edu/15773660/Teoria_e_Educacao_Dossiê_interpretando_o_trabalho_docente

10. Não tingir o cabelo.
11. Vestir ao menos duas combinações.
12. Não usar vestidos mais de duas polegadas acima dos tornozelos.
13. Conservar a sala de aula limpa.
 - a) varrer o chão da sala de aula ao menos uma vez por dia.
 - b) esfregar o chão da sala de aula ao menos uma vez por semana com água quente e sabão.
 - c) limpar o quadro-negro ao menos uma vez ao dia.
 - d) acender a lareira às 7 horas da manhã de forma que a sala esteja quente às 8 horas, quando as crianças chegarem.
14. Não usar pó no rosto, rímel, ou pintar os lábios.

Os dois contratos possuem muitas exigências em comum, principalmente no que diz respeito ao comportamento público da professora contratada. Todo cuidado é pouco para evitar “falatórios” sobre a mulher que cuidaria de outras crianças “de família”. O tom normativo/imperativo negativo das formulações linguísticas presentes nos contratos, tal qual os “mandamentos” de tantas religiões, cerceiam os movimentos da “vocacionada” professora, que deve se resguardar, ajustar seu comportamento recatado na rua, espaço masculino, viril e, portanto, perigoso.

É importante ressaltar que a profissão está condicionada ao fato de a mulher ser solteira. Uma vez casada, ela deverá abandonar a vocação de cuidar dos filhos das outras famílias para cuidar da sua própria casa, dos seus próprios filhos e marido. Apesar de ser um curso muito valorizado na época, esse tipo de educação era o objetivo mais alto que as jovens de classe média poderiam almejar. Cultivar o espírito, para uma mulher poderia significar um empobrecimento de suas qualidades emotivas. Segundo Michelet (idem), a intelectualidade da mulher suga a seiva da vida afetiva, por isso ela deveria alimentar a sua sabedoria através da intuição, ao contrário do homem, que a adquire do conhecimento objetivo, da ciência.

Como afirma Louro (1997b, p. 471), muitas jovens que frequentavam o curso de magistério não tinham a intenção de tornarem-se professoras; muitas o percebiam como um “curso de espera marido” e até mesmo a frequência ao curso poderia ser uma oportunidade de conhecer algum futuro pretendente. Portanto, a imagem da professorinha é um símbolo da pureza, bondade e beleza, mas também um gatilho para a atenção e o desejo masculinos, indício que coloca em relação mais uma vez a mulher “santa” e a “pecadora”. Esse é o mote da letra da seguinte canção:

Mas a normalista linda
Não pode casar ainda
Só depois que se formar
Eu estou apaixonado

O pai da moça é zangado
E o remédio é esperar⁵⁵

Assim, o trabalho da mulher, ao possuir um aspecto transitório ou complementar, foi muito pouco valorizado. Na letra da música, o destaque é dado para a espera a que o rapaz deve submeter-se para cortejar a bela jovem que não pode se casar ainda, pois não terminou seu curso de magistério. No entanto, a espera terminará quando a moça completar os estudos. Seu “pai zangado”, o tutor da jovem, poderá abdicar do controle da filha e entregá-la a um outro homem: o rapaz apaixonado. E uma vez casada, ela abdicará da sua “profissão” para cuidar da sua própria casa, dos seus filhos e de seu marido, sua verdadeira “vocaçãõ”.

O paradoxo então se estabelece quando se coloca em questão o caráter “recatado” da moça casadoira e também sua habilidade em seduzir o homem a fim de “laçá-lo para o casamento”, já que o estigma da “solteirona” é um lugar incômodo numa sociedade que reforça os discursos e as práticas das dependências afetiva e financeira da mulher. Assim, surgem discursos de que a mulher deve ser prendada e ter uma educação útil, ou seja, que a prepare para cuidar da casa, dos filhos e do marido. Outro ponto diz respeito à arte da sedução: apesar do modelo de controle expresso pelas leis, pela Igreja e pela moral da própria sociedade que incide nos comportamentos e nos gestos recatados da jovem, ela deve dar indícios, sinais para atrair a atenção dos homens, tornar-se desejável aos seus olhos. A jovem deveria ter cuidado com a aparência pessoal. Atributos físicos como beleza, graça, faceirice, gentileza e elegância são considerados valores simbólicos na corrida matrimonial, uma vez que cabe ao homem, ao contrário, desenvolver seu intelecto e sua força criadora e provedora, além de seu poder viril para a conquista. Essa representação da mulher excessivamente ocupada pela aparência física dá lugar à sequência discursiva “beleza é fundamental”, que estabelece uma relação com uma outra sequência a qual relega à mulher a característica da frivolidade, em que a preocupação com itens de beleza e vestuário, toma-lhe todo o tempo, restando pouco ou nada para cultivar o espírito. Emanuel Araújo (1997) cita, por exemplo, um estatuto elaborado pelo bispo Azeredo Coutinho para *recolhimentos* em Pernambuco, em 1798, com o objetivo de educar meninas, a fim de protegê-las dos “defeitos do seu sexo”. De acordo com o bispo:

Elas nascem com uma propensão violenta de agradar, ao que logo se segue o desejo de serem vistas; os homens procuram pelas armas ou letras conduzir-

⁵⁵ *Normalista*, de Benedito Lacerda e David Nasser, gravada por Nelson Gonçalves. Apud LOURO (1997, p. 471).

se ao auge da autoridade e da glória, as mulheres procuram o mesmo pelos agrados do espírito e do corpo. (apud ARAÚJO, 1997, p. 48)

Por isso, era necessário todo o cuidado com a frivolidade e com todo o comportamento indecoroso, escandaloso e impudico. Se na mulher “a beleza é fundamental”, ela deve cultivar essa qualidade com temperança, encontrar o equilíbrio entre ser recatada e ser desejável. Ainda hoje encontramos ecos dessas práticas de controle sobre a subjetividade e a sexualidade femininas em outros lugares. Apesar de termos presenciado uma maior liberdade feminina e uma luta do feminismo para se contrapor à ideia de que a mulher deve agradar um homem e recalcar relativamente o seu desejo sexual, ainda podemos encontrar, numa rápida busca na internet, matérias em diversas revistas e *blogs* dedicados ao público feminino cujo título apresenta algumas versões da formulação linguística “como ser sexy sem ser vulgar”. Desta forma, esse tipo de material formula e faz circular todo um conjunto de técnicas e práticas que engloba desde dicas de comportamento até o uso de roupas, maquiagens e penteados nos cabelos, a fim de fazer com que a mulher chame a atenção do homem, torne-se desejável para ele, sem passar do ponto de ser confundida com “as outras”, aquelas que não são talhadas para um compromisso mais sério. Posto isto, a mulher precisaria apresentar outros encantos. E para estimular a natureza conquistadora do homem, a mulher deveria educá-lo na própria arte de sedução, testar o seu amor e o seu interesse, como o demonstra Michelet:

Minha senhora, em todos os tempos, o homem só deseja vivamente o difícil. Nos tempos cavaleirescos, pensai então que o jovem escudeiro não tinha à disposição todas as servas da vizinhança? Na singular bagunça e no amontoamento confuso da casa feudal, o pajem tinha à vontade muitas moças, muitas donzelas. Pois bem, a única que queria era a mais altiva, a impossível, aquela que lhe tornava a vida dura. Para aquela, da qual nada tinha, queria ser um cavaleiro. Por ela, ia morrer em Jerusalém e legava-lhe o coração ensanguentado. (MICHELET, [1859] 1998, p. 177)

Novamente, entre os limites da sedução desejável, há uma separação moral entre a mulher “recatada” e a mulher “desfrutável”. A mulher recatada educa, por sua negativa em ceder às investidas do homem, o comportamento sexual e moral masculino. Por sua altivez, a mulher coloca obstáculos para a conquista, tornando-a muito mais difícil assim como mais gloriosa e valorosa para o homem. A vaidade feminina ligava-se à sexualidade. Era necessário não ornar-se, nem embelezar-se para não despertar o interesse dos homens e o levar a pecar. Entretanto, essa regra nem sempre era obedecida, por isso, a necessidade de sempre incluir nos sermões discursos moralizantes voltados aos excessos femininos.

Ao relacionar a beleza e o jogo do amor com o ser feminino, como é possível identificar suas reverberações no espaço público na atualidade ou, até mesmo, na prática política? Selecionamos dois momentos do cenário político brasileiro cujas protagonistas são mulheres. O primeiro momento diz respeito de duas matérias publicadas sobre o sucesso eleitoral de Manuela D'Ávila, deputada federal pelo PCdoB-RS (Partido Comunista do Brasil do Rio Grande do Sul), e o segundo refere-se ao evento em que a candidata Marina Silva declara seu apoio ao candidato Aécio Neves no segundo turno das eleições de 2014.

No primeiro exemplo, selecionamos duas matérias publicadas em mídia eletrônica, uma do site *UOL*⁵⁶, com o título “Manuela diz que “machistas” ligam seu desempenho eleitoral à beleza”, publicada em 22 de maio de 2012, e a segunda, publicada em 8 de outubro de 2006, na versão eletrônica da *Folha de São Paulo*⁵⁷, com o seguinte título: “Musa do sul vê beleza com desdém”. Ambas as matérias apresentam a fala da deputada que rebate o argumento de o sucesso de sua carreira política estaria relacionada à sua beleza. Já no título das duas matérias, há menções à beleza da jovem deputada, tanto por meio de uma espécie de epíteto, “Musa do sul”, ao invés de seu próprio nome, que já a qualifica e a determina como tal, quanto por uma formulação menos marcada, que traz uma opinião da política sobre o fato de que considera “machistas” os que associam seu desempenho eleitoral à sua beleza. No entanto, o termo “machistas” é apresentado entre aspas, produzindo um distanciamento enunciativo e até mesmo uma discordância da posição do jornal a respeito da declaração da até então deputada. No intertítulo da matéria da *Folha*, a política é apresentada da seguinte maneira:

Manu tem 25 anos, é vereadora desde os 23 e foi a deputada federal (PC do B) mais votada do Rio Grande do Sul no dia 1º. Num mundo povoado por políticos calvos, fora de forma e com *sex-appeal* nulo, virou a sensação da eleição. Atenta, a campanha de Lula convocou a garota para ser cabo eleitoral do petista entre os gaúchos, que lhe conferiram 271.939 votos. (*Folha de São Paulo*)

Primeiramente, podemos observar que a deputada é tratada por um apelido, “Manu”, em vez de seu nome completo ou, pelo menos, seu primeiro nome. Geralmente, é comum chamar uma pessoa pelo apelido segundo a relação de proximidade e até mesmo de parentesco,

⁵⁶ Manuela diz que "machistas" ligam seu desempenho eleitoral à beleza... - Veja mais em <https://eleicoes.uol.com.br/2012/noticias/2012/05/22/manuela-diz-que-machistas-ligam-seu-desempenho-eleitoral-a-beleza.htm>

⁵⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u84871.shtml> acesso em 17 maio de 2017.

denotando uma relação íntima e familiar. Segundo o *Manual de Redação da Folha de São Paulo* (1998), quando se faz referência a uma autoridade que possui um cargo público em algum texto jornalístico, a sua identificação deve ser feita, de início, pelo nome completo, pelo cargo e a sigla do partido, e depois, poderá ser mencionado apenas o nome mais conhecido. Não é o que acontece na matéria supracitada. No decorrer do texto, a deputada é tratada de “Manu” e até mesmo de “garota”. Ainda no intertítulo, o texto sugere que, num ambiente onde os homens, maduros e sem charme, dominam, a beleza da deputada poderia ser usada, estrategicamente, como um chamariz para buscar votos, relegando ao segundo plano o debate de ideias e propostas. Nas duas matérias, uma de 2006 e outra de 2012, ou seja, num intervalo de 6 anos entre os dois textos, Manuela D’Ávila reclama do mesmo comportamento ante sua carreira política: o fato de ser machista a declaração de que sua beleza a ajudou a angariar votos, e compara sua carreira política com a de outros candidatos do sexo masculino, à direita ou à esquerda, que são considerados bonitos e não sofreram a mesma avaliação. Um político do sexo masculino com popularidade se transforma em “um caminhão de votos” e a jovem deputada, em “boneca”, “musa” e “musa lulista”. A declaração encontra eco na memória que coloca o homem como agente, como conquistador de votos por sua própria força política, ao passo que a mulher política se transforma em objeto dos outros políticos, um objeto que deve ser admirado, motivo de atração dos olhares dos eleitores:

"Agradeço os elogios, mas qualquer pessoa que conhece as mulheres gaúchas sabe que eu não tenho os padrões de modelo", diz Manu, ou Manuela D’Ávila, que virou até boneca em Porto Alegre, de tão popular. "Beleza não elege ninguém, não sou uma invenção. Mas também é meio machista: o ACM Neto [deputado federal pelo PFL-BA] é bonito, foi eleito e virou um "caminhão de votos". Eu fui eleita e virei musa." (*Folha de São Paulo*)

A pré-candidata criticou também o tratamento diferenciado dispensado a ela pela imprensa. Você não ouve ninguém comentar que São Paulo tem alguns dos pré-candidatos mais bonitos do país, dois homens com mais de 1,90m, que são o [Gabriel] Chalita, e o [Fernando] Haddad”, disse, arrancando risos da plateia, predominantemente feminina que lotava o auditório da faculdade. “Vocês riem, mas quando é comigo, ninguém acha graça, e se eu reclamo desse tratamento machista, dizem que estou me vitimizando”, afirmou. (*UOL*)

“Não importa o fato de que eu tenha começado na política aos 16 anos, no movimento estudantil, não ter padrinhos políticos nem sobrenome de peso. Se eu sou bem sucedida, é por questões estéticas, nunca por mérito. Isso acontece com todas as mulheres, nas mais diversas carreiras, infelizmente”. (*UOL*)

Candidata da esquerda, a deputada Manuela D’Ávila, em suas declarações, assume uma posição de confronto em relação ao primado da beleza que se impõe a todas as mulheres. Em

uma formulação comparativa, ela cita Fernando Haddad, Gabriel Chalita e Antônio Carlos Magalhães Neto como homens bonitos que atuam na política, mas eles não são lembrados por seus atributos físicos. Eles são tratados como políticos de sucesso, aqueles que conseguem um “caminhão de votos”. As mulheres mais votadas, viram musas. Há, então, uma denúncia do preconceito e da desconfiança que ronda a mulher política, sobretudo se for jovem e considerada bonita, não importa quão competentes elas sejam em suas carreiras profissionais: sempre haverá uma desconfiança sobre sua capacidade e sobre os meios dos quais ela se utilizou para conseguir o sucesso profissional, além do fato de que poderia ser acusada de se passar por vítima por receber “um elogio”, caso reclamasse desse tratamento diferenciado e resolvesse defender-se, como a própria deputada afirmou em sua declaração no segundo excerto. O efeito perverso pode ser identificado em duas posições: se a mulher política não denuncia este tipo de “assédio”, ela é caracterizada como fraca, conivente e até mesmo “suspeita” de provocar essa situação; se reclama e defende-se dos ataques, ela é vista em uma posição de vitimização, assim como as demais minorias que também denunciam os preconceitos e estigmas de suas opressões. Por fim, a imagem de um protetor, de um tutor é rememorada mais uma vez na vida profissional das mulheres, mas, nesse ambiente, é o favor sexual que é insinuado, principalmente no primeiro trecho a seguir, quando a matéria da *Folha de São Paulo* resgata uma declaração da candidata Heloísa Helena, candidata à presidência nas eleições brasileiras de 2006:

Outra figura feminina marcante de esquerda desta eleição, Heloísa Helena (PSOL) afirmou que não dorme com homem rico – vomita em cima. E Manu? "Primeiro que eu sou casada, moro com o meu namorado. (...) Adriano, o eleito, estuda ciências sociais. Estão juntos desde 2003. "Nos conhecemos na luta", lembra ela, usando típico jargão esquerdista. "Antes, fui namorada o suficiente, sempre fiz o que quis." (*Folha de São Paulo*)

Durante a entrevista, Manu tosse e diz que está com "bronquio-alguma-coisa". Não, ela não é asmática como Che Guevara. E seu discurso nada tem de fleumático, mesmo quando refuta o rótulo de musa. "Eu tenho um partido respeitado, um partido que é uma opção de vida, milito desde os 17 anos. Beleza de viver, de mudar um país: se isso é beleza, eu sou bonita." (*Folha de São Paulo*)

O primeiro excerto dessa série destaca as relações amorosas das candidatas à esquerda do espectro político, o qual se encontra a declaração pungente da candidata Heloísa Helena, que assegura que “não dorme com homem rico – vomita em cima”, numa clara referência ao fato de que não se dobra às vontades de um homem e rechaça toda hierarquia de poder, principalmente o econômico. A expressão “homem rico” encarna tanto à dependência financeira quanto profissional da mulher, e o “ato de “vomitar em cima”, uma atitude de

rebeldia, de transgressão e de não submissão ao homem. Já “Manu”, “conheceu seu “eleito” na “luta”, termo que se associa à imagem da esquerda, e usou sua liberdade de escolha para namorar muito e fazer o que bem entendesse. Inverte também a noção de beleza: com seu discurso nem um pouco “fleumático”, ou seja, feminino, doce, lento, ela desliza o sentido de beleza: “beleza de viver, de mudar um país”, a beleza não está na essência do ser feminino, mas nos projetos e nas ações que implicariam a mudança do país, pela qual ela luta.

Mesmo que o termo “beleza” tenha sido deslizado, na declaração da enunciadora, para o mundo das ideias, ele parece perseguir as mulheres atuantes no espaço público; ela fala e faz calar seus projetos, lutas e atuações políticas. Nota-se, então, que os saberes engendrados pelas práticas reforçam a imagem da mulher bela e desejável e mascaram sua capacidade para os assuntos públicos. As duas matérias, mesmo “dando espaço para o contraditório”, ou seja, para as falas de mulheres políticas feministas de esquerda, é a formação discursiva machista que prevalece contra a formação discursiva feminista, pelos usos das aspas e seu evidente distanciamento em relação às declarações das políticas, bem como a insistência de tratar do tema da beleza e de seus relacionamentos, assuntos de ordem privada. Os projetos, programas e ações políticas, ao contrário, são silenciados.

O segundo momento político já referido diz respeito ao evento que oficializou o apoio de Marina Silva ao candidato Aécio Neves para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Segundo o site de *Carta Capital*⁵⁸, a até então candidata declarou em junho de 2014 que não subiria “em hipótese alguma, no palanque do PSDB”. No domingo do dia 12 de outubro, a terceira colocada nas eleições presidenciais declara seu apoio ao candidato do PSDB à presidência do país, e no dia 17 do mesmo mês participa de um evento, na zona oeste da capital paulista, onde discursa dizendo que o tucano não é “a mudança pela mudança”, mas “a mudança qualificada, que preserva as conquistas, que encara os desafios”. Segundo a publicação, ela completa: “É por isso que, neste momento, eu estou aqui como parte desse movimento que se dá em cima de um compromisso que, no meu entendimento, pode ajudar a melhorar o Brasil para todos nós e a unir o Brasil pelo bem de todos nós”. Aécio também discursa, reclamando da “campanha suja” feita pelo PT: “Convoco a presidente Dilma a fazer um debate de propostas, porque disputa política não é guerra. Mas estejam certos de que reagirei a todas as calúnias, todas as mentiras que transformaram esta eleição na pior dos últimos tempos”. Segue abaixo algumas imagens do evento que selou este apoio político-eleitoral, que foram amplamente

⁵⁸ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/marina-descumpre-promessa-e-sobe-no-palanque-de-aecio-6931.html>

divulgadas nas redes sociais. A primeira é a imagem reproduzida na matéria da revista *Carta Capital*. As outras são as primeiras imagens que surgem em uma rápida pesquisa nas ferramentas de busca da internet, o que faz arregimentar, emoldurar e reproduzir saberes em uma determinada ordem discursiva do espetáculo político:



Imagens 5 – Carta Capital – evento de apoio da candidata Marina Silva à candidatura Aécio Neves⁵⁹



Imagens 6 – Evento de apoio da candidata Marina à candidatura Aécio Neves no segundo turno das eleições 2014 (Fonte: Google Imagens)⁶⁰

⁵⁹ Crédito da foto: Nilton Fukuda/Estadão Conteúdo

⁶⁰ Crédito da primeira fotografia: Marcos Fernandes/ Coligação Muda Brasil.

Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/aecio-e-marina-trocaram-afagos-em-evento-em-sao-paulo-3644.html>.

Nas eleições de 2010, a candidata e seu partido não ofereceram seu apoio político a nenhum dos candidatos do segundo turno. Já em 2014, diante de um suposto ataque da campanha petista à imagem da candidata, e da promessa feita pela coligação do candidato Aécio Neves de assumir alguns compromissos de campanha da candidatura Marina Silva, ela aceitou apoiá-lo no segundo turno. Durante muito tempo, a referida candidata ficou conhecida por ter “ficado em cima do muro” em muitos assuntos relativos à política nacional. Apesar das diferentes posições defendidas pelos dois candidatos no campo político: o candidato Aécio Neves, membro de um partido social-democrata que se coloca à direita do espectro político nacional, e Marina Silva que, no momento das eleições, concorreu pelo Partido Socialista Brasileiro (mas que atualmente tem seu próprio partido, Rede Sustentabilidade), e fez sua carreira política sempre à esquerda, a repercussão desta união política encontrou um simbolismo muito marcante, pelo que ficou conhecido como a cena do “beija-mão”, como mostram as imagens acima.

O gesto, por possuir uma conotação cavalheiresca e galanteadora, faz alusão a uma justa de amor, ao amor cortês e “delicado”, como assim bem o definiu Georges Duby (1989). Segundo o medievalista, no curso do século XII, numa sociedade onde o casamento era a base da transmissão de heranças constituída pela linhagem masculina, a mulher era protegida e limitada por uma série de interditos que considerava o adultério a pior das subversões, e terríveis seriam os castigos de quem fosse o cúmplice da dama. Um “jovem”, isto é, aquele sem esposa legítima, uma vez que era impedido de fundar a própria casa por causa dos costumes familiares de acumulação de herança e de terras em proveito do primogênito, tornava-se cavaleiro para fazer vassalagem a um senhor, na esperança de cair nas graças de seu superior, dentre tanto outros vassallos, e, então, conseguir constituir uma família: lê-se, conseguir terras e uma esposa para manter a linhagem do seu nome.

O amor cortês ou delicado é uma justa de amor, um jogo, no qual o homem se submete a um ser inferior, a mulher e, pelas regras desse jogo, realça os valores cavalheirescos como um dos privilégios do homem cortês, uma vez que o “vilão”, o burguês estava excluído desse jogo. A justa de amor tinha o objetivo de domesticar a brutalidade e a impetuosidade do jovem: é uma “educação da medida” (DUBY, 1989, p. 64). E o senhor aceitava esse jogo colocando a sua dama no centro dessa competição, numa situação lúdica, ilusória, para testar sua

Crédito da segunda fotografia: Paulo Whitaker/Reuters Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/encontro-com-marina-e-um-momento-historico-diz-aecio/>
Terceira fotografia: sem crédito, fonte: <https://noticias.gospelprime.com.br/marina-silva-programa-eleitoral-aecio-neves/>

preeminência e poder ante aos jovens cavaleiros, enquanto a dama tinha a função de estimular as virtudes de cada um e, como prêmio desse jogo, recusava e concedia favores para arbitrar as rivalidades e coroar o melhor “jogador”.

O real sentido desse jogo da conquista era o ensino ao serviço do vassalo em favor do seu senhor. Nesse jogo, há um deslizamento metafórico: “o principiante, para adquirir mais domínio sobre si mesmo, via-se obrigado, por uma pedagogia exigente, e muito eficaz, a humilhar-se” (idem, p. 64). Assim, se ele era capaz de sujeitar-se, mostrar-se fiel e esquecer-se de si pelo “amor” de uma mulher, um ser inferior, o fazia provar, na verdade, sua lealdade e sua submissão ao seu senhor. De fato, o jogo do amor cortês era um jogo entre homens. A mulher apenas figurava como um prisma, onde o raio ricocheteia para, em seguida, ir em direção do seu alvo verdadeiro, o verdadeiro centro da disputa: o homem de mais poder. Duby pergunta então: “disciplinado pelo amor cortês, o desejo masculino não foi utilizado para fins políticos?” (p. 65). Ele não responde com certeza, mas aventa a hipótese de que essas regras da moral vassálica tenha sustentado, na França, o nascimento do Estado.

Assim, a imagem do evento de apoio da candidata Marina Silva à candidatura de Aécio Neves rememora e, ao mesmo tempo, desloca esse jogo da conquista, da corte feita pelo candidato Aécio Neves, quando sua coligação decide assumir alguns compromissos de campanha de Marina Silva. O gesto galanteador de beijar a mão da “dama” e a imagem que capta também a faixa acima da cabeça dos dois políticos, tal como um visco, planta que na simbologia pagã faz durar o amor, anuncia a união: “Juntos pelo Brasil” e, na perspectiva da lente da câmera, a ilusão de ótica mostra os políticos quase se beijando, sob os aplausos dos correligionários. Esse gesto reatualiza a memória discursiva sobre o casamento como contrato e compromisso e desloca toda essa rede de saberes para dentro do espaço público. Além do gesto galanteador de beijar a mão da sua parceira política, há também a fala viril do candidato que declara que não aceitará uma “campanha suja” por parte do PT e que convoca “a presidente Dilma a fazer um debate de propostas, porque disputa política não é guerra”. Um duelo honrado, probo, sério, como deve fazê-lo todo cavaleiro valoroso. E completou, afirmando que reagiria “a todas as calúnias, todas as mentiras que transformaram esta eleição na pior dos últimos tempos”. Um duelo sem as artimanhas vis das mentiras e dos golpes baixos das denúncias de corrupção, sem as mentiras, calúnias e tagarelices, como deve desejá-lo todo político embuçado pela máscara do bom mocismo.

Nesta mesma direção, a candidata “aceita a corte”, declarando que o candidato representa “a mudança qualificada, que preserva as conquistas, que encara os desafios”, e

mostra o quanto é valoroso esse cavalheiro. Por isso, esta união entre eles “pode ajudar a melhorar o Brasil para todos nós e a unir o Brasil pelo bem de todos nós”. E o programa do candidato Aécio do dia dezoito de outubro daquele mesmo ano anuncia, por meio da *voz off*, antes de mostrar as imagens do “compromisso” firmado entre os dois políticos, de que eles estavam “construindo uma *aliança* em favor do Brasil”. Assim, o jovem valoroso se veste da armadura de salvador da nação, abençoado pela prenda da dama. O gesto e comportamento cavalheiresco é dispensado à dama, mas quem ele pretende conquistar é o seu senhor. Terceira colocada no primeiro turno nas eleições de 2014, Marina Silva obteve 22.159.951 votos, uma porcentagem de 21,32% dos votos válidos. E no jogo da democracia, o povo, pelo menos no momento do pleito, é o seu senhor, aquele de quem o cavalheiro (político) deseja chamar a sua atenção e conseguir sua graça (seus votos).

Vale ressaltar o caráter espetacular do evento. Tanto nas imagens da “cerimônia” de aliança entre os candidatos encontradas nos sites de buscas quanto nas imagens exibidas no HGPE do candidato Aécio Neves, podemos identificar uma dimensão espetacular do episódio, produzido especialmente para ser exibido, ser mostrado na propaganda televisiva do candidato. Não só o evento em si, mas a forma como as “personagens” atuaram neste espetáculo político. O candidato segurando e beijando a mão de Marina Silva, os sorrisos satisfeitos dos correligionários (testemunhas da “aliança”), o pronunciamento de ambos, que sela um compromisso firmado entre os dois, uma imagem que simula praticamente um beijo e a maneira como Marina Silva se apresentou neste evento, com seus cabelos soltos. De acordo com Perrot (2017), os cabelos da mulher condensam sua sedução, é o sinal mais visível de sua feminilidade. Soren Kierkegaard, no *Journal du séducteur*, evoca o poder dos cabelos femininos, grilhões que mantém o homem cativo: “essa cabeleira é a sua beleza, mais ainda a sua força; pois é com ela, segundo o poeta, que cativa o homem, o acorrenta e o liga à terra” (apud PERROT, 2017, p. 55). Em vários ritos sacrificiais gregos e romanos, a mulher deveria cobrir a cabeça com um véu. O apóstolo Paulo também impõe às mulheres o uso do véu nas assembleias, acessório indispensável também para a maioria das mulheres adeptas do islamismo. É sinal de submissão e dependência o uso do véu ou dos cabelos presos. Em público, muitas mulheres deixam seus cabelos “presos num coque que só desfaz na intimidade do lar”. Apenas o seu marido, o seu amante, tem o privilégio de vê-la de cabelos soltos...

...Mais do eterno feminino: “Seja boa esposa e boa mãe!”

De menina para esposa e mãe: numa concepção essencialista da diferença dos sexos, este é o ciclo harmônico da natureza que a mulher deveria seguir. São as identificações femininas valorizadas pelas práticas sociais que naturalizam esse papel da mulher na sociedade. Deste modo, o casamento se constitui nessas práticas como a realização e a meta da mulher, a maternidade, o seu destino, e o lar, o espaço inevitavelmente reservado ao “sexo frágil”. Sua missão é ser o agente propulsor da felicidade masculina e, por isso, são treinadas a decifrar e conhecer os desejos masculinos. Para a jovem que já possui a idade para casar, os pais buscam os arranjos necessários, um “bom partido” para conseguir-lhe um casamento proveitoso. Com o compromisso acertado, o namoro precisa ser vigiado, e a moça precisa “dar-se ao respeito”. Uma profusão de regras de conduta instituídas seja no seio da família, seja pelas práticas sociais subjetivam a jovem “bela, recatada e do lar”. A coluna *Pensata*, do jornalista Luiz Carvesan⁶¹, traz alguns trechos que indicam os conselhos para as moças publicados em revistas femininas algumas décadas atrás. Dentre eles, há alguns que se ocupam do período do namoro e do noivado, como:

A mulher deve estar ciente de que dificilmente um homem pode perdoar uma mulher por não ter resistido às experiências pré-nupciais, mostrando que era perfeita e única, exatamente como ele a idealizara” (Revista Claudia, 1962);

Mesmo que um homem consiga divertir-se com sua namorada ou noiva, na verdade ele não irá gostar de ver que ela cedeu (Revista Querida, 1954);

O noivado longo é um perigo (Revista Querida, 1953).

A sexualidade da mulher deve ser vigiada, e o corpo feminino é o lugar para o qual converge toda essa vigilância. Desde o século IX, quando a Igreja começa a arrogar para si o direito de instituir as regras e celebrar o matrimônio, a virgindade para as mulheres ainda solteiras torna-se um estado superior, assim como a fidelidade o é para as esposas. É preciso estabelecer o controle desses “seres perversos”, herdeiras de Eva, para que se afaste o risco de introduzir no seio da família, um bastardo, partícipe da fortuna da família numa sociedade em que se começa a constituir uma nobreza forjada pela acumulação de terras. A Virgem Maria, a concebida sem pecado e a que concebe sem homem, é o exemplo e modelo feminino cultuado.

⁶¹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult528u42.shtml> Acesso em 21 de junho de 2017.

O sexo da mulher, sua virgindade, pertence ao homem. Ao pai ou aos irmãos cabem reclamar a honra da família até mesmo com sangue, caso a filha ou irmã fosse raptada. O marido pode dispor da vida de sua esposa em caso de adultério. Contudo, a sexualidade masculina não é cobrada da mesma forma. Ao homem é permitida a libertinagem, como resultado e efeito da sua força viril e conquistadora:

O campo da sexualidade masculina, nos limites da sexualidade lícita, não se restringe absolutamente ao quadro conjugal. A moral aceita, aquela que todos fingem respeitar, obriga evidentemente o marido a satisfazer-se apenas com sua esposa, mas não o força nem um pouco a evitar outras mulheres antes do casamento, durante o que é chamado no século XII de “juventude”, nem depois, na viuvez. Numerosos indícios atestam o vasto e ostensivo desenvolvimento do concubinato, dos amores ancilares e da prostituição, assim como a exaltação, no sistema de valores, das proezas da virilidade. (DUBY, 1989, p. 17)

A virilidade é, portanto, um valor prestigiado em um mundo dos homens. Em sociedades em que se permite a poligamia, o número de esposas ou concubinas diz respeito proporcionalmente à riqueza e à preeminência do homem. Em sociedades monogâmicas, em que a família costuma ser protegida pelas leis do Estado e pelo beneplácito da religião, a imagem do homem como “coleccionador de mulheres” é um valor viril reconhecido nas práticas sociais e até mesmo comumente estimulado. Prova disso são os jornais e revistas direcionadas ao público feminino que, apenas algumas décadas atrás, orientavam às mulheres quanto a este assunto: “não se deve irritar o homem com ciúmes e dúvidas” (Jornal das Moças, 1957), ou “se desconfiar da infidelidade do marido, a esposa deve redobrar seu carinho e provas de afeto” (Revista Claudia, 1962). A mulher deveria aceitar a traição e ainda poderia ser cobrada de ter culpa pelo adultério do marido, seja pela falta de carinho e de amor dispensado ao “rei do lar”, seja pela falta de cuidado consigo mesma, com sua beleza e capacidade de manter-se atraente seja com o lar e com os filhos, como é possível salientar nesses trechos, também selecionados da coluna de Carvesan:

A desordem em um banheiro desperta no marido a vontade de ir tomar banho fora de casa. (Jornal das Moças, 1945)

A mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas, nada de incomodá-lo com serviços domésticos. (Jornal das Moças, 1959)

A esposa deve vestir-se depois de casada com a mesma elegância de solteira, pois é preciso lembrar-se de que a caça já foi feita, mas é preciso mantê-la bem presa. (Jornal das Moças, 1955)

Se o seu marido fuma, não arrume briga pelo simples fato de cair cinzas no tapete. Tenha cinzeiros espalhados por toda casa. (Jornal das Moças, 1957)

É fundamental manter sempre a aparência impecável diante do marido. (Jornal das Moças, 1957)

A marca da união conjugal perfeita é o silêncio e a submissão feminina: é preciso que a mulher não faça perguntas, não enfrente o seu marido, cuide bem dos filhos e dos afazeres domésticos e esteja sempre bela. Um modelo marcante que predomina na memória coletiva de nosso país é a figura da Amélia, eternizada na canção dos sambistas Ataulfo Alves e Mario Lago, na década de 1940:

Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Não vê que eu sou um pobre rapaz

Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo o que você vê, você quer
Ai meu Deus que saudade da Amélia
Aquilo sim que era mulher

Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado dizia
Meu filho, o que se há de fazer?

Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia que era mulher de verdade

Na música “Ai, que saudade da Amélia” o homem canta e louva a antiga companheira contra a atual, que “só pensa em luxo e riqueza”, que faz “tanta exigência” e tudo o que vê, quer. A Amélia, ao contrário, “não tinha a menor vaidade”, “passava fome” ao lado do “pobre rapaz” e inclusive “achava bonito não ter o que comer” e consolava o marido quando este se encontrava “contrariado” pela penúria. Por tudo isso, Amélia “era mulher de verdade”. É importante ressaltar que, na letra da canção, não há nenhuma referência à sua vida doméstica, mas apenas uma atitude de resignação ante a pobreza do casal. É importante destacar aqui o apagamento histórico da dimensão econômica e de consumo do casal em benefício do sentido da mulher ideal encarnado na ideia da mulher submissa. Dessa maneira, o significado desse nome próprio feminino, em consonância com o predicativo “mulher de verdade”, produz o efeito metonímico de nominalização para toda mulher submissa, que lava, passa, cozinha,

arruma a casa e cuida muito bem do marido e dos filhos; uma mulher subserviente, que não reclama de seu árduo trabalho doméstico nem faz exigências ao marido. A Amélia é a mulher ideal do mundo masculino. Nessa “pequena sociedade” que é a família, ela, a mulher ideal, é a “Ministras das finanças”, que deve administrar e fazer render os poucos recursos obtidos pelo marido e, inclusive, se sacrificar por ele e pelos filhos, caso falte algo em casa, e louvada, em prosa e verso, pelo seu eterno altruísmo. Por esse motivo que, de certa forma, o casamento era tão importante para as classes populares, posto que representava, de acordo com Perrot (2005, p. 242), uma pequena empresa, tendo a família como um modelo de gestão autônoma.

Nesta mesma direção, pouco mais de um século antes, na França, Michelet (idem) defende que o único trabalho que dignifica a mulher é o trabalho – sem remuneração! – doméstico. A mulher não deve competir com os homens nos postos de trabalhos. Sua função é estar em casa, cuidando dos filhos, educando-os para que eles não cedam aos perigos da vagabundagem. Seu trabalho deve respeitar os limites do seu corpo e os ritmos de sua natureza. Ela não pode trabalhar durante muito tempo em pé ou sentada. Por isso, o trabalho doméstico é a sua atividade ideal, pois, ao fazê-lo, é possível movimentar-se, deslocar-se de um lugar a outro da casa. É um trabalho “voluntário”, destinado àqueles que ela ama: o marido e os filhos, longe da batalha e da ameaça das ruas:

Que infelicidade seria, que triste contradição deixá-la, tua pura, tua casta e encantadora mulher, na perigosa atmosfera que lhe debilitaria o corpo, a alma! Não, não é impunemente que uma pessoa delicada, impressionável e permeável, receberá a prejudicial mistura de cem coisas viciadas, viciosas, que sobem da rua até ela, a exalação dos espíritos imundos, a confusão das fumaças, de emanações más e de maus sonhos que paira sobre nossas sombrias cidades! (MICHELET, [1859] 1998, p. 53-4)

Ela deveria estar longe da batalha das ruas e cumprir sua “nobre e serena epopeia da imobilidade relativa”, de acordo com sua natureza. Assim também advertia a Revista Querida, em 1955, “o lugar de mulher é no lar. O trabalho fora de casa masculiniza”. O trabalho fora de casa, remunerado, é masculino. E ainda há a relação inversa: o homem que faz o trabalho doméstico se efeminiza. Diante disso, é necessário conservar “a ordem das coisas”. Ao manter suas atividades no âmbito doméstico, a mulher reserva também, e sobretudo, a propagação do nome de família do marido pelo nascimento da prole, destinando, assim, seu tempo ao cuidado e educação dos filhos, que se tornarão uma eficiente mão-de obra para a construção da nação, seja para o trabalho seja para a guerra.

A maternidade se torna, então, uma marcante fonte de identidade da mulher e uma política de Estado. Segundo Perrot (2017, p. 69), o mundo ocidental sempre promoveu a “assunção” dessa função feminina. Não é de se estranhar a proliferação dos manuais de puericultura na educação feminina, o apelo mercadológico dos Dias das Mães, que enfeitam as lojas com grandes corações vermelhos e rosas e, na televisão, propagandas de produtos e presentes para as mães com imagens em câmera lenta de crianças (pequenos Édipos) sorrindo e correndo para os braços do seu primeiro amor ao som de uma música lenta acompanhadas de mensagens melodiosas e suaves. Na atualidade, mesmo com a conquista feminina no mercado de trabalho e a liberação sexual, há a manutenção desses manuais de autoajuda, em revistas e livros (na maioria das vezes best-sellers), ensinando como a mulher deve ser, essa “nova mulher” – aparentemente, há uma mudança de certos discursos sobre a mulher, mas mantém-se a necessidade de ensiná-la, de controlá-la.

A mulher é “aureolada de amor”; a figura da mãe é revestida de uma ideia de amor incondicional, configurado tanto nas práticas como nas representações que surgem de vários lugares. A iconografia da maternidade, principalmente aquela cujas imagens mostram a mãe que traz o filho nos braços é bastante vasta e se tem notícias dessas representações desde quando os seres humanos aprenderam a moldar o barro, a fabricar e manipular utensílios diversos para fazer inscrições em pedra e a esculpir o mármore. Gaia, Ísis e Maria. “A mãe deveria ser nossa religião”, já dizia Émile Zola. No século XII, há uma conversão de culto na Igreja a respeito da presença pacificadora da Virgem Maria, que se torna o culto mais célebre no mundo medieval. É pela maternidade, ensina as Escrituras (I Timóteo 2: 13), que a mulher será salva de seu pecado de desobediência a Deus. No Estado, a mulher muitas vezes representa a República: Marianne, na França, guia seus filhos para os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade; no Brasil, a pátria amada é a “mãe gentil” de seus filhos cidadãos no hino nacional.

Segundo Perrot (2017), a maternidade é um fato social. Controlada pela Igreja através do casamento, e pelo Estado, por meio das políticas de natalidade, que se fazia também por meio do controle das próprias mulheres, seja pela prática do coito interrompido seja pelo uso de beberagens, conhecimento sobre as plantas e as simpatias compartilhadas entre elas, a fim de mascarar um “mal passo”, ou para evitar os gastos adicionais com alimentação de mais uma boca no seio de uma família já numerosa. Conforme a historiadora supracitada (idem), os estudos realizados pela demografia histórica, a partir da reconstituição das famílias pelos dados obtidos em registros paroquiais, apontam que a limitação voluntária da natalidade começa a surgir a partir do Renascimento nas sociedades ocidentais. Infanticídios e abortos, que eram

largamente praticados em um momento em que o recém-nascido não era considerado ainda uma pessoa, constituíam-se em um método bastante utilizado para a regulação dos nascimentos. E ainda havia a mortalidade das mulheres: o parto era a principal causa da morte feminina e, na maior parte das vezes, em risco de morte, o médico escolhia salvar a vida da criança.

No século XIX, o *Código Napoleônico* proibia as mulheres de procurarem seus sedutores e, além disso, previa punições para o crime de aborto ou infanticídio. No entanto, muitos juízes acatavam a tese da criança natimorta, visto que a mortalidade infantil era bastante comum. Porém, já se começa a antever uma mudança nas práticas sociais e no discurso sobre o infanticídio, e de que a criança, o recém-nascido, já é uma pessoa. Sobre este assunto, a Igreja, que já condenava os métodos de controle de natalidade não naturais, passa a ter um aliado de peso, o Estado, preocupado com a diminuição da população, resultado da baixa taxa de natalidade na Europa, principalmente no período entreguerras. Além do reforçar uma repressão à prática do aborto, há uma institucionalização da propaganda anticoncepcional. Na impossibilidade de abortar e temendo o julgamento da sociedade, muitas mulheres abandonavam os recém-nascidos em portas de casas mais abastadas ou até mesmo na rua. De acordo com Renato Venâncio (1997, p. 190), no Brasil do século XVIII, a fim de acabar com o “abandono selvagem”, quando as mulheres (às vezes mães solteiras, outras, mulheres casadas que não podiam sustentar mais um filho) abandonam seus filhos recém-nascidos à própria sorte, ao lado de sarjetas, lixo e nas calçadas, as autoridades criaram as casas de acolhimento, as famosas rodas, onde elas depositavam os indesejados.

De qualquer modo, a vida de uma criança sempre está relacionada ao cuidado feminino, responsabilidade da mãe, extensão natural de cuidar do ser que saiu das próprias entranhas e do alimento que jorra do seu seio. É a própria natureza que indica sobre quem deve recair o cuidado com os “anjinhos” e também recai sobre ela a culpa e a punição pelo abandono de sua cria. A imagem da Santa Mãe é rememorada, nesse estado que se constitui um misto de arrebatamento, amor e sofrimento. “Ser mãe é padecer no paraíso”, como prega a sabedoria popular. Da mesma maneira, Michelet declara:

A mulher nasceu para o sofrimento. Cada um dos grandes passos da vida é para ela uma ferida. Ela cresce para o casamento; é o seu sonho legítimo. Mas essa *vita nuova* é a extirpação de seu passado. Para propiciar prazer ao amor infinito, ela tem de sofrer em sua carne. Quanto mais, meu Deus! Se logo o outro esposo, o outro namorado, o filho, mais cruel do fundo de suas entranhas, virá rasgar-lhe o seio! Será tudo? Nossos ancestrais tiveram este provérbio sombrio: “dor de *mãe* dura muito tempo! *Mãe* queria dizer matriz, e o sentido do provérbio é que a pobre mulher, depois da tortura e dos gritos do parto, não está livre, que a maternidade, de fadiga e de inquietude, de

desgostos, de dores, a segue e a seguirá – em suma, que ela pare a vida inteira.
(MICHELET, 1998, p. 194-5)

Assim, a mulher encarna o amor, sua evidente vocação. Esse amor incondicional é louvado como ponto alto do eterno feminino, condição exaltada pelo discurso moral, político, religioso e econômico (já que o dia das mães, como já foi citado, costuma ser o evento que propicia mais lucros para as empresas com a compra de presentes e de serviços). E todo dizer contrário a esta “vocação” recebe críticas. As mulheres que lutam pelo direito de decidir sobre o próprio corpo são chamadas de assassinas, “desnaturadas”. Nota-se que a qualificação de “desnaturada” remete, mais uma vez, à relação da mulher ao seu sexo, ao seu útero, pela recusa de “obedecer à natureza”.

Por isso, colocamos aqui em discussão um momento da campanha presidencial de 2010, onde houve um debate acalorado sobre o tema do aborto entre os principais candidatos. De início, a polêmica foi gerada pelo resgate do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), proposto pelo governo do PT em outubro de 2009, cuja redação original trazia um posicionamento favorável ao direito das mulheres de decidir sobre questões referentes ao seu corpo e à sua sexualidade, numa clara referência à descriminalização do aborto. Em 2009, em entrevista concedida para uma revista voltada ao público feminino⁶², Dilma Rousseff havia feito uma declaração de que era a favor da descriminalização da prática. Com a ofensiva da propaganda eleitoral do candidato tucano José Serra e levada pela pressão de setores da Igreja, a candidata Dilma reviu sua posição, passando a se declarar pessoalmente contrária à prática, mas que a sua descriminalização deveria ser tratada como assunto de saúde pública, matéria que deveria ser analisada no âmbito do poder Legislativo. A candidata Marina Silva, que também concorreu às eleições de 2010, sendo evangélica, declarou ser contra a legalização do aborto, mas defendeu a proposta da abertura de uma consulta popular, caso fosse eleita. A edição nº 2186 da Revista *Veja*, de 13 de outubro de 2010, trouxe a seguinte capa:

⁶² “A mulher do presidente”, Revista *Marie Claire*, edição nº 217, abril de 2009. A matéria pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico:

<<http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI17587317735,00A+MULHER+DO+PRESIDENTE+CONFIRA+A+ENTREVISTA+QUE+DILMA+ROUSSEFF+CONCEDEU+A+M.html>>



Imagem 7 – Capa da Revista Veja, nº 2186, de 13 de outubro de 2010

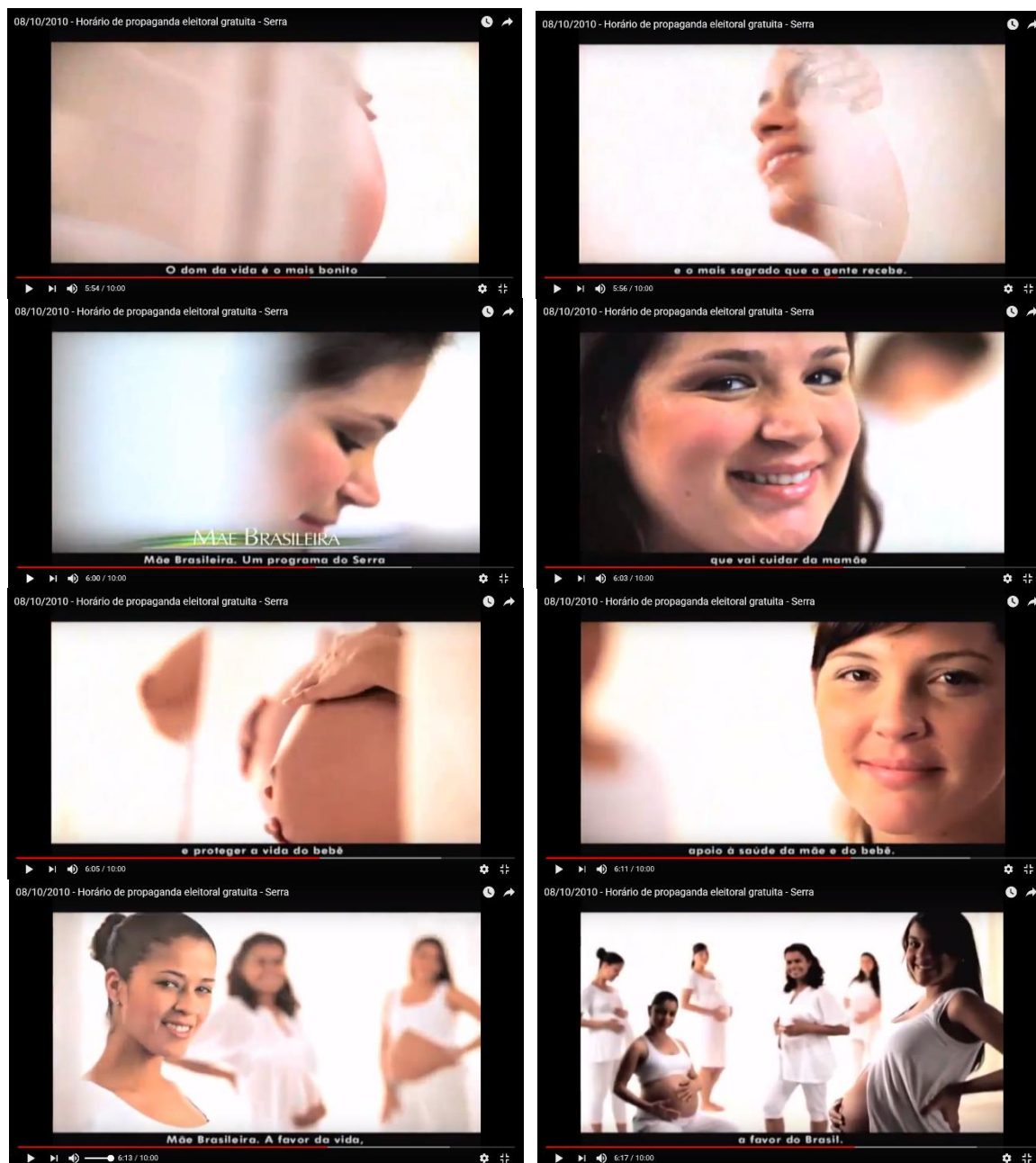
A capa traz duas imagens de Dilma Rousseff, uma em fundo branco e outra (porém, com a mesma imagem da candidata), toda em cor vermelha, de cabeça para baixo, como se estivessem espelhadas. Ao lado da primeira imagem da candidata, em fundo branco, está a seguinte formulação linguística, entre aspas: “‘Eu, pessoalmente, sou contra. Não acredito que haja uma mulher que não considere o aborto uma violência’. Dilma Rousseff, em 29 de setembro de 2010”; e na imagem que se encontra de cabeça para baixo, em fundo vermelho, uma outra formulação, também escrita inversamente, entre aspas, acompanhando a sua imagem: “‘Acho que tem de haver a descriminalização do aborto. Acho um absurdo que não haja’. Dilma Rousseff, em 4 de outubro de 2007”. Destacamos, na primeira formulação, o uso do advérbio delimitador epistêmico “pessoalmente”, que apresenta uma posição despolitizada, porque “pessoal”, contra o aborto. A enunciativa da primeira formulação ocupa a posição de uma pessoa comum, cidadã, que defende uma posição contrária à prática por ser caracterizada como uma violência, mas que a publicação a toma como uma “opinião” expressa pela enunciativa que ocupa a posição de candidata, contrapondo-a com a outra declaração apresentada de ponta-cabeça, evidenciando uma fusão entre os espaços público e privado.

Já a segunda formulação é apresentada como uma outra “opinião” da candidata Dilma Rousseff, quando Ministra do governo Lula, em 2007, marcada pelo verbo na primeira pessoa do singular “acho”, seguido de uma modalização deôntica “tem de haver a descriminalização do aborto”. A enunciativa da segunda formulação se declara favorável à descriminalização do aborto, mas o enunciador da capa desliza a expressão “descriminalização do aborto” para

“favorável ao aborto”, fazendo parecer semelhante o que é, de fato, distinto. Nota-se que na primeira formulação linguística, há uma posição contra o aborto e não há referência à outra posição. Ela só faz sentido na relação com a outra formulação, colocada graficamente como seu contrário, defendendo a descriminalização da prática, onde a enunciativa utiliza o pronome “eu” para se posicionar. Há, então, um efeito de incompatibilidade entre as “duas opiniões”: a primeira sustenta uma ideia de ser contra a prática, uma opinião que, podendo ser atribuída como uma declaração pessoal, marcada pelo advérbio “pessoalmente”, torna-se pública pela posição de candidata do enunciador, ao passo que a segunda, a de ser a favor da descriminalização, representa uma ideia de caráter público voltado para uma possível implementação de uma política de saúde pública. São duas ideias que estão dissociadas (ser contra a prática, e a favor da descriminalização), mas que podem coexistir sem contradição. No entanto, a forma enunciada pela revista que “confunde” o público e o privado na primeira formulação, e que acaba por deslizar “ser favorável à descriminalização” a “ser favorável ao aborto” na segunda declaração, além do efeito gráfico da capa – imagens contrárias e divididas, seja pela disposição das imagens e das declarações da candidata seja pela divisão das cores – produz um efeito de incompatibilidade entre essas duas formulações, evidenciando um jogo da verdade determinado pela revista: “qual Dilma fala a verdade?”, ou “Quantas caras (e quantas opiniões) tem a candidata Dilma Rousseff?” As duas imagens, colocadas em oposição, juntamente com as duas declarações, evocam não somente uma mudança de opinião, mas imputam uma imagem de mentirosa à candidata Dilma Rousseff, ou a vontade de ludibriar o eleitor não dizendo realmente qual a “verdadeira” opinião a candidata possui sobre o tema.

Dessa forma, o deslizamento de sentido coloca em evidência o fato de que as declarações supostamente antagônicas denunciam uma mentira, o que faz gerar uma desconfiança na palavra e nas promessas da candidata: não dá para confiar em uma pessoa que muda de opinião quando lhe é conveniente. Mas há algo ainda mais grave. Sua posição favorável à descriminalização do aborto significa, para a posição ocupada pela publicação, que ela é favorável à morte, quando deveria confirmar a “vocalização natural” da mulher, de cuidar e preservar a vida das crianças, mesmo antes do nascimento. O fundo vermelho na parte da capa onde está escrita a declaração que é tomada pela revista como “a favor do aborto” evoca a memória do comunismo e da esquerda como assassinos de “criancinhas”, um dizer que circula a partir de uma posição conservadora e que está há muito tempo impregnado em nossa sociedade e que é sempre rememorado quando os órgãos do governo tentam discutir ou votar qualquer matéria a respeito do direito das mulheres em realizar tal prática.

A campanha de José Serra investiu na frente antiaborto, articulando ações juntamente com grupos religiosos com o intuito de associar ainda mais a imagem da Dilma Rousseff a uma candidata pró-aborto. Vejamos uma das produções realizadas sobre a maternidade por sua campanha, veiculada em seu HGPE, transmitido no dia oito de outubro de 2010:



Recorte 1 – HGPE José Serra (08/10/2010)

Com uma trilha sonora ao fundo, que se assemelha a uma música de ninar ao piano, há essa sequência de imagens de “futuras mães” de branco (como José Serra costumava se referir às mulheres grávidas no HGPE), acariciando suas barrigas e esboçando um sorriso de

felicidade pela espera dos seus filhos, uma *voz off* feminina, de voz suave, tessitura baixa e ritmo de fala lento e com pausas cadenciadas, pronuncia a seguinte formulação:

O dom da vida é o mais bonito e o mais sagrado que a gente recebe. Mãe Brasileira. Um programa do Serra, que vai cuidar da mamãe e proteger a vida do bebê muito antes dele nascer. Consultas de pré-natal, apoio à saúde da mãe e do bebê. Mãe brasileira. A favor da vida. A favor do Brasil.

Segundo a propaganda eleitoral, o programa Mãe Brasileira, uma promessa do candidato José Serra feita nas eleições de 2010, pretendia ser um programa que acompanhasse a gravidez das mães, com direito a sete consultas de pré-natal, o parto com todos os exames necessários. Além disso, a mulher teria direito ainda a um enxoval completo para a criança. No entanto, a escolha do gênero para introduzir a divulgação dessa promessa de governo mobiliza outros enunciados que atravessam o campo da saúde e das políticas públicas implementadas. O campo da moral, arregimentado por um discurso religioso emerge como princípio que rege os dizeres de que a vida é um “dom”, “sagrado” acima de tudo. As mães vestidas de branco, tal como anjos ou santas, com seus sorrisos serenos e movimentos suaves quando acariciam suas barrigas, reforçam essa imagem positiva e sagrada da maternidade, que deve ser protegida a qualquer custo das ameaças de abandono ou de morte sofridas pelos bebês, antes mesmo de seus nascimentos.

O corpo das mulheres grávidas, associada à suave voz feminina da *voz off*, que parece ninar as crianças antes mesmo de nascerem, também produz um efeito da sacralidade da maternidade, e a vida, o particular e o privado como uma responsabilidade feminina, uma vez que todo o programa de assistência ao nascimento de bebês centra suas ações na mulher grávida que, inclusive, já é tratada, pelo próprio nome do programa, como mãe, “Mãe Brasileira”. Assim, na campanha de José Serra, há uma extensão do privado para o público quando sua promessa de ação política se coloca em uma posição “favorável à vida”, uma vez que, ser a favor da vida dos seus cidadãos é, conseqüentemente, ser a favor da Pátria-Mãe, do Brasil. Ao assumir esse lugar, o de ser “a favor” da vida, implicitamente, sua campanha se coloca numa posição discursiva contrária à de sua adversária, e atribui a ela uma posição de quem favorece a morte, reforçando os discursos que imputam à esquerda a destruição da família pela ideia de uma possível posição a favor da descriminalização da prática do aborto no país..

Quando Ministro da Saúde no Governo FHC, Serra foi responsável por implementar uma norma técnica para a realização de aborto legal no Sistema Único de Saúde e, durante a campanha, essas informações foram apagadas, e sua equipe assumiu uma posição

extremamente radical contra tal prática para polemizar com a circulação enviesada das declarações dadas pela candidata do PT e conseguir adesão dos grupos religiosos cristãos de diferentes matizes. Segundo os dogmas religiosos de matriz cristã, o aborto não é somente um crime, mas um pecado mortal. No entanto, a acusação de que Dilma Rousseff era a favor de “matar criancinhas” se arrefeceu depois que uma ex-aluna de Monica Serra, esposa do candidato tucano, fez um relato nas redes sociais declarando que sua ex-professora realizou um aborto durante o período em que ela e o marido viviam exilados no Chile, em plena ditadura civil-militar brasileira. Depois do relato da ex-aluna a respeito da interrupção da gravidez de Monica Serra, o assunto foi abandonado pela campanha tucana. Por fim, o que se depreende desse evento é que, mesmo quando se fala de uma denúncia referente a uma mulher, ela possui uma relação com a esfera privada.

Na esteira dessa relação com a política e o uso da imagem da maternidade, selecionamos um outro momento em que mais uma vez essa memória do eterno feminino ratificado pelo amor materno emerge na campanha eleitoral. Vejamos:



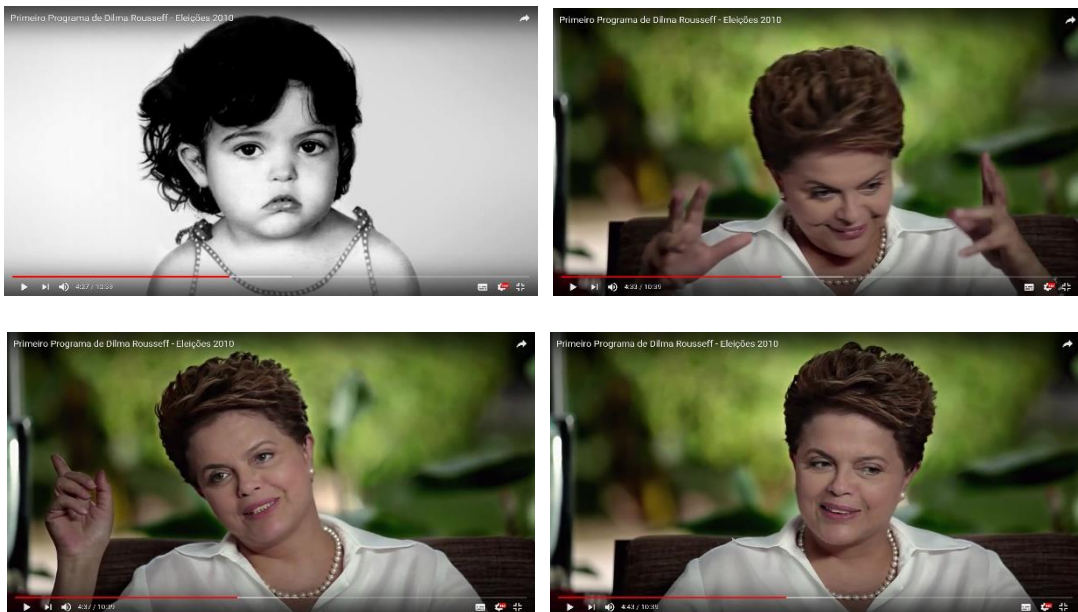
Imagens 8 – Dilma Rousseff com seu neto recém-nascido. Virgem Maria com o menino Jesus (Fonte: Google imagens)⁶³

Essa fotografia da candidata Dilma Rousseff foi tirada, em Porto Alegre, em nove de setembro de 2010, mesmo dia do nascimento de seu neto, em meio à campanha eleitoral para presidente. Nela, a candidata aparece de lado, segurando o bebê no colo, enrolado em panos,

⁶³ Primeira imagem: sem crédito, fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/dilma-cancela-agenda-de-campanha-para-ficar-com-neto-recem-nascido-4989038>.

Segunda imagem: sem crédito, fonte: <https://br.pinterest.com/>

olhando-o de cima pelo lado esquerdo, e mostra, para quem vê a foto, que ela está com os olhos baixos. Esta imagem se associa, por intericonicidade, em nosso arquivo visual, com a imagem ao lado, em que é retratada a Virgem Maria, em manto azul e véu amarelo, segurando o seu filho, o menino Jesus também enrolado em panos. Os traços, a disposição das imagens é a mesma, o que denota semelhante preocupação e cuidado da Dilma com seu neto e da Virgem com seu Filho. Há, assim, um sempre-já da imagem, que nos permite pensar numa rede de produção de sentidos para essas duas imagens associadas por intericonicidade, de nosso arquivo memorial de um discurso religioso ou, até mesmo anterior a ele, como nos faz supor lendas míticas de um “passado imemorial”, em todas as sociedades (Bittencourt, 2012). Como afirma Courtine (2011, p. 148): “Este é o próprio fundamento da intericonicidade, isto é, da rede de reminiscências pessoais e de memórias coletivas que ligam as imagens umas às outras. (...) toda imagem se estende nas ramificações genealógicas na memória das imagens”. [tradução nossa]⁶⁴. Imagem de avó, imagem de mãe. A campanha eleitoral de Dilma Rousseff explorou intensamente a imagem da política associada à imagem do amor de mãe. Em seu primeiro HGPE de 2010, Dilma Rousseff declarou sua maneira de ver a maternidade. Vejamos :



⁶⁴ « C'est là le fondement même de intericonicité, c'est-à-dire du réseau des réminiscences personnelles et des mémoires collectives qui relient les images les unes aux autres. (...) toute image étend des ramifications généalogiques dans la mémoire des images »



Recorte 2 – HGPE Dilma Presidente (17/08/2010)

Dilma Rousseff: A Paula é minha filha única né? Criada com toda a:: a maluquice que passa pela cabeça de uma mãe quando acha que seu bebê, né? se tiver dormindo, tá dormindo demais essa menina, se tiver acordada, essa menina não tá dormindo... Acho que a gente, quando nasce um filho, sabe qual é a sensação? ‘cê é uma pessoa privilegiada. Essa doação sem pedir nada em troca. É única, é única na vida⁶⁵.

Neste trecho, a enunciadora opta por um estilo de fala que simula uma conversa informal, ajustando-se ao tema da propaganda televisiva, cujo foco era apresentar sua trajetória de vida pessoal e profissional. Nesse excerto, a candidata fala de sua filha e da experiência de ser mãe, determinada por um léxico que varia do estado de sofrimento e preocupação para o estado de alegria, sentimentos histórico e culturalmente presentes na função da maternidade: “a maluquice que passa pela cabeça de uma mãe”, “sensação de ser uma pessoa privilegiada”, “doação sem pedir nada em troca”, “[experiência] única na vida”. Seu pronunciamento é caracterizado por uma fala espontânea, de tom emocionado determinado por pausas bem colocadas e algumas hesitações, como em “a:: a a maluquice que passa pela cabeça de uma mãe...” e um ritmo de lento a moderado. Suas expressões faciais e movimentos de mãos acompanham as ênfases dadas nas sílabas tônicas de algumas palavras, como **bebê**, **doação**, **única**. Ressalta-se também a cobertura de imagens, em preto em branco de sua filha, ainda criança, e de imagens da candidata com sua filha já adulta, simulando, em consonância com o

⁶⁵ Piovezani desenvolve uma análise deste mesmo trecho do HGPE de Dilma Rousseff, que pode ser encontrada em Piovezani, Carlos. A voz no feminino: uma análise discursiva de elementos prosódicos num pronunciamento eleitoral de Dilma Rousseff. *Fragmentum*, N. 36. Laboratório *Corpus*: UFSM, Jan./ Mar. 2013, pp 15-22.

pronunciamento da candidata, a remissão à sua vida privada e ao papel de mãe amorosa e zelosa. Piovezani (2013) observa a mudança de tessitura quando a enunciadora projeta uma fala comum às mães quando se preocupa com o bem-estar de seu filho, “tá dormindo demais essa menina” e “essa menina não tá dormindo”. Contar de forma emocionada e descontraída sua experiência da maternidade produz um efeito de autenticidade e de sinceridade em seu dizer, e apaga e/ou ameniza sua imagem de gestora “dura” que circulou na mídia quando ela tornou-se Ministra-Chefe da Casa Civil no governo Lula e a imagem da militante radical de esquerda no período da ditadura. Piovezani (idem, p. 21) sintetiza esses efeitos da seguinte maneira:

A conjunção desses elementos linguísticos e vocais constrói de certo modo, no interior da formação discursiva da coligação em torno do PT, o seguinte enunciado: “Dilma **não** é uma militante radical de esquerda/**não** é uma tecnocrata fria, mas, sim, uma mulher sensível e uma mãe amorosa e devotada”. Esse enunciado retoma e recusa ditos da formação discursiva adversária e permite inferir alguns outros oriundos da FD petista: “Dilma será mulher, esposa e mãe de e para todos os brasileiros...”

A “feminização” da sua campanha eleitoral e da sua imagem se deu pela via da maternidade, lugar sagrado da condição feminina no espaço privado que se desloca para o espaço público. Na segunda eleição disputada por Dilma Rousseff, houve, mais uma vez, a mobilização da imagem da figura maternal, evidenciada na própria língua, ou melhor, marcada em seu próprio nome, mas por uma via humorística. Vejamos:



Imagem 9 – HGPE Dilma Presidenta (24/10/2014)

Esse fotograma foi extraído do último programa eleitoral da referida candidata, no ano de 2014, no qual houve uma profusão de imagens de seus eventos pelo país com o intuito de mostrar a maciça adesão do povo à sua candidatura. Nele, uma imagem de uma jovem

segurando um cartaz em frente ao seu corpo, provavelmente produzido por ela mesma, indica e reforça os sentidos da maternidade que atravessa a política contemporânea. A jovem utiliza o próprio nome da candidata para acrescentar a ele dois elementos, criando duas “novas palavras”: o substantivo “mãe”, formando o termo “Dilmãe”, e o advérbio “demais”, compondo um novo advérbio de intensidade: “dilmais”. Essas duas expressões formam a sentença “Dilmãe, te amo dilmais”, escrita no cartaz da jovem, caracterizando positivamente a candidata. Seu “instinto materno” se presentifica até mesmo em seu próprio nome, carregando consigo a memória de toda a aura de amor que circunda e envolve essa imagem. Por isso, como todo filho que se preze, e em retribuição, só poderia amar “dilmais” a sua mãe, sem reservas. Salientamos também o efeito de humor, de leveza e espontaneidade da formulação, mas também em toda a imagem. No cartaz, há corações e logo abaixo da referida sentença, há uma outra “é nois!”, uma expressão informal bastante usada por jovens e que delinea um efeito de proximidade e de parceria do eleitor com a candidata ou até mesmo de uma fã em relação a uma *popstar*. No espetáculo da política contemporânea, o político é *pop*.

Diante de tudo isso, o sentido produzido por essas figuras reporta à memória social a imagem que nossa sociedade faz das mães, como aquela que cuida, nutre e protege: o que se constitui como sentido é que Dilma também terá a mesma preocupação maternal e cuidado com os cidadãos brasileiros. Nota-se, aqui, a relação do campo político com o campo religioso ou da moral, no acontecimento histórico – o nascimento de uma criança – que se transforma em um acontecimento discursivo – que reatualiza esses discursos da maternidade, mas concebido dentro do discurso político: as posições da mãe e da avó como lugares do cuidado, proteção e nutrição no espaço doméstico são deslocadas para o espaço público, onde a constituição da mulher política é marcada pela proteção e cuidado do país, reforçando positivamente a imagem contra aquela, negativa, da mulher assassina de criancinhas, a qual o candidato adversário quis imputar a Dilma Rousseff.

Seguindo essa mesma trilha, podemos pensar na avó como a mulher madura, aquela que já cumpriu sua missão e agora pode pensar em ajudar no cuidado com os netos, pois como versa o ditado popular – ser avó é ser mãe duas vezes –, mas também no cuidado com os outros. Ao cumprir sua missão ante a sociedade, a mulher se vê “livre” para realizar algumas atividades, como observa Michelet (*idem*), no século XIX. Antes, a mulher era cativa pelo decoro e obediência ao marido, a sua missão no cuidado com os filhos e com a casa. Nota-se, aqui, que a alforria se dá num período em que ela não gera mais filhos. Por isso, ela deve servir à sua comunidade de outro modo. Entre elas está a assistência às crianças abandonadas, jovens mães

solteiras e o cuidado com os idosos. É sintomático como ainda hoje essas profissões cujo mote principal é o cuidado com os outros, como trabalhos ligados à área da educação, assistência social e enfermagem, costumam ser realizadas geralmente por mulheres, profissões justificadas, inclusive, nas circunstâncias em que elas não passaram pelo processo “natural” de ser esposa e mãe; surgem então as “mães espirituais”, aquelas que não geraram na carne, mas podem gerar no espírito, as mulheres que fazem caridade:

A mulher [na maturidade] adquire uma liberdade que não teve em outra idade. O decoro a mantinha cativa. Tinha de evitar certas conversas. Devia privar-se de determinadas relações. Mesmo as iniciativas de caridade eram-lhe muitas vezes difíceis e temerárias. O mundo injusto falava mal dela. Mas idosa, mais liberta, usufrui todos os privilégios de uma liberdade honesta. E daí também resulta que ela obtém todo o seu desenvolvimento espiritual, pensa e fala de uma maneira muito mais independente e original. Então, torna-se ela mesma. (MICHELET, [1859] 1998, p. 277)

Desse modo, a mulher pode adentrar no espaço público de maneira “honrosa”. A assistência social parece ter sido sempre um trabalho de mulheres e ainda hoje podemos perscrutar seus ecos nos trabalhos de assistências sociais das primeiras-damas, esposas de governantes ou de personalidades proeminentes⁶⁶. Instituições como a Legião da Boa Vontade, ou o *Programa Criança Feliz* contou com a divulgação e a adesão de esposas de presidentes, que emprestaram sua imagem e sua influência para alavancar a imagem de seus maridos. Ou para serem por elas alavancadas. Parece ser o que resta para as mulheres que assumem o “eterno feminino” sob a roupagem da expressão “bela, recatada e do lar”.

Este enunciado “seja boa esposa e boa mãe!”, juntamente com o enunciado “seja bela e desejável!”, expressam os sentidos sobre a mulher desejável/mulher respeitável sob a concepção da ordem patriarcal da sociedade, uma personificação do “Eterno feminino”, da mulher que salvará a humanidade por seu amor, altruísmo e dedicação. As mulheres que não

⁶⁶ Relembramos também o trabalho de Marlène Coulomb-Gully (2012,2014), discutido no primeiro capítulo desta pesquisa, sobre a atuação feminina em ministérios nos governos franceses. Quando convidadas para participar dos governos, geralmente as mulheres políticas assumiam pastas relacionadas às quais se relacionam aos Direitos Humanos, à Educação, à Saúde e ao Meio Ambiente, por exemplo, o pode produzir uma associação de uma memória da maternidade ligada ao cuidado e proteção à vida como prerrogativa feminina que desliza do espaço privado para o espaço público. Dilma Rousseff, ao contrário, assumiu cargos executivos considerados extremamente técnicos, como a Secretaria de Minas e Energia no Governo de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, o Ministério de Minas e Energia do primeiro mandato de Lula e, no segundo mandato do presidente petista, ela se tornou Ministra-chefe da Casa Civil, cargo considerado o mais importante no governo executivo depois do presidente. A atuação de Dilma Rousseff no governo Lula produziu uma série de reações, dentre elas, a de que ela era caracterizada como “durona”, insensível”, evocando até mesmo comparações com Margareth Thatcher, Primeira-Ministra Britânica, sendo tratada, inclusive, pela alcunha “Dama de Ferro dos Trópicos”. Por isso que sua campanha explorou de forma maciça a imagem de mãe para contrabalançar e trazer “docilidade” à sua imagem “viril” (Bittencourt, 2012).

“se encaixam” nesse modelo, são consideradas indesejáveis, depravadas e degeneradas. É neste sentido que se abre a discussão da contradição do enunciado “(não) seja militante!”, uma vez que a mulher que se “atreve” a confrontar a perspectiva masculina do ideal feminino para garantir direitos sobre a reprodução, o trabalho, o casamento e a sexualidade provoca uma série de reações, que vão desde a violência simbólica até a violência física, proporcionado pelo medo de se perder privilégios e a prerrogativa de governar o outro.

(Não) seja militante!

Apresentamos nos dois tópicos anteriores uma discussão a respeito do espaço privado como a instância primeira da atuação feminina, onde reina “a rainha do lar”, como bem compete à sua natureza a partir de uma perspectiva patriarcal das funções de cada sexo. No entanto, ao longo da história, podemos vislumbrar movimentos, sejam solitários ou conjuntos, sejam célebres ou infames, de rainhas, escritoras, operárias, camponesas; mulheres que transgrediram essa “ordem natural” das coisas, que produziram rupturas e discontinuidades no que foi possível fazê-lo em sua época.

Há uma ideia que foi bastante difundida no final do século XIX, reatualizada a partir de fontes clássicas gregas pelo antropólogo Johann Jacok Bachofen e outros pesquisadores, de que as mulheres controlavam, além da vida doméstica, os fios do poder político em um período bem remoto da História. A imagem das amazonas surge como o princípio de um estágio primitivo de direito feminino cujo objetivo era defender-se da lubricidade dos homens. A ideia ganhou corpo e adeptos, principalmente entre pesquisadoras feministas, entusiastas de uma história que recita um passado empoderador para as mulheres, mesmo que sua explicação remonte a um governo fundado sob as leis do eterno feminino, a partir do qual reafirma o primado das leis da Natureza e, portanto, selvagem e bárbaro:

As sociedades bárbaras eram matriarcais e matrilineares; elas eram quietas, felizes, mas estagnantes. A irrupção da violência na História – a “grande derrota do sexo feminino” – é também o início, o progresso. A virilidade é guerreira, mas produtiva. A feminilidade é doçura lânguida. E sempre a afeminação ameaça enviscar as sociedades. Esta representação reproduz a forma mais tradicional do olhar sobre a diferença dos sexos. (PERROT, 2005, p. 267)

Apesar do entusiasmo com a hipótese da existência de um governo pré-histórico feminino, reconhecemos em suas bases um reforço dos estereótipos e das identidades impostas

de maneira universal, atemporal e arquetípica às mulheres. Um governo centrado no poder feminino seria conservador, estagnante, recorreria à memória e à reprodução; ligado, mais uma vez, aos ritmos do seu sexo, do seu corpo e da sua natureza. E o patriarcado, o tipo de governo que veio suplantar esse “passado selvagem”, corresponde, nessa hipótese, a uma ideia de progresso civilizatório. Assim, o poder masculino, ao contrário do matriarcado, é criador e, numa visão de uma história teleológica, aquele que nos levará à evolução cultural e social. Contudo, essa hipótese que associa mulher/natureza e homem/cultura se constitui com base em um paradoxo. Ao mesmo tempo que um governo matriarcal é bárbaro e deveria ser suplantado pela ânsia civilizatória masculina, em que a filiação patrilinear marca a evolução teleológica da sociedade, no que se refere aos costumes, é por intermédio do trabalho das mães que o gênero humano se educa, se civiliza.

Outros movimentos que vêm deslocar os caracteres negativos naturalmente associados à mulher partem das prescrições dos fisiognomonistas que teorizavam a coragem feminina. De acordo com Sissa (1998), um tratado latino anônimo, que utiliza fontes gregas, começa a dar indicações sobre os tipos masculinos e femininos. Entendia-se que a “natureza feminina” era fraca, mas que tanto os homens como as mulheres eram constituídos das duas naturezas, “numa proporção variável e controlável” (idem, p. 390) e que, portanto, nada poderia se opor teoricamente à existência da coragem feminina. Posto que existe porções de masculino na mulher e de feminino no homem, é necessário, então, encorajar através da educação os caracteres viris. Sobre os tipos femininos, o texto descreve que os homens de traços efeminados e de caráter mole são considerados desprezíveis. Por outro lado, homens extremamente viris também não são bem vistos, pois são suspeitos de gostar excessivamente de rapazes; o mesmo princípio é atribuído às mulheres: as muito femininas procuram amorosamente outras mulheres, ao passo que as mulheres viris procuram se relacionar com homens. Nesta mesma direção, Sissa alude ao filósofo romano Musonio Rufo, que compartilhava da ideia de que as mulheres receberam dos deuses a mesma razão que os homens e possuíam a mesma disposição para a virtude. Segundo o filósofo, uma mulher de temperamento moderado administrará melhor a sua casa e saberá viver em harmonia e justiça com o seu marido e filhos. Por isso é importante educar as mulheres da mesma forma que o fazem com os homens. Mais uma vez, a imagem das Amazonas é rememorada:

Porquanto é preciso que a mulher também aja virilmente e que, pelo menos se ela é excelente, seja pura de cobardia, de forma a que não se deixe abater nem pelo esforço nem pelo medo: senão, como será ela ainda moderada, se o primeiro indivíduo que surja, aterrorizando-a ou impondo-lhe trabalhos

pesados, a pode forçar a admitir alguma destas coisas vergonhosas? (...) como não teriam as mulheres necessidade de coragem? Que, por outro lado, elas tomem parte mesmo da luta armada, isso foi provado pela raça das Amazonas, que derrubou muitas nações por meio das armas: de modo que se há falta nas mulheres sobre este ponto, isso deve-se mais à falta de exercício do que ao facto de não serem naturalmente dotadas de coragem. (apud SISSA, 1998, p. 392)

A respeito dessa compreensão sobre o compartilhamento de caracteres masculinos e femininos tanto por homens quanto por mulheres, que se relacionam aos atributos eufóricos e disfóricos, respectivamente, sobre os sujeitos, Michelet vai falar, segundo Perrot (1988), de “homens-mulheres” da Revolução. São aqueles que não conseguem controlar seu temperamento: “(...) os homens que fazem o Terror – Marat, Couthon ou Robespierre – são “homens mulheres”” (apud PERROT, p. 174). Sobretudo o primeiro “por temperamento era mulher e mais que mulher, muito nervoso e muito sanguíneo” (idem). Michelet fala também das hordas que têm prazer pelo terror, pela selvageria e crueldade e fixa nelas o desencadeamento da violência, pois elas sofriam mais, seja com a escassez de alimentos e as relacionam com as mulheres, pois onde há povo, lá elas estão, o que faz vincular os perigos dos aglomerados humanos e das massas virulentas às revoltas femininas por assuntos que competem à sua gestão alimentícia da família. Do mesmo modo, Courtine (2015) evoca as ideias da histeria patológica das multidões presentes nas concepções de Gustave Le Bon produzidas à luz do darwinismo social de que as massas remetem ao um estado natural que se associam aos estágios inferiores da evolução: às crianças, aos selvagens e às mulheres. Neste sentido, as massas são femininas e só o homem, um líder, pode impor ordem às coisas. E completa Michelet, de todos os homens, “só Danton era “primeiro e acima de tudo um homem”, e por isso capaz de se impor às mulheres, ao povo – que é mulher –, e talvez salvar a Revolução” (MICHELET apud PERROT, idem). Os sentidos atribuídos aos caracteres femininos e masculinos são deslizados consoante os argumentos da ordem das coisas e do equilíbrio da sociedade em relação ao equilíbrio dos sexos.

Da mesma forma, há o que se chamou de “mulheres-homens”. Aurore Dupin, uma das mais célebres escritoras e memorialistas francesas, adota um pseudônimo masculino de Georges Sand e sempre falava de si mesma no masculino quando escrevia, porque recusa a mediocridade da literatura chamada de “feminina”. Um grupo de mulheres resolveu fazer uma candidatura protesto a favor de Sand nas eleições para a Assembleia Nacional de 1848, e assim a retrata no Jornal *La voix des femmes* de 6 de abril de 1848:

(...) é preciso então dizê-lo, o representante que reuniu nossas simpatias, é um tipo *um* e *uma*: ser homem pela virilidade, mulher pela intuição divina, a poesia; nós queremos nomear Sand! (...) Sand renegou, desde o início de sua carreira literária, seu sexo e seu nome; ela se fez homem pelo espírito; mas ela permaneceu mulher pelo lado maternal, sua ternura infinita! Por ter conseguido agregar tudo, por ter participado *moralmente* das duas naturezas, que ela as fundiu tão bem? Então, nós a recomendamos aos seus trabalhos...⁶⁷

Dessa forma, salientamos mais uma vez que, mesmo em um discurso progressista, representado pela tentativa de aprovar um nome feminino para a Assembleia Constituinte na França, em 1848, há uma conservação de “uma essência feminina”. Assim, uma mulher que cultiva as “duas naturezas”, poderia contribuir, com sua experiência da gestão da vida privada, para com este grande lar que era o Estado. Mas Olympe de Gouges, algumas décadas antes, não teve o mesmo tratamento que Sand. A autora da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791), na qual defendia a igualdade política para homens e mulheres, foi guilhotinada e Scott (apud PERROT, 2005, p. 330) lembra que seu processo é abundante em expressões que desqualificam as mulheres na política: “[Pierre] Chaumette declara: ‘Lembre-se desta **virago**, desta **mulher-homem**, a **impudente** Olympe de Gouges, que **abandonou** todos os cuidados de **sua casa** porque **queria engajar-se na política** e cometer crimes [...] este **esquecimento das virtudes de seu sexo** levou-a ao cadafalso’”. Este pequeno trecho do processo de Olympe de Gouges esclarece os perigos que ameaçam as mulheres pelo fato de que elas tentam almejar uma igualdade em relação aos homens. Segundo o procurador da Comuna de Paris, a ativista política negava o seu sexo ao desejar uma função contrária à sua natureza, às “virtudes do seu sexo”; ela aspirava então “engajar-se na política”, um ultraje à ordem patriarcal, e indesejável aos olhos do sexo dominante, por isso as atribuições pejorativas: “virago”, “mulher-homem”, “impudente”. Assim, os sentidos da presença dos caracteres masculinos e femininos na mulher são deslizados e reatualizados de acordo com as posições dos sujeitos aos quais pretendem qualificar ou desqualificar a atuação pública feminina. Dessa maneira, há sempre uma tendência a considerar que é normal e bom o que é atribuído ao masculino e patologizar e depreciar o que é classificado como atributo feminino no que diz respeito à atuação no espaço público.

⁶⁷ “(...) est-il donc besoin de le dire, le représentant qui réunit nos sympathies, c’est le type *un* et *une*, être *mâle* par la virilité, *femme* par l’intuition divine, la poésie, nous avons nommé Sand! (...) Sand, dès ses débuts dans la carrière littéraire, a renié son sexe et son nom ; elle s’est fait homme par l’esprit ; elle est restée femme par le côté maternel, la tendresse infinie! Pour s’être mêlée à tout, pour avoir moralement participé des deux natures, les a-t-elle bien senties? nous le demandons à ses oeuvres... ”. O texto completo original pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k898650k.item>

A declaração dos direitos do homem, marco culminante da Revolução Francesa e estandarte das ideias iluministas, previa os direitos dos homens como um princípio fundamental de igualdade para todos os indivíduos. Como garantir igualdade de tratamento para indivíduos de sexos diferentes? A mulher teria os mesmos direitos que o homem? Conforme Perrot (1988), na França pós-revolução, há uma separação ente sociedade civil e sociedade política. Ela reconhece a mulher civil, mas não a mulher cidadã. O direito ao voto, por exemplo, é considerado como uma função e não como um direito. Apoiando-se nas descobertas da biologia e da medicina, o discurso naturalista da existência de “duas espécies” é reatualizado, cujas atribuições de qualidades e de aptidões estão atreladas incondicionalmente à sua constituição física, ao seu sexo. A razão e a inteligência são concebidas como prerrogativas masculinas, responsáveis por fundar a cultura: a eles cabem a decisão, a ação e o governo. Resta à mulher submeter-se à sua natureza – à sensibilidade, ao coração, à fraqueza e ao lar. A estes discursos, formados no interior de um campo biológico e das ciências naturais, vêm juntar-se outros, sobre os princípios de organização política anunciados, de acordo com Perrot (1988), pelos filósofos mais notáveis:

Fichte: “Sua feminilidade proporciona preferencialmente uma aptidão prática à mulher, mas em caso algum uma aptidão especulativa”. Por conseguinte, “as mulheres não podem ocupar cargos públicos”. Hegel fala da vocação natural dos dois sexos. “O homem tem sua vida real e substancial no Estado, na ciência ou em qualquer outra atividade do mesmo tipo. Digamos de modo geral no combate e no trabalho que o opõem ao mundo exterior e a si mesmo” a mulher, pelo contrário, é feita para a piedade e o interior. “Se se colocam mulheres à frente do governo, o Estado se encontra em perigo. Pois elas não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus pensamentos”. Auguste Comte vai ainda mais longe, já que fala da inaptidão radical do sexo feminino para o governo, mesmo da simples família”. Em virtude da “espécie de estado infantil contínuo” que caracteriza o sexo feminino. O doméstico não lhe poderia ser entregue sem controle; mas concorda-se em confiar às mulheres – dentro de certos limites – a família, a casa, núcleos da esfera privada. (p. 177- 178)

Assim, no século XIX, os postulados das ciências naturais e o pensamento filosófico da diferença dos sexos se aproximam da sabedoria popular, ou talvez nunca tenham se separado, ou ainda tenham sido engendrados juntos. Em termos gerais e de acordo com suas especificidades, todos esses saberes advogam que existem “duas espécies” dotadas de qualidades e aptidões diferentes, que remontam seus domínios de ação na sociedade. Aos homens, a esfera pública. A direção da *pólis* só pode ser masculina. O poder político é o atributo dos homens – e dos homens viris. É a lei do equilíbrio histórico.

A partir desta perspectiva, é comum pensar que governos femininos levam qualquer sociedade à degradação e, logo, à sua destruição. Michelet, por exemplo, fala dos inconvenientes das mulheres no poder ao citar os horrores perpetrados na Noite de São Bartolomeu sob a regência da rainha Catarina de Médici como uma transgressão da hierarquia dos gêneros. Da mesma forma, Knox (apud Dunn, 2004), como já foi citado anteriormente, no início deste capítulo, sugeria desconfiança em relação a um governo feminino, o da rainha Elizabeth, como uma prática anti-natural. A lista de ocupações femininas é, segundo Perrot (1988, p. 187), limitada e codificada: “ao homem, a madeira e os metais, à mulher, a família e os tecidos”, advoga um texto operário de 1867. A iconografia e seus arquétipos o revelam: de Penélope à Maria; tecendo ou com seus filhos a tiracolo. Elas devem ficar (e permanecer) em seus devidos lugares.

Desta forma, às mulheres resta a gestão da vida privada: até mesmo sua atuação na vida pública se encerra em atividades que são a extensão do espaço privado e extensão de suas qualidades “ínatas”. São cuidadoras, professoras primárias, enfermeiras, costureiras, secretárias. Para as mulheres das classes mais desfavorecidas, quando não trabalhavam por conta própria como lavadeiras e vendedoras ambulantes, restava o trabalho doméstico ou o trabalho nas indústrias, principalmente as têxteis, responsáveis por empregá-las em todos os cantos do mundo (EUA, França, Inglaterra, Brasil). No momento em que o trabalho se mecaniza ou se intelectualiza sobremaneira, ele se torna masculino. Rago (1997, p. 582) nota que, no início do século XX, por exemplo, as mulheres foram expulsas progressivamente do parque industrial brasileiro. Em 1872, elas constituíam cerca de 76% da força de trabalho das fábricas contra 23% em 1950. Além da hostilidade com que era visto o trabalho feminino fora do lar, outra razão para esta queda abrupta da mão de obra feminina nas fábricas foi a crescente mecanização e modernização da indústria, que demandava uma mão de obra qualificada: a masculina.

Outrossim, o movimento de operários. Como compreendemos o espaço público como uma condição inerente do espaço político e, no que diz respeito às mulheres operárias, pode-se creditar uma dupla exclusão: o fato de ser mulher e ser operária a empurra de novo para mais longe do poder político e a mantém refém do poderio masculino. A necessidade de trabalhar e ajudar, com os parcos salários de operárias, a completar a renda da família, expunha as mulheres aos perigos dos desejos dos contramestres e dos patrões nas fábricas. Mas nem sempre elas se submetem. Segundo Perrot, os arquivos policiais e judiciários constituem-se em bons registros sobre as práticas femininas na sociedade, principalmente quando, a partir do século XVII, a

ordem das ruas torna-se uma obsessão para os chefes de polícia. As mulheres perturbam a ordem com mais frequência, em favor da família, do abastecimento de víveres, do emprego de seus maridos e em defesa de suas honras. Sua presença no espaço público, quase sempre, se dá em grupo, no meio do povo, essa massa perigosa:

Os comissários de polícia falam de “megeras” ou de “viragos” (mulheres de aspecto e atitudes masculinizadas) para designar as manifestantes, quase sempre taxadas de “histéricas” caso soltem o menor grito. A psicologia das multidões empresta a estas uma identidade feminina, suscetível de paixão, de nervosismo, de violência e mesmo de selvageria. (PERROT, 2017, p. 21)

Por isso elas estiveram, como lembra Michelet, na vanguarda da Revolução. Porém, só foram aceitas como mães benevolentes, pois somente elas conseguiriam unir os cidadãos. São indesejáveis quando tomam a frente em revoltas, que se fazem sempre em grupo. Mas são sempre ridicularizadas, seja pela violência viril de suas manifestações, que as fazem ser chamadas de “viragos”, seja pela debilidade de seu corpo e de sua voz, imagem que causa estranhamento no embate que elas travam com outras forças no interior do espaço público: “Revoltas das anáguas, república de touca”, comenta a *Gazette des Tribunaux*, em 12 de outubro de 1831, sobre uma revolta das fiandeiras, cujo editor se mostra surpreso com as manifestantes, tão diferentes do modelo de mulheres masculinizadas, das conhecidas “viragos” que habitam a memória coletiva, a memória das imagens, neste lugar de protesto:

Jovens e belas na maioria, elas mantinham seus olhos timidamente baixos, justificavam-se balbuciando e nenhuma delas apresentava os traços masculinos e marcados, a voz forte e rouca, enfim, o conjunto de gestos, de órgãos, de rosto e de movimentos que nos parecem ser o tipo constitutivo da mulher-revolta” (PERROT, 2005, p. 233).

Parece então que elas sempre estão a sofrer coerções para ajustar a medida de sua atuação no espaço público, seja pelo excesso, que as faz “viris” demais e, portanto, anormais, seja pela falta, uma vez que a debilidade natural do seu sexo as impede de se manifestar de forma apropriada em um ambiente “estranho à sua natureza”, ou talvez isso não importe, já que não nasceram “homens”. De qualquer forma, suas manifestações sempre são associadas à massa desorganizada, até mesmo espontânea, ao passo que os movimentos masculinos se organizam em uma ordem viril, em sindicatos, com toda a representatividade hierárquica de uma instituição feita por homens.

É comum encontrar registros policiais de operárias, “as indesejáveis”, que se articulavam para promover atos de sabotagem, boicote, quebra de equipamentos. Na maioria das vezes, elas são as iniciadoras de motins. Rago (1998, p. 602), numa análise de documentos policiais dos anos de 1910 e 1920, afirma que em uma carta enviada pelo inspetor de investigação ao diretor de Gabinete de Investigações e Captura, Dr. Virgílio do Nascimento, durante a greve de 1917 em São Paulo, mostra que o inspetor queria provar que a participação feminina na manifestação era resultado da manipulação das operárias pelos seus companheiros. No entanto, a pesquisadora nota uma contradição entre a informação do inspetor e as notícias da época, que indicavam que a greve foi deflagrada depois de uma manifestação organizada pelas trabalhadoras do Cotonifício Crespi, uma importante indústria têxtil localizada no bairro da Mooca. A manifestação cresceu e surgiu a primeira grande greve no Brasil, responsável por instaurar os primeiros direitos dos trabalhadores no país. De fato, quando as revoltas crescem e se organizam, parecem que elas se tornam masculinas, e as mulheres passam a auxiliares dos homens, ou até mesmo manipuláveis por eles, como conclui ou pretendia sugerir o inspetor supracitado.

Além do preconceito em relação ao trabalho fora de casa, havia de tempos em tempos a necessidade da reserva de mercado de trabalho para os homens. As mulheres eram solicitadas a trabalhar nas fábricas e em outras ocupações durante as guerras ou em ocasiões em que haviam grandes movimentos migratórios masculinos, principalmente quando estes se dirigiam para as grandes cidades. Ela então é uma substituta do homem. No entanto, nos pós-guerras, é natural perceber o refluxo no trabalho feminino nas frentes de trabalho e um retorno à esfera privada, à “normalidade”, pois a família continua a ser o pivô da sociedade, reguladora da economia e reconstrutora da nação e o “trabalho” ao qual a mulher deveria se ocupar.

Na guerra, ato viril por excelência, a tendência de consolidar os papéis tradicionais é imperativo. Os homens, no *front*, as mulheres, na retaguarda. As que querem combater devem dissimular sua condição de mulher. A imagem da mulher-soldado, tolerada em algumas épocas, torna-se insuportável com o advento da burguesia, que passava imediatamente a lhe imputar a pecha de terrorista ou criminosa. No Brasil, as mulheres Amazonas se vestiam como soldados, ou seja, como homens para poderem lutar na linha de frente. A piauiense Jovita Feitosa e a baiana Maria Quitéria: heroínas da Pátria, lutaram, respectivamente, na Guerra do Paraguai e pela Independência do Brasil. Ambas se travestiram de soldado, cortaram os cabelos, fazendo-se passarem por homens, essas Amazonas brasileiras. Segundo Prado e Franco (2017), a presença marcante de mulheres na guerra do Paraguai despertou o interesse dos jornais. Em 7

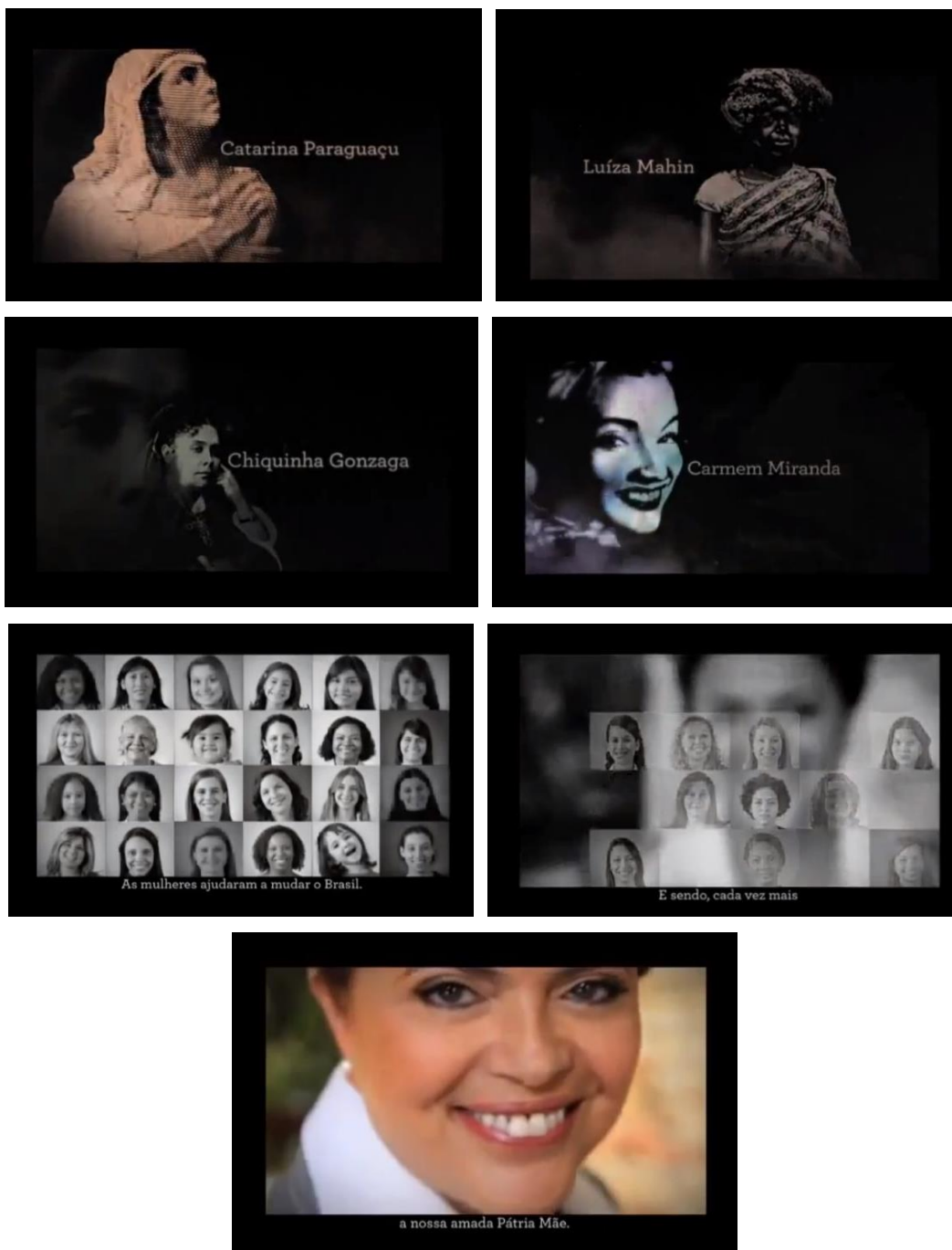
de fevereiro de 1865, Machado de Assis se pronunciou no *Diário do Rio de Janeiro* a respeito desse incomum entusiasmo feminino:

Ao par da santa ideia da pátria agravada, vai na imaginação dos heróis a ideia santa da dedicação feminina, das flores que os aguardam, das orações que os recomendam de longe. É assim que ajudais a fazer a guerra. Deste modo estais acima daquelas aborrecidas Amazonas, que, a pretexto de emancipar o sexo, violavam as leis da natureza e mutilavam os divinos presentes do céu (...). (apud PRADO e FRANCO, 2017, p. 201)

O enunciador recorre, então, ao discurso essencialista para apresentar o lugar da mulher em uma circunstância de batalha. Flores e orações: esses termos representam a submissão feminina à sua própria “natureza” e as tornam mais valorosas que as Amazonas, que negam seu sexo e desafiam a natureza ao querer, em posição de igualdade, participar, juntamente com os homens, na defesa da pátria. Dito de outro modo, cabiam às mulheres rezar, costurar e cozinhar para os soldados e cuidar dos feridos. A participação feminina no front de batalha era vista como uma transgressão de uma demarcação social e sexual, principalmente numa sociedade católica como a brasileira. “Uma mulher não usará vestes de homem; um homem não se vestirá com um manto de mulher, pois quem quer que assim proceda é uma abominação para o Senhor, teu Deus” (Deuteronômio 22:5), como ensina a religião.

No entanto, as transgressões são também significadas de outras formas. A soldada Maria Quitéria foi coroada com uma grinalda, quando as freiras do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, em Salvador, recepcionavam as tropas do general Lima e Silva, que agiram em resposta ao assassinato da abadessa Joana Angélica pelas tropas portuguesas. Do mesmo modo, Joana D’Arc, que precisou travestir-se de homem para lutar em defesa da França, foi canonizada pela Igreja depois de ser morta pela própria instituição. Vê-se, então, um martírio feminino para defender a pátria, e a transgressão é sempre perdoada.

Rememoramos essas “Amazonas brasileiras” no programa eleitoral da candidata Dilma Rousseff, veiculado na noite de 7 de setembro. Sua abertura é marcada por uma lista de mulheres brasileiras e naturalizadas brasileiras, que ficaram conhecidas na história como mulheres que mudaram as áreas onde elas atuaram. Vejamos:



Recorte 3 – HGPE Dilma Presidente (07/09/2010)

Voz off: Primeiros anos de 1500. Uma índia se casa com o português Diogo Caramuru e inicia a formação de um povo novo e mestiço: o povo brasileiro: **Catarina Paraguaçu**. 1835: indignada com a escravidão, ela se engaja na luta dos malês pela liberdade: **Luíza Mahin**. 1877: ao romper barreiras, ela partiu para reinventar a música brasileira: **Chiquinha Gonzaga**. 1888: uma mulher sanciona a lei que abole a escravidão: **Princesa Isabel**. Anos 30 e 40: uma mulher projeta a cultura e a alegria brasileira em todo o mundo: **Carmen Miranda**. As mulheres ajudaram a mudar o Brasil. Com Dilma o Brasil vai seguir mudando e sendo, cada vez mais, a nossa amada Pátria Mãe.

Segundo a formulação, essas mulheres tiveram grande importância para a formação do povo brasileiro e sua história de lutas na política e nas artes. O plano fixo, em que aparecem as imagens das mulheres em *fade in* e o uso do *fade out* para aparecer a próxima imagem, marca o paralelismo da importância de cada mulher, narrada pela *voz off*, cada uma em seu campo de atuação, seja de ascendência nobre ou popular. Destaque para os três últimos planos selecionados: Quando a *voz off* diz – “As mulheres ajudaram a mudar o Brasil” – surgem vários quadros, uma espécie de mosaico formado por fotografias de mulheres comuns, que vão se apagando lentamente ao mesmo tempo que aparece em *fade in*, a imagem da candidata Dilma, desfocada e em preto e branco, com a fala: “Com Dilma o Brasil vai seguir mudando e, cada vez mais, (...)”, o plano final enquadra o rosto da Dilma em *close up*, que parece caminhar até a câmera, com a imagem agora colorida.

Assim, o efeito produzido por meio da sequência dos planos, ora em preto e branco ora em imagem colorida, em conjunção com as imagens e a *voz off*, apresenta uma característica em comum entre a candidata e essas mulheres, separadas apenas pelo tempo. Dilma faz parte do presente, enquanto as outras imagens, em preto e branco, remetem ao passado. Dilma será aquela que irá se destacar em seu meio, que é o político, e com sua atuação entrará também para a lista das mulheres que lutaram e têm seus nomes gravados na memória coletiva de nossa sociedade, como heroínas. Esse efeito de sentido é obtido pela disposição das imagens, sempre da mesma maneira, com as imagens das mulheres mostradas da esquerda para a direita, inclusive a imagem colorida da Dilma que surge no final.

Mais uma vez, a imagem da mãe é utilizada, mas relacionada com a própria Pátria. Aqui, a mãe (a Pátria) merece ser amada e cuidada, uma retribuição ao cuidado e nutrição que ela oferece aos seus cidadãos. Assim, Dilma é identificada com as mulheres brasileiras, Catarina Paraguaçu, Luíza Mahin, Chiquinha Gonzaga, Princesa Isabel e Carmen Miranda, mulheres que atuaram e destacaram-se em diversas áreas, tiveram sua importância na história e na memória na construção da mulher guerreira, corajosa e forte, que pode mudar os destinos de seu povo, sentido que é marcado no léxico apresentado na *voz off*, como “engajar na luta”, “romper barreiras”, “reinventar a música brasileira” e “ajudaram a mudar o Brasil”. Mas ela também é identificada com todas as mulheres anônimas, representadas pelo plano em que aparece várias imagens de mulheres que formam um mosaico para, na sequência, surgir a imagem da candidata. O efeito metafórico dessa imagem indica que Dilma Rousseff representará todas as mulheres na presidência, uma vez que todas, ilustres ou anônimas, são mulheres que lutam para o bem da “Amada Pátria Mãe”.

Deste modo, mulheres advindas de variadas classes sociais e de diferentes regiões do país e, ainda, de diferentes épocas, expressam uma ideia de dispersão e até mesmo de dissensões múltiplas para estas personagens históricas. Entretanto, o efeito produzido pela linguagem sincrética da propaganda manifesta um princípio coator que regulariza e uniformiza essas mulheres em uma formulação: “essas mulheres mudaram/fizeram história”. Essa regularidade, que implica o atravessamento da memória discursiva e das imagens, e da história, é produzida pelo fato de todas serem mulheres e que mudaram de alguma forma “a história” do Brasil, em suas áreas e, agora, há um novo lugar a ser conquistado pelas mulheres: o lugar da presidência, indicando um outro sentido: “assim como essas mulheres mudaram a história do país, uma outra, no presente, fará história por conquistar, pela primeira vez, o lugar da presidência do Brasil”.

Para concluir por ora este tópico, retomemos a segunda epígrafe que iniciou este capítulo. Assim fala a personagem Maud Watts num depoimento ao inspetor de polícia, quando foi presa em virtude de ter participado de uma manifestação a favor do direito ao voto feminino: “nós quebramos vidraças, incendiamos objetos porque a guerra é a única linguagem que os homens entendem”. Parece um paradoxo pensar em quão essencialista e universalista é esta imagem que a sufragista faz dos homens ao associar a linguagem masculina, “a única que eles entendem”, ao ato viril por excelência, a guerra. Por isso, ela justifica os atos de violência do grupo que luta por direitos como uma maneira desesperada de se comunicar com aqueles que fazem as leis, os homens, de “falar ao masculino”, de falar como eles por meio da ação. Foucault, quando trata do enunciado em sua *Arqueologia do Saber* (2010, p. 124) declara que “por mais que o enunciado não seja oculto, nem por isso é visível”. Nessa direção, o que não está manifestadamente evidente, mas é visível na formulação da personagem do filme *As sufragistas* é a historicidade que governa as relações entre os sexos e a própria construção social que envolve o gênero nas práticas discursivas em nossa sociedade.

Se antes as mulheres, diante dessa pesada carga que as práticas sociais engendraram para a naturalização de sua função reprodutora, de seu útero e de seu sexo, podiam burlar essa desigualdade de poderes valendo-se da astúcia e da recusa ao homem, ou seja, usando o seu próprio sexo, hoje, é ainda por meio dele que a mulher poderá fazer valer o equilíbrio desse poder microfísico. Na esteira das feministas, Perrot defende que a mulher conseguiu alçar um lugar na esfera pública por meio da liberdade sexual, alcançada pela descoberta da pílula anticoncepcional, que permitiu que elas pudessem escolher quando engravidar, controlar os

ritmos da “natureza”. Mas ainda há muito o que lutar todos os dias contra tantas outras práticas que querem relegá-la aos lugares de sempre e fazê-las calar. Mas as mulheres não desejam voltar à obscuridade da submissão e da opressão e buscam, cada vez mais, ocupar os espaços que, há muito tempo, lhe estavam interditos. Por fim, o direito das mulheres em ocupá-los se resume na declaração de Olympe de Gouges (PERROT, 1998, p. 59) durante a Revolução Francesa: “se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também tem o direito de subir à tribuna”.

Sobre a fala e os silêncios femininos

Nos tópicos anteriores, apresentamos três enunciados que encarnam a condição feminina a partir de uma visão essencialista e patriarcal da divisão sexual das funções e dos espaços entre os sexos. Esses enunciados manifestam a normatização e o controle do corpo e do comportamento feminino a partir de uma ótica masculina, mas também apresentam os espaços de dispersão e de transgressão desses discursos que legitimam seu pertencimento ao espaço privado mediante as funções “naturais” dos gêneros na sociedade e caracterizam o espaço público como um lugar de perigo, mas também de resistência, em relação a esta mesma “natureza” que a constitui.

A exortação ao dever-ser feminino “seja bela e desejável!”, “seja boa esposa e boa mãe!” e “(não) seja militante!” é sintoma das regularidades e das transgressões a respeito da (in)visibilidade das mulheres no espaço público. Segundo Perrot (2017), a invisibilidade e o silêncio das mulheres faziam parte da ordem das coisas na organização social patriarcal. A sua voz, inclusive, é uma condição metonímica que pode ser tratada como um elemento a ser depreciado e até mesmo excluído do espaço público. Katleen Jamieson (1988) afirma que um dos temas que surgiram na história é o de que as mulheres deveriam manter-se quietas. Perrot (2005; 2017) resume em uma frase a função do ser feminino: “seja bela e cale-se!”, expressando que a invisibilidade feminina não poderia ser expressa necessariamente ao seu apagamento total na sociedade. A beleza feminina poderia servir de matéria para os poetas, os escultores, os pintores e para o deleite e desejo dos homens. Contudo, era imprescindível que as mulheres se mantivessem caladas. Mesmo que houvesse espaços onde elas poderiam circular, era a sua voz que representaria o perigo de serem ouvidas e não mais submetidas à ordem masculina. A voz feminina que ecoa pelo espaço público é um perigo que deve ser controlado:

Para manter o discurso das mulheres sob controle, o clero, os tribunais e os detentores do conhecimento médico forjaram rótulos desacreditando a fala "feminina". "Heréticas!", pregava o clero. "Histéricas!", gritavam os médicos. "Feiticeiras!", decretavam os juizes. "Prostitutas!", bradavam um coro geral. "Harpías!", exclamavam aqueles que submetiam ao seu poder os nomes e as propriedades das mulheres. Esses nomes constroem as mulheres ao silêncio o que, em tempos remotos, foi assegurado pela força. "Se uma mulher se dirigir desrespeitosamente ao seu marido", recomendava um decreto Urakaginano, "a boca dessa mulher" será "esmagada por um bloco quente". Ao cair no silêncio ou falar de forma submissa, as mulheres garantiam sua proteção⁶⁸. (JAMIESON, 1988, pp. 69-70) [tradução nossa]

Consoante Jamieson (idem), cada um desses nomes atribuídos disforicamente às mulheres especifica um princípio irracional da fala feminina, o que constitui um contraponto ao seu oposto distintivo, a fala masculina, como uma forma superior, baseada na razão. Portanto, a voz da herética é uma fala inspirada pelo demônio ou por uma mente alienada. A fala da histérica é dominada por suas emoções desgovernadas. A prostituta alcançou sua fala pública a partir do leilão de seu corpo. E a feiticeira ecoa a voz dos sentimentos do diabo. Dito de outro modo, a mulher não é dona de sua própria voz; é neste sentido que, por muito tempo, ela foi considerada como uma criança, incapaz de gerir sua própria vida.

O discurso religioso cristão é repleto de dizeres que normatizam o comportamento das mulheres em relação à sua fala. "Durante a instrução, a mulher deve guardar silêncio, com toda a submissão. Não permito à mulher que ensine, nem que domine o homem. Mantenha-se, portanto, em silêncio" (I Timóteo 2: 11-12), pregava o apóstolo Paulo. Elas eram proibidas de falar nas igrejas. É o silenciamento como uma *política de sentidos*, de que fala Orlandi (2007); o silêncio local, que produz interdições, uma vez que a fala feminina é significada como uma desordem em um mundo masculino. Além do saber dominante do corpo feminino inacabado, o pecado original de Eva ainda pesava sobre os ombros das mulheres em forma de silêncio e submissão aos homens. Em Gênesis 3: 16-17, o Deus masculino profere a sentença contra o pecado da desobediência para ambos: "e Ele disse à mulher: 'Farei com que, na gravidez, tenha grandes sofrimentos; é com dor que hás de gerar filhos. Teu desejo te impelirá para teu homem, e este te dominará'". [grifo nosso] E ao homem: "Ele disse a Adão: *Por teres escutado a voz*

⁶⁸ "To hold the speech of women in check, the clergy, the courts, and the keepers of the medical profession devised labels discrediting "womanly" speech. "heretics!" said the clergy. "Hysterics!" yelled the doctors. "Witches!" decreed the judges. "Whores!" said a general chorus. "Harpies!" exclaimed those husbanding their power over women's names and property. These names invited the silence that in earlier times had been ensured by force. "If a woman speaks disrespectfully to a man," says na Urakaginan edict, "that woman's mouth" will be "crushed with a fired brick". By falling silent or speaking submissively, women purchased protection".

da tua mulher e comido da árvore da qual eu te havia formalmente prescrito não comer, o solo será maldito por tua causa. É com fadiga que alimentarás dele todos os dias”. Esse é o princípio da submissão da mulher ao homem, sustentado pela Igreja. O pecado da mulher foi maior, porque ela foi convencida pelo Mal e persuadiu o homem a pecar também. O pecado do homem foi ter escutado a voz feminina e ter sido persuadido e enganado por ela; foi por causa dela que ele pecou, portanto, a falta masculina é menor. A fala feminina, então, está associada à heresia e à subversão. Conforme Perrot (2005), um exemplo disso pode ser vislumbrado na alegoria da Reforma protestante, uma mulher com línguas de serpente, representando a apostasia e a heresia dos inimigos da Igreja e dos falsos profetas. Imagem recorrente, as bruxas sedutoras e demoníacas são comparadas no *Malleum Malleficarum*⁶⁹ como o animal que rasteja, mas é a sedução de sua voz que se destaca num efeito metonímico: “(...) e sua voz é como o silvo das serpentes” (Kramer; Sprenger, 2016, p. 121); vozes traiçoeiras, prontas para levar os outros à perdição.

Logo, o silêncio é recomendado às mulheres nas igrejas para não despertar o desejo masculino. Memória das imagens, de Pandora a Eva, de Circe e Calipso e ainda as sereias, algumas vozes melodiosas, outras também maliciosas, daquelas que seduzem e que promovem a ruína dos homens e da terra. Mas o silêncio também é recomendado no espaço privado. Porém, motivo é outro. Nos manuais para esposas, era comum ensinar às mulheres a manutenção do silêncio ou a meia voz para que o marido pudesse descansar do trabalho. Manter-se em silêncio e ser submissa é, assim, uma forma da mulher “mitigar” o mal que ela mesma causou sobre a terra. Esse dizer ecoa em outros lugares, como nos manuais da “esposa perfeita”, publicados na grande imprensa. Em maio de 1944, um artigo intitulado “O guia da boa esposa”, publicado na revista *Housekeeping Monthly*⁷⁰, aconselhava às mulheres sobre como tratar seus maridos “da forma que eles mereciam”. Em muitos destes conselhos, há uma preocupação com o ruído e com a fala feminina. Vejamos:

Minimize os ruídos. Quando ele chegar desligue a máquina de lavar, secadora ou vácuo. **Incentive as crianças a ficarem quietas.**

Seja feliz em vê-lo. O receba com um sorriso caloroso, mostre sinceridade e desejo em agradá-lo. **Ouça-o.**

⁶⁹ Escrito pelos monges dominicanos Heinrich Kramer e James Sprenger, o *Malleum Malleficarum* foi o mais famoso manual utilizado pela Santa Inquisição para identificar, perseguir e condenar mulheres rebeldes, consideradas bruxas, à fogueira.

⁷⁰ Fonte: <https://awebic.com/cultura/guia-boa-esposa-1950/> Acesso em janeiro de 2018.

Você pode ter uma dúzia de coisas a dizer para ele, mas sua chegada não é o momento. **Deixe-o falar primeiro**, lembre-se, **os temas de conversa dele são mais importantes que os seus**.

Não o cumprimente com queixas e problemas.

Não reclame se ele se atrasar para o jantar ou passar a noite fora. Veja isso como pequeno em comparação ao que ele pode ter passado durante o dia.

Arrume o travesseiro e se ofereça para tirar os sapatos dele. **Fale em voz baixa, suave e agradável.**

Não faça-lhe perguntas sobre suas ações ou que questionem sua integridade. Lembre-se, **ele é o dono da casa** e, como tal, irá sempre exercer sua vontade com imparcialidade e veracidade. **Você não tem o direito de questioná-lo.**

Além de demarcar o lar e os afazeres domésticos como espaço e atividades femininas, a função normativa desses manuais indicava ainda a precedência da fala masculina, inclusive no espaço privado. Sua fala deveria ser respeitada, uma vez que o homem, na hierarquia dos sexos, sempre tem algo importante para dizer. Uma boa esposa deveria escutá-lo e falar o mínimo possível para não aborrecê-lo. As sentenças no modo imperativo negativo, “não reclame”, “não faça-lhe perguntas”, “Não o cumprimente com queixas...”, “não o questione”, manifestam não somente a submissão da “boa esposa”, mas a precedência da vontade masculina: o de não ser importunado com a tagarelice feminina, uma ideia estereotipada recorrente cujo papel é constranger a fala das mulheres. Segundo esse imaginário social, elas falam muito e o tempo todo. Por isso, é preciso apontar-lhes este “defeito” a fim de corrigi-las. E mais do que falar muito, a sua fala não apresenta nenhuma importância, ao contrário da masculina. Jespersen (idem), mais uma vez, trata dessa característica da fala feminina:

A volubilidade das mulheres tem sido objeto de inumeráveis gracejos que deu origem a provérbios populares* em vários países, como a resignação de Aurora Leigh : “a função de uma mulher é claramente – falar”, ou o desprezo de Oscar Wilde, “mulheres são o sexo decorativo. Elas nunca têm nada a dizer, mas elas dizem isso de forma encantadora”. O pensamento de uma mulher não se formou mais cedo do que o fora pronunciado. Disse Rosalind : “Você não sabe que eu sou uma mulher? quando eu penso, eu devo falar. (...) e em um romance moderno, uma jovem garota disse: “eu falo muito para descobrir o que eu penso, você não? Algumas coisas não podem ser julgadas até que alguém ouça falar delas”. (Housman, John of Jíngalo, 346)⁷¹. (JESPERSEN, 1921, p. 253) [tradução nossa]

⁷¹ The volubility of women has been the subject of innumerable jests : it has given rise to popular proverbs in many countries, * as well as to Aurora Leigh's resigned " A woman's function plainly is—to talk " and Oscar Wilde's sneer, " Women are a decorative sex. They never have anything to say, but they say it charmingly." A woman's

* “où femme y a, silence n'y a.” (Onde mulher há, silêncio não haverá) “Deux femmes font un plaid, trois un grand caquet, quatre un plein marché”. (Duas mulheres fazem um xadrez, três, um cacarejo, quatro, um mercado) “Due donne e un' oca fanno una fiera” (Venice) (Duas mulheres e um ganso fazem uma feira - Veneza) . “The tongue is the sword of a woman, and she never lets it become rusty” (China) (A língua é a espada de uma mulher, e ela nunca a deixará enferrujada). “The North Sea will sooner be found wanting in water than a woman at a loss for a word” (Jutland) (É mais fácil encontrar o Mar do Norte sedento por água do que uma mulher sem uma palavra - Jutland). (JESPERSEN, idem)

Neste sentido, o enunciador, ao citar os provérbios populares e alguns excertos da literatura, endossa os dizeres a respeito da tagarelice feminina e referenda uma característica disfórica que parece ser inata à mulher. A expressão “a volubilidade da fala feminina” instaura um pré-construído manifestando essa característica “natural”, marcada na língua pelo uso do artigo definido e na nominalização “volubilidade”, sobredeterminando a fala feminina. Os provérbios a respeito dessa atribuição feminina reatualizam uma memória discursiva e reforçam os estigmas e os preconceitos contra a fala das mulheres, cujo objetivo é constranger a sua realização. Os provérbios e os outros ditos encarnam então uma posição discursiva a respeito da fala feminina como um excesso, enquanto o homem fala somente o necessário. Ainda em seu trabalho, Jespersen justifica essa diferença entre os falares feminino e masculino a partir da consideração da divisão de tarefas segundo o sexo em um passado remoto, cujos traços permanecem na atualidade:

Por milhares de anos, o trabalho imputado ao homem era aquele que demandava uma intensa descarga de energia por um período comparativamente curto, principalmente na guerra e na caça. Não havia então muitas ocasiões para falar e, em algumas circunstâncias, conversar poderia significar um perigo e risco à vida. E quando este trabalho duro terminava, o homem dormia na maior parte do tempo, inerte e torpe, mais ou menos em silêncio. As mulheres, por outro lado, tem um número de ocupações domésticas as quais não exigem uma enorme produção de energia espasmódica. Não só a agricultura, mas também uma grande quantidade de trabalhos que, em tempos de paz, eram assumidos pelos homens. O que tem sido até recentemente a sua exclusiva preocupação – o cuidado com as crianças, cozinhar, costurar, lavar, etc., - coisas em que, em sua maior parte, não requer um pensamento profundo e a realização dessas tarefas poderia ser acompanhada de uma animada conversa. Os efeitos duradouros deste estado de coisas ainda permanece, embora grandes mudanças sociais estejam

thought is no sooner formed than uttered. Says Rosalind, " Do you not know I am a woman ? when I think, I must speak ". (...) And in a modern novel a young girl says : " I talk so as to find out what I think. Don't you ? Some things one can't judge of till one hears them spoken " (Housman, John of Jingo, 346).

ocorrendo em nossos tempos, o que poderia até mesmo modificar as relações linguísticas entre os dois sexos⁷². (JESPERSEN, idem, p. 254)

Assim, a justificativa para essas diferenças recai, em certa medida, sobre uma divisão sexual do trabalho, cujo esforço empreendido molda as idiosincrasias linguísticas de cada sexo, passando da ordem natural para uma espécie de determinismo, constituído também pelas práticas linguísticas de cada sexo. As atividades ligadas à razão, à inteligência e à concentração são comumente realizadas por homens, que precisam “guardar” energia para realizá-las, levando-os também a falar o estritamente necessário. Por sua vez, as mulheres se dispersam em múltiplas tarefas, que não exigem um esforço intelectual; portanto, elas podem falar à vontade, sem se importar com “a energia gasta” nas tarefas “simples” que realizam.

De todo modo, essa diferença indica a importância da fala masculina contra a excessiva e frívola fala feminina desde os Antigos. Consoante Jamieson (idem, p. 76), entre os Romanos, por exemplo, a “fala viril” sempre foi reverenciada, ao contrário da feminina, constantemente vituperada. A performance oratória masculina era lá caracterizada como enérgica, fervorosa, competitiva, racional e impessoal. Já a fala feminina era considerada como sendo dirigida pela emoção, é pessoal, excessiva, desorganizada e demasiadamente ornamental. O estilo viril era considerado factual, analítico, organizado e impessoal. A fala feminina corromperia a audiência convidando-a a julgar um caso baseando-se em motivos espúrios. Já a fala masculina convida a um julgamento justo. Ela persuade, enquanto a fala feminina agrada e seduz. É pelo princípio da ordem e da desordem que estão repartidas as características, por oposição, das performances oratórias dos homens e das mulheres.

O discurso político é atravessado pela memória do discurso hipocrático e pelas práticas greco-latinas, em que a tomada de palavra na *pólis* deveria servir ao bem comum. Os antigos consideravam bárbaros todos aqueles que não sabiam usar a sua língua, uma vez que o sentido de língua para os gregos é o *logos*, o discurso – o racional, o argumentativo, quase sempre sujeito às disputas. Não é por acaso que há uma relação muito estreita, ou melhor, uma metáfora

⁷² “For thousands of years the work that especially fell to men was such as demanded an intense display of energy for a comparatively short period, mainly in war and in hunting. Here, however, there was not much occasion to talk, nay, in many circumstances talk might even be fraught with danger. And when that rough work was over, the man would either sleep or idle his time away, inert and torpid, more or less in silence. Woman on the other hand, had a number of domestic occupations which did not claim such an enormous output of spasmodic energy. To her was at first left not only agriculture, and a great deal of other work which in more peaceful times was taken over by men ; but also much that has been till quite recently her almost exclusive concern— the care of the children, cooking, brewing, baking, sewing, washing, etc.,— things which for the most part demanded no deep thought, which were performed in company and could well be accompanied with a lively chatter. Lingering effects of this state of things are seen still, though great social changes are going on in our times which may eventually modify even the linguistic relations of the two sexes”

que associa a retórica com a chama e a guerra (Jamieson, 1988, p. 45). É o calor da fala viril que faz mover o *pathos* da audiência, que faz inflamar o público.

Logos é estar com a posse da palavra, dela estavam excluídos os bárbaros, as mulheres, os estrangeiros e os escravos. Desta forma, a filosofia – primeiro sistema de representação simbólica que pretende dar uma explicação racional do mundo – nega às mulheres uma das características específicas da humanidade, a capacidade da palavra, a possibilidade de ter um discurso próprio e de nomear o mundo a partir de si mesma, não podendo mais do que repetir, no melhor dos casos, a palavra, como havia sido interpretada pelos homens. (TEDESCHI, 2008, p. 97)

Neste sentido, a palavra pública é um interdito às mulheres, porque elas não saberiam usar o *logos*. Essa perspectiva se coaduna com o saber médico-filosófico que incide sobre o corpo feminino pensado como um corpo inferior ao corpo do homem. Durante muito tempo, se pensou que só houvesse um sexo, o masculino; o feminino seria um corpo defeituoso, fleumático demais para gerar o calor suficiente para chegar à perfeição do corpo masculino. A figura da mulher histérica é construída sob esses saberes: se seu corpo se aquece sobremaneira, esses calores geravam distúrbios que subiam até a cabeça, causando problemas de fundo nervoso.

E a relação que se dá com a fala pública é esta: a palavra é masculina e a eloquência, viril, força quente e bruta. Se por acaso, as mulheres tentassem se apossar dessa eloquência, esta poderia expressar, de um certo modo, a debilidade do seu corpo: o que sobra, então, são os “gritos” e os “berros agudos” das histéricas. (Não é nem um pouco estranho que a até então presidenta Dilma Rousseff tenha sido retratada como uma representação da mulher histérica na capa da revista *Istoé*, analisada nas primeiras páginas deste capítulo). Há até mesmo uma suposta dificuldade das mulheres em apropriarem-se da fala em sua versão moderada, uma vez que esta também exige um determinado controle. Assim há uma dupla exclusão feminina no que diz respeito à esfera pública: se a voz é monotônica e marcante e o verbo razoável são atributo daqueles que exercem o poder, logo, as mulheres não têm direito à política.

Assim, essa tradição filosófica considera anormal uma mulher desejar falar em público, tomar a palavra, por ela não ter a força viril da voz masculina. Ao denominar o discurso “viril” e desvalorizar o discurso “feminino”, alguns pensadores justificavam que a natureza privilegiou o discurso dos homens. Há também nessas crenças que negam a fala pública às mulheres uma herança aristotélica que aponta para o fato de que essa energia deveria ser concentrada de acordo com a função “natural” dos sexos. Jamieson (idem) cita Quintiliano, que acreditava no perigo

que a fala pública feminina poderia incidir sobre o útero. Cérebros férteis, úteros estéreis: a energia da mulher deveria ser resguardada para a procriação.

Ao arriscar sua capacidade reprodutiva através da fala pública, as mulheres supostamente sacrificaram sua condição feminina. Oradoras eficientes, como Maesia Sentia, uma romana do primeiro século, foram rotuladas como andróginas por seus admiradores, neste caso por Valerius Maximus. A crença de que a política e a progênie não se misturava continuou com as ações do movimento sufragista. No início da década de 1970, a Representante Patricia Schroeder, uma democrata do Colorado, disse a um hostil constituinte: "sim, eu tenho um útero e um cérebro, e ambos funcionam".⁷³ (JAMIESON, 1988, p. 69) [tradução nossa]

Além de abrir mão da maternidade, a mulher que quisesse se lançar ao espaço público deveria adotar o estilo viril da fala pública. O tom agudo da voz feminina, de acordo com Jamieson, era visto com um sintoma do excessivo sentimentalismo e da irracionalidade, característicos do “ser feminino”, o que a desqualificava para o serviço público e para essa modalidade de fala. Por isso, chamar a mulher que discursa na tribuna de “mulher viril” era um elogio.

No entanto, não era só a mulher que deveria assimilar o estilo viril da fala pública. Ainda apoiada nessa tradição filosófica dos antigos, cuja constituição dos indivíduos se dá pela conjunção de caracteres masculinos e femininos, tratados retóricos postulam a existência de mulheres “viris” e homens “efeminados”. Estes últimos são considerados homens “defeituosos”. Se no espaço público, era um elogio chamar a mulher de “viril”, o inverso, julgar um homem como “efeminado”, seria uma desonra. Na esteira dessa crença na economia de energia, Quintiliano recomendava a abstinência sexual para aumentar a força da voz para os homens carentes de potência vocal. É anormal que o homem tenha uma voz “fraca”, “efeminada”, uma vez que a estridência da voz caracteriza as vozes de eunucos e de mulheres. Sua fala só seria aceita desde que se ajustasse a alguns requisitos:

O ornato oratório deve ter quatro virtudes: ser viril, forte, natural e decente, qualidades estas essenciais e indispensáveis à beleza do corpo e postas em relação à elocução. O viril não somente traz a ideia de força, como a de gravidade, solidez e verdade. O forte acrescenta ao viril a ideia particular de força e robustez. A estas quatro virtudes opõem-se quatro vícios: o *afeminado*

⁷³ By risking their reproductive capacity through public speech, women supposedly sacrificed their womanhood. Effective female speakers, such as Maesia Sentia, a first-century Roman, were labelled androgynes by their admirers, in this case by Valerius Maximus. The assumption that politics and progeny don't mix survived the assaults of the suffrage movement. In the early 1970s Representative Patricia Schroeder, a Colorado Democrat, told a hostile constituent, « yes, I have a uterus and a brain, and they both work »

ao viril, o *mole* ao forte, o *contrafeito* ao natural, e o *incongruente* ao decente. O *afeminado* não somente é fraco, mas ainda frívolo, superficial e aparente. O mole junta ao afeminado a ideia de fraqueza e debilidade. O *contrafeito* a ideia de imperfeição e inutilidade. O *incongruente* não se acomoda às circunstâncias. (HONORATO, 1879, p. 53-54).

Apesar de haver um estrito código que cerceia a fala dos homens, impondo-lhes regras para o bem dizer, quais sejam, as quatro virtudes, são as características consideradas femininas o alvo da crítica e do desdém. As ideias da fraqueza e a do efeminado ante ao viril, o do mole ante ao forte, e do contrafeito ante ao natural e a do incongruente ante ao decente implicam a dicotomia feminino e masculino, respectivamente. É a fala feminina, efeminada, mole superficial e inútil que é desqualificada em favor da performance oratória viril, forte, natural e decente.

A partir do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, algumas mulheres, especialmente as burguesas, têm acesso aos altos estudos e, por este motivo à fala pública, quando ela ainda era prerrogativa reservada a algumas mulheres cultas que mantinham relações com as altas esferas do poder, ou o era só privadamente, nas conversas dos salões. Com o desenvolvimento da imprensa, o jornalismo também se tornou uma das profissões a qual as mulheres começaram, pouco a pouco, a desempenhar. Com o aumento de leitoras do sexo feminino, motivado pelo processo de alfabetização, elas se tornaram um público cativo e crescente, e tornaram-se também jornalistas. Alguns jornais foram criados exclusivamente para as mulheres, cujos assuntos giravam em torno de notas sobre viagens, moda, conselhos, que se transformaram em um centro eficiente de consciência feminina. E algumas jornalistas saíram desse nicho feminino e conquistaram seu lugar na imprensa escrita para homens. No entanto, muitas delas assinavam seus textos com pseudônimos masculinos, como é o caso, citado por Perrot (1998), de Delphine Gay, que escrevia uma crônica no jornal *La Presse*, propriedade do seu marido, Émile de Girardin, e assinava como “Le Vicomte de Launay”. Além dela, muitas outras mulheres, ao expor suas ideias publicamente, tiveram de assumir pseudônimos masculinos, como Aurore Dupin, conhecida por escritos publicados sob o nome de George Sand, uma estratégia para se adentrar ao mundo masculino e afastar de si o estigma da escrita feminina, caracterizada pela frivolidade dos assuntos ordinários.

No entanto, em profissões em que a voz é o principal instrumento de trabalho, os mesmos estereótipos e discursos sobre a debilidade física da voz da mulher são requeridos. Segundo Perrot (2005, p. 323), Jeanne Chauvin, doutora em direito desde 1892, pretendia advogar. Ela encontrou uma série de empecilhos, suscitando inclusive um debate parlamentar

que decidiria sobre sua atuação profissional. Uma cantilena de argumentos foi mobilizada: “não tem as capacidades vocais para isso nem a autoridade”, “a falta de força física, a extrema dificuldade para uma mulher advogar ‘à moda latina’”, o que não tem nada a ver com as práticas americanas, e o perigo a que estavam expostos os magistrados entregues às manobras da sedução feminina, pois a natureza levava as mulheres “a servir-se de sua faceirice”. A arte oratória é, antes de tudo, uma virtude viril. E a fala feminina pertence aos salões, à lisonja da sedução ou aos governos corruptos.

Mas não havia mais como parar as mulheres. Incentivadas por uma imprensa feminina, escrita por e dirigida para as mulheres, imprensa que apoiava os ideais de emancipação do “sexo frágil”, pela ousadia das mulheres que desafiaram as tribunas, participando das discussões vestidas “de homem”, a fim de burlar a inspeção nas entradas desses eventos públicos, lutando pelo direito de advogarem. E das operárias, que também começam a tomar a palavra nas assembleias da classe, elas introduziram suas presenças nos centros de debate público. De acordo com Perrot (1998), as militantes organizavam grupos para aprender a falar às massas. Entretanto, elas e suas vozes são quase sempre caricaturizadas e ridicularizadas nas reuniões e Assembleias dos operários da Terceira República.

O feminismo torna-se, então, uma tribuna, um espaço da palavra feminina. Elas aprendem a dominar seu discurso e sua imagem pública, pois são permanentemente vigiadas; assim, elas mesmas se utilizam da censura sobre qualquer excesso de linguagem. Consoante Perrot (2005), a militante Blanche Cremnitz assume o pseudônimo de “Parrhisia”, a “liberdade de falar”. Adelaïde Popp, em sua autobiografia *La jeunesse d'une ouvrière* (1909), conta sua caminhada rumo à fala pública. Quando ela toma a palavra pela primeira vez em uma reunião pública sobre o trabalho das mulheres, as pessoas a escutam e ela ganha uma reputação por sua performance oratória, “tão excepcional que os operários se interrogam sobre sua identidade. Os mineiros de Styrie a vêem como uma arquiduquesa; os tecelões dizem que ela é provavelmente um homem fantasiado de mulher: ‘Pois somente os homens sabem falar assim’”. (idem, p. 326)

Novamente, há uma reatualização da memória que associa o bem falar ao falar “viril” que, conseqüentemente, o relaciona ao sexo masculino. Segundo Bargel et. al. (2007), a voz das mulheres, quaisquer que sejam suas características, parecem então sempre sofrer uma restrição. Para elas, não existe uma “boa voz”: fraca, ela é inaudível, signo da timidez, e da depreciação, mas se esta se apresentar forte, enérgica e mover a audiência, há uma desconfiança a respeito de sua natureza, uma vez que “mulheres não sabem falar assim”. As mulheres parecem então estar associadas “naturalmente” ao seu sexo, independente do gênero da sua voz.

Destarte, se a mulher não for considerada uma boa oradora, ela seria ridicularizada; se o for, produz então algumas reações que tentam deslegitimar essa fala. Ou ela não é mulher, (na melhor das hipóteses, ela seria um homem disfarçado), ou na reação mais conservadora e violenta, ela seria uma aberração, uma virago, uma mulher-macho, uma histérica, aquela que quer subverter a ordem natural das coisas. Esses discursos reacionários contra as mulheres foram mobilizados na campanha contra o sufrágismo, como já o reportamos, tanto na epígrafe que abriu este capítulo quanto em suas primeiras páginas. A contrapropaganda do movimento, no início do século XX, produziu cartões postais que caricaturizaram a atuação feminina pelo direito ao voto. Além do argumento mais recorrente, de que o direito ao voto feminino poderia produzir uma inversão de valores e papéis na sociedade, como o homem cuidar do lar e dos filhos, enquanto a mulher sairia para desbravar o espaço público, nossa atenção neste momento, se volta para as imagens que demarcam um estado de tortura para calar as mulheres:



Imagens 10 – Cartões postais contra o movimento sufragista (início do século XX)⁷⁴

Nestas imagens, identificamos o uso da censura de suas vozes empreendida por técnicas de tortura, suplício por instrumentos que as mantêm presas – todo o seu corpo ou, “pelo menos” sua boca” – punição por “falar demais”, “falar o que não se deve” e “exigir o que não condiz com a sua natureza”. Por tentar inverter “as leis da natureza”, elas precisam ser punidas. E sua

⁷⁴ Fonte:

http://www2.uol.com.br/guiadolitoral/materias/veja_10_publicidades_que_mostram_o_machismo_escancarado_do_inicio_do_seculo_xx-3806-2016.shtml Acesso em fevereiro de 2018.

punição incide justamente sobre o que se quer apoderar, a arma mais perigosa de qualquer sujeito que sofre uma opressão: a voz. Na imagem à nossa direita, verificamos a seguinte formulação “what I would do with the suffragists”, “o que eu faria com as sufragistas”, e a que se encontra à nossa esquerda, esta outra, “peace at last”, “enfim, paz”. Ambas manifestam o desejo de calá-las, não importa por que meios, mantê-las caladas é manter também a ordem das coisas e, conseqüentemente, a “paz”.

Por muito tempo, a ordem das coisas significava que o uso da voz pelas mulheres estava restrito à intimidade do lar, ou pelo menos, em situações ordinárias da vida. Perrot (2005) afirma que a fala feminina é uma invenção do século XIX, uma vez que há uma dificuldade, nas bases de história tradicional, de se escrever uma história das mulheres pelo fato de que elas não deixaram muitos escritos. Sua vida, resumida aos assuntos privados, está mais ligada à oralidade. Elas são as porta-vozes da vida privada. Foram as contadoras de histórias das comunidades tradicionais. No que diz respeito aos relatos privados, a imposição do silêncio se inverte. São as mulheres as protagonistas; aos homens, há um interdito sobre falar de si mesmos, porque é contrário à honra viril que considera essas coisas negligenciáveis. Uma exposição masculina desse tipo representaria uma entrega ao olhar e à observação do inimigo, ou da burguesia, sempre pronta para o desprezo de qualquer falha, e a desaprovação no que se refere à confusão entre as fronteiras da fala pública e da vida privada:

A conversação, privada por seu exercício, eventualmente pública por seu conteúdo, é circulação e troca; ela embaralha as fronteiras. A palavra pública é muito mais organizada, regulamentada, relacionada a lugares, a um estilo. A arte oratória, levada ao auge pela Revolução, é a “desforra ostentatória da virtude viril e da eloquência masculina” sobre a efeminação da conversa de salão. (PERROT, 1998, p. 64-5)

A divisão desses espaços em referência aos gêneros expressava claramente as funções de cada um na sociedade. O homem no espaço público, na fala representada pelas disputas acaloradas, e a mulher nas mornas e relaxadas conversas de salões, protegidas pela intimidade dos lares das grandes damas da sociedade. O espaço público foi negado às mulheres e, por esta razão, elas desenvolveram uma comunicação privada, como as contações de histórias para a família, os saraus e a arte da conversação, transmitida de geração em geração, o que talvez tenha engendrado a ideia da tagarelice feminina. Quando as mulheres almejaram sair dos salões para ascenderem à tribuna, elas passaram a adotar a fala masculina, não sem protestos, ridicularizações e ameaças. Elas precisaram entrar na ordem do discurso público, a ordem da

performance oratória masculina. Contudo, a mudança do canal quente – a tribuna, o fórum, o palanque – para o canal morno – a televisão – transgrediu a ordem desse discurso público. Segundo Jamieson (idem), a era da televisão fez com que o homem abraçasse o estilo feminino de fala. Como discutimos no último tópico do capítulo anterior, a mudança no campo da fala pública na contemporaneidade favoreceu a conversação em detrimento da eloquência oratória viril, produzindo uma feminização da fala pública:

Com vistas a acomodar-se ao meio televisivo e a tentar convencer sua audiência, o discurso político feminizou-se. (...) O corpo e a fala masculina na ágora grega são quentes e essa temperatura manifesta-se nas “acaloradas” intervenções dos oradores, nas assembleias helênicas. Mas ao passarmos *from fire to the electrified fireside chat* e da guerra ao esporte pleno de fair play, nas práticas de fala pública, passamos também de um estilo enérgico e viril a uma maneira mais íntima, branda e “feminina” de falar em público, de modo que os debates e os pronunciamentos enfáticos, que exploravam a força dos gestos e a potência da voz, tendem a transformar-se em conversas privadas, de tom ameno, tão ao gosto feminino, segundo não poucos estereótipos. (PIOVEZANI, 2009, p. 274)

Por conseguinte, a intimidade expressa pelo sujeito político na televisão requer um estilo mais informal, voltado à narrativa e ao falar de si, devido a emergência do fenômeno da personalização da política, observadas em grande parte das democracias contemporâneas. Quer dizer, a comunicação política se aproximou do que fora há muito considerado uma fala feminina. Apesar disso, a inserção feminina na política não se tornou mais fácil. Segundo Jamieson, ainda é muito forte o valor da maternidade como função primeva da mulher, e seu papel de cuidadora das crianças. Nesse sentido, há um imaginário de que a mulher deva servir primeiro à família e, principalmente, aos filhos, antes de adentrar, se for o caso, ao serviço público. Assim, a responsabilidade com os filhos faz com que elas assumam funções públicas mais tardiamente do que os homens. Esse princípio não é novo. Michelet (idem) já o pregava isso no século XVII. A mulher mais madura tem como prerrogativa a emancipação de sua palavra, depois que ela serviu a sua família e sua maturidade a emancipa:

A palavra da mulher é o bálsamo universal, a virtude pacificadora, que toda parte ameniza, cura. Mas esse dom divino só fica livre nela quando ela deixa de ser escrava, a muda do pudor, quando o progresso dos anos a emancipa, solta-lhe a língua, proporciona-lhe toda a sua ação. (idem, p. 276-7)

Michelet, como um homem de sua época, dava à palavra “emancipação” um significado diferente do que costumamos utilizar e reconhecer nos movimentos feministas de hoje. O autor

falava de emancipação apenas para as mulheres que já tivessem cumprido com sua “obrigação” de criar filhos, muitas delas já viúvas, para se engajar nos serviços piedosos nos hospitais, orfanatos e outras instituições que amparavam os pobres e desvalidos, uma extensão dos seus cuidados no lar com os seus. A voz feminina emancipada servia também como uma extensão do lar: consolar os aflitos, cantar músicas de ninar para as crianças abandonadas, uma quase missão santificada, tão ao gosto da imagem da Virgem Maria e da personificação do “Eterno feminino”. E nas novas configurações dos regimes democráticos, este papel parece se ajustar perfeitamente à mulher, uma memória de sua condição feminina. Nos governos, elas são chamadas a assumirem cargos voltados à gestão do bem-estar social, como nos lembra Coulomb-Gully (2012): ministras da saúde, do meio-ambiente, secretárias dos direitos humanos. É a imagem da maternidade como metáfora que parece embalar o seu lugar no centro da esfera pública, que é a política.

Para terminar essa discussão a respeito da mulher no espaço público, trazemos um último exemplo sobre a fala pública feminina que circulou na mídia, em 19 de março de 2011. A coluna *Painel*, do caderno *Poder da Folha de São Paulo* publicou naquela sua edição a seguinte nota a respeito de uma reunião entre parlamentares:

Eles e ela

Em uma reunião das frentes parlamentares ligadas à saúde, a deputada Alice Portugal (PC do B) lutava para discursar, enquanto colegas falavam alto em conversas paralelas. No comando dos trabalhos, o presidente da Frente das Santas Casas, Antonio Britto (PTB), chamou a atenção dos presentes. E o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pegou carona: ‘É a primeira mulher a falar, vamos respeitar...’ Meio sem jeito, a deputada se justificou: ‘É a falta de testosterona na voz. Mas o importante é que os eleitores do meu Estado me ouvem sempre!’ (Painel, Caderno Poder da *FSPS*, 19 de março de 2011)

Não queremos fazer uma análise do texto em toda a sua totalidade⁷⁵; o que nos interessa aqui especificamente é a justificativa dada pela deputada Alice Portugal por sua dificuldade em conseguir retomar o turno de fala dos colegas, fazendo-se ouvir somente quando um outro deputado, Antonio Brito, chamou a atenção dos colegas: “é a falta de testosterona na voz”, assim ela se justifica. A política Alice Portugal, com sua voz rouca, pode tê-lo respondido em tom de mofa ou de ironia. Temos a versão do jornal que descreve uma deputada “meio sem jeito”, o que sinaliza para a resignação, talvez por ser uma situação recorrente pela qual ela

⁷⁵ Ao tratar dos estigmas sofridos pela voz feminina, Piovezani (2016) faz uma análise dessa mesma nota.

passou ou ainda uma memória coletiva de que a mulher deveria sempre ceder o turno de fala para os homens, principalmente os homens públicos.

A fala pública contemporânea, então, parece ter dado condições de emergência a uma eloquência feminina. Esta, contudo, continua a ser significada pelos ecos dessas memórias, formas e conteúdos femininos tantas vezes negados, ridicularizados e até mesmo silenciados. A performance oratória moldada pelos meios de comunicação de massa também engendra e reproduz sentidos em nossa sociedade, sentidos que são implicados por práticas e relações de poder que controlam, segregam, interditam e autorizam quem pode falar. Se a fala pública esteve durante muito tempo inacessível às mulheres, as injunções da esfera pública e da esfera privada fizeram com que essas novas formas de eloquência surgissem e re-significassem a tribuna. De todo modo, não é mais possível fazer as mulheres se calarem. Com testosterona ou sem, suas vozes ressoam nas tramas da história e não mais se calarão.

Capítulo III – O CORPO E A VOZ FEMININA NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: A MULHER EM CAMPANHA

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

Dilma Rousseff, discurso de posse do 2º mandato
1º de janeiro de 2015

A mulher em campanha

No capítulo anterior, ao identificarmos três tipos de enunciados sobre os dizeres e os saberes que constituíram a imagem da mulher ao longo da história, problematizamos as relações entre os sexos e as instituições, sejam religiosas, filosóficas, médicas e políticas, no que tange ao controle, segregação e atuação feminina nos espaços público e privado, em diversas sociedades e em um período de longa duração. Identificamos como o discurso essencialista impregna a ideia de função na sociedade, demarcando o corpo – e o sexo – como instância delimitadora dessas relações. Nessa visão essencialista, o próprio corpo da mulher é um indício do seu estado de submissão, indica a sua missão de gerar filhos e gerir o espaço privado, ao passo que ao homem cabe as atividades próprias de seu corpo enérgico e viril: desbravar o espaço público, lutar, conquistar, subjugar. As mulheres foram – e ainda são – interdidas em sua expressão, em seus direitos e em sua sexualidade; no entanto, elas ainda continuam a lutar, a transgredir e a resistir a esses estereótipos e preconceitos que envolvem sua atuação no espaço público.

Mostramos que essa transgressão feminina se dá de diversas formas, mas a emergência da luta pela emancipação se manifestou longe do que convencionamos chamar de poder estatal: de maneira dispersa, ela ocorreu nas revoltas femininas pelo direito à alimentação como afirma

Perrot (1988; 2005) nas ruas da França nos séculos XVIII, quando as cidades começaram a receber grandes contingentes de camponeses; ela também irrompeu no chão das fábricas, quando as mulheres foram admitidas ao trabalho em troca de um salário muito menor do que aquele pago aos homens; mas ela ainda desenrolou-se nos bancos das universidades, nos jornais femininos e feministas, no trabalho solitário de intelectuais, escritoras e artistas... A lista pode ser enorme e multiforme, mas mulheres célebres e anônimas contribuíram na luta para tornar esses jogos de poder menos desequilibrados.

Mulheres jovens, que lutavam contra o assédio masculino nas fábricas e nas ruas e também contra a submissão aos pais, irmãos e maridos; mulheres mães, que entravam em greve ou faziam pequenas manifestações nos mercados livres para conseguir um pouco mais de dinheiro ou farinha para alimentar seus filhos; todas elas são mulheres militantes, uma vez que resistem à opressão e lutam por direitos em uma sociedade ordenada por uma visão masculina dominante. A partir do lugar da mulher militante (o que não descarta sua relação com as outras mulheres – jovens, esposas, mães, e em sua relação com o espaço privado) que daremos continuidade às nossas investigações para identificar e analisar os dizeres sobre a mulher que atua no espaço público.

De início, é curioso pensar que o termo dicionarizado⁷⁶ “militante” se refere genericamente a que ou àquele(a) que milita, luta, ou combate, a que ou àquele(a) que defende uma causa ou ideia ativamente. A perspectiva naturalista da divisão dos papéis sempre relegou essas palavras e expressões – milita, luta, combate, defende uma ideia ou uma causa – para um campo semântico relacionado ao masculino, uma vez que defender uma ideia ativamente, lutar por um objetivo, militar por uma causa, parece induzir a uma necessidade de fazê-la por palavras, atitudes e/ou ações, o que evoca uma memória de que um ser passivo, nesse caso, a mulher, não se sinta afinado com essas funções. Por isso, é muito comum relacionar as mulheres militantes, como já foi discutido no capítulo anterior, de forma disfórica a “viragos”, “mulheres-homens”, “mulheres-macho”, no momento em que essas começam a ocupar os espaços públicos de forma mais ostensiva, pois, na concepção binária dos sexos sustentada pelo discurso naturalista, esse tipo de comportamento não cabe ao feminino. Da mesma forma, esse deslizamento depreciativo pode ser visto em outras searas. Se a expressão “mulher pública⁷⁷”

⁷⁶ <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/militante/>. Embora o dicionário prescreva que o termo é um adjetivo masculino e feminino, a flexão de gênero não aparece explicitada na própria definição do mesmo.

⁷⁷ Apesar de compartilharmos do postulado pecheutiano de que os sentidos não são estanques e que eles deslizam de acordo com as condições de produção e com a posição ocupada pelos sujeitos, nos referimos aqui ao sentido

remete à vadiagem e até mesmo à prostituição, uma outra expressão participa do mesmo campo semântico: uma mulher nessa situação, para dissimular sua identidade de prostituta, confere a si própria um “nome de guerra”. É patente perceber como fora pesada a carga (e talvez ainda o seja) para a mulher que ousa enfrentar e invadir a esfera pública seja de que modo for.

Como já apresentado, a atuação feminina no espaço público se deu em várias frentes. No Brasil, há registros de mulheres escritoras que defendiam ideais republicanos: a abolição da escravidão, a educação das mulheres e a emancipação feminina. Nísia Floresta, Inês Sabino, Josefina Álvares de Azevedo, Chiquinha Gonzaga, Maria Firmina dos Reis são alguns exemplos de mulheres que defendiam esses ideais e algumas delas chegaram a escrever artigos em jornais para defender a emancipação feminina e os direitos civis para as mulheres. Com o advento da República, as aspirações das mulheres em favor dos seus direitos se tornaram mais prementes. Muitas mulheres da classe alta, a partir do século XIX, começaram a viajar para a Europa a fim de completar seus estudos e acabavam entrando em contato com a luta feminista desses países. De qualquer maneira, e apesar das movimentações e revoltas espontâneas nas fábricas, a participação feminina na esfera pública precisou se organizar em ligas, associações, sindicatos e até mesmo partidos para tornar visível essa luta por direitos.

No Brasil, entre as trabalhadoras das fábricas têxteis, era muito comum encontrar anarquistas e socialistas: a imigração europeia, gestada nos altos comandos do país como meio de embranquecimento da nação, acabou por trazer também essas ideias para o ambiente fabril brasileiro. Contra as péssimas condições de trabalho e higiene dos galpões onde eram instaladas as indústrias, além dos baixos salários e do assédio sexual tão recorrente aqui e alhures, a anarquista Matilde Magrassi escrevia no jornal operário *O amigo do povo*, de 27 de junho de 1903:

É já tempo que a mulher operária faça também nesta cidade o que vai fazendo em tantas outras cidades civilizadas (...) Uni-vos, formai sociedades de resistência, procurai conquistar mais bem-estar, despertai do longo letargo no qual tendes estado adormecidas até hoje. (apud RAGO, 1998, p. 595)

depreciativo de “mulher pública” que foi, de uma certa maneira, tão estabilizado e institucionalizado, ao ponto de tal sentido figurar nos dicionários de língua portuguesa. Ver, por exemplo:

<<https://dicionarioaurelio.com/mulher>>; <<https://www.priberam.pt/dlpo/mulher%20p%C3%BAblica>>; <<http://www.dicionarioinformal.com.br/mulher%20p%C3%BAblica>>. E no primeiro capítulo desta tese, citamos o trabalho de Yaguelo (1978), do qual trata a respeito do ato de nomear as mulheres, privilégio masculino, cujas acepções são geralmente carregadas de teor sexual.

Essas trabalhadoras anarquistas tentavam organizar os sindicatos conclamando as mulheres a participarem das atividades do movimento operário. Vale ressaltar que o ideal político dessas se diferenciavam de outros grupos de trabalhadores. De acordo com Rago (idem), as anarquistas não reivindicavam para si a construção de um partido revolucionário, como o faziam os comunistas e os socialistas, que apostavam nas estratégias de ações diretas, nas quais todos os trabalhadores deveriam se engajar para instituir a “ditadura do proletariado”. Para as anarquistas, os operários deveriam se esforçar para construir uma nova sociedade a partir de uma “revolução social”, sob outras bases, mais justas. Nesse sentido, a luta pela emancipação feminina estava articulada também à emancipação de toda a humanidade. Ao contrário das feministas liberais, elas tampouco reivindicavam o direito ao voto pelo fato de considerarem que de nada adiantaria participar de um debate político já viciado, atravessado pelas relações de poder já profundamente hierarquizadas e desequilibradas, sexual e socialmente.

Entre todos esses grupos que reivindicavam mais direitos associados à emancipação feminina, o mais importante e o que galgou resultados foi o movimento das liberais feministas, cujo nome mais célebre foi o de Bertha Lutz. Bióloga formada pela Sorbonne, Lutz retornou da Europa em 1908, e conseguiu agregar um grupo de mulheres que se organizaram em associações no intuito de conseguir apoio político e na imprensa para as causas feministas. Ainda em 1908, a pesquisadora envia uma carta à *Revista da Semana*, convocando as mulheres para se juntar à luta pela emancipação. Sempre que podia, ela fazia uso da imprensa para divulgar as ações políticas do grupo e amealhar mais mulheres à causa.

Apesar da reivindicação do direito ao voto ter sido uma das principais bandeiras levantadas pela bióloga, sua atuação, diferentemente das sufragistas do outro lado do Atlântico, foi bastante moderada. De acordo com Soihet (2016), Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura se uniram, em 1920, para criar a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, entidade que tinha por objetivo propor grupos de estudos, um grupo diferente das conhecidas associações cristãs que reduziam as atividades das associadas à filantropia. No entanto, as ideias de Lacerda de Moura sobre o amor livre, a sexualidade feminina e o direito à maternidade consciente e sua adesão ao anarquismo foram consideradas muito radicais e fizeram com que a bióloga também se distanciasse dela.

Bertha Lutz aproveitou os contatos de seus familiares, que tinham relações com pessoas que ocupavam posições de poder, para fazer avançar o debate a favor da causa sufragista. De fato, o movimento sufragista não foi um movimento das massas, mas segundo Soihet (idem),

sua excelente organização permitiu que o Brasil fosse um dos primeiros países a garantir este direito às mulheres. Em 1932, o Decreto 21.076, de 24 de fevereiro foi homologado e estabeleceu-se o voto feminino e o voto secreto. Bertha Lutz foi indicada para representar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino na elaboração do Anteprojeto para a nova Constituição, que só passaria pelo crivo legislativo em 1934. Depois de muitos embates, o voto feminino é incluído no artigo 108 da Constituição de 1934. Com isso, o Brasil foi o 2º país da América Latina a garantir esse direito à mulher. O Equador foi o primeiro.

A despeito desse relativo e precoce sucesso, a luta pelo voto feminino não deixou de ser ridicularizada e combatida pela imprensa. Um dos argumentos utilizados por seus detratores não era nem um pouco inovador nem deixaria de ser incessantemente repetido: a ameaça de que as mulheres queriam trocar de lugar com os homens ou que não iriam mais cumprir com suas funções domésticas e seu papel de mãe parece estar sempre presente no imaginário masculino⁷⁸. Nem todas as mulheres conquistaram o direito ao voto; somente aquelas casadas (que deviam ter a autorização do marido para tal ato), as viúvas e as jovens que tivessem renda própria poderiam usufruir deste direito. Em 1934, as restrições ao voto foram revogadas, mas apenas os homens tinham a obrigatoriedade de votar. Em 1985, a obrigatoriedade de voto se estendeu a todos.

Como é possível notar, passaram-se alguns anos e as “profecias” em tom apocalíptico e ameaçador não se cumpriram, nem por lei. Apesar de haver representação feminina em todos os setores do poder público, ela ainda é exígua, em comparação com outros países. Para tentar minimizar esse desequilíbrio de representatividade, foi promulgada uma reforma na lei que regulamenta as eleições, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. O parágrafo terceiro do artigo 10 dispõe sobre o percentual que cada partido e coligação deve preencher para candidaturas de cada sexo. Assim está descrito:

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

É importante pensar sobre o que significa uma cota mínima de 30% para candidatura de cada sexo. Se existe essa exigência em lei, é porque havia (ou há) uma desproporção no preenchimento de vagas entre candidatos do sexo masculino e do sexo feminino. E a história

⁷⁸ Mais um indício da retórica reacionária de que tratamos brevemente no primeiro capítulo primeiro deste trabalho, quando discutimos sobre a relação entre gênero e linguagem.

nos mostra que, apesar do medo de alguns por imaginarem “os papéis se invertendo” nas relações entre os sexos, essa desproporção na ocupação de cargos públicos eletivos passou por modificações maiores nos discursos e menores nas práticas. As mulheres ainda são sub-representadas politicamente⁷⁹. Segundo os dados divulgados pela organização Inter-Parliamentary Union, o país é o 154º colocado no ranking de 190 países em presença feminina nos parlamentos. No Legislativo, apenas uma em cada 10 cadeiras são ocupadas por mulheres no Congresso e apenas um percentual de 14% das cadeiras do Senado, que conta com 81 membros⁸⁰. Essas cifras mostram que o Brasil ainda está longe de atingir uma representatividade feminina mais equilibrada no poder político, o que diz muito sobre as práticas sociais que reproduzem uma memória que afasta a figura feminina da esfera pública e que segrega as funções e profissões em relação aos gêneros.

E apesar da conquista do direito ao voto ter se consolidado no Brasil há mais de oitenta anos, foi só em 1989 que tivemos uma primeira mulher disputando a presidência do Brasil, depois de vinte e um anos de ditadura civil-militar. Nas últimas eleições, as de 2014, o Brasil contou com três pleiteantes mulheres ao cargo executivo máximo do país. Diante desses novos acontecimentos que colocam a mulher no centro da esfera pública e das campanhas políticas, principalmente na disputa pelo poder executivo, cuja visibilidade é maior, uma vez que também é maior o tempo de propaganda televisiva e mais extensa a cobertura midiática, propomo-nos a analisar excertos retirados dos programas eleitorais do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) das candidatas a presidenta nas eleições presidenciais diretas, desde 1989. Identificaremos e analisaremos os usos da língua, do corpo e da voz das candidatas no HGPE com vistas a identificar padrões e transformações na construção das imagens da mulher política,

⁷⁹ Um fato sintomático da política brasileira pode ser observado através do surgimento do Partido da Mulher Brasileira (PMB), em 2015. Neste mesmo ano, o partido contava com 22 deputados federais, sendo que apenas 2 eram mulheres, Brunny e Dâmina Pereira. Uma matéria de *Carta Capital*, “A que veio o Partido da Mulher Brasileira”, publicada em seu site em fevereiro de 2016, apresenta uma declaração publicada no Twitter da advogada e ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, Denise Abreu, pré-candidata do PMB à prefeitura de São Paulo: “O partido da mulher é antifeminista. É a resposta necessária para reposicionar a mulher em seu devido lugar, um lugar especial como centro aglutinador da família”. A mesma matéria traz uma declaração do senador Hélio José que, em dezembro de 2015, ao anunciar a sua filiação ao PMB, declarou no Plenário: “O que seria de nós, homens, se não fosse uma mulher para estar do lado, para nos trazer alegria e prazer?” O site jornalístico lembra que o político foi acusado de abusar sexualmente da própria sobrinha, uma menor de idade. Na época, ele negou as acusações e a denúncia foi rejeitada pela Justiça, porém o Ministério Público havia recorrido da decisão. Nas declarações dos membros do Partido da Mulher Brasileira, vemos materializar-se os dizeres ligados ao eterno feminino associado aos dois primeiros enunciados sobre a mulher que destacamos no capítulo anterior, configurando, assim, a rejeição do lugar da mulher como militante de seus direitos. Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-que-veio-o-partido-da-mulher-brasileira>. Acesso: 21 abril de 2018.

⁸⁰ Dados retirados da reportagem “Do chão de fábrica ao plenário”, de Danilo Albergaria. Revista Pesquisa Fapesp. Ano 18, nº 256, junho de 2017.

quando se trata de produzir os efeitos de legitimidade e credibilidade, bem como os seus avessos, realizada pelas campanhas adversárias.

Selecionamos o material de campanha veiculado na televisão, disponível livremente na plataforma digital de compartilhamento de vídeos, o *youtube*, das seguintes candidatas: Livia Maria Lêdo Pio de Abreu, candidata do Partido Nacionalista (PN) nas eleições presidenciais de 1989; Thereza Tinajero Ruiz, candidata do Partido Trabalhista Nacional (PTN) nas eleições de 1998; Ana Maria Rangel, candidata do Partido Republicano Progressista (PRP) e Heloísa Helena, candidata do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ambas candidatas nas eleições de 2006; Marina Silva, candidata pelo Partido Verde (PV) nas eleições de 2010 e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 2014; Luciana Genro, candidata nas eleições de 2014 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); e Dilma Rousseff, candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2010 e 2014. Também observamos as campanhas dos candidatos José Serra, em 2010, e Aécio Neves, em 2014, ambos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujas campanhas polemizaram de forma mais competitiva às candidaturas de Dilma Rousseff e de Marina Silva.

Antes de iniciarmos com a explicação dos procedimentos de análise dos excertos dos programas eleitorais selecionados, é necessário esclarecer como funciona a divisão do tempo de propaganda eleitoral entre os candidatos. Até 2014, o tempo de propaganda é calculado com base no tamanho das bancadas que o apoiam, sendo feito em dois passos: primeiro, divide-se cerca de um terço, aproximadamente oito minutos, de forma igualitária, nos dois blocos diários (início da tarde e noite) entre todos os candidatos; e segundo, os dois terços restantes são divididos de acordo com o número de deputados federais eleitos no sufrágio anterior por cada um dos partidos da coligação que apoia o postulante ao cargo. Assim, o tempo total é obtido a partir da soma do tempo igualitário com o tempo proporcional⁸¹. É por esta razão que há uma busca dos partidos políticos em formar coligações com o intuito de aumentar o tempo de propaganda na televisão, principal vitrine do político na democracia contemporânea.

Este tipo de representatividade das coligações nas campanhas eleitorais cria uma certa disparidade entre os tempos de propaganda entre os candidatos. Para se ter uma ideia, em 2014, em uma divisão feita de um bloco de tempo de vinte e cinco minutos, uma coligação ficou com apenas quarenta e cinco segundos, enquanto outra contou com onze minutos e vinte e quatro segundos de tempo disponível para realizar seu programa televisivo. Somente no segundo turno

⁸¹ Fonte: <http://www.ebc.com.br/noticias/eleicoes-2014/2014/07/saiba-como-e-calculado-o-tempo-de-propaganda-politica-gratuita-na-tv> Acesso em 18/02/2018.

é que há uma igualdade na distribuição de tempo de propaganda para os dois candidatos ao cargo.

A duração do HGPE influi sobremaneira na escolha de recursos técnicos empregados. Mais tempo de TV⁸² (e mais dinheiro disponível para contratar uma equipe de *marketing*) implica o uso de mais recursos técnicos, locações externas, efeitos especiais, infográficos e entrevistas. Para quem dispõe de menos tempo na TV, é comum utilizar um cenário no estúdio e concentrar sua mensagem política nos pronunciamentos e nos depoimentos dos aliados, sendo mais rara o uso de imagens externas, ainda que elas existam em propagandas com um tempo exíguo.

As estratégias que permeiam e compõem a produção do HGPE, referidas logo acima, como a utilização massiva de infográficos, gráficos, manchetes de jornais com pesquisas de opinião etc, produzem, com sua exibição, um “efeito de verdade” evocado pelos números e estatísticas. Porque a linguagem matemática parece pertencer ao que Pêcheux (2002) nomeou de “universo logicamente estabilizado”, o que sugere uma espécie de efeito de “neutralidade”, visto que os números aparentam tratar-se de uma linguagem “evidente”, “científica”, produzida por instituições responsáveis por pesquisas “independentes”, sobre as quais não haveria dúvidas de seus resultados e quase nenhum espaço para burla. Todos esses recursos são utilizados para produzir um efeito de autenticidade e de credibilidade para a propaganda política, uma vez que, como afirma Piovezani (2009), o discurso político parece estar sempre marcado por uma ambivalência que se constitui pelo descrédito e pela confiança. Por este motivo, cabe então à propaganda política ser produzida de tal modo que arrefeça o primeiro e amplie essa última:

Os HGPE são o produto de um processo reconhecidamente técnico e “artificial”, resultado da edição do que foi gravado e da exibição exclusiva daquilo que pode e deve aparecer e ser dito. Neles não há lugar para o improviso, mas há amplas possibilidades de simulação e dissimulação. E é justamente pelo fato de ser um produto “artificial” que se torna imperativo dar-lhe uma aparência “natural” e, por conseguinte, verdadeira. (PIOVEZANI, 2009, p. 280)

Além dos recursos já citados que são utilizados na produção de verdade no HGPE, há um outro que talvez seja o mais largamente empregado no campo da fala pública: os

⁸² Mais tempo de TV significa que o partido do candidato conseguiu alinhar um maior número de alianças políticas ou, pelo menos, conseguiu fazer alianças com partidos de maior representatividade na Câmara. Tal representatividade, aliada à visibilidade do político, significa também maior arrecadação de dinheiro junto a empresários e instituições privadas (os conhecidos *lobbies* em forma de doação), o que acarreta em mais dinheiro para investir na qualidade dos programas, uma circunstância da política brasileira que se tornou polêmica nos últimos anos.

pronunciamentos dos candidatos e depoimentos de políticos e aliados ou adversários de campanha. Falar bem de si, falar mal do outro-opositor e delegar a uma terceira pessoa a função de testemunhar suas qualidades e/ou defeitos dos seus adversários para os eleitores tornou-se uma das estratégias principais nesse modo de “fazer política”, determinada pela autenticidade do dizer e a enunciação verdadeira, em um momento em que a “personalização da política” enfraqueceu sobretudo as formas doutrinárias, programas e projetos partidários.

Isto posto, entendemos que os políticos utilizam cada vez mais das estratégias de *marketing*, oriundas da publicidade, tanto para consolidar a identificação com os eleitores mais ou menos alinhados às suas posições e/ou aos seus valores quanto para tentar produzir uma identificação com os eleitores mais ou menos indecisos; por isso, a campanha eleitoral televisiva, como já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, se constitui em um importante recurso na comunicação política contemporânea.

Assim, para proceder à análise, fizemos uma transcrição dos programas das candidatas e dos seus principais adversários, veiculados no HGPE. De início, pretendíamos nos ocupar somente dos pronunciamentos das candidatas e de seus adversários políticos e de depoimentos de seus aliados. No entanto, observamos a necessidade de incluir nas análises os excertos de fala dos apresentadores e da *voz off*, uma vez que estes contribuem sobremaneira para a construção da “sintaxe organizacional” dos programas e para a instauração dos efeitos de legitimidade e credibilidade do sujeito político.

Neste sentido, por mais que tentássemos proceder uma seleção equânime do material relativo aos programas das candidatas, reconhecemos a dificuldade de fazê-lo por causa desta disparidade de visibilidade das mesmas. Por isso restringimos a triagem dos excertos aos pronunciamentos das candidatas, da *voz off*, e aos depoimentos de seus respectivos aliados e adversários, assim como os depoimentos do povo nas ruas, que tratam intrinsecamente da condição da construção da imagem da candidata e da referência (ou não) da sua condição feminina. Esse, então, foi o nosso primeiro procedimento para realizar a análise do material audiovisual do HGPE.

O segundo procedimento que adotamos foi promover uma separação dos excertos nos quais as candidatas se apresentam aos telespectadores-eleitores. Todas elas se utilizaram dessa estratégia enunciativa. Por isso, analisamos a maneira como cada uma delas fez uso da apresentação de si e da sua condição feminina. Utilizamos uma sequência quase cronológica, em um primeiro momento, para apresentar o HGPE das candidatas que não polemizaram com os seus adversários, e cujas candidaturas não chegaram a ter 1% de percentual total de votos

válidos, das quais também encontramos pouco registros de seus programas eleitorais. Nesses casos, além de pouco tempo na televisão, suas campanhas não tiveram muita repercussão na mídia, uma vez que é comum que os candidatos polemizem com quem está nas primeiras posições nas pesquisas de intenção de votos. Referimo-nos aqui, aos programas televisivos das candidatas Maria Lívia Pio (PN -1989), Thereza Ruiz (PTN – 1998) e Ana Maria Rangel (2006), que fazem parte desse primeiro bloco, são as candidatas que apresentaram um perfil caracterizado como “profissional”. As três primeiras apresentam uma imagem de mulheres que realizaram outras funções antes de se candidatarem a cargos eletivos. As duas primeiras candidatas utilizaram apenas o estúdio como cenário de seus programas, ao passo que a última contou com imagens externas para a produção da sua propaganda na televisão.

Em seguida, apresentamos as candidatas que, de algum modo, foram identificadas com uma imagem de mulher militante. Todas elas tiveram ou têm uma ligação com uma militância de esquerda desde muito jovens e parece que suas atividades políticas as levaram, “naturalmente”, para o caminho da política. A maioria delas conseguiu polemizar com outras candidaturas, inclusive entre elas, uma vez que algumas candidatas, como Marina Silva e Dilma Rousseff, sempre estiveram bem posicionadas nas pesquisas de intenção de voto e, por isso, tanto faziam e como também eram alvo de campanhas consideradas negativas, que são campanhas de ataque ao adversário.

Posteriormente, selecionamos e analisamos excertos de aliados que “depuseram” a favor da credibilidade e da legitimidade das candidatas em questão. Identificamos quais elementos esses aliados evocaram para construir um enunciado verdadeiro e uma enunciação autêntica sobre as candidatas e de que modo eles enunciam a condição feminina de suas aliadas. Logo depois, apresentamos o modo como os adversários se referem às mulheres políticas e que discursos eles evocam em seus dizeres para construir uma imagem disfórica de suas adversárias. E por último, selecionamos alguns excertos de depoimentos do povo que também se referem às candidatas. o “efeito de verdade” de uma enunciação autêntica e verdadeira é obtida por uma crença de que o povo não estaria “identificado” com nenhum político, tornando-se então um observador isento e universal, porque é o mais interessado em fazer chegar à cadeira da presidência o mais competente candidato, para que esse possa trabalhar em favor daquele. Por esta razão suas declarações a respeito dos candidatos produzem um efeito de autenticidade nesses dizeres que certificam uma ideia de credibilidade e legitimidade da pleiteante à presidência.

A língua, o corpo e a voz das mulheres em campanha

Principiemos, então, com as análises dos excertos dos programas que obedecerão uma sequência mais ou menos cronológica, começando por Livia Maria Pio (PN - 1989), Thereza Ruiz (PTN - 1998) e Ana Maria Rangel (PRP - 2006). Como já asseveramos anteriormente, essas candidatas, seja pelo pouco tempo de TV disponível para realizar seus programas, seja pela pequena representatividade de seus partidos, não conseguiram polemizar com os outros candidatos. No entanto, a importância de se analisar seus programas neste trabalho se deve ao pioneirismo de contarmos desde a primeira eleição direta após a abertura política, de uma candidatura feminina ao cargo político mais importante do país. A isso soma-se a possibilidade de podermos fazer um cotejamento entre as candidaturas femininas e identificar as transformações nos modos de produzir propaganda política na contemporaneidade.

De início, selecionamos três propagandas da candidata Livia Maria Pio, uma da candidata Thereza Ruiz e uma da candidata Ana Maria Rangel. Optamos por criar um bloco com as duas primeiras pleiteantes ao cargo pelo fato de que elas utilizam apenas o estúdio como cenário para os seus pronunciamentos, enquanto a candidata Ana Maria Rangel já faz o uso de imagens externas e de imagens no estúdio, além de ser a primeira delas a utilizar o recurso da *voz off*. Apresentemos primeiramente um breve perfil das candidatas de 1989 e 1998 com o desempenho de suas candidaturas nas eleições nas quais elas concorreram.

Livia Maria Lêdo Pio de Abreu é mineira de Carangola, advogada, e foi a primeira mulher a se candidatar à presidência do Brasil, concorrendo pelo extinto PN (Partido Nacionalista), em 1989. Ela recebeu um total de 179.922 votos, o que equivale a 0,26% dos votos válidos, terminando em 14º entre 22 candidatos que disputaram as eleições. Durante a nossa pesquisa, conseguimos encontrar apenas quatro programas da campanha eleitoral televisiva da candidata, que contava com o tempo de vinte e sete segundos. Já a candidata Thereza Ruiz nasceu em São Paulo e disputou as eleições de 1998 pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional), com 166.138 votos, 0,25% dos válidos, terminando em 10º lugar nesta eleição. Ela foi taquígrafa e administradora. Em 2002, concorreu ao senado por São Paulo e foi eleita com 0,2% dos votos válidos.

Logo abaixo, apresentamos a transcrição de suas falas e um recorte de um plano. Toda a propaganda eleitoral da candidata Livia Maria Pio foi gravada em câmera fixa e em plano frontal. Em algumas peças, ela aparece em um enquadramento em close fechado (*close-up*, como no primeiro quadro selecionado), cujo rosto da candidata toma a maior parte do espaço

do quadro e, em outros, ela surge em primeiro plano (como no terceiro quadro), quando a pessoa é enquadrada do tórax para cima. O destaque também fica por conta da bandeira do Brasil pendurada na parede, compondo o cenário da candidata, evocando seu patriotismo e amor pelo país.

Os enquadramentos mais utilizados na propaganda da candidata Thereza Ruiz foram o primeiro plano e o meio primeiro plano (quando se filma da cintura para cima). Há também um pequeno movimento de *zoom-in* no início do programa, que significa que a câmera faz um movimento de aproximação da pessoa que é foco da filmagem, produzindo um efeito de importância da fala do sujeito. O cenário é composto de uma escrivaninha e uma estante de livros, o que remete à ideia de uma pessoa que trabalha muito e estuda, testemunhando, pela imagem, a competência da candidata. Já o ângulo da câmera utilizado pela propaganda das duas candidatas é o normal, uma vez que a imagem da pessoa se apresenta no mesmo nível do olhar do telespectador.

É importante notar que estes tipos de enquadramentos produzem, no primeiro exemplo, o do plano fechado e do primeiro plano, um grau maior de avaliação da verdade do dizer do candidato. O destaque no rosto demarca um estado de vigilância, em que o menor deslize apresentado na expressão do candidato pode ser interpretado como um enunciado mentiroso. O uso do meio primeiro plano, com um ângulo normal, porém mais aberto, sugere um relaxamento dessa posição anterior, mas sem que esse distanciamento denote um mascaramento de suas expressões, visto que o rosto se distancia, mas outros elementos aparecem, como as mãos e a sua postura, o que também podem dar mais elementos aos eleitores em sua observação referente à performance do candidato.

No que diz respeito ao ângulo da imagem, podemos identificar um efeito de igualdade entre os eleitores e o candidato, em razão de que a imagem na tela dispõe o “corpo” do político de forma que este se apresente no “mesmo nível” de seu interlocutor, falando “frente a frente” e “olho no olho”. Este é o primeiro traço da produção de uma enunciação verdadeira do candidato, pois quem fala “olhando no olho” e “frente a frente” não pode estar “mentindo”. Observemos então a formulação linguística:



Recorte 4 – HGPE Livia Maria Pio (PN - 1989)

Meninos de rua, vocês são meninos de rua pelo descaso dos governantes. Sempre me preocupei com vocês, e como mulher e mãe, vou resolver seus problemas. Vocês terão comida, escola e oportunidades. Mulheres do Brasil, venham comigo resolver os problemas dos meninos de rua!



Recorte 5 – HGPE Livia Maria Pio (PN – 1989)

Mulheres do meu Brasil! Vejo um governo de homens : fome, miséria, analfabetismo, violência, doença, escândalos e falta de emprego. Muitos candidatos que já se consideram eleitos, mas a mulher é eleita para dizer um basta e salvar o Brasil.



Recorte 6 – HGPE Livia Maria Pio (PN – 1989)

Mulheres do Brasil. Estamos no final da campanha. Levei a todos as propostas do partido nacionalista e minha maneira de ser, pensar e sentir. A eleição de 15 de novembro é a grande oportunidade para mudar o destino do Brasil. Mulheres, somos a maioria! Venham comigo governar o Brasil.



Recorte 7 – HGPE Theresia Ruiz (PTN – 1998)

Me orgulho como mulher e como cidadã brasileira de ter a oportunidade no pleno exercício da real democracia falar a toda uma nação. O PTN se orgulha de poder participar da verdadeira ascensão da mulher no contexto político brasileiro. É necessário ousar, é necessário acreditar que podemos contribuir para um futuro mais feliz. Entre acompanhar a vontade de um homem, o que pode vir a ser uma surpresa, e adotar um pensamento político definido, não pode haver hesitação. Apresentamos ao povo brasileiro a possibilidade de uma vida melhor. Vote 19!

No primeiro pronunciamento da candidata Livia Maria Pio observamos que há dois interlocutores aos quais ela dirige sua mensagem, os meninos de rua e as mulheres, porém eles se apresentam em níveis diferentes na formulação. Os primeiros são sobre quem incidirá suas ações como (futura) presidenta, e as últimas, as mulheres do Brasil, são convidadas a serem agentes, juntamente com ela para resolver os problemas das crianças. Este recurso é empregado nos outros dois pronunciamentos da candidata, imprimindo um ar “democrático”, em que a enunciativa, numa exortação, elide o “eu” e utiliza o “nós” (materializado na flexão verbal “somos” e substituído pela injunção à terceira pessoa do plural “venham comigo”) para cumprir as suas promessas de campanha. Esse uso reforça a ideia de uma certa igualdade na democracia, onde todos podem, juntos, resolver os problemas do país, independentemente de serem governantes ou governados. Essa união é acentuada pela identificação da “essência” feminina.

Essa condição feminina, além de ser identificada em referência a um dos seus principais grupos de interlocutores (as mulheres), a enunciativa também o faz quando se especifica como “mulher” e “mãe”, se diferenciando dos outros candidatos (homens). Para isso, a candidata faz uso da primeira pessoa do singular na formulação “sempre me preocupei com vocês”, “vou resolver seus problemas”, logo depois de se declarar como mulher e mãe, evocando os sentidos da “vocação naturalmente” feminina, reforçado pelo advérbio “sempre”, e a memória coletiva de que “toda mulher se preocupa com as crianças”. Esse estado constante “sempre me preocupei com vocês” aponta para o futuro próximo “vou resolver os problemas de vocês”, “vocês terão, comida, escola...” como uma certeza, porque “a vocação da mulher é cuidar das crianças”. Esses

sentidos ficam mais evidentes pela exortação às mulheres na sequência. Não há uma referência aos “cidadãos brasileiros” ou “homens e mulheres do meu Brasil”, ou “brasileiros e brasileiras”, mas uma especificação “mulheres do Brasil”. Assim, a enunciadora fala para iguais e como uma igual, suas eleitoras (ou interlocutoras) compartilham semelhantemente dessa essência feminina, e “naturalmente” também se preocupam com “os meninos de rua” e, por isso, deveria conceder-lhe o voto, por identificação. O sujeito do discurso, ao se categorizar como “mulher” e como “mãe”, define, determina e rememora as funções femininas de cuidado, de afeto e de nutrição, e, desloca essa “vocação natural” da esfera privada para a esfera pública como uma política de Estado, produzindo, pelo fato de “ser mulher” e declarar-se mulher, uma enunciação autêntica e um efeito de verdade a respeito de sua promessa.

No segundo trecho, assim como no primeiro, há mais uma vez a especifica o da interlocu o feminina com a presença do vocativo “mulheres do Brasil”. Mas nesse excerto, a enunciadora faz uma crítica ao “governo de homens”, ao identificar nele características disfóricas: “fome, miséria, analfabetismo, violência, doença, escândalos e falta de emprego”. A identifica o dessas características negativas   introduzida pelo verbo “ver”, utilizado na primeira pessoa do singular.   um verbo que reporta a um dos sentidos do corpo, manifestando um ato de testemunho relacionado   concretiza o de algo diante dos olhos. Desse modo, o verbo “ver” expressa muito mais do que uma crença, mas uma realidade concreta, sem espaço para a contesta o. Essa realidade corre o risco de ser mantida e perpetuada, uma vez que “muitos candidatos (homens) já se consideram eleitos”. No entanto, a conjun o adversativa “mas” instaura o argumento de que somente um governo diferente poderia interromper esse ciclo e livrar o país dessa situa o. A enunciadora recorre   memória do mito da mulher redentora, reportado por Bonnafous (2003) nas declara es das mulheres políticas na França, mito que se constitui sobre uma ideia naturalista das características dos sexos. O universo masculino   identificado como um espaço geralmente competitivo, ambicioso, insensível e violento, ao passo que o universo feminino   acolhedor, voltado para as coisas concretas, elas são abertas ao diálogo, o que remete a uma espécie de “valor agregado” (p. 122) das mulheres na política. Neste sentido, somente um governo feminino poderia “dar um basta e salvar o Brasil”. Nota-se esse papel redentor da mulher inclusive no uso do verbo “salvar” e a enunciadora, que se apresenta como a única candidata mulher nessas elei es, ela mesma, sem o dizer explicitamente, também   a única que poderia assumir esse papel de redentora do país.

No terceiro e último excerto selecionado da campanha da candidata do Partido Nacionalista, encontramos a marca no intradiscurso da referência às mulheres como o principal

interlocutor da candidata, apesar de haver outras marcas no texto que remetem a outros grupos, como o uso do pronome indefinido genérico “todos”, quando a enunciativa se refere à divulgação das propostas do partido e sua “maneira de ser, de pensar e sentir”. É possível depreender uma divisão que a enunciativa faz entre o partido e ela, o que sugere uma separação entre a instituição partidária e, por isso, pública, responsável pelo programa e pela política em si, e sua própria pessoa, a quem os eleitores puderam conhecer através da propaganda eleitoral. No entanto, esse conhecimento se deu no âmbito pessoal, uma vez que a candidata expressou as propostas do partido, e sobre o que diz respeito a si mesma, a sua “maneira de ser, pensar e sentir”. Evidencia-se então qualidades pessoais, mas não só isso: só quem confessa quem se é, seus pensamentos e, ainda mais, seus sentimentos pode ser digno de confiança, visto que só se “revela” seu lado pessoal e até mesmo íntimo a um amigo e confidante. Em consequência disso, há um efeito de apagamento da distância entre a candidata e seus eleitores, acentuando mais uma vez a ideia de uma enunciação autêntica, mas manifesta também a alvorada da discursivização da sensibilidade na esfera pública. Novamente, o sentido de união feminina, de uma candidatura feminina voltada para as mulheres é reforçada no último trecho quando o enunciado é formulado em forma de exortação, convocação e incentivo, evocando o princípio democrático mais célebre: “a maioria”.

Não podemos concluir a análise dos excertos selecionados do HGPE da candidata Livia Maria Pio sem tecer algumas considerações a respeito da conjunção entre língua, corpo e voz da enunciativa em campanha eleitoral no que diz respeito ao efeito de autenticidade e de sinceridade de sua enunciação. Ao retomar a memória da essência feminina caracterizada pelo cuidado de mulher e mãe, sua enunciação é autêntica por ela ser mulher (biologicamente e, também, historicamente, uma vez que é a própria candidata que atribui essas características femininas e as toma como tal), sua identificação poderia estar marcada no corpo e na língua se não fosse por um detalhe. Segundo Claudia Cotes (2008, p. 76), “durante a comunicação, os gestos podem acompanhar a fala, ressaltá-la ou contradizê-la”. Mesmo que a enunciativa tenta, por meneios de cabeça e pausas bem colocadas, sincronizar sua fala e gestos para produzir um efeito de autenticidade de sua fala e verdade no seu dizer, no movimento da imagem, podemos perceber os seus olhos se percorrendo a tela, da esquerda para a direita, expondo o fato de que ela lê a mensagem em vez de simular um pronunciamento espontâneo. Este pequeno detalhe, então, manifesta uma enunciação inautêntica.

Assim como Livia Maria Pio, a candidata Thereza Ruiz reivindica para si sua condição feminina para se dirigir à nação brasileira, mas o faz de maneira menos explícita. Sua

enunciação apresenta um tom enfático em que declara seu otimismo no tempo presente pela “verdadeira ascensão da mulher no contexto político brasileiro”, propiciada pelo “pleno exercício da real democracia” para falar, implicitamente, de si mesma como candidata. Salientamos aqui os usos dos adjetivos “pleno”, “real” e “verdadeira”, precedidos no sintagma por artigos definidos, para qualificar e determinar os termos “exercício”, “democracia” e “ascensão da mulher” e marcar a sua posição eufórica quanto à relação que se estabelece entre tais termos. A democracia funciona de maneira plena e real quando a mulher, verdadeiramente, conseguiu conquistar seu espaço no contexto político do país. Determinar linguisticamente esses termos, por meio de adjetivos e advérbios, sugere que antes a democracia não funcionava plenamente por conta da exclusão ou da falta de participação da metade da população; nesse caso, das mulheres. Assim, a enunciadora se coloca na posição de exemplo e personificação dessa ascensão que permite que as mulheres tomem a palavra para falar em seu nome e em nome do próprio partido ao qual está filiada. No encadeamento da sequência, há uma indicação de que é necessário subir mais um degrau, ir além dessas conquistas. Os verbos “ousar” e “acreditar”, utilizados em uma enunciação deontica (é necessário ousar/acreditar), sustentam e projetam o argumento de que se deve crer para fazer – apontam para a crença e para a ação com vistas a alcançar “um futuro feliz”.

“Acreditar” e “ousar” estabelecem uma relação na cadeia parafrástica com a mudança, na necessidade de testar algo novo. Como um implícito, a enunciadora aponta uma submissão da mulher à vontade do homem, isto é, a mulher costuma acompanhar o voto dos homens, seja o pai, os irmãos ou o marido. Nesse sentido, “acreditar” e “ousar” se relacionam com o presente e o futuro. O presente da mudança a respeito da ascensão da mulher no contexto político brasileiro implica o fato de que é necessário “ousar” dar mais um passo: a emancipação feminina pelo pensamento político por si mesma. Assim, a construção discursiva da candidata denota que “na real democracia” uma “mulher cidadã” não teria ou não deveria ter um tutor e, por isso, não precisaria mais “acompanhar a vontade de um homem”. O deslizamento é produzido da seguinte maneira: a mulher conseguiu ascender ao espaço público e agora ela não precisa mais seguir a vontade (e o voto) do homem, ela pode dar um passo a mais seguindo sua própria vontade e, para se sentir ainda mais representada, “acreditar” e “ousar” votar em uma mulher, constituindo os sentidos da emancipação feminina e da candidata como uma política militante dessa emancipação.

É importante ressaltar os movimentos que a enunciadora faz com a mão no momento em que pronuncia a formulação “é necessário ousar”, “é necessário acreditar”, quando também

há um aumento no volume de voz ao pronunciar o verbo “é”. A candidata simultaneamente levanta levemente a mão de punho fechado apontando para a câmera, movimento que esboça uma ênfase em sua formulação deôntica, salientando, pela voz e pelo gesto, ainda mais a vontade da mudança da conduta feminina na hora do voto. Dessa forma, sua voz em tom enfático se coaduna com a gestualidade de seu corpo, como os gestos das mãos e meneios de cabeça, para produzir uma mensagem também enfática pelo uso do enunciado deôntico. Desse modo, língua, corpo e voz em conjunção são utilizados produzindo uma imagem de uma mulher firme e preparada para governar o país.

O sentido da emancipação feminina também está presente no programa eleitoral da candidata Ana Maria Rangel⁸³. Nascida no Rio de Janeiro, ela é empresária e cientista política. Foi candidata pelo PRP em 2006, e recebeu 126.404 votos, um percentual de 0,13% dos votos válidos. Seu programa eleitoral possui mais recursos técnicos, a partir dos quais foi possível realizar imagens externas ao estúdio. Há também o recurso da *voz off* e um *jingle* de campanha, aproximando seu programa de uma peça publicitária, ao contrário dos programas televisivos das duas primeiras candidatas apresentadas, nos quais há um confinamento no estúdio onde as políticas fazem os seus pronunciamentos sem o uso de nenhum outro recurso.

O programa selecionado da candidata, exibido em praticamente todo o período da campanha eleitoral, a mostra em imagens do cotidiano: imagens com a família, imagens em que ela faz atividades comuns, produzindo o sentido de sujeito político semelhante a qualquer cidadão comum. Apresentamos então algumas imagens do seu programa e a transcrição da formulação linguística:



⁸³ Houve um pedido de indeferimento da sua candidatura solicitado pelo vice-presidente do PRP. O Ministério Público deferiu sua candidatura no dia 27 de agosto, mas o Tribunal Superior Eleitoral só julgou o deferimento no último dia permitido pela legislação, o que fez com que a candidata tivesse apenas 9 dias para realizar sua campanha, que contou com a produção de apenas dois programas televisivos: o primeiro, em que ela afirma que a justiça foi feita, em referência ao fato já mencionado, e o segundo, que compôs o nosso *corpus* de análise.

Fonte:

<<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1162169-EI6652,00-PRP+tenta+barrar+candidatura+de+Ana+Maria+Rangel.html>>



Recorte 8 – HGPE Ana Maria Rangel (PRP – 2006)

Voz off masculina: Cuidar do Brasil! Cuidar de você! Ana Maria Rangel! Presidente, 44!

Voz off feminina: Carioca, mãe, empresária, cientista política, Ana Maria Rangel venceu. Lutou como mulher, lutou como profissional, lutou como cidadã brasileira para chegar até aqui.

(...)

Jingle: Ana Maria é assim... decidida, uma força imensa.

Ana Maria Rangel: A coragem e a verdade do jovem de hoje são o caminho de um novo Brasil. O jovem só vai crescer se tiver oportunidade de trabalhar e aprender a construir uma sociedade justa e sem violência. O futuro de nossas crianças. Cuidar do Brasil é cuidar de você.

Em um fundo cinza aparece o seguinte *slogan* em letras brancas: Cuidar do Brasil. Cuidar de você. Destacamos o uso do verbo “cuidar” no infinitivo e da relação que se estabelece com os termos “Brasil” e “você”. São duas sentenças curtas, breves, típicas da nova comunicação política na contemporaneidade, bem próximas da linguagem publicitária. O verbo escolhido evoca os dizeres sobre a função feminina relativas ao cuidado com os outros e a relação metonímica entre o Brasil e o cidadão estabelece a direção da ação: do geral para o particular, da nação para o indivíduo. No primeiro fotograma, o verbo no infinito não marca graficamente, no encadeamento da sentença, o seu argumento externo, mas ele é logo apresentado no próximo fotograma, com o nome e o número do partido da candidata, “Ana Maria Rangel, número 44”, a sequência desses dois fotogramas constitui a sintaxe organizacional que mostra o sujeito do verbo: é a candidata. Na passagem de um plano para outro uma *voz off* masculina fala em tom eufórico, mas pausado. “Cuidar do Brasil, cuidar de

você. Ana Maria Rangel”. É importante salientar a uso da *voz off* masculina em uma enunciação eufórica e o da *voz off* feminina, em uma enunciação calma, mais lenta e relaxada. A mudança no volume vocal e na velocidade de fala que marca a mudança do gênero das vozes ressalta às funções historicamente pertencentes aos gêneros, como foi discutido no último tópico do capítulo anterior. Uma voz masculina apresenta ao espaço público a mulher política, e a *voz off* feminina conta, recita a história de sua vida, sua trajetória pessoal para chegar até o espaço público.

A propaganda é montada com uma sequência de imagens do cotidiano, onde aparece a candidata lendo um jornal. Em outro plano, ela está sentada à mesa, tomando café provavelmente com a sua família, esposo e filho, uma família “tradicional”. É importante ressaltar que ela sempre está no centro do enquadramento da câmera e, nesse plano exclusivamente, sua posição não indica apenas um destaque de sua imagem por ela ser a candidata a presidenta, mas rememora o lugar que a mulher representa no lar na sociedade, o ponto de apoio e de união da família. Porém, essa sua posição no centro do plano na tela, acaba por deslizar este lugar de importância feminina no lar para o papel que pretende assumir no espaço público.

Em outro plano a candidata está alimentando e brincando com animais e, surge mais um outro, onde ela parece estar no banco de trás de um carro em movimento, abrindo um jornal e um outro plano, falando ao celular. São imagens que apresentam a candidata de forma bastante espontânea e descontraída, em que ela aparece rindo, conversando e se divertindo com os animais. Quando Ana Maria Rangel aparece em estúdio para fazer o seu pronunciamento, sua imagem é outra: suas expressões estão mais sérias, testa franzida e olhar fixo na câmera; e sua voz acompanha a gravidade o seu rosto. Essa mudança na postura da candidata remete às esferas pública e privada: sua expressão mais distensa se justifica pela apresentação da imagem de cidadã comum, que faz o que todo cidadão costuma fazer no conforto do seu lar, por outro lado, há o lugar da profissional, que precisa mostrar competência e seriedade no trato com a coisa pública.

A exibição dos planos se associa à formulação enunciada pela *voz off* feminina, narra uma pequena biografia da candidata que sumariamente a define: “Carioca, mãe, empresária, cientista política”. Essas quatro atribuições à candidata, flexionadas, no feminino quando preciso, estabelecem uma relação com o seu nascimento, o seu gênero, a sua atuação profissional e a sua formação acadêmica. No entanto, é interessante ressaltar que a escolha lexical para gênero não foi a palavra “mulher”, mas o termo “mãe”. Como defendemos a ideia

de que o objetivo da narração da biografia de um político seja o de mostrar qualidades que o legitimem ao governo, é possível afirmar que a palavra “mãe” em substituição ao termo “mulher” é julgado como mais valorativo pela enunciadora e/ou por seus assessores, uma vez que esse termo expressa e evoca a memória a respeito dos dizeres da função da maternidade como a função feminina mais importante na sociedade. Essa relação metonímica parece ficar mais evidente no encadeamento sintático, quando a *voz off* afirma que ela “venceu” e que lutou como “mulher”, como “profissional” e como “cidadã brasileira”, indicando um caráter eufórico em relação à trajetória da candidata. Cada um desses termos remete aos termos precedentes, que se relacionam, por sua vez, a uma associação entre o espaço privado (carioca, mãe) e o espaço público (empresária, cientista política).

Posteriormente, a enunciadora fala sobre os problemas de corrupção e impunidade enraizados na cultura Brasileira: “O Brasil precisa aprender a ensinar o que é certo e a praticar o Bem”, para depois surgir imagens externas da candidata acompanhadas do *jingle* de campanha: “Ana Maria é assim...”, que categoriza, por essa forma remissiva genérica e abrangente, o que se falou dela antes “é uma lutadora em todas as esferas em que atuou” para determinar, restringir e reforçar esse sentido logo depois através da expressão “decidida, força imensa”. Assim, “força imensa”, “venceu” e “lutou” são termos que estão no mesmo campo semântico e, se pensarmos nas práticas discursivas e não discursivas que envolvem esse léxico ao esporte, à guerra, identificamos o seu uso como um efeito metafórico da própria conquista feminina no espaço público, fazendo uma associação ao que é reportado ao masculino, a conquista, em sua nova apreensão de sentido para a mulher política no encadeamento sintático da formulação: aquela que é “mãe”, “empresária”, “cientista política”, “decidida”, que tem “uma força imensa”, que “lutou” e “venceu”.

Por isso, o sentido mobilizado no uso desses termos reforça o fato de que uma mulher precisa se esforçar um tanto mais para conseguir atuar no espaço público, visto que este é um ambiente muito competitivo, dominado pelos homens. Por esta razão, a escolha lexical feita remete ao campo semântico da guerra: “lutar” e “vencer” e ter uma “força imensa”, a fim de conquistar o que ela sempre quis. Na última sequência linguística, a candidata rememora o lugar de mãe cuidadora, associando à primeira formulação enunciado pela candidata, pois se preocupa com “o futuro de nossas crianças”, assim como foi feito no trecho (1) do programa da candidata Maria Lívia Pio. Essa ideia da mulher como cuidadora e protetora da família também é encontrada no HGPE da candidata Heloísa Helena. Separamos quatro excertos do programa eleitoral da representante do PSOL. Vejamos o programa exibido no dia 19 de agosto:



Recorte 9 – HGPE Heloísa Helena (PSOL – 2006)

Voz off masculina: É possível resgatar milhares de crianças e jovens, que estão pelas ruas, vítimas da violência, da pobreza e do narcotráfico e oferecer para elas aquilo que elas têm direito, a educação, a cultura e o esporte?

Heloísa Helena: É, o governo pode e deve adotar crianças e jovens pobres antes que o crime organizado os condene ao destino maldito. Temos que monitorar as fronteiras, impedir a entrada de drogas, implantar o sistema único de segurança pública com salários dignos para nossos policiais e um sistema prisional que não seja campo de concentração para pobres comandados pelos chefões do crime organizado. Nós podemos mudar o Brasil e reconstruir nossa própria história.

Voz off: “não vote nulo, vote nela!”.

No primeiro plano surge um jornal, a primeira página de *O Globo* com o destaque para a manchete: “Tráfico arma e treina 1 em cada 5 meninos infratores”. Enquanto a *voz off* declara a formulação linguística “é possível resgatar milhares de crianças e jovens, que estão pelas ruas, vítimas da violência, da pobreza e do narcotráfico”, são apresentadas imagens em preto e branco de crianças e adolescentes em situação de risco, como portando armas e fazendo uso de entorpecentes. As imagens em preto e branco são substituídas por imagens coloridas, com crianças na escola estudando e felizes, quando a *voz off* termina a formulação já mencionada.

Neste momento há um corte para a imagem da candidata que, em estúdio, responde à questão que acabara de ser formulada. Ela aparece em primeiro plano com a aparência já conhecida: cabelos sempre presos e sua blusa branca. No canto inferior direito, há uma jovem traduzindo sua fala em libras, demonstrando a preocupação de sua campanha em levar sua mensagem política aos cidadãos que apresentam alguma necessidade especial.

De início, podemos destacar a pergunta retórica feita pela *voz off*. Sabemos que este recurso não é utilizado como objetivo de se ter uma resposta, pois a condição retórica da pergunta consiste na pressuposição da resposta iniciada pela afirmação “é possível...” e numa indagação sobre os modos e meios de fazê-lo. Esse encadeamento entre a questão lançada aparentemente sem destinatário definido e a resposta categórica da candidata produz não apenas o efeito de que Heloísa Helena tem coragem e avidez para lhe responder, como também o de que ela possui conhecimento da realidade social problemática e de suas soluções para fazê-lo.

O uso do recurso imagético também antecipa a resposta para o telespectador. As imagens em preto e branco das crianças e dos jovens nas ruas segurando armas e usando drogas, imagens escuras que produzem enunciados que discursivizam os sentidos da clandestinidade e da marginalidade. Essa ideia é reforçada pelo fato que de, nessas imagens, os rostos das crianças e dos adolescentes não são focalizados, respeitando a lei do Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 17⁸⁴, de que eles têm o direito de preservação da sua imagem e identidade. Além das imagens em preto e branco, outros recursos são utilizados, como a imagem um pouco granulada e a identificação desses jovens por meio de partes do seu corpo. Barros-Cairo (2012) trata do uso da sinonímia do corpo para constituir o menor-infrator na mídia, mostrando que, em função da proibição de identificar esse adolescente, pelo “alto do corpo”, a cabeça e o rosto são substituídos pelas partes “baixas” do corpo: os pés, as mãos, as costas. Na imagem, há a identificação do menor-infrator pelas mãos e pela cintura, início da parte baixa do corpo. Junto a ela, um acessório que funciona como metáfora da situação de risco desses adolescentes: a arma de fogo.

Essa sequência de imagens é substituída por imagens coloridas, claras, sem nenhum efeito granuloso, de adolescentes sorridentes na escola, agora identificados pelos seus rostos e por suas atividades típicas de estudantes, lendo sentados à mesa, em um lugar que se assemelha

⁸⁴ Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Fonte: <https://jus.com.br/artigos/32974/preservacao-da-imagem-e-identidade-da-crianca-e-do-adolescente-infrator-como-direito-fundamental/3>

a uma biblioteca e também em uma sala de aula, onde alguns alunos estão sentados em carteiras e outros escrevendo com giz em um quadro negro. Essa última sequência imagética é referendada pela “resposta” afirmativa da candidata, que declara que “o governo pode e deve “adotar crianças e jovens pobres” antes que o crime organizado os condene ao destino maldito”. Destacamos o uso do verbo “adotar” que seleciona em sua fala o argumento interno “crianças e jovens pobres” ao contrário dos ditos de tantos outros políticos que falariam em “adotar medidas punitivas” para o controle do tráfico de drogas, ou “adotar medidas corretivas” para essas crianças e jovens. Dos sentidos do verbo “adotar”, a candidata utilizou aquele que se refere a aceitar, assumir legalmente alguém como filho a fim de lhe conceder direitos.

A escolha lexical do verbo “adotar” produz então um efeito da função materna e historicamente feminina, que deveria ser deslizada para uma função de Estado: este deve “adotar” os pobres, as crianças e adolescentes que estão abandonados. Desse modo, a enunciadora destaca que os governos (tanto os anteriores como o atual) poderiam ou deveriam adotá-los, mas não o fizeram, diferentemente de um governo dela, que numa afirmação epistêmica, declara ser possível adotar as crianças e os adolescentes e, por isso, vai fazê-lo.

Assim, a candidata instaura em seu dizer o adolescente em situação não como algoz, mas como vítima, aquele que não deve ser condenado pelo crime organizado nem tratado pelo Estado como estatística para o sistema prisional, “um campo de concentração”, mas como um filho que deve ser tratado como tal. Expressa-se, assim como nas falas das candidatas Livia Maria Pio e Ana Maria Rangel, o uso da relação metonímica entre a ideia de mãe para a ideia de Estado presente na fala da candidata Heloísa Helena. A diferença que há é que, nas duas primeiras, há um reforço da essência feminina, marcado na ideia do cuidado e do amor de mãe; na formulação da candidata do PSOL, essa ideia do cuidado e da “adoção” de crianças e adolescentes é explicitamente deslizado para uma ideia de política pública, sustentada pelo Estado.

No final do programa, a *voz off* decreta na forma imperativa a seguinte sentença: “não vote nulo, vote nela”. Em outros programas da candidata, há a substituição do termo “nulo” por “neles”. Há, nessa formulação, um efeito fonético-fonológico produzido pela mudança de gênero e de número nos pares análogos, “nulo”, “neles” e “nela”. Esse efeito fonético remete a um pressuposto a respeito das sondagens de voto que costumam ser feitas até mesmo bem antes do início da campanha eleitoral. Ao que parece, foi identificado um percentual considerável de pessoas que expressaram o desejo de anular o voto. Assim, o termo “nulo” que qualifica o que é inútil, sem serventia surge, na posição assumida na campanha da candidata, associado ao

termo “neles”, aos políticos adversários, que concorrem e vencem as eleições desde sempre e nunca trabalharam para melhorar de fato as condições de vida da população. Votar mais uma vez neles é tornar o voto inútil, assim como é inútil seus projetos de governo. Voto útil seria o voto “nela”, que é a candidata, diferente dos outros, capaz de promover as mudanças das quais o país precisa para melhorar a vida das pessoas.

O próximo recorte analisado, que na verdade foi o primeiro programa exibido, no dia 15 de agosto de 2006, a candidata fala da sua biografia. É interessante notar que a candidata não declarou suas atividades profissionais durante sua trajetória, optando por falar de sua trajetória mais privada, e a criação que recebeu de sua mãe viúva. Por esta razão, descrevemos brevemente sua trajetória: Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho concorreu à presidência do Brasil pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) em 2006, partido que ela ajudou a criar juntamente com alguns políticos dissidentes do PT (Partido dos Trabalhadores), e acabou alcançando a 3ª colocação, com 6.575.393 votos, 6,85% dos válidos. Ela já havia sido eleita senadora em 1998 pelo PT por Alagoas, recebendo o maior número de votos naquela eleição. Nascida em Pão de Açúcar, Alagoas, já havia sido vereadora, vice-prefeita de Maceió e deputada estadual. Foi expulsa do PT em 2003 por não votar em alguns projetos no Congresso conforme a orientação do partido. Por esta razão, Heloísa Helena funda o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), mas atualmente ela é filiada à Rede Sustentabilidade, partido que ajudou a fundar, em 2013, juntamente com a candidata Marina Silva, também ex-PT. Heloísa Helena é enfermeira e professora na Universidade Federal de Alagoas desde 2007, de onde pediu uma licença sem remuneração das atividades pedagógicas da instituição para cumprir suas atividades políticas. Em fevereiro de 2017, declarou, na Convenção da Rede, que se aposentaria das atividades políticas, voltando a se dedicar à sua vida acadêmica na Universidade.

Voltemos, então, ao programa de 15 de agosto de 2006. No primeiro plano do excerto, surgem algumas fotos de Heloísa Helena com crianças e no último plano antes de sua fala, surgem três “santinhos de campanha” da candidata, nas quais ela aparece sorrindo na foto com a sua característica blusa branca, enquanto a *voz off* masculina declara: “Coração valente! Heloísa Helena presidente! Vejam as imagens:



Recorte 10 – HGPE Heloísa Helena (PSOL – 2006)

Eu sou a Heloísa Helena, candidata à presidenta do Brasil. E agradeço de coração as flores, orações, carinho que eu tenho recebido. Nasci em uma família humilde no sertão de Alagoas. Fui criada por minha mãe, viúva, costureira, digna. E sou apenas igual às mães brasileiras que ensinam aos seus filhos que é proibido roubar. Dou meu exemplo, cumprindo a minha obrigação de ser honesta. E você com seu voto, pode dar exemplo mais belo, não votando em político corrupto, que engana os pobres e governa para os banqueiros. Que finge que não vê roubalheira, mensalão, sanguessuga, mas cinicamente vive em conluio com eles. Só vocês, mulheres e homens de bem e de paz podem ajudar com voto a mudar o Brasil.

Ao contrário das outras três primeiras candidatas analisadas, que aparecem com um semblante mais sério, Heloísa Helena aparece no estúdio, em um cenário ao fundo em azul e branco, com uma expressão simpática e sorridente. Ela faz o seu pronunciamento, ainda sorridente, com uma voz distensa. De início, encontramos uma covariância do uso do termo “presidenta/a” no programa da candidata. A inscrição do termo genérico “presidente” aparece no santinho da candidata, bem como o nome que surge na faixa abaixo de sua imagem quando ela está em estúdio, além ainda da fala inicial da *voz off*. No entanto, quando a candidata se apresenta, ela se declara “candidata à presidenta do Brasil”. Essa covariância também é notada nos programas das candidatas Luciana Genro, em 2014 e Dilma Rousseff, em 2010. Em 2014, a campanha da candidata Dilma Rousseff assume o termo “presidenta”, e o termo genérico só

ocorre em espaços não tão policiados, como em pronunciamentos retirados de comícios, ambiente onde a fala parece estar menos controlada neste sentido. Já citamos o trabalho de Dister e Moreau (2006) e de Sargentini e Sá (2016), que discutem as posições ideológicas de quem opta pelo emprego do termo flexionado ou do termo “neutro”, cuja escolha pelo termo no feminino denota o pertencimento a uma posição que defende e apoia a participação da mulher nas funções públicas. No entanto, como já foi mencionado, ainda em alguns lugares, o termo genérico acaba por escapar em situações menos policiadas. De todo modo, a candidata Heloísa Helena é a primeira que assume este termo em sua campanha, que é inclusive destacado na pronúncia da enunciadora, através da silabação espaçada da palavra “**presidenta**”, em que ela ressalta, com uma duração levemente mais longa, a primeira e a penúltima sílaba (as sílabas subtônica e tônica da palavra).

Ela também é a primeira candidata que narra por ela mesma a sua história de vida. Em sua história, há uma predominância da figura da mãe, da imagem da família humilde e do cidadão pobre, “e honesto”. A construção da narrativa começa com a evocação da memória do Nordeste, uma região que é conhecida genericamente pelo senso comum como a região mais pobre do país, que sofre com a seca, com a fome e com a escassez. Essa imagem da pobreza e da escassez causada pela seca é rememorada pelo complemento do verbo “nacer”: “uma família humilde no sertão de Alagoas”, cujos os termos “humilde” e “sertão” corroboram para resgatar a memória do imaginário coletivo a respeito da seca e da pobreza da região Nordeste. O seu pertencimento a esta região não é apenas marcado na formulação linguística, em sua declaração, mas no próprio registro linguístico da candidata, marcado por elementos fonéticos em sua fala que a identificam como nordestina, como, por exemplo, a realização das vogais médias mais abertas e a não ocorrência do processo de palatalização dos fonemas oclusivos /t/ e /d/ em presença da vogal alta posterior /i/, comum em algumas regiões do Nordeste brasileiro. Assim, sua formulação linguística e sua voz atestam a autenticidade da sua enunciação, reforçando a produção de um efeito de sinceridade do que foi dito, conforme o postulou Piovezani (2009).

A narrativa tem um efeito crescente no que concerne à falta de recursos ao apresentar o contexto de sua criação. O enunciado do “cidadão pobre e honesto” emerge aqui na fala da enunciadora a partir da sua formulação linguística que enumera as qualidades da sua mãe: uma mulher “viúva, costureira, digna”. Por ter sido criada por ela, sozinha, ou seja, o seu pai é falecido e sua mãe (viúva) precisou assumir a educação dos filhos (por meio de uma profissão que é bastante associada ao feminino, a costura, além de ser uma atividade que pode ser

desenvolvida na própria casa) e o sustento da família. Assim, ela é digna porque trabalhou, criou seus filhos e não precisou fazer nada de ilícito para garantir seu sustento, mesmo diante da dificuldade. A relação de inversão se faz na seguinte argumentação: uma mãe, pobre, viúva, se desdobrou no trabalho informal e na educação dos filhos e não precisou roubar para tanto, ao contrário dos políticos e dos banqueiros que, mesmo ricos, enganam o povo e roubam para aumentar sua fortuna. Sua mãe, assim como várias mães brasileiras e assim como ela mesma, são dignas porque sabem e ensinam seus filhos que “roubar é errado”.

Desse modo, sua formulação produz um efeito de legitimidade política ao expor a honestidade não como uma virtude que qualifica e especifica um sujeito, mas uma “obrigação”. No entanto, na sequência intradiscursiva, em uma comparação aos “políticos e banqueiros desonestos”, esta virtude, que deveria ser obrigatória a todos, se torna um diferencial valorativo na política. Assim, sua legitimidade e credibilidade como candidata à presidência se configura em uma experiência de vida na pobreza e dos ensinamentos de sua mãe sobre honestidade. Da mesma forma que ser honesta é a sua obrigação, o eleitor pode também dar o exemplo e cumprir com sua obrigação de não eleger nenhum político corrupto. Ao final de seu pronunciamento, a enunciadora conclama as “mulheres e homens de bem e de paz” para ajudar a mudar o Brasil com o voto, falando diretamente ao telespectador, interpelando-os por “vocês”. A marcação e especificação dos gêneros em sua formulação final, inclusive na precedência do termo “mulheres” em relação ao termo “homens”, em detrimento do uso de termos genéricos, ressalta a representatividade do feminino em sua campanha.

Ainda é necessário tecer algumas considerações a respeito do uso da voz pela candidata. Há uma mudança na dinâmica da sua fala, que vai do grave e tenso para o leve e distenso. Ela inicia sua fala sorridente, em tom eufórico e distenso ao se apresentar e agradecer às flores e o carinho da população que a encontra em campanha nas ruas do país. A partir do momento em que a enunciadora começa a falar de sua história de vida, sua voz apresenta uma entoação mais grave, seu rosto se torna mais tenso, e o ritmo de fala mais lento, principalmente no momento em que ela se refere aos políticos corruptos e aos banqueiros. Ela volta a ter seu rosto e voz relaxados quando sua fala se volta especificamente aos eleitores “de bem e de paz”. Evidenciamos aqui a produção de um efeito de gravidade a partir da expressão do rosto e da voz. Falar dos políticos corruptos é um assunto grave e merece ser tratado com seriedade e atenção, por isso o tom enfático, o ritmo de fala mais lento e o rosto tenso. Ao agradecer ao carinho e atenção das pessoas e chamá-las a participar da mudança do país pelo voto, sua voz e

rosto se tornam mais relaxados e o seu tom mais eufórico, o que produz um sentido positivo do carinho e aprovação do povo em relação à sua candidatura e a certeza e entusiasmo da vitória.

Em segundo lugar, destacamos o uso do léxico relacionado ao campo semântico da guerra. No início do programa, há o uso da expressão “coração valente”⁸⁵, uma espécie de epíteto da candidata. Podemos relacioná-lo com um filme hollywoodiano “Coração Valente”, estrelado pelo ator Mel Gibson, em 1995, que conta a história de um escocês, William Wallace, que lidera uma revolta contra o rei Eduardo I para livrar seu país do poderio inglês. Mesmo contando com um grupo de combatentes sem muitos recursos materiais, ele consegue derrotar o exército da Inglaterra, mas é traído pelos nobres escoceses que queriam manter seus privilégios junto ao rei. Heloísa Helena chegou a fazer campanha e até mesmo a votar contra algumas medidas do governo petista, quando ainda era filiada ao partido. Acusava o governo Lula de ter traído os trabalhadores em favor do capital. Sempre teve uma postura combativa no Congresso, ao contrário da sua imagem na campanha televisiva, onde adotou uma imagem mais simpática, sorridente e uma fala mais amena, apesar de sempre denunciar e marcar sua posição contra políticos corruptos que distribuem benesses aos ricos. No entanto, o léxico guarda ainda associações com esta postura combativa. Encontramos na formulação linguística dos seus pronunciamentos e nos da *voz off* termos como “lutar”, “vencer”, “valente”, “guerreira”. A letra do seu *jingle* de campanha em ritmo de forró, um ritmo popular e de origem nordestina, que toca sempre ao final de sua propaganda, coberta por imagens da candidata abraçando e andando com o povo, apresenta a seguinte formulação: “é a voz da guerreira, brava gente consciente, o Brasil de norte a sul canta Heloísa!”. Diante disso, o *jingle* de campanha, seu “epíteto” e sua conhecida postura combativa sugere e produz um efeito de identificação com o povo brasileiro que, não sendo apenas “de bem e de paz”, como a enunciadora declara em sua última formulação linguística, é também “brava gente”, engendrando, conseqüentemente, pela produção da identificação com o povo, um efeito de legitimidade e credibilidade de sua candidatura para representá-lo.

Para finalizar a série de excertos HGPE de Heloísa Helena, apresentamos mais dois recortes da propaganda eleitoral da candidata alagoana, o primeiro exibido no dia 9 de setembro de 2006, e o segundo, 14 do mesmo mês e ano⁸⁶. Particularmente, nesses dois programas, a candidata enuncia as possíveis qualidades de um governo feminino no Brasil. Vejamos:

⁸⁵ A campanha da presidenta Dilma Rousseff em 2014 também se utilizou dessa expressão para se referir a ela. Discutiremos esses deslocamentos mais adiante.

⁸⁶ Acreditamos que as imagens originais desses programas sejam coloridas e que seu atual estado (em preto e branco) seja um resultado das não tão boas condições de conservação do material.



Recorte 11 – HGPE Heloísa Helena (PSOL – 2006)

Heloísa Helena: Você conhece as nossas propostas para gerar emprego saúde educação segurança pública e muito mais. A nossa candidatura representa as mulheres brasileiras. Nós, mulheres, somos competentes, honestas, muito organizadas, limpamos bem a nossa casa e vamos limpar a sujeira da política, cuidamos bem dos nossos filhos e idosos e vamos cuidar da nossa pátria.



Recorte 12 – HGPE Heloísa Helena (PSOL – 2006)

Heloísa Helena: Nós, mulheres, estamos preparadas para governar o Brasil, temos coragem para enfrentar corruptos, banqueiros, especuladores. Temos sensibilidade e competência para ajudar o Brasil a ser uma verdadeira pátria, justa, soberana, ética e fraterna. Vote 50 para ajudar o Brasil.
Música em ritmo de forró: “uma mulher de luta, não se rende nem se cansa”.

Nos dois excertos apresentados, encontramos a mesma estrutura linguística, da qual a enunciadora faz uso a fim de atribuir para si qualidades “naturais” de um grupo, o grupo das mulheres, da qual ela faz parte. O uso da 1ª pessoa do plural, “nós”, identificando e especificando o grupo “mulheres”, ao mesmo tempo, representa e é representado pela candidatura de uma mulher na política. No excerto (8), a enunciadora recorre à atribuição de características positivas às mulheres, introduzidas pelo verbo “ser”, indicando uma relação quase vocacional entre elas e suas atividades: “nós, mulheres, **somos competentes, honestas, muito organizadas** (...)”. Das características “naturais”, partimos para as ações, que correspondem às funções associadas ao lar e ao espaço privado: “**limpamos bem a nossa casa**”, “**cuidamos bem dos nossos filhos e idosos**”, funções domésticas que são deslizadas para o espaço público, mobilizando a metáfora que reconhece no governo de Estado, uma extensão do governo da casa, significando: “vamos limpar a sujeira da política”, e “vamos cuidar da nossa pátria”.

Ao mesmo tempo que a candidata enuncia essas formulações a respeito das qualidades femininas, sua imagem no plano dá lugar à sua caminhada com outras mulheres que, munidas de vassouras, varrem o chão; um ato simbólico de varrer a corrupção do governo. Essas imagens resgatam outras imagens da história da política brasileira. Sargentini (2011, p. 122) apresenta uma sequência de planos da campanha eleitoral de Jânio Quadros a respeito do *jingle* de campanha do candidato, no qual aparece a mesma metáfora da vassoura como instrumento que limparia a corrupção do país. Acompanhamos a letra do *jingle* na sequência dos planos: “Varre, varre, varre, varre, vassourinha! Varre, varre a bandalheira! Que o povo já está cansado de

sofrer dessa maneira. Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado! Jânio Quadros é a certeza de um Brasil moralizado”!. Neste excerto de campanha do candidato, Jânio Quadros não está com o povo nas imagens, mas surge em um plano separado, como aquele que poderá salvar o Brasil, ele é “a esperança de um Brasil moralizado!”. Heloísa Helena, pelo fato de “ser mulher” participe do “nós” da formulação “organizamos”, “limpamos bem a nossa casa”, arroga para si esse trabalho quase doméstico, uma vez que o Estado é a extensão do lar, e não só está ao lado do povo, mas põe, literalmente, “a mão na massa”, juntamente com as mulheres com as quais caminham. Todas elas, juntas, varrem o chão para, metaforicamente, varrer a corrupção no governo. É por esta razão que o uso do pronome pessoal “nós”, as mulheres, também pode ser substituído pelo pronome “eu”, Heloísa Helena, mas como representante das mulheres “que sabem limpar bem” uma casa e, por isso, limpará bem a corrupção do governo.

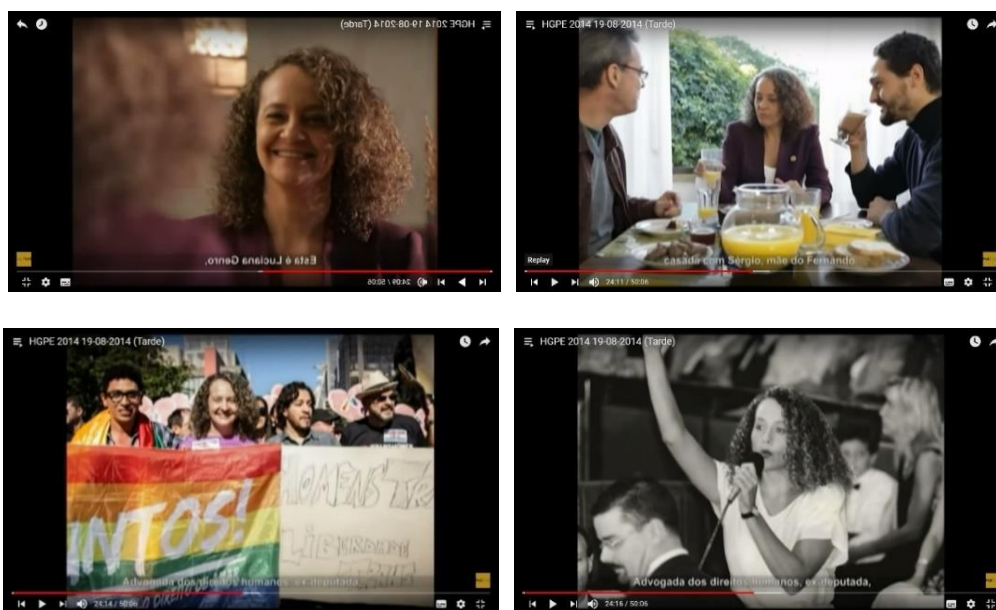
Além da metáfora da associação entre os afazeres domésticos e os afazeres políticos, encontramos mais uma relação entre uma “função feminina” e uma função de Estado, que aparece no excerto (8), mas que também é destacado no excerto (9). A enunciativa cita uma outra função associada historicamente às mulheres, o ato de “cuidar bem dos nossos filhos e idosos”, ligando à “vocação” da maternidade e às atividades que se baseiam no cuidado com os outros, como a enfermagem e a filantropia. A formulação linguística enunciada se conjuga às imagens, nas quais a candidata aparece sempre no centro do plano, abraçando uma criança e, em seguida, beijando a mão de uma senhora idosa. Logo depois, ela surge caminhando com o povo e toca uma bandeira do Brasil, imagem que é coberta justamente com a sua fala “e vamos cuidar da nossa pátria”. Notamos ainda que no excerto (9), “nós, mulheres, **estamos preparadas para governar o Brasil, temos coragem** para enfrentar corruptos, banqueiros, especuladores. **Temos sensibilidade e competência** para ajudar o Brasil a ser uma verdadeira pátria, justa, soberana, ética e fraterna”, surge ainda a ideia da mulher redentora, aquela que poderia, segundo Bonnafous (2003), livrar o mundo dos vícios da política tradicional, da ineficácia, da ambição e da corrupção, aquela que pode governar com “competência e sensibilidade”, sendo este último o “valor agregado” de uma governança feminina, associada à sua “natureza”.

Dessa forma, a língua, corpo e voz se conjugam para produzir os sentidos que estabelecem relações intrínsecas entre o espaço privado e o espaço público, em que um é a extensão do outro e, por isso, a mulher, mais do que qualquer outro cidadão está apta a assumir essas funções de governo. Nos dois últimos excertos apresentados, a candidata produz uma enunciação assertiva e categórica, com a voz firme, com um ritmo de fala cadenciado e sem

pausas longas e um volume de médio a alto, o que demonstra uma fala peremptória e taxativa, que, juntamente com a formulação linguística e as imagens, produz uma sincronia que manifesta os efeitos de franqueza do que foi dito e uma autenticidade do dizer.

Marcamos aqui a diferença entre as candidatas anteriores e candidata Heloísa Helena (e as que ainda virão), uma vez que estas, diferentemente das primeiras, assumem uma posição de militantes políticas de esquerda⁸⁷, fato confirmado tanto na língua, na voz como também no corpo. Não somente elas enunciam que o são, como as imagens as mostram sempre perto do povo, caminhando e abraçando, levantando suas bandeiras e brigando por suas causas. No entanto, cada uma das militantes apresenta particularidades no que tange à sua atuação política.

Outra mulher política que assumiu uma imagem de militante foi a candidata Luciana Genro. Ela nasceu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. É advogada e atua na política desde 1994, aos 23 anos, quando se elegeu deputada estadual pelo PT. Antes disso, militou no movimento estudantil em Porto Alegre. Assim como Heloísa Helena, foi expulsa do partido quando votou contra alguns projetos propostos pelo governo Lula quando era deputada federal em 2003. Acabou idealizando e fundando o PSOL, juntamente com outros políticos dissidentes do partido. Concorreu à presidência em 2014 pelo PSOL, computando 1,55% dos votos válidos, um total de 1.612.186 votos. Vamos apresentar agora alguns excertos do HGPE, em que a candidata apresenta o seu cotidiano ao lado da sua atuação política. Vejamos:



⁸⁷ A candidata Thereza Ruiz também o faz de um certo modo, ao reforçar os sentidos da emancipação feminina. No entanto, diferentemente das militantes que ora iremos apresentar, uma vez que elas se assumem militantes e partícipes da própria luta pelos direitos do povo na luta ao evocar também suas ações políticas.



Recorte 13 – HGPE Luciana Genro (PSOL – 2014)

Voz off: Você tem opção. PSOL!

Voz off: Esta é Luciana Genro, 43 anos, casada com Sérgio, mãe do Fernando. Advogada dos direitos humanos, ex-deputada, fundadora do PSOL. Luciana é candidata à presidência da República.

No início do programa, a *voz off* masculina declara: “Você tem opção. PSOL!” Surge uma imagem do reflexo de Luciana Genro se olhando no espelho, ela está sorrindo e conseguimos ver parte de suas costas. A *voz off* começa, então, a apresentar uma pequena biografia, enquanto são intercaladas imagens de sua vida pessoal, onde ela aparece tomando café da manhã com a sua família (ela sempre ao centro do plano), andando em um jardim, e de sua militância política, imagens em passeatas, segurando bandeiras; inclusive, em uma das imagens, ela aparece ao lado da política Heloísa Helena. Em seguida, são veiculadas imagens das Manifestações de junho de 2013, quando parte do movimento ocupou a entrada do Palácio do Planalto. Ao fundo, escuta-se o grito de guerra do movimento: “o povo acordou!”. Há um corte dessas imagens para a candidata em estúdio, denunciado o preço alto dos serviços no Brasil, e de como eles são ruins. Ela diz que é preciso coragem para enfrentar os interesses de uma minoria privilegiada. Em outros dois excertos, este exibido no dia 30 de setembro de 2014, a candidata destaca a luta em favor das minorias, nas quais ela retoma e reforça o apoio aos protestos de junho de 2013:



Recorte 14 – HGPE Luciana Genro (PSOL – 2014)

Luciana Genro: Nesta caminhada como candidata à presidência pelo Psol, busquei afirmar que as demandas por mais direitos, que tomaram as ruas em junho de 2013, podem ser atendidas se tivermos um governo com coragem de

enfrentar os interesses dos bancos e dos milionários. Busquei fortalecer a luta das mulheres por autonomia e respeito. Da comunidade LGBT contra a violência, por direitos iguais e cidadania plena. Da juventude por futuro e liberdade. A eleição tem dois turnos e o primeiro turno é o momento do voto realmente útil, o voto que vai fortalecer estas bandeiras. Estamos apenas começando e preciso do teu voto para seguir em frente. Vote no PSOL, vote 50.

No recorte 13, surgem elementos que constituem a memória coletiva do que é associado ao espaço privado, a família, a casa, juntamente com o que está relacionado ao espaço público referente ao trabalho político, como o trabalho e as passeatas em favor dos direitos humanos. Essa sequência de imagens se assemelha ao excerto do HGPE da candidata Ana Maria Rangel que foi anteriormente analisado, como o plano em que ela aparece com a família tomando café da manhã e suas atividades cotidianas e profissionais. Porém, há alguns elementos que aparecem pela primeira vez. O primeiro diz respeito à idade da candidata. Culturalmente, pesa contra a mulher o fato de que ela deve ser sempre jovem e, por isso, atraente, ideia advinda de uma concepção naturalista que relega à mulher a função de ter filhos para a continuação da espécie. Essa relação entre a juventude e a fertilidade ultrapassou o campo “da biologia” ou da “natalidade” para adentrar outros espaços: a moda, a estética, a saúde. Há todo um aparato produzido para “atrasar o relógio biológico” feminino e buscar manter-se sempre jovem e um enunciado que resume essa condição da eterna juventude é mais ou menos a formulação de que “a mulher não revela sua idade”, ou “é indelicado perguntar a idade para uma mulher”. Mas a relação que se estabelece na política parece se inverter. Ter “experiência de vida” é um pré-requisito para dar legitimidade e credibilidade a uma candidatura. Michelet ([1859] 2008) dissertou sobre essa “segunda função” da mulher na sociedade, quando a primeira (ter filhos e educá-los) já tivesse sido cumprida. Ela estaria livre para atuar no espaço público, no cuidado com crianças e idosos e nos trabalhos de filantropia.

A experiência de vida remete então a um outro elemento: a família. A imagem que aparece no programa da candidata tornou-se um “lugar-comum” na política contemporânea: a família sentada à mesa tomando, juntos, o café da manhã. Imagem que se desloca de um outro lugar, o da publicidade, especificamente as peças publicitárias de produtos alimentícios, como o comercial de margarina. Associadas à ideia da nutrição, do cuidado e do carinho em forma de alimento, as mulheres-mães costumam ser as protagonistas desses comerciais. Essa ideia é deslocada para a política com a metáfora de que a nação é uma grande família e pode ser gerida como tal. No programa da candidata Luciana Genro, há um reforço da imagem da família feliz do comercial, mas há um deslocamento. Discutimos no capítulo anterior o tratamento que a

mídia costuma dar às mulheres políticas em relação ao uso do nome, dando como exemplo, o da deputada federal Manuela D’Ávila, que foi tratada, nas duas matérias jornalísticas apresentadas, pelo primeiro nome ou até mesmo por seu apelido, “Manu”, o que raramente acontece com um homem público. No programa da Luciana Genro, é ela que é apresentada por seu nome completo. Seu marido e seus filhos são apenas “Sérgio” e “Fernando”, porque não são pessoas públicas. Seu conhecido sobrenome é o de sua família e não o do seu marido, como geralmente costuma acontecer quando as mulheres se casam, desestabilizando uma prática corrente da mulher que sai de casa assume o sobrenome do marido, como metáfora de sua pertença a um novo lar, onde seu chefe é o homem, o “pai de família”.

E o terceiro elemento que pode ser abordado é a sua profissão. Tivemos outras candidatas advogadas, como Lívia Maria Pio, mas Luciana Genro tem sua especificidade quanto à sua área de atuação. Ela é advogada especialista em direitos humanos, determinando a sua atuação profissional na área do direito que poderia ser considerada como a mais próxima da atuação política, determinando também a sua militância. Constrói-se, assim, a imagem da mulher política militante, combinada na linguagem sincrética produzida pela formulação linguística e pelas imagens da candidata em ação, seja na tribuna, discursando, tomando “a palavra”, seja nas passeatas juntamente com o povo. Em seus pronunciamentos como o de 30 de setembro, citado anteriormente e este, exibido em 2 de outubro de 2014, há um destaque para as causas das minorias. Vejamos:



Recorte 15 – HGPE Luciana Genro (PSOL – 2014)

Luciana Genro: Quero agradecer a todos e a todas que estiveram conosco nesta caminhada e o carinho imenso que recebi, principalmente dos jovens que acreditam que nada é impossível de mudar. Com a força do povo podemos mudar o Brasil e derrotar os podres poderes. Não nos contentamos com um sistema que coloca o lucro de poucos acima do bem-estar da maioria. Queremos uma democracia real, onde o dinheiro não nos escravize e onde os direitos sociais sejam respeitados. Uma sociedade livre da exploração de classe, da opressão de gênero, raça ou orientação sexual. Faça um voto

realmente útil no primeiro turno. Vote 50 e estaremos mais fortes para seguir esta luta! Muito obrigada!

Assim como a candidata Heloísa Helena, Luciana Genro apresentou uma plataforma de governo voltada para os mais pobres. Mas dentre eles, a enunciadora ainda determina e especifica quais seriam os grupos beneficiados pelo seu projeto de governo, os grupos que são conhecidos como as minorias: a comunidade LGBT, as mulheres e os negros e contra os interesses dos bancos e dos milionários. Assim, sua fala aponta para uma ação política que almeja uma sociedade ideal, que se baseia numa “democracia real, onde o dinheiro não nos escravize e onde os direitos sociais sejam respeitados. Uma sociedade livre da exploração de classe, da opressão de gênero, raça ou orientação sexual”. Diante disso, a candidata Luciana Genro é, entre todas as mulheres políticas apresentadas, a que apresenta um discurso mais polêmico, no sentido de mais antagônico, o que representa a divisão entre “nós” e “eles” de maneira bem definida. São “os bancos”, “os milionários”, “os podres poderes”, “o sistema que coloca os lucros de poucos acima do bem-estar da maioria” contra a “democracia real”, “uma sociedade livre da exploração”, “os pobres”, “os jovens”, “as mulheres”, “a comunidade LGBT” e “a força do povo”. Há, então, no HGPE da candidata uma evocação da imagem da mulher redentora como aquela que luta ao lado dos mais fracos, reforçando seu passado de mulher militante, que se estende no presente e aponta para um futuro, no qual lutará pela justiça social no Brasil.

Enfim, a enunciadora aponta para as condições de produção que instauraram na atualidade o discurso da resistência para derrotar o sistema; por essa razão, seu HGPE investiu de forma maciça na imagem das Manifestações de junho de 2013, um movimento identificado com a juventude e que começou a partir de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público. Mais tarde, o movimento tomou maiores proporções, quando inclusive surgiu um *slogan* reproduzido pelo Movimento em geral, “não é por 20 centavos”, soma que correspondia ao aumento na passagem de ônibus na cidade de São Paulo, onde as manifestações começaram. Outro *slogan* utilizado pelo grupo e mobilizado na campanha de Luciana Genro é “O povo acordou!”, fórmula que se transformou em grito de guerra, cantado em uma melodia que se assemelha sobremaneira com a vibração das torcidas que apoiam e incentivam seus times nos estádios de futebol. Essas imagens das manifestações foram utilizadas em seu HGPE, principalmente a imagem em que os jovens aparecem ocupando a fachada do Palácio do Planalto à noite, cujas luzes que iluminam o Palácio e as próprias luzes dos dispositivos técnicos dos canais que faziam a cobertura midiática do acontecimento projeta a sombra dos

manifestantes em uma das cúpulas do edifício. É esta imagem que encerra a exibição da maioria do HGPE da candidata:



Imagem 11 – HGPE Luciana Genro (PSOL), nas eleições de 2014

Neste sentido, essa imagem reproduzida em praticamente todo HGPE do PSOL, aliada às imagens da candidata, advogada especializada em direitos humanos, caminhando ao lado dos manifestantes, das minorias, do povo, em protesto contra os “bancos”, “os milionários” e os “podres poderes”, associada ainda à sua fala enfática e assertiva, em ritmo cadenciado, com pausas bem colocadas e a gestualidade das mãos e os meneios de cabeça tão bem sincronizados com sua fala, discursando em defesa dos pobres e da classe média massacrados pelos péssimos serviços que o governo lhes oferece, produzem sentidos que evocam que seu falar também é fazer. Assim, língua, corpo e voz em conjunção na linguagem sincrética do HPGE da candidata Luciana Genro corroboram a imagem da mulher militante, tanto no passado quanto no presente, no intuito de fomentar a imagem da política espontânea e autenticamente capaz de ajudar a construir, no futuro e “com a força do povo”, uma sociedade justa, livre “da opressão de classe, de raça e de gênero”, uma sociedade ideal, mas real.

Outra candidata que igualmente milita por uma causa, e ainda mais específica, é Marina Silva. Nascida em Rio Branco, no Acre, ela possui um passado de luta ao lado do seringueiro e ambientalista Chico Mendes. Em 1984, iniciou sua carreira política na Central Única dos Trabalhadores e um ano mais tarde se filiou ao PT; por esse partido, concorreu e se elegeu para cargos legislativos. Sua carreira política sempre se pautou nas questões ambientais, e no governo Lula, em 2003, foi nomeada Ministra do meio ambiente, cargo que ocupou até 2008. Decidiu sair do governo e do Partido por divergências entre a sua e outras pastas do governo que pediam flexibilização das metas de preservação ambiental, em favor do desenvolvimento econômico. Ela então se filiou ao Partido Verde, que lançou a política como candidata à presidência em 2010. Marina Silva obteve nesta eleição 19.636.359 votos, o que correspondeu

a 19,33% dos votos válidos. Terminado o pleito, ela saiu do partido e começou a articular a criação de um partido próprio, mas não houve tempo hábil para registrá-lo na Justiça Eleitoral e, por essa razão, ela concorreu como vice da chapa formada com Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro, o PSB. No entanto, um acidente de avião logo no início da campanha eleitoral na televisão, em agosto de 2014, provocou a morte do político pernambucano. Em 20 de agosto, em uma convenção do PSB, Marina assume a cabeça da chapa do partido, tendo como vice o empresário Beto Albuquerque. A candidata ficou em 3º colocação com 22.154.707 de votos, com um percentual de 21,32%.

Na propaganda exibida no dia 19 de agosto de 2010, Marina apresenta a sua história de vida, mas o faz de forma diferente do que já havia sido feito por outras candidatas já apresentadas aqui. Ela anuncia em um cenário onde ela está enquadrada não ao centro, mas do lado direito do plano. O fundo do cenário é uma janela aberta, da qual se pode ver uma panorâmica desfocada de uma cidade grande, com seus edifícios e algumas árvores. Então ela anuncia:



Recorte 16 – HGPE Marina Silva (PV – 2010)

É muito importante que você conheça a vida de cada candidato. Por isso, eu vou contar a minha história para você.

Nesse momento, em sequência, várias pessoas começam a narrar a vida da candidata, mas em primeira pessoa. Pelas locações das gravações, cujos planos de fundo permitem ver várias paisagens diferentes, podemos inferir que as pessoas também são moradoras de diferentes regiões do país. Selecionamos alguns quadros das imagens dessas pessoas narrando a biografia da referida candidata, como se fossem as suas próprias histórias de vida:



Diferentes pessoas declaram: Eu nasci num seringal do Acre, no coração da Amazônia; comecei a trabalhar ainda criança; a minha escola era a floresta; a escola da vida. Fiquei muito doente e fui pra cidade, e penei na fila dos hospitais. Fui desenganada por alguns; fui ajudada por outros. Graças a Deus, superei tudo; eu sei o valor do sistema público de saúde; aprendi a ler aos 16 anos e nunca mais parei de estudar; entrei na faculdade e me formei em história. Sou professora; a educação salvou a minha vida, a educação pode salvar milhões de vidas; lutei ao lado de Chico Mendes pelos povos da floresta; pelos trabalhadores do campo e da cidade; fui vereadora; deputada estadual; e a mais jovem senadora da República do Brasil. Fui ministra do meio ambiente no Governo Lula; conseguimos deter o aumento da devastação; levamos melhoria de vida para as comunidades; sou casada e sou mãe de 4 jovens; eu me preocupo com o futuro; com educação de qualidade; atenção integral à saúde; um novo planejamento das cidades; sou da paz, sou pelo desenvolvimento sustentável, sou uma trabalhadora brasileira.

A imagem retorna para o estúdio, agora com a objetiva da câmera mais próxima do seu rosto, em primeiro plano, e a candidata termina:



Marina Silva: Sou candidata do Partido Verde a presidente do Brasil. Sou Marina Silva.

De início, a enunciadora declara a necessidade geral e comum de que o eleitor conheça os candidatos a presidente e, de forma mais específica, produz um efeito de que o faz espontânea e intimamente, utilizando o pronome “você”, interpelando o eleitor como alguém próximo, declara que vai contar a sua história. A câmera capta, então, vários indivíduos que contam a história da candidata Marina Silva, uma espécie de colcha de retalhos de momentos pessoais e profissionais da sua vida. São pessoas de várias idades (homens, mulheres – grávidas ou segurando seus filhos no colo –, crianças, jovens, adultos, idosos), cujos fenótipos denotam a reiterada condição multiétnica brasileira, apesar de não conseguirmos identificar as variações fonéticas características dos diversos cantos do país. Mas há então uma simulação de que essas múltiplas vozes falam de todas as regiões do Brasil. Isso pode ser percebido pela locação das imagens: há lagos, parques, praias, construções modernas e também mais antigas, indústrias, igrejas, ruas de paralelepípedos, escolas, paisagens que servem como pano de fundo para produzir o efeito de que várias “Marinas Silvas” falam de diversos lugares do Brasil.

O efeito desse relato da história de vida da candidata feita por pessoas diferentes produz um efeito de identificação desta com o brasileiro comum. É uma maneira de dizer que a história da candidata é a mesma história de vários cidadãos e cidadãs brasileiras espalhados pelo país. Mas também pode produzir a própria identificação entre os contadores da trajetória de vida da candidata e os eleitores ainda mais diversos em todo o seu conjunto. Esse recurso produz um enunciado autêntico e verdadeiro, situando-a mais próxima do povo e mais distante dos poderosos. Esse efeito é produzido na equivalência das imagens dos indivíduos que surgem plano a plano e da estrutura da formulação linguística (uso da primeira pessoa do singular) e na escolha do léxico.

A formulação “eu nasci no seringal do Acre, no coração da Amazônia” e “a minha escola é a floresta, a escola da vida” estabelece uma relação com uma outra formulação em uma outra

propaganda da candidata, exibida em 30 de setembro de 2010, em que ela diz “eu venho do Brasil profundo”.



Recorte 17 – HGPE Marina Silva (PV – 2010)

Eu venho do Brasil profundo, do povo trabalhador, dos bairros e das comunidades, das mulheres que sustentam a casa e mantém a família unida, do agricultor, do seringueiro.

Os termos e as expressões “seringal”, “floresta”, “coração da Amazônia”, “das comunidades” remetem à ideia do “Brasil profundo”, do Brasil “autóctone”, representado pela imagem romântica do habitante simples em perfeita harmonia e respeito pela natureza e pelo lugar onde nasceu, cuja origem salienta a relação intrínseca entre a terra e o seu trabalho nela que demarca sua experiência concreta na vida. Pelo efeito de identificação proporcionado na enunciação de múltiplas vozes juntamente com a sequência dos planos que mostram diversas pessoas contando a sua história pela história da candidata; ela, como tantos outros brasileiros, precisou tirar da terra o seu sustento e o seu trabalho. Ela, como tantos outros, penou na fila dos hospitais, e também fora salva pela educação. Parte-se também do geral para o específico no interior da formulação, uma vez que há ainda o uso da especificação de gênero, presente em “das mulheres que sustentam a casa e mantém a família unida”, rememorando uma imagem que é recorrente nas histórias das mulheres pobres do país, de mulheres solteiras que sustentam os seus filhos ou daquelas que ficaram sozinhas com eles em suas casas, porque o companheiro precisou se mudar para procurar emprego na cidade, ou porque elas mesmas são as chefes de família, que cuidam dos filhos e sustentam a casa, sendo, em qualquer um dos casos, o polo centralizador da família.

Em um momento da narrativa, há uma quebra desse padrão para falar da especificidade que a legitima como candidata ao cargo executivo mais importante no país. Passa-se da narração de sua vida privada para sua vida profissional e pública. “Professora”, “vereadora”, “deputada”,

“a mais jovem senadora da República”, lutou “ao lado de Chico Mendes”, “ministra do meio ambiente no governo Lula”; todas essas determinações evidenciam a experiência acumulada e projeta a certeza para o futuro de que se a candidata já fez tudo isso, poderá assumir com sucesso um desafio ainda maior. Há mais uma quebra para retornar à narrativa de sua vida privada, a que se parece com a vida de tantos outros brasileiros. “Casada”, “mãe de quatro jovens” e, como qualquer mãe, preocupada com o futuro de seus filhos, com a educação, com a saúde. E como qualquer cidadão e cidadã brasileira, é “uma trabalhadora”, reforçando dizeres eufóricos com relação à capacidade de produção dos sujeitos em uma sociedade que valoriza o trabalho; e é “da paz”, tomando para si a imagem de pacificadora, de uma pessoa aberta ao diálogo e refutando a disputa que costuma ser as eleições, comumente associadas, pelo léxico, à metáfora da guerra. A trajetória de vida de Marina Silva anunciada na propaganda do PV produz então uma identificação entre a candidata e qualquer brasileiro, em maior ou menor grau. Seu dizer é verdadeiro, porque também é um dito e feito por tantos outros que podem atestar sua veracidade pela sua própria experiência de vida, uma experiência de vida superlativa, na qual se destaca o pioneirismo e de suas atividades e a luta para superar dificuldades, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Identificamos que a exposição da vida privada e da vida pública é uma estratégia comum e bastante utilizada quando se faz uma campanha de uma mulher política. Se, nesse programa, a estratégia utilizada foi contar sua vida pelo rosto e pela “voz” de outros tantos brasileiros, em um outro programa, de 6 de setembro das eleições de 2014, a referida candidata o faz de outra maneira. Vejamos:





Recorte 18 – Marina Silva (PV – 2014)

Sabe por que Marina pode mudar o Brasil?

Voz off feminina: Marina é determinada.

Voz off masculina: Foi agricultora, seringueira, empregada doméstica e professora. Aprendeu a ler com 16 anos. E com 26 se formou na universidade. Fez ainda dois cursos de pós-graduação.

Voz off feminina: Marina tem experiência.

Voz off masculina: Vereadora, deputada estadual e duas vezes senadora. Marina conhece bem o governo e o Congresso nacional.

Voz off feminina: Marina tem liderança.

Voz off masculina: Quando ministra do meio ambiente, comandou um trabalho integrado de 14 ministérios e o desmatamento da Amazônia diminuiu pela primeira vez na história.

Voz off feminina: Marina sabe dialogar.

Voz off masculina: Ela pode conversar com todos os segmentos políticos e da sociedade para fazer a mudança que o país precisa.

As imagens que cobrem as *vozes off* são fotos da trajetória de vida de Marina Silva, tanto relacionadas à sua vida privada quanto às suas atividades públicas. Há a presença de duas vozes *off*, uma masculina e outra feminina que intercalam a narração dos motivos que tornam Marina Silva apta para governar o país. A *voz off* masculina começa com uma pergunta retórica: “sabe

por que Marina pode mudar o Brasil?”, mesmo recurso utilizado no primeiro HGPE analisado da candidata Heloísa Helena apresentado neste capítulo. Já discutimos anteriormente o uso da pergunta retórica como estratégia discursiva para introduzir uma reflexão da qual já se sabe a resposta. Nesse caso, na própria pergunta, já há uma afirmação pressuposta de que Marina Silva é a pessoa que pode mudar o Brasil. A matéria da reflexão, ou a direção da pergunta recai sobre os motivos que a tornam apta para essa função.

A *voz off* feminina apresenta uma informação condensada e categórica constituída sempre por uma qualificação eufórica a respeito da candidata sobre como Marina mudará o Brasil. Assim, “Marina é determinada”, “Marina tem experiência”, “Marina conhece o governo e o Congresso nacional”, “Marina tem liderança”, “Marina sabe dialogar”, resume suas qualidades pessoais e profissionais e marca o ritmo da fala das duas vozes, que são intercaladas para dar dinamismo às informações. As formulações linguísticas enunciadas pela *voz off* feminina produzem então um efeito catafórico para as formulações apresentadas em seguida pela *voz off* masculina, que tem a função de explicar de forma mais detalhada porque ela é apta para fazer essa mudança. Dessa forma, as formulações linguísticas da *voz off* masculina são uma paráfrase explicativa das formulações de sua correlata feminina.

De todas as qualificações apresentadas pelas *vozes off*, apenas a primeira remete à sua vida pessoal, destacando sua origem humilde, suas profissões árduas, fatigantes e desvalorizadas pela sociedade (agricultora, seringueira, empregada doméstica e, – por que não? – professora), e suas dificuldades em ter acesso à educação até chegar à universidade. Todas essas informações foram sintetizadas anteriormente pela formulação “Marina é determinada”. Apesar da infância pobre e das dificuldades, ela nunca desistiu, e conseguiu, por possuir esta qualidade, chegar mais longe em sua atuação profissional e política. As imagens das fotografias colocadas umas sobre as outras em uma mesa, como se se estivesse formando um mural, referendam e confirmam, sincronicamente, o que fora narrado pelas *vozes off*. A câmera passeia pelas fotografias de sua trajetória de vida, em várias direções e, cada vez que a *voz off* feminina enuncia sua formulação sintética e categórica, uma mão deposita uma ou outra fotografia da candidata, fotografias que a mostram em eventos, encontros e reuniões com autoridades. Assim, imagens de sua vida privada e imagens de sua atuação política, que funcionam como registros históricos e factuais das atividades da candidata, se coadunam com a formulação linguística das *vozes off* para produzir o efeito de sinceridade e autenticidade dos dizeres eufóricos a respeito de Marina Silva. Quatro anos antes, a campanha da candidata Dilma Rousseff utilizou dessa mesma estratégia para produzir esse efeito de credibilidade e legitimidade de sua candidatura:



Recorte 19 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2010)

Voz off masculina: Foi com determinação que Dilma se tornou a primeira mulher Secretária de Finanças, foi com inteligência que Dilma livrou o Rio Grande do Sul do apagão de FHC, foi com sensibilidade que Dilma criou o *Luz para Todos*, beneficiando mais de 12 milhões de brasileiros. Foi com competência que Dilma coordenou o *PAC* e o *Minha Casa, Minha Vida*. Foi com liderança que Dilma coordenou todos os ministérios e ajudou Lula a colocar o Brasil no rumo certo. Dilma, uma mulher com as qualidades que o Brasil precisa para seguir mudando.

No programa do dia 18 de setembro de 2010, em um fundo escuro, a câmera em movimento capta as palavras escritas em letras brancas e, ao final de cada palavra, há uma imagem congelada ou fotografias que mostram a candidata Dilma Rousseff participando de atividades políticas, em reuniões e eventos, algumas do lado do até então presidente Lula. Cada palavra e imagem surge em sincronia com o tópico dito pela *voz off*. Ao final dessa sequência das palavras destacadas na imagem, elas são posicionadas uma embaixo da outra para formar o nome “Dilma”, enquanto a *voz off* pronuncia a última sentença da mensagem. Ao contrário do programa de Marina Silva, não há uma formulação que sintetiza as qualidades de Dilma

Rousseff, mas uma outra estrutura linguística é utilizada para dar ritmo à narrativa e destacar cinco qualidades da candidata, a fim de que o eleitor as fixe, pela repetição da própria estrutura linguística, suas características positivas. A estrutura da oração subordinada substantiva subjetiva é escolhida para produzir esse efeito: “Foi com X que Dilma Y”, sendo X uma qualidade determinada por um nome, “determinação”, “inteligência”, “sensibilidade”, “competência” e “liderança”, e Y, as ações, as realizações da candidata que fazem com que ela tenha legitimidade para concorrer ao cargo de presidente.

Uma qualidade que podemos salientar é o termo “sensibilidade”, que parece destoar de outros, cujos sentidos concernem facilmente à função a qual a candidata disputa. O termo aparece para referendar a coordenação do programa *Luz para Todos* que beneficiou 12 milhões de brasileiros. De todas as justificativas dadas para as qualificações, apenas o termo sensibilidade é carregado por um elemento que possui um traço + animado: 12 milhões de brasileiros, de pessoas. O termo assim reforça a relação entre a política e a preocupação com o povo e não apenas com números e estatísticas, um termo que estabelece a evocação da memória de uma qualidade que remete à emoção e ao feminino. Por último, cabe ainda fazer uma consideração acerca da formulação linguística que conclui o excerto. O nome de Dilma surge por meio de uma estrutura de tópico-anacoluto para dar ênfase ao nome da candidata, estabelecendo uma especificação de sua condição feminina pela *voz off*, “uma mulher”, associada a uma determinação eufórica expressa pelo sintagma preposicional que compõe o comentário feito por uma sentença completa “com as qualidades que o Brasil precisa para seguir mudando”. Essa formulação sintetiza euforicamente as qualidades atribuídas à candidata e, aliada à locução verbal escolhida – gerúndio – em “para seguir mudando”, indica a ideia de uma ação em andamento, em progresso, que deve-se ao fato de que a candidata pleiteia um segundo mandato, atrelando a própria mudança aos governos petistas eleitos desde o governo Lula, incluindo, também e principalmente, o seu próprio mandato, conquistado nas eleições de 2010.

Cabe também ressaltar as diferenças no uso da voz pela *voz off* entre essas duas últimas propagandas apresentadas, a de Marina Silva e a de Dilma Rousseff, principalmente no que concerne à dinâmica da fala dos locutores. Enquanto as *vozes off* do HGPE de Marina Silva apresentam uma fala com um ritmo menos acelerado e faz uso de mais pausas, a voz off da propaganda eleitoral de Dilma Rousseff, nesse excerto, faz uma narração mais acelerada, apesar de usar muito bem as pausas, principalmente depois de pronunciar as palavras que apareciam também escritas nos planos, a fim de destacar as qualidades da candidata. No HGPE de Marina

Silva, há um cuidado com o grande volume de informações, que diz respeito tanto à esfera pública quanto à privada, e a dinâmica da narrativa é obtida pelo contraste das duas vozes, masculina e feminina, na enunciação. A música que acompanha ao fundo é lenta e suave. A *voz off* da propaganda de Dilma Rousseff é mais acelerada, assim como a música que, mesmo com um volume baixo para sobressair a *voz off*, se assemelha às chamadas de música de abertura de telejornal. A declaração dinâmica se coaduna com as informações da atuação profissional da candidata na política, produzindo em efeito de eficiência e agilidade da própria atuação política da candidata do PT. Vejamos mais um outro excerto sobre a atuação profissional de Dilma Rousseff, HGPE exibido no dia 21 de agosto de 2010:





Recorte 20 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2010)

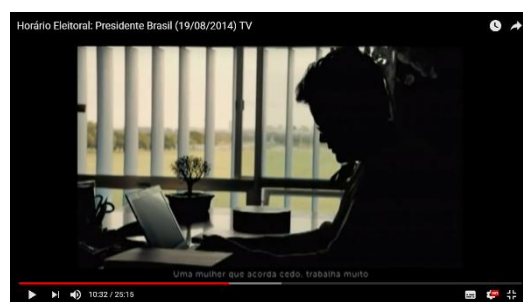
Voz off: Dilma foi a primeira mulher a ser secretária de Finanças no governo de Porto Alegre, e secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. Foi a primeira Mulher a ser Ministra de Minas e Energia, e a presidir o conselho de administração da Petrobrás. E graças à sua competência, se tornou a primeira mulher a ser Ministra chefe da Casa Civil, o cargo mais importante do governo depois do presidente. Quem tem uma biografia dessas tem tudo para ser a primeira presidente do Brasil.

Neste excerto, a *voz off* discorre sobre a lista dos cargos ocupados por Dilma Rousseff nos governos estadual do Rio Grande do Sul e no governo federal. A série de imagens em preto e branco consiste em uma exibição de fotos da candidata em eventos públicos, reuniões, em visita à Petrobrás, juntamente com o até então presidente Lula. Todas elas são registros das atividades políticas desempenhadas por ela. É preciso salientar a construção linguística “Dilma foi a primeira mulher a ser X” presente na maioria das sentenças, ressaltando e especificando o pioneirismo de sua atuação política, relacionada ao seu gênero. A disposição das funções denota uma escalada por importância dos cargos que ocupou. Primeiro, de servir a um governo da prefeitura de uma capital, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para ascender, “graças à sua competência”, à esfera federal, chegando a ser “a primeira mulher Ministra chefe da Casa Civil”, qualificado de forma superlativa como “o cargo mais importante do governo depois do presidente”. A partir deste momento da narração, as imagens tornam-se coloridas, a objetiva da câmera focaliza o rosto do presidente Lula sorrindo; a imagem se expande e agora também focaliza o rosto da candidata, que também está sorrindo. Os dois estão vestidos de vermelho, cor característica do Partido dos Trabalhadores. Eles se dão as mãos e levantam os braços, um

gesto de vitória, que coincide com a última formulação da *voz off*: “quem tem uma biografia dessas tem tudo para ser a nova presidente do Brasil.

A relação que se estabelece entre os termos é uma relação crescente, do cargo menos importante para o mais importante que, naquele momento era o de Ministra chefe da Casa Civil, cargo que só responde ao presidente da República. À propósito, Coulomb-Gully (2012; 2014) destaca que é comum mulheres no governo assumirem cargos relacionados com “sua natureza”, como a chefia de pastas relacionadas à saúde, ao bem-estar social, aos direitos de crianças e adolescentes e até mesmo ao meio ambiente. Cargos associados à gestão de recursos, economia e infra-estrutura são dominados pelo universo masculino. Dilma Rousseff, ao contrário, desde a sua primeira atividade na política, em uma prefeitura, assumiu um cargo considerado, em uma perspectiva naturalista, “masculino”. E para cumprir sua escalada, por competência, mérito e biografia, falta-lhe o cargo de presidente, que está à altura da sua competência e experiência políticas.

Notamos também que na primeira campanha de Dilma Rousseff à presidência, em 2010, o termo “presidente” estava em covariância com seu termo flexionado, “presidenta”. Na reta final da campanha e principalmente na campanha de 2014, o termo “presidenta” se tornou “a norma”, marcando de forma definitiva a imagem da mulher em seus programas eleitorais. Vejamos o início do primeiro programa eleitoral de 2014, veiculado no dia 19 de agosto, da até então presidenta Dilma Rousseff:





Recorte 21 – HGPE Dilma Rousseff (PT- 2014)

Apresentadora: Este novo ciclo de desenvolvimento está sendo feito com o esforço de todos os brasileiros e de todas as brasileiras. Mas uma mulher está tendo um papel decisivo nisso tudo.

Voz off feminina (a voz da própria apresentadora): uma mulher que acorda cedo, trabalha muito, tenta aproveitar qualquer tempinho que resta para ter uma vida normal, como qualquer pessoa. Lê e escreve muito. Gosta de cozinhar e de tratar do jardim. Cuida da residência oficial com o esmero de qualquer dona de casa. Sente saudade da filha e do neto que moram longe. E compartilha, em todos os instantes, dos sonhos, das apreensões e das esperanças de milhões de brasileiros.

Dilma: você não pode se abater por uma dificuldade. Todo dia você tem que matar um leão.

No início do programa, a *voz off* fala sobre os impactos das políticas sociais dos governos Lula e Dilma, apesar da crise financeira que assola o mundo desde 2008. Em seguida, em uma locação onde há uma paisagem com plantas, árvores e algo que se assemelha a um lago, uma apresentadora jovem diz: “este novo ciclo de desenvolvimento está sendo feito com o esforço de todos os brasileiros e de todas as brasileiras. **Mas uma mulher** está tendo um papel decisivo nisso tudo”. Ela continua a falar, mas sua imagem dá lugar às imagens do Palácio do Planalto iluminado pelos primeiros raios do sol. Há um corte para o interior do local, onde Dilma Rousseff já está trabalhando em sua mesa. A apresentadora, em *voz off*, continua: “**uma mulher** que acorda cedo, trabalha muito, tenta aproveitar qualquer tempinho que resta para ter uma vida normal, como qualquer pessoa”. Na sequência, a candidata carrega uma pilha de livros.

A apresentadora prossegue com a narrativa: “Lê e escreve muito”. Neste momento, a câmera enquadra as mãos da candidata, que está em uma cozinha onde corta tomates e prepara macarrão. A *voz off* continua: “Gosta de cozinhar e de tratar do jardim”. Há um corte na imagem para um cachorro, que anda com ela pelos jardins do Palácio do Planalto. “Cuida da residência oficial com o esmero de qualquer dona de casa”. A câmera focaliza Dilma Rousseff agora dentro da residência, segurando e olhando porta-retratos. “Sente saudade da filha e do neto que moram longe. E compartilha, em todos os instantes, dos sonhos, das apreensões e das esperanças de milhões de brasileiros”. Há uma imagem de Dilma dentro de um carro, de modo que a câmera a filma desse espaço interior, permitindo que se veja o Palácio do Planalto pela janela do automóvel. Dilma, então, fala: “você não pode se abater por uma dificuldade. Todo dia você tem que matar um leão”. Em seguida, na tela, surge, em letras brancas, ao lado de sua imagem, a seguinte formulação: “Dilma Rousseff. Presidenta”.

A apresentadora utiliza em sua formulação um tom eufórico reforçado por sua expressão facial a qual esboça um leve sorriso para anunciar o “ciclo de desenvolvimento” pelo qual passa o país, “esforço de todos os brasileiros e brasileiras”. A escolha do uso dos dois do adjetivo pátrio, “brasileiro”, o considerado “neutro” e, “brasileira”, o flexionado no feminino, apresenta

a necessidade de inclusão, pela língua, da participação feminina no desenvolvimento do país, como forma de dar visibilidade à inclusão do que permaneceu, por muito tempo, apagado. Ao proceder com a inclusão e participação de “todos” no esforço de trabalhar para o desenvolvimento do país, há, na sequência linguística, um efeito de partir do geral para o específico em forma de precedência introduzido pelo conectivo “mas”: parte-se, então, de “todos os brasileiros e todas as brasileiras” para “uma mulher”, cuja precedência é marcada pela expressão “papel decisivo”. Não se fala explicitamente quem é essa mulher, que é determinada apenas por um artigo indefinido. No entanto, a conjunção da *voz off* e da imagem da candidata Dilma Rousseff em atividade, seja em seu escritório, na cozinha ou no jardim do Palácio, indica sobre quem se está falando.

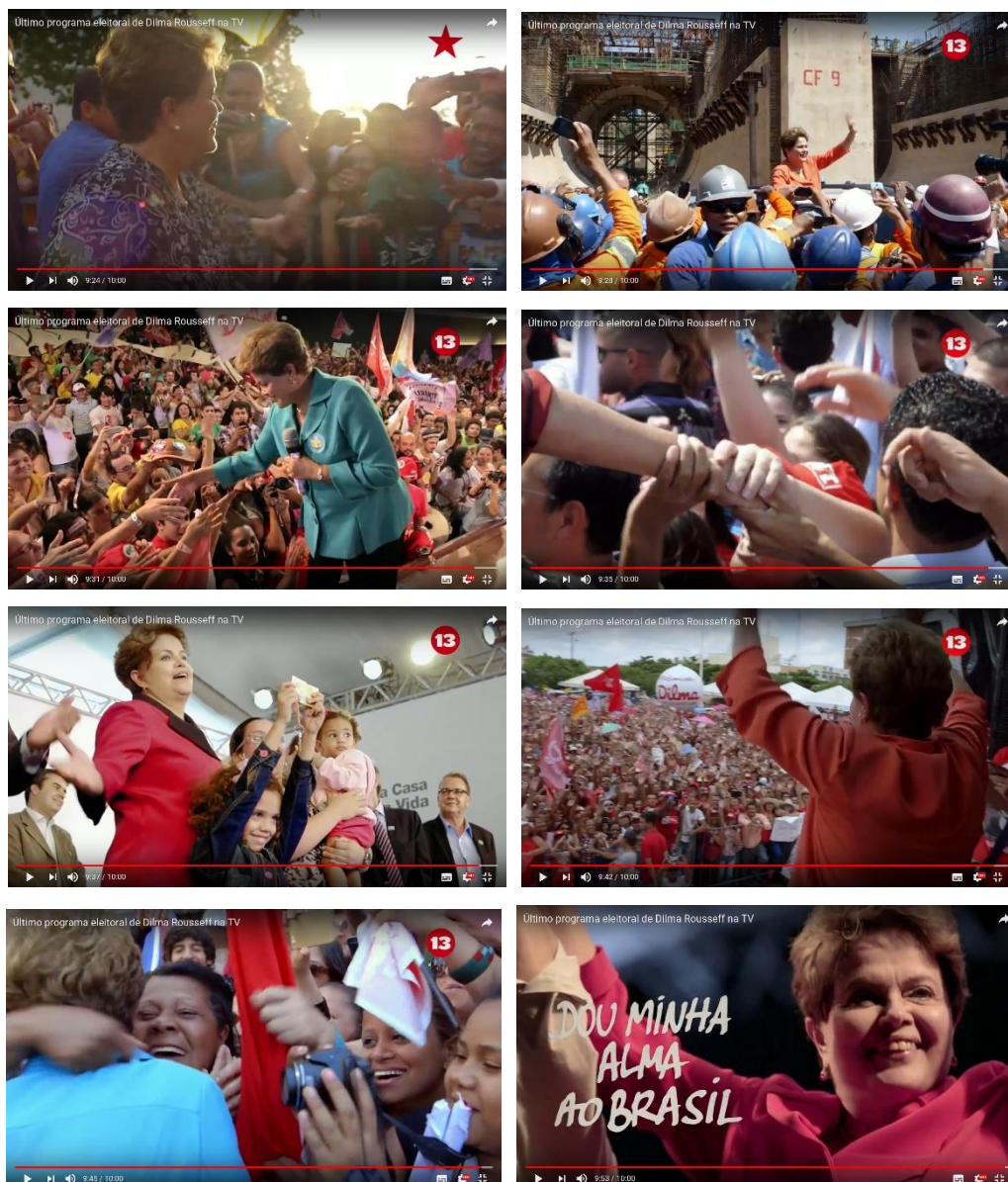
O enunciado sincrético desse excerto produz uma imagem da candidata como uma pessoa comum, uma mulher que “trabalha e muito, como qualquer pessoa”, demarcando um efeito de identificação com o eleitor, e se distanciando do enunciado produzido na memória em nossa sociedade de que político não trabalha e apenas gasta o dinheiro do cidadão, além de rememorar um dito moralizante sobre a produtividade, “o trabalho dignifica o homem”, homem aqui tomado em sua acepção universal. Dilma Rousseff não só trabalha, mas a sua atividade é enfatizada pelo advérbio de intensidade “muito”, qualificado positivamente pelo advérbio de tempo em “acorda cedo”, valorizando ainda mais as suas atividades. Esse efeito é produzido pela imagem do Palácio do Planalto iluminado pelos primeiros raios de sol, e pelo corte da imagem para o interior do prédio, onde a até então presidenta já está à mesa cuidando de seus afazeres. Assim, a própria imagem refenda o que se diz da candidata: não basta dizer que ela acorda cedo para trabalhar, é preciso mostrar que, no momento que o sol nasce, Dilma Rousseff já está trabalhando em seu escritório. Porém, ela não é só trabalho. A sequência imagética em conjunção com a formulação linguística, ou seja, a linguagem sincrética indica que, assim como muitos trabalhadores espalhados pelo país, a presidenta também separa um tempinho de sua exaustiva jornada, que começa muito cedo, para ter uma “vida normal”, também trabalhando em casa: as atividades são listadas: cuidar do jardim, cozinhar, cuidar da casa “com o esmero de qualquer dona de casa” e “sente saudade da filha e do neto que moram longe”. Desse modo, vida pública e vida privada são igualmente expostas na propaganda política, principalmente quando se trata de propaganda eleitoral de uma mulher política.

Há, assim, neste excerto, a produção de três imagens que foram associadas à candidata: a de trabalhadora comum, que possui uma jornada dupla, a de mãe e avó, que também são evocadas para constituir a última, a imagem da mulher política que trabalha duro, mas que

também é sensível e tem uma vida pessoal. Os retratos de família são o traço dessas marcas privadas no espaço público, uma vez que ela trabalha e mora no Palácio do Planalto. É importante salientar que a formulação linguística que sucede aquela em que fala da filha e do neto, na qual Dilma Rousseff segura um porta-retrato de sua família, a *voz off* diz o seguinte: “e compartilha, em todos os instantes, dos sonhos, das apreensões e das esperanças de milhões de brasileiros”. Deprendemos daí um efeito de identificação ainda mais profundo entre a candidata e os milhões de brasileiros, que compartilham de suas “apreensões” e “esperanças”. Dessa forma, Dilma Rousseff não é apenas uma mulher que trabalha muito, mas possui também uma vida pessoal, marcada, como “qualquer pessoa”, pelas “apreensões e esperanças” da vida, como uma pessoa normal. No entanto, suas “esperanças e apreensões” não se restringe à sua vida particular. Como uma pessoa pública, esses sentimentos são partilhados com os brasileiros.

O efeito de aproximação se constrói pelo porta-retrato de família como uma metáfora para a pátria, marcando e reatualizando o Estado como uma grande família. É como se, no momento em que contempla o retrato, Dilma Rousseff contemplasse também a imagem dos milhões de brasileiros por quem “ela mata um leão” por dia. O efeito de espontaneidade e, conseqüentemente, de autenticidade é engendrado pela relação entre a fala autêntica, relaxada pelos termos informais, pela referência a um ditado popular, e pelo ângulo da câmera, que a filma de lado, em primeiríssimo plano e, em seguida, em primeiro plano, nos dando a impressão de que estamos sentados ao seu lado. Neste sentido, o programa estabelece a relação entre Dilma Presidenta e Dilma mulher, mãe e cidadã comum; Dilma, gestora eficiente e Dilma dona-de-casa, que também, como qualquer outra mulher, possui uma jornada dupla de trabalho. Todas essas relações estabelecidas nesse excerto aproximam a mulher política do cidadão comum, produzindo um efeito de sinceridade e de autenticidade do dizer pela identificação com o povo. Identificação que se estabelece não somente pelo que é dito e pelo modo de dizer, mas também pelo que se diz a respeito do que seria o seu fazer. Vejamos agora um outro lado de Dilma Rousseff discursivizado pelo seu HGPE, exibido no dia 24 de outubro, último dia de propaganda política eleitoral na televisão:





Recorte 22 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2014)

Lutei contra a ditadura, venci a tortura, venci o câncer. O meu amor à vida, os meus ideais, as minhas paixões, a minha obsessão pelo sonho, o meu vício de esperança, me ajudaram a vencer todas as dificuldades. Agora, o que me leva adiante é minha paixão pelo Brasil e pelo povo brasileiro. Dou minha alma ao Brasil.

Este recorte, proveniente da última propaganda da campanha da candidata Dilma Rousseff, é todo ele narrado pela candidata e repleto de suas imagens, sendo ovacionada pelo povo, por militantes do PT e da CUT que agitam bandeiras vermelhas, seja em comícios, nas ruas, em eventos políticos. Ao fundo há uma música ao piano, de melodia suave.

Neste excerto, ressaltamos o uso da confissão de si pela candidata, que se faz pela memória de sua experiência de vida. A grande bandeira que se abre no meio do povo, onde está

desenhado seu rosto, uma imagem que circulou na mídia em 2010, quando a *Folha de São Paulo* divulgou uma suposta ficha criminal da candidata produzida pelo DOPs no período da ditadura civil-militar, e na qual também consta a formulação linguística *Coração Valente*, remete ao passado da tortura e da prisão por lutar pela democracia, sofrimento no passado, mas que, no presente, é um símbolo de sua resistência. Esse sentido disputa os corações e as mentes do povo brasileiro com a posição dos seus opositores, que a consideravam terrorista. Inclusive, essa ficha criminal foi divulgada pela Folha de São Paulo em abril de 2009, quando o até então presidente Lula começou a manifestar o desejo de que sua Ministra-chefe da Casa Civil disputasse as eleições pelo PT para sua sucessão. A imagem da suposta ficha criminal repercutiu em outros veículos de comunicação, sempre associando a candidata à imagem de terrorista. Destacou-se também o uso de seus codinomes, para proteger sua identidade nas operações do grupo de resistência contra a ditadura, o que sugeriria, na posição conservadora, que Dilma ou era mentirosa ou não revelava sua identidade. Posteriormente, ficou provado que a ficha criminal divulgada pelo jornal e repercutida por outros meios de comunicação era falsa. Se antes, os dizeres manifestados na imagem da ficha do DOPs era interdito, no sentido que de poderia emergir um sentido disfórico de terrorista, a propaganda da candidata utilizou da mesma imagem, da sua foto em 3x4 do “documento”, para deslizar o sentido para a imagem da mulher militante, daquela que luta pela melhoria do seu país e das condições de vida do seu povo, produzindo agora, um sentido eufórico. E a adesão dessa discursivização pelo povo produzida nas imagens do HGPE da candidata produz um efeito de espontaneidade e de autenticidade dessa posição, pois é o próprio povo, a própria multidão, “espontaneamente”, que abre e deflagra a bandeira da imagem da Dilma “coração valente”, mulher militante.

Assim, é a reatualização desse passado através do verbo “vencer”, desde os desafios físicos como aqueles que se colocam contra os ideais (“a tortura”, no passado), com os desafios sofridos pelo seu próprio corpo (“o câncer”, em um passado recente), que demarcam a qualidade da mulher guerreira que não se deixa abater. Dessa forma, sua experiência de vida e seu passado militante atestam suas “paixões”, “vícios” e “obsessões” que, na formulação do seu pronunciamento, são deslocados para determinar euforicamente suas qualidades. Nesse sentido, as emoções apresentadas pela militante que foi no passado afloram na mulher política do presente e que, assim como no passado, arriscou sua vida pela democracia, no presente, não hesitaria em dar sua “alma ao Brasil”. Neste sentido, a formulação quase poética associa seu passado ao seu presente para produzir o discurso da mulher que enfrentará todas as dificuldades, assim como no passado, para servir ao país.

De todos esses excertos apresentados, e de um modo geral, podemos verificar que as mulheres políticas se utilizaram da imagem da maternidade como símbolo de suas campanhas. Há uma recorrência manifesta da evocação dos sentidos do feminino no espaço privado, tão presentes na memória de nossa sociedade para demarcar o lugar da mulher como provedora da família e deslizar metaforicamente esses dizeres para que estes se configurem no estado Pátria-mãe. Encontramos essas relações metafóricas, entre lar e pátria, cuidado com os filhos e cuidado com os cidadãos, principalmente nos HGPE das candidatas Livia Maria Pio, Heloísa Helena e Dilma Rousseff. É a imagem da mulher redentora, presente na concepção do eterno feminino, isto é, do altruísmo “natural” da mulher que é agenciada na construção dessa imagem da mulher política, que também se constitui na produção discursiva da mulher política militante. No entanto, essa produção foi concebida diferentemente. Enquanto a candidata Livia Maria Pio utilizou a maternidade numa perspectiva essencialmente naturalista, as candidatas consideradas “de esquerda” deslocam esse lugar da maternidade para um efeito militante e combativo.

Por outro lado, algumas das candidatas evidenciaram seu lado profissional associado ao sentido de emancipação feminina, como as candidatas Thereza Ruiz e Ana Maria Rangel, enquanto as outras políticas, desde 2006, destacaram o seu profissionalismo por seu ativismo político a favor dos grupos minoritários. Heloísa Helena, em seu HGPE, concebeu sua imagem sob uma perspectiva antagônica, a favor dos pobres contra os ricos e os políticos corruptos. Já Luciana Genro, enfatizou sua luta militante ao lado dos grupos minoritários, e também ao lado dos jovens que se identificaram aos protestos das conhecidas Manifestações de junho, em 2013. Marina Silva serviu-se da imagem da ativista ambiental e destacou sua luta desde a juventude ao lado dos seringueiros e defensores da floresta. E Dilma Rousseff arregimentou seu passado de militante contra a ditadura. A imagem da mulher militante também foi mobilizada de acordo com suas especificidades, seja por uma causa única, seja pela causa de determinados grupos ou ainda por todos os brasileiros. Mas ainda pretendemos identificar os sentidos do feminino que emergem sobre elas a partir dos depoimentos de seus aliados e de seus adversários.

O que dizem os seus aliados?

Como já foi discutido anteriormente, quando se dispõe de um tempo razoável na TV, há um espaço reservado no HGPE aos aliados para expressar seu apoio à candidatura e frequentemente dão seus depoimentos a favor do candidato. No geral, são pessoas proeminentes

que lhe emprestam a credibilidade para declarar o voto no político em questão. Fazem parte desse grupo desde políticos de outros partidos que assumiram um compromisso de aliança com a sigla partidária do candidato, até artistas, jornalistas, empresários e escritores.

Dessa forma, não basta ao sujeito político falar de si, atribuindo a si mesmo competência, legitimidade e credibilidade para assumir a gestão da vida de outrem, uma vez que o autoelogio poderia caracterizar um efeito de impertinência e arrogância na visão dos eleitores a respeito do candidato. Soma-se a isso o fato de que, como já discutimos anteriormente, o discurso político é conhecido geralmente como uma atividade marcada pela desconfiança, e comumente recebe a pecha de mentiroso. Por isso, o uso de depoimentos de pessoas de reconhecido valor em favor do candidato é uma maneira de tentar amenizar essa desconfiança imputada ao político em campanha.

No entanto, nem todos os candidatos utilizam essa estratégia em sua propaganda televisiva. O pouco tempo de tevê disponível faz com que a equipe responsável por sua campanha invista mais na fixação da imagem do próprio candidato, principalmente daqueles que não já possuem uma certa visibilidade na política. Por esta razão, nem todas as candidatas serão contempladas nesta seção. Outras, porém, mesmo com pouco espaço de propaganda, utilizam esta estratégia, como podemos verificar neste excerto do HGPE da candidata Thereza Ruiz, no primeiro dia de campanha na televisão, em 18 de agosto de 1998, no qual o próprio presidente do partido falou aos eleitores a fim de apresentar a candidatura feminina apoiada pelo seu partido, o PTN:



Recorte 23 – HGPE Thereza Ruiz (PTN – 1998)

O Partido Trabalhista Nacional apresenta à nação brasileira uma mulher candidata à presidência da República. É um fenômeno que está ocorrendo em praticamente toda a América Latina. Foi assim na Colômbia, Nicarágua, Bolívia, Equador, Venezuela e também na Argentina. Porque não no Brasil? Brasileiras, cerrem fileiras com a única mulher candidata a presidente. Thereza Ruiz para presidente. Eduardo Gomes, vice. Por um Brasil mais feliz !

Neste trecho, que conta com todo o tempo da primeira propaganda eleitoral do PTN, o presidente do partido, Dorival de Abreu, fala à nação. Em primeiríssimo plano, em fundo cinza, o enunciador faz seu pronunciamento com sua fala enfática e uma velocidade média e com pausas longas, produzindo um efeito de formalidade, manifestando, por esses recursos prosódicos, uma mensagem muito importante para exprimir ao país. Esse efeito é reforçado pelo fundo musical escolhido, que se assemelha a uma música de abertura de telejornal, indicando a importância da sua declaração. A informação principal é expressada logo na primeira sentença de sua formulação: a de que o partido em questão anuncia uma mulher candidata à presidência do Brasil. Em seguida, surge a sua justificativa que destaca que tal “fenômeno”, significado como uma “novidade”, ocorre em quase todos os países latino-americanos, utilizando o recurso da enumeração. A possibilidade de que esta novidade também ocorra no Brasil é introduzida pela estrutura interrogativa “Porque não no Brasil?”, demarcando a obviedade de que o país pode aderir aos novos ventos da democracia, dos quais já respiram os nossos vizinhos.

Logo, seu pronunciamento se dirige às mulheres, metade do eleitorado brasileiro, a fim de manifestar a sua representatividade na política pela candidatura feminina da sua sigla partidária, especificada por meio do adjetivo pátrio “brasileiras”. Neste momento, seu ritmo de fala se torna mais lento e o volume da sua voz, um pouco mais alto. Percebemos isso, particularmente, no trecho “CERrem fileiras com a Única muLHER CANDidata”, em que há uma incidência enfática do acento frasal proporcionado pelo aumento de duração das sílabas destacadas em maiúsculas, significando, nessa exortação às mulheres – brasileiras –, o efeito de reforço da autoridade e o valor do que se diz, uma vez que a especificidade do seu partido (ter a única candidatura feminina nessas eleições) pode representar verdadeiramente as mulheres brasileiras na política. Ao final desse excerto, logo depois que o enunciador exorta as mulheres para cerrarem “fileiras com a única mulher candidata a presidente”, surge a imagem de Thereza Ruiz, em plano americano, portando uns óculos de grau, sentada diante de uma escrivaninha, onde parece escrever algo de forma compenetrada. Seus olhos estão baixos, olhando para o que escreve e, em nenhum momento, ela olha para a câmera. Essa imagem produz um sentido de que a candidata trabalha com eficiência e competência, destacando seu lado profissional e, conseqüentemente sua legitimidade para assumir o cargo de presidenta.

No entanto, é importante ressaltar que, a todo momento do primeiro HGPE do PTN é o seu presidente – um homem – que fala pela candidata. Neste sentido, a candidatura feminina sofre, como afirma Coulomb-Gully, 2012, p. 146), a suspeita de uma heteronomia fundada na

necessidade da anuência de um outro. Esse outro é o homem, que lhe transmite e confere a autoridade, a “benção” e a concessão da sua candidatura, falando em seu nome. É como se a mulher precisasse de um avalista para sua candidatura, uma vez que não possui “força” para garantir sua legitimidade como candidata e, por esta razão, precisasse sempre de um mentor.

Os próximos excertos são depoimentos de aliados da candidata Dilma Rousseff. Como a ex-ministra de Lula contou com um tempo maior de televisão por causa do número de alianças que o PT conseguiu realizar nas duas eleições que disputou, foi possível também apresentar um número maior de aliados em sua propaganda na TV. Selecionamos alguns deles para proceder a análise:



Recorte 24 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2010)

Quando eu cheguei em Tiradentes [presídio onde Dilma foi levada quando presa pela ditadura], fui recebida com um abraço. Uma das primeiras pessoas, talvez a primeira que me abraçou, e choramos muito, foi ela. Mas ao mesmo tempo que chorava, ela ria e virava assim : quem diria, hein ?! que:: de Belo Horizonte, da: da UFMG, nós : nós iríamos nos encontrar aqui.

(...)

Às vezes o que eu tenho é que a Dilma é uma pessoa pra cima, a vida não a derrubou. Em momento nenhum.



Recorte 25 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2010)

Eu tive o privilégio de viver esses anos todos com ela, né? Anos dos quais resultou uma filha, que nós amamos muito.

Apresentamos primeiramente esses dois excertos selecionados da primeira propaganda eleitoral da campanha da candidata Dilma Rousseff, exibida no dia 17 de agosto de 2010, no período da tarde, que tratou da biografia da candidata e que mesclou fatos de sua vida privada, como a sua infância e sua vida escolar, e da sua vida pública, como a da sua prisão no período da ditadura civil-militar brasileira. Os “depoentes” que aqui se manifestam pertencem ao círculo privado da candidata. São uma amiga, Eleonora Menicucci, ex-colega de classe de Dilma Rousseff, e seu ex-marido, Carlos Araújo. Apesar de remeter a fatos da história, de quando foram presas pela ditadura, uma vez que esses trechos do HGPE fazem parte da narração da biografia da candidata, a amiga Eleonora Menicucci revela detalhes de sua convivência pessoal com Dilma Rousseff, lembrando do período em que foram presas pela ditadura. Em vez de falar sobre a luta contra o regime de exceção, ela lembra de Dilma Rousseff, sua amiga, que a recebe com um abraço, quando elas se encontraram em Tiradentes, presídio utilizado pela ditadura para encarcerar presos políticos, e, com a tessitura mais alta, reproduz o que Dilma havia lido, no instante do reencontro: “quem diria, **hein?! que::** de Belo Horizonte, **da: da** UFMG, **nós: nós** iríamos nos encontrar aqui.” As hesitações marcadas nas repetições de palavras, nas pausas e nos alongamentos de vogais engendram a produção de um efeito de espontaneidade e de autenticidade que a enunciadora realiza quando aciona a sua memória para confidenciar um episódio pessoal com o qual viveu com a candidata ainda na juventude, a alegria do reencontro, mesmo em um momento perigoso, como as suas prisões que, nas condições de produção daquele período, significava, ameaça, dor, tortura e, até mesmo, morte. No entanto, a narração de um episódio do âmbito pessoal serviu tão somente para produzir um efeito de resistência determinada pela luta contra um regime de exceção, que incide no espaço público e constitui e reforça a imagem da mulher militante da candidata.

A confiança de um momento pessoal entre duas amigas que, na prisão, riam e choravam, tanto pela felicidade do reencontro quanto pela tristeza da sua circunstância, revelam, para o telespectador, uma Dilma humana e sensível, a despeito da imagem que a mídia fazia circular no presente, a de uma mulher dura e implacável em sua atuação no governo Lula, e ainda a de terrorista de esquerda do passado, como fazia supor a sua imagem numa posição conservadora, a qual a mídia em geral e seus adversários produziam e faziam circular logo depois da sua indicação pelo presidente Lula para disputar as eleições pelo PT. E do exemplo desse reencontro com Dilma Rousseff no passado, em um momento de perigo, a enunciadora desloca a coragem do passado, atribuída à candidata, para o presente, por meio da formulação “às vezes o que eu tenho é que a Dilma é uma pessoa pra cima, a vida não a derrubou. Em

momento nenhum”; o que significa, na percepção de uma amiga, uma pessoa que a conhece desde a juventude, testemunhou que mesmo com todas as dificuldades, o encarceramento, as torturas e o medo da morte, Dilma Rousseff não esmoreceu nem se entregou. Ela continua firme lutando, como outrora, pelo bem de seu país. Esse dizer se torna, então verdadeiro, e sua enunciação, autêntica, uma vez que seu efeito de verdade se configura pelo fato de que a “testemunha” conhece a candidata desde a juventude e, assim, pode atestar, sua competência e amor pelo país.

E, para finalizar este bloco, nos deparamos ainda com o depoimento do ex-marido da candidata, Carlos Araújo. Percebemos que o efeito desse depoimento acompanha o primeiro no que diz respeito ao âmbito privado da candidata, uma vez que, sempre que surge a legenda informando o nome e mais alguma referência em relação ao “depoente”, é comum que tal informação mencione a profissão ou atividade que esta pessoa desenvolve reconhecidamente na sociedade. Nesses dois trechos, a referência que se faz é o tipo de relação que esses enunciadores têm com a candidata no âmbito pessoal: a primeira é uma amiga e o último, o ex-marido. Assim como a amiga, o ex-marido fala de sua relação pessoal com a candidata. De maneira discreta, ele lembra dos anos que conviveu com Dilma Rousseff, relação que ele qualifica positivamente como um “privilégio”. Sua relação com a candidata, apesar de ter terminado (determinado pelo prefixo “ex” no termo “marido”), sugere uma boa convivência, seja pelo fato de que ele esteja dando seu depoimento em favor da candidata em seu HGPE, seja pelo fato de marcar euforicamente os anos que viveu ao lado de Dilma Rousseff. Essa boa convivência relatada aumenta de grau quando o enunciador se refere à filha, e ao amor que ambos têm por ela. O uso do pronome “nós”, que atribui aos dois, a candidata e o ex-marido, como sujeitos do verbo “amar” no presente do indicativo, alude a uma relação amigável entre os ex-casados, que estiveram presentes na educação e no suporte emocional em favor da filha.

Assim, esse depoimento, assim como o de Eleonora Menicucci, imputa à candidata uma vida privada, da qual os seus eleitores desconheciam e dissipam, de algum modo, os boatos e os dizeres que circularam durante sua pré-candidatura a respeito insinuações sobre a suposta homossexualidade da candidata, produzidos a partir de dizeres que atribuíam a ela uma imagem muito virilizada, demarcada por seu comportamento historicamente considerado “masculino” em sua atividade profissional, que geralmente a qualifica como uma pessoa dura, insensível, e até mesmo, agressiva, diferentemente do que se espera, por uma determinação histórica e social, de uma mulher. Dessa forma, a produção da virilidade da candidata (Bittencourt, 2012), é

amenizada ou mitigada para dar lugar a uma imagem de uma mulher política sensível, que possui também uma vida pessoal e uma história como qualquer outra mulher.

E dessa construção do espaço privado da candidata, passemos para sua atuação profissional, por meio dos depoimentos do presidente Lula, correligionários e artistas. Vejamos:



Recorte 26 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2010)

Um belo dia, em 2002, entra na minha sala uma mulher com um laptop na mão, Secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul e nós fizemos aquela reunião. Quando terminou a reunião me veio na cabeça a CERteza que eu tinha encontrado a pessoa certa para o lugar certo. Em apenas uma reunião a Dilma conseguiu me convencer que eu já tinha a Ministra de Minas e Energia do Brasil.

Tem pessoas a quem a gente confia um trabalho e elas fazem tudo certo. E estes são os bons. E há pessoas a quem a gente dá uma missão, e elas se superam. Estes são os especiais. Dilma é assim. Ela foi a grande responsável pelas maiores conquistas desse governo. Por isso, lancei sua candidatura. Por isso, estou com ela e peço: vote na Dilma, ela é a pessoa mais preparada para ser presidente do Brasil.

Selecionamos dois fotogramas da propaganda eleitoral da candidata Dilma Rousseff em 2010, do mesmo HGPE do qual foram retirados os três excertos anteriores, em que Lula dá o seu depoimento a respeito de sua ex-ministra, principalmente no momento em que a conheceu pessoalmente, momento marcado pela imagem de “uma mulher com um laptop na mão”, em que o presidente rememora o modo como ele ficou impressionado com o seu eficiente trabalho. Pelo uso da modalização epistêmica, a certeza da competência da candidata é enfatizada na língua, mas também no corpo e na voz: Lula, ao pronunciar “certeza”, enfatiza a primeira sílaba em vez da sílaba tônica da palavra e, com um gesto enfático, mexe a mão direita para produzir esse efeito de certeza que fez a escolha certa de indicá-la para concorrer à sua sucessão, depois mesmo de ter acertado em escolher o seu nome para participar de seu governo como Ministra de Minas e Energia. Essa experiência real não deixa dúvidas sobre sua competência.

O segundo depoimento corrobora a condição extraordinária da atuação profissional de Dilma Rousseff já evidenciada no primeiro depoimento em que foi preciso apenas uma reunião

para que o presidente soubesse que “tinha encontrado a pessoa certa para o lugar certo”, e o convenceu de que “já tinha a Ministra de Minas e Energia” do seu governo. Toda sua demonstração de competência, então, leva o enunciador a argumentar na direção de proferir uma constatação: “ela é a pessoa mais preparada para ser presidente”. Através do uso de um termo remissivo “assim”, que classifica e determina a candidata entre as pessoas especiais, aquelas que se superam, e que não são apenas boas, marcando a especificidade e a raridade de suas qualidades dentre tantos outros políticos.

Essa remissão não compreende apenas a formulação linguística na qual ela está inserida, mas constrói-se uma rede com as outras formulações que atestam suas características positivas que a tornam singular, singularidade marcada por ser mulher (marca especificada no léxico ao feminino), e também por dentre tantos outros profissionais do governo, homens e mulheres, “ela é a mais preparada”: “a mulher com o laptop na mão”, “a secretária de Minas e Energia do governo gaúcho”, “a pessoa certa no lugar certo”, “a pessoa que **convenceu Lula** de que ele já tinha sua **Ministra** de Minas e Energia”, “ela é a grande responsável pelo sucesso do governo Lula”, “**Dilma se supera** sempre que se dá uma missão para ela”, “**Dilma é especial**”; por tudo isso, Dilma “é a pessoa mais **preparada** para ser presidente”. Assim, nesses dois excertos que expressam os testemunhos de uma pessoa proeminente, o presidente mais bem avaliado da história do país, segundo pesquisas, produzem um efeito de sinceridade e de autenticidade, respaldado pela experiência do presidente Lula, ao imputar à candidata qualidades que dizem respeito à sua competência, preparo e eficiência – qualidades que a torna apta para assumir a presidência da República.

Vejamos mais dois excertos a respeito do apoio à candidatura de Dilma Rousseff, um referente ao apoio do artista Chico Buarque, na ocasião das eleições de 2014, depoimento exibido no dia 16 de outubro, e o segundo, o do correligionário, Olívio Dutra, exibido no primeiro HGPE da candidata, em 2010:



Recorte 27 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2014/2010)

Chico Buarque de Holanda: Eu voto na Dilma porque a respeito, a admiro e porque confio nela. Eu confio sobretudo na sua sensibilidade, no seu compromisso com os mais pobres. Eu voto nela, porque, com ela, eu tenho a certeza de que os programas de inclusão social serão mantidos, aprimorados, aprofundados... A Dilma, a gente sabe o que ela pensa, a gente sabe o que ela defende. Em 2010, eu votei na Dilma muito por causa do Lula. Neste ano, eu voto na Dilma por causa da Dilma.

Olívio Dutra: A Dilma tem uma sensibilidade à flor da pele e tem também objetividade e uma capacidade muito grande de compreender ritmos diferenciados de uma equipe que tem que atuar em conjunto para alcançar um objetivo”.

Em ambos os depoimentos, constatamos o uso de um conjunto de formas lexicais que se referem ao estado de “sensibilidade” para atribuir qualidades à candidata Dilma Rousseff, intensificados pelo uso de determinantes como “à flor da pele” e “sobretudo”. Em um primeiro momento, pode parecer incomum que a atribuição de “sensibilidade” possa figurar entre as qualidades de um político, pelo fato de que ele evoca uma memória coletiva em nossa sociedade que associa essa característica às emoções e, por esta razão, a uma qualidade pessoal, privada e até mesmo incompatível com a seriedade e a racionalidade exigidas no ambiente público. No entanto, com a personalização do discurso político e o esfacelamento da tênue fronteira entre o espaço público e o privado, bem como com a consolidação do Estado de bem-estar social, a emoção também adentrou o espaço público e fez surgir a ideia de um estado como protetor da família. Essa concepção de Estado se reafirma no encadeamento do primeiro excerto, quando o enunciador complementa a sentença e especifica por meio de uma formulação deôntica o que significa “sensibilidade” nessa posição: “eu **confio sobretudo** na sua sensibilidade, no **seu compromisso com os mais pobres**”. No encadeamento, o enunciador se vale de uma formulação epistêmica, “eu tenho certeza de que os programas de inclusão social serão mantidos, aprimorados, aprofundados...” para indicar que o governo Dilma será uma continuação do governo Lula, uma administração bem avaliada, segundo as pesquisas de opinião e de popularidade, principalmente por suas políticas públicas de inclusão social.

Através de um termo topicalizado, o enunciador ainda se refere à Dilma Rousseff para confessar a razão de votar nela. Para refutar a posição contrária à candidata, de quem afirmava que ela era um “poste” ou um “fantoche” do presidente Lula, pelo fato de que ela fora indicada pelo ex-presidente para concorrer às eleições em 2010 pelo PT, sem dispor de nenhuma experiência eletiva, algumas pessoas imaginavam que ela não daria conta de uma campanha e seus adversários, como se discutirá ainda neste capítulo, a acusavam de fazer campanha “na sombra” de Lula. Conseqüentemente, esse fenômeno da indicação política, que sugere, numa posição dos seus adversários, a imagem de um “poste” ou de um “fantoche” como alguém sem

preparo ou alguém que possa ser manipulado, evoca uma dimensão “genérica”, “sexual”, “etária” e “pública”: é alguém dominante que indica um dominado; um + ativo que indica o + passivo; o + velho indica o + novo; o + experiente que indica o + neófito; o + conhecido que indica o + desconhecido. Se em política “isso sempre foi assim”, haja vista a perpetuação de inúmeras famílias nesse universo, famílias políticas profissionais, cujos avós e pais emprestam seus nomes e influências aos seus filhos e netos, esse fenômeno parece não receber o mesmo tratamento quando, em nossas condições de produção, um homem político indica uma mulher como sua possível sucessora.

Esse argumento do “poste” e do “fantoche” de Lula foi refutado pela campanha da candidata, inclusive pelo companheiro de partido, Olívio Dutra, que, além de atestar sua sensibilidade, também confirma sua capacidade de trabalhar em equipe; como governador do estado do Rio Grande do Sul, ele nomeou a candidata na época de sua gestão para ser Secretária de Minas e Energia do Estado. Diante disso, ele certifica sua competência profissional pela experiência de quem presenciou e acompanhou seu trabalho. Por fim, para corroborar com a produção desse efeito de autenticidade e sinceridade, o enunciador do primeiro excerto declara, em forma de confissão, ter votado em Dilma “por causa do Lula”, em sua primeira eleição, evidenciando a força da palavra e da indicação do presidente Lula. Já em 2014; na eleição atual, ele votará em “Dilma por causa da Dilma”, refutando a pecha do “poste”, uma vez que ela passou pela prova de um mandato e mostrou que sabe governar. Esse deslizamento do termo “Lula” para “Dilma” reforça a aliança entre os dois, mas dá mais autonomia para a candidata. Significa, então, que ela já provou que é capaz, por isso pode garantir sozinha os seus votos, revestindo de euforia o que antes poderia ser tratado como disfórico. De todo modo, diante de tantas acusações desabonadoras, há um reforço da ideia de que as mulheres precisam provar que sabem governar.

Para finalizarmos este tópico, selecionamos um excerto de um depoimento de Lula sobre a Dilma veiculado no HGPE das eleições de 2014, exibido no dia 26 de agosto:



Recorte 28 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2010)

Lula: Meus amigos e minhas amigas, hoje, tudo o que é candidato diz que é o novo, que é novidade por isso e por aquilo. Uma coisa eu posso garantir: Dilma é o que tem de mais novo, ver.da.dei.ra.mente novo, na política brasileira. Por sinal, esse é um dos principais motivos porque lutei para que ela me sucedesse. Eu reconheci na Dilma alguém de fora do mundinho limitado da política. Alguém capaz de renovar a política e não repetir os erros que cometem certos políticos de carreira. Nisso, eu acertei. A Dilma não só tem ideias novas como possui uma visão diferente dos problemas que o governante tem de enfrentar. O fato de ela ser mu.lher, mãe e avó: tam.bém ajuda muito. Traz um ponto de vista es.pe.ci.al de cuidado com as pessoas, um olhar ca.ri.nhoso para as necessidades do povo. Um sentido mais eleVAdo de responsabilidade que só uma mulher EXperiente e forte pode ter. Mas não é só isso, não. Dilma tem uma seriedade, uma capacidade de trabalho e uma coragem de tomar decisões que são raras em qualquer pessoa. Dilma é uma mulher esPEcial, com coragem e visão de futuro. Entre todos os candidatos, ela é a que tem mais condições de continuar a aprofundar as mudanças que o país precisa. Porque precisamos seguir pra frente, e não dar um passo pra trás.

Temos como mote de uma fala pública, neste excerto, o discurso da “mudança” e da “novidade”. Mas esse discurso mobiliza dizeres diferentemente dos que foram feitos pelas candidatas Marina Silva e Luciana Genro e até mesmo pelos candidatos Aécio Neves e José Serra, os adversários que polemizaram de forma mais manifesta com as mulheres políticas.

Lula, em seu depoimento, se dirige de maneira enfática, aos seus destinatários, determinados por “meus amigos e minhas amigas”. A produção dessa alocução remete a especificação dos gêneros em um regime como a democracia, cujo princípio garante, teoricamente, que todos têm o direito de serem representados. No encadeamento da formulação, o enunciador declara, a partir de uma modalização epistêmica, que Dilma é “VER.da.dei.ra.men.te o no.VO” na política atual. O uso da silabação espaçada no advérbio e no adjetivo e um relativo aumento no volume de voz, principalmente no início e no fim da expressão, aliada aos movimentos das mãos, evidencia uma afirmação categórica e enfática, plena de autoridade, que refuta a atribuição de novidade a candidatura dos seus adversários. O emprego da elocução em seguida, “esse é um dos principais motivos porque **lutei** para que ela me sucedesse”, “**eu reconheci** na Dilma alguém fora do mundinho limitado da política”, “nisso, **eu acertei**”, evoca novamente a autoridade do enunciador que, nas condições de produção desse dizer, o colocava na posição de político experiente e popular, que deixou a presidência com altos índices de aprovação e, por isso, produz um efeito de que sabe o que é melhor para o povo brasileiro. A sua postura em frente da câmera intensifica essa imagem de político que “sabe o que fala”. As pausas bem colocadas, as modulações bem cadenciadas da voz e a ênfase em determinados segmentos de sua fala associam-se às suas expressões faciais, aos seus sorrisos

entre as pausas e aos movimentos das mãos e da cabeça de maneira harmoniosamente sincrônica, produzindo um efeito de sinceridade e serenidade do seu dizer e da verdade daquilo que é dito.

Destarte, o enunciador esclarece o que significa, no encadeamento parafrástico de sua formulação, a ideia de “novidade” na política e porque a candidata em questão é a representante dessa bandeira: “Dilma é alguém fora do mundinho limitado da política”, “alguém que é capaz de renovar a política e não repetir os mesmos erros que cometem certos políticos de carreira”; além disso, “ela tem ideias novas” e “possui uma visão diferente dos problemas que o governante tem de enfrentar”. Por esta razão, o fato de sua propalada “inexperiência eletiva” ter sido considerada pelos adversários como uma fraqueza, para o “experiente” Lula, isso é um ponto a favor da candidata. Remetemos novamente ao estudo de Bonnafous (2003), o qual salienta as características que são atribuídas euforicamente às mulheres que exercem atividades no espaço público. Dentre elas, há o destaque de que a mulher, por não ter a sua atuação viciada no tradicional exercício da política, apanágio masculino, corre menos risco de cometer os mesmos erros que os homens públicos “de carreira”. Soma-se a isso o fato de que sua atuação é mais concreta, pragmática, aberta ao diálogo e relativamente livre de competitividade. Esses mesmos argumentos, identificados nas análises desenvolvidas nos estudos de Bonnafous, são encontrados no pronunciamento de Lula, que acredita que, por estes motivos, Dilma Rousseff poderá “ver.da.dei.ra.men.te” renovar a política.

O enunciador acrescenta outras características que coadunam com a antítese do “mundinho limitado da política”, a qual Dilma Rousseff representa: o seu estatuto de “mulher”, “mãe” e “avó”, cuja toda a sentença é realizada enfaticamente como um volume de voz mais alto, expressando a importância dessa função e o deslocamento desse lugar privado, dominado pelo feminino, para o espaço público, antes dominado pelo poder masculino. Também a câmera se desloca e agora o enquadra em *close-up*, um plano mais próximo, ressaltando a importância da enunciação dessas características da candidata. A atribuição dessas características consideradas como historicamente “naturais” do feminino, evoca, uma vez mais, a memória coletiva da sensibilidade e o primado da emoção feminina, do cuidado com os filhos e a família, e a regência da esfera privada é solicitada para compor o diferencial da mudança e da novidade na candidatura de Dilma Rousseff, encarnada na figura da mulher maternal, validando o efeito de verdade do seu enunciado, uma vez que ser “mulher”, numa relação dicotômica dos sexos, está manifestada em seu próprio corpo, enquanto o “ser mãe” e o “ser avó” remetem à função feminina primordial da sociedade, em uma perspectiva naturalista. A república e a democracia,

personificadas na imagem da “mulher-mãe-avó”, governam de um modo diferente, qualificado sempre com adjetivos que remetem a este estado quase imemorial das virtudes femininas, reunidas sob o manto da sensibilidade, determinando-as discursivamente, como vemos nas formulações: “traz um **ponto de vista especial de cuidado** com as pessoas, um **olhar carinhoso** para as necessidades do povo”, dos cidadãos brasileiros, que podem ser tratados como seus filhos. Aqui, as expressões “especial” e “carinhoso” determinam sentidos do que precede e do que se segue nas respectivas formulações linguísticas. Além disso, há uma evidência do pré-construído pelo uso do artigo definido na expressão “as necessidades”, sendo que esta última é igualmente determinada pelo seu complemento “do povo”, do mesmo modo que este complemento poderia ser “do país”, “do Brasil”, “da nação” e tantos outros. O complemento escolhido reforça o caráter + humano (povo, pessoas) presente nas formulações, salientando, então, a produção discursiva da sensibilidade da mulher na política.

Para terminar, Dilma Rousseff, ainda na esteira da caracterização da tríade mulher-mãe-avó, é qualificada como uma mulher “especial”, significando singular e única, uma vez que também é a mulher-mãe-gestora, com um “sentido elevado de responsabilidade, uma mulher “experiente e forte”. O que depreendemos aqui é que há uma confluência de caracteres ligados historicamente ao feminino, associados a outras qualidades, historicamente pouco relacionadas às mulheres, que dizem respeito à razão: “seriedade”, “capacidade de trabalho”, “uma coragem de tomar decisões” e “visão de futuro”. Essas características, se levarmos em conta a perspectiva essencialista da diferença dos sexos, são atributos do masculino. No entanto, o enunciador refuta e rompe com essa posição essencialista para declarar, enfaticamente que a candidata possui todas essas qualidades, que são “raras em qualquer pessoa”. A expressão “qualquer pessoa” funciona como uma expressão universal e impessoal, sem distinção de gênero, que demarca ainda mais a singularidade eufórica das qualidades presentes na candidata. O uso de uma expressão que manifesta essa universalidade, “entre todos os candidatos”, reforça ainda mais essa precedência superlativa de Dilma Rousseff em relação aos seus adversários, como a que “tem mais condições de continuar a aprofundar as mudanças que o país precisa”. Por isso, nessa construção argumentativa, nada lhe falta para gerir com responsabilidade e eficiência, mas também com amor e sensibilidade. Por essa razão, a mobilização de suas características manifestadas nos temas da novidade, da sua condição feminina e da gestão competente são os argumentos que apontam para o futuro de bonança para o Brasil, aludido pela metáfora do caminho que nos impulsiona a “seguir em frente (com Dilma) e não dar um passo para trás (retroceder com seus adversários).

De todos os depoimentos que foram apresentados, podemos identificar o argumento de gênero presente nas propagandas políticas das candidatas. No HGPE da candidata Thereza Ruiz, é o presidente do partido, em uma enunciação solene, que apresenta a candidatura da única mulher naquelas eleições. Apesar da enunciação eufórica do presidente do PTN, pela novidade do partido em oferecer aos brasileiros a possibilidade de votar em uma mulher para presidente, identificamos o princípio da heteronomia (Coulomb-Gully, 2012), em que a postulante, comumente uma mulher, precisa de um tutor ou de alguém que lhe indique, e que fale por ela para produzir o efeito de credibilidade de sua candidatura. Já nos depoimentos em favor da candidatura Dilma Rousseff, verificamos de forma explícita os usos das características associadas às mulheres numa perspectiva essencialista, mas que são ressignificados em sua relação com a imagem da mulher militante e da profissional competente. Além da apresentação de depoimentos de pessoas que se inseriam no âmbito privado de suas relações, imprimindo um “lado pessoal” da candidata, encontramos também depoimentos que versaram sobre a sua competência e eficiência como gestora, mas que rememoram e associam características femininas, identificadas na imagem da mulher-mãe-avó, destacando essa condição feminina como um diferencial entre todos os outros candidatos. Ressaltamos, por último, que encontramos depoimentos de personalidades, intelectuais e outros políticos nos HGPE das candidatas Marina Silva, Luciano Genro e Heloísa Helena. No entanto, pelo grande volume de dados, optamos por recortar e analisar os excertos em que apareciam, de forma manifesta, o argumento de gênero nos depoimentos.

O que dizem os seus adversários?

Numa campanha eleitoral, vários fatores devem ser levados em conta para identificar as técnicas que são utilizadas para construir a imagem de legitimidade e credibilidade do sujeito político. Algumas estratégias de *marketing* optam pelo confronto direto com algum adversário, sendo uma delas a manifesta desqualificação do oponente político, com o intuito produzir um efeito de qualificação de si ou, ao contrário, falar bem de si para, direta ou indiretamente, desqualificar o outro. A primeira estratégia apresenta um efeito mais agressivo e a segunda, produz um efeito mais sutil da desqualificação. Essa técnica é amplamente utilizada nos debates organizados pelos canais de tevê aberta do país, dos quais as melhores performances dos

candidatos são editadas e veiculadas em seus respectivos HGPE⁸⁸. Dessa forma, a agressividade e a desqualificação são dissimuladas pela divulgação de trechos do debate dentro da propaganda televisiva, permitindo uma linguagem mais contestatória ante o adversário pela apresentação de um gênero que “autoriza”, na comunicação política contemporânea, este tipo de modalidade enunciativa. Vejamos como essa estratégia é utilizada para desqualificar a mulher concebida como adversária política.

Em um primeiro momento, identificamos que os alvos dessa estratégia de desqualificação foram as candidatas que estavam nas primeiras colocações nos números e percentuais de intenção de votos de acordo com as pesquisas eleitorais. Por este motivo, Dilma Rousseff e Marina Silva foram as políticas que tiveram suas propostas e suas falas manifestadamente contestadas pelos seus adversários, inclusive entre elas mesmas, por conta de suas boas posições nas pesquisas de intenção de voto.

Como é uma estratégia polêmica do ponto de vista do novo modelo de comunicação política, onde a conversa prevalece sobre o confronto mais manifesto, essa técnica nunca é usada sem critério. Geralmente, é a própria equipe de *marketing* do candidato que, em consenso com a coligação partidária, opta por utilizar essa estratégia de campanha com o objetivo de retirar votos dos candidatos adversários e transferi-los para sua própria coligação. É por este motivo que a disputa pelos votos entre os candidatos que estão nas primeiras colocações, de acordo com as pesquisas, é bastante acirrada, pois há uma necessidade de tentar diminuir o percentual de votos de quem ameaça lhe tirar um lugar na disputa do segundo turno, ou defender o percentual de intenção de votos já conquistados para garantir a primeira ou segunda colocação. Assim, as candidatas que alcançaram menos de 1% das intenções de votos não foram o alvo da campanha de desqualificação liderada por seus opositores⁸⁹, uma vez que estas não ameaçavam suas campanhas políticas.

Desse modo, selecionamos alguns excertos dos programas eleitorais de 2010 e de 2014 com vistas a identificar como se deu esse processo de desqualificação do outro, principalmente, a desqualificação da imagem da mulher política. Iniciaremos com alguns excertos da campanha

⁸⁸ O leitor interessado em uma abordagem discursiva sobre os debates políticos contemporâneos, poderá consultar os seguintes trabalhos: Chiari, Geovana. *Entre insultos e falsas harmonias: a construção dos efeitos de agressividade no discurso político eleitoral na campanha de 2014*. (Dissertação de Mestrado); e Falconi Pires, Lívia. *Na arena discursiva: uma análise dos debates eleitorais presidenciais brasileiros*. (Tese de doutorado).

⁸⁹ As candidatas Luciana Genro e Heloísa Helena tentaram polemizar com as campanhas de seus adversários. A primeira editou trechos de debates em que participou, cujos temas davam um gancho para criticar seus adversários, nas eleições de 2014, enquanto a última tentou desqualificar a campanha do candidato Lula em 2010. No entanto, elas não conseguiram desestabilizar as campanhas dos adversários.

do candidato José Serra, nos quais ele confronta a candidata Dilma Rousseff, tanto em sua própria fala, como através da *voz off* e dos apresentadores do seu programa:



Recorte 29 – HGPE José Serra (PSDB – 2010)

Voz off: José Serra construiu sua biografia com muito trabalho e com muito esforço. Diferente da Dilma, que nunca disputou uma eleição e só chegou até aqui pela mão do seu padrinho político.



Recorte 30 – HGPE José Serra (PSDB – 2010)

Voz off: Esse é José Serra. Um administrador que tem mais biografia que a Dilma, mais vivência que a Dilma. Um homem de origem humilde e que, por isso mesmo, sabe o que os brasileiros mais pobres precisam.



Recorte 31 – HGPE José Serra (PSDB – 2010)

Voz off: O Serra já foi senador, o melhor ministro da saúde da história do Brasil, prefeito de uma das maiores cidades do mundo, e governador de São Paulo. Já a Dilma... O Serra já foi deputado, senador, ministro, prefeito e governador, já a Dilma...

Esses excertos do HGPE de José Serra evocam o passado de gestor do candidato, por meio dos termos “vivência” e “biografia”. As formulações, enunciadas pela *voz off*, produz um

efeito de neutralidade para atacar a candidata Dilma Rousseff, ao passo que enaltece as características de Serra, que se exime do confronto direto ao não desqualificar, ele mesmo, a sua adversária política. O primeiro argumento mais utilizado pela campanha do candidato tucano é a inexperiência da candidata do PT, determinada pelo fato de que aquela seria a primeira eleição a qual ela colocaria seu nome para pleitear o cargo executivo mais importante do país. Neste sentido, no recorte 30, a estratégia utilizada para marcar esta diferença entre os dois é a comparação explícita: ele “tem mais biografia que a Dilma”, ele tem “mais vivência que a Dilma”, produzindo, pela repetição da estrutura linguística comparativa e pelas pausas cadenciadas da *voz off*, um reforço das qualidades positivas do candidato fundamentadas na experiência e, inversamente, evidencia o despreparo de sua adversária.

O candidato ainda é qualificado como um homem de origem humilde, e essa característica o faz ter conhecimento, pela própria experiência do passado, do que os pobres necessitam. As imagens reforçam a fala da *voz off*, quando a propaganda mostra imagens de Serra em companhia dos populares, fiscalizando obras, participando de eventos políticos, demonstrando seu conhecimento dos problemas do povo por meio do contato direto com ele e com outros políticos preocupados em solucionar os problemas do Brasil. Dessa maneira, pelo uso da língua, do corpo e da voz, José Serra insinua a sua identificação com o povo pelas imagens em que o candidato aparece ao seu lado e, ainda, em “um escritório”, trabalhando em prol do povo por meio da administração pública, fazendo do uso da linguagem sincrética da propaganda televisiva, um meio para produzir a imagem do candidato Serra como um político que esteve e estará ao lado do povo, porque este também veio do povo, reivindicando para si a legitimação da sua candidatura como o presidente que melhor representa os pobres, ao mesmo tempo que em distancia o povo da candidata Dilma Rousseff, por causa da sua origem divulgada em seu próprio HGPE: ela nasceu no seio de uma família de classe média, logo, ela não poderia representar tão bem o povo como José Serra. Esse contato com o povo, mostrado em seu HGPE, também objetiva mitigar duas imagens: a primeira, a imagem do até então presidente Lula, um homem político conhecido por sua infância pobre e seu passado de superação, que apoia a candidata Dilma Rousseff, e a segunda, a imagem do próprio partido do candidato Serra, o PSDB, que é reconhecido pela sociedade brasileira como um partido elitista.

Já no recorte 29 deste bloco, o recurso da comparação também é utilizado, mas este é feito diferentemente. Não há uma comparação entre dois oponentes políticos que possuem valores desiguais em relação a uma determinada qualidade; o que há aqui é a atribuição de valor a um, enquanto ao outro há uma total ausência de mérito, marcada, na sentença, pelo advérbio

de negação “nunca” e pelo advérbio de restrição “só”. Assim, o candidato Serra “construiu sua biografia com muito trabalho e com muito esforço”, ao contrário “da Dilma”, que “**nunca** disputou eleição” e “**só** chegou até aqui pela mão do seu padrinho político”, ou seja, não possui nenhum mérito para disputar o cargo executivo mais importante do país, sem ter passado por nenhuma experiência eletiva. É mobilizado, como já fora mencionado anteriormente, o argumento de que a mulher política precisa de um mentor, de “um padrinho o político”, para ascender a uma posição de comando, levantando dúvidas sobre o seu preparo e a sua competência, demarcando o masculino como o lugar da experiência e da mulher, como o seu oposto. Desse modo, o fato de Dilma não ter experiência, não daria a ela condições de concorrer a qualquer cargo, no entanto, somente por indicação, e não por mérito, “vivência” ou “biografia”, que ela “chegou até aqui”.

Outro elemento que merece ser ressaltado é o uso do artigo definido determinando o nome próprio “Dilma”, sendo esta tratada sempre pelo seu prenome, ao contrário do candidato, ora tratado pelo nome e sobrenome ora tratado apenas por este último. Mencionamos este tipo de tratamento diferenciado entre homens e mulheres políticas na mídia quando analisamos de forma breve, no segundo capítulo deste trabalho, algumas matérias da mídia eletrônica a respeito da relação entre a carreira política e a beleza da deputada gaúcha Manuela D’Ávila, a qual era tratada nas reportagens pelo seu apelido, “Manu”. O uso do apelido ou do prenome na mídia para se referir a mulheres políticas rememora o lugar da mulher na esfera privada como um espaço “naturalmente” feminino, onde se pode tratar os indivíduos de maneira íntima. Nesse caso, a diferença se dá na forma de tratamento: o homem público é tratado ou pelo seu nome completo ou por apenas seu sobrenome, denotando respeito e deferência; já a mulher pode ser tratada na vida pública da mesma forma que o é em sua vida privada, expressando até mesmo uma abordagem desrespeitosa da mulher política.

No último excerto desta sequência, a comparação se dá no nível da sugestão, pela língua e pela imagem, através do uso da metáfora da boneca matrioska para salientar a falta de experiência da adversária frente ao extenso currículo de Serra. As matrioskas são ocas, cada uma desenhada representando os candidatos José Serra, um boneco sorridente de terno azul, e Dilma Rousseff, que no desenho, está de *tailleur* vermelho e tem um rosto sério, ambos representados pelas reconhecidas cores de suas siglas partidárias. Enquanto a *voz off* lista os cargos que o Serra já ocupou durante sua vida pública, na imagem, uma mão vai colocando a bonequinha matrioska de Serra menor dentro de uma outra maior, com a reprodução do mesmo desenho do candidato. As bonecas do Serra e da Dilma estão uma ao lado da outra. A mesma

mão que movimentava a matrioska do candidato Serra abre a boneca de Dilma Rousseff e a mostra vazia. Nesse momento, um coro de pessoas grita “ah” em forma de lamento e decepção. A metáfora sugere que Dilma Rousseff é uma candidata vazia e sem currículo, enquanto Serra tem conteúdo e vasta experiência na administração pública. Mas não basta dizer os cargos os quais o candidato ocupou; é preciso qualificá-lo. Desse modo, suas atuações são determinadas discursivamente com expressões que salientam a importância de sua atividade administrativa superlativa: “**o melhor** Ministro da Saúde **da história do Brasil**”, “prefeito de **uma das maiores cidades do mundo**”. Ao fim da formulação linguística, quando a matrioska da candidata Dilma Rousseff é aberta para mostrar o seu vazio, a comparação é sugerida, mas a direção argumentativa desse vazio é dado pelo efeito suspensivo da voz, por meio do recurso da mudança da entoação de voz de baixo a médio (Cagliari, 1992, p. 138) e da não ocorrência da entoação descendente, a qual os falantes de língua portuguesa comumente realizam para finalizar a frase. É por esta razão que a formulação, “já a Dilma...”, está incompleta, mas seu sentido é preenchido pela imagem da matrioska vazia, que significa: Dilma não tem nada para mostrar porque ela não tem currículo.

O próximo excerto também foi selecionado do HGPE do candidato Serra, exibido no dia 24 de outubro de 2010. Vejamos:



Recorte 32 – HGPE José Serra (PSDB – 2010)

Apresentador 1: Serra ou Dilma? Domingo que vem, você decide. Até lá, é importante comparar os candidatos, não é eleição para ajudante nem para assistente. É para presidente.

Apresentadora 2: E pra ser presidente, não basta ter padrinho, ser indicado por alguém. O Brasil é muito importante para se escolher um presidente na base da indicação.

Apresentador 3: O presidente tem que ter história, folha de serviços prestados, ideias próprias e autonomia, para gente ter certeza de que vai dar conta, e que não vai decepcionar depois.

Apresentador 4: Pense na Dilma sem o Lula. Não existe, né? Nem a campanha ela conseguiu fazer sozinha. O Lula teve que falar por ela o tempo todo.

Apresentadora 5: Agora, pense no Serra e na história dele. Líder estudantil aos 21 anos, deputado duas vezes, ajudou a fazer a Nova Constituição do Brasil, foi senador, ministro duas vezes, prefeito da maior cidade do Brasil, governador do Estado com a maior população (...)

De início, podemos identificar a presença de cinco apresentadores, homens e mulheres, que se revezam para falar ao público a respeito da escolha que o eleitor deverá fazer no domingo, no dia da eleição, entre os candidatos José Serra e Dilma Rousseff. Verificamos, novamente, o uso do prenome para identificar informalmente a candidata do PT e o uso do sobrenome para se referir de forma respeitosa ao candidato tucano. Em seguida, o argumento da comparação é mobilizado juntamente com a desqualificação da candidata Dilma Rousseff, que é caracterizada implícita e disforicamente como “ajudante” e “assistente”, salientando que o processo eleitoral não é o seu lugar. A divisão das qualidades é deslizada, nas formulações, do seguinte modo: “não é eleição para ajudante nem para assistente”, que significa, “não é eleição para Dilma Rousseff”; ao contrário, “é [eleição] para presidente”, que significa, “é [eleição] para José Serra”. É atribuído, então, à mulher, a imagem de “assistente” ou “ajudante”, aquela que apenas pode auxiliar um homem, mas nunca assumir a dianteira das decisões, ao contrário, este lugar, o da liderança, em um discurso essencialista, só pode ser ocupado por um homem.

Para comparar as biografias, as formulações são construídas a partir do verbo “ter”. Há, nos pronunciamentos dos apresentadores 3 e 5, a instauração da substituíbilidade entre os termos “Serra” e “presidente”. O enunciador 3 declara, por meio de uma formulação deôntica: “**O presidente tem que ter história**, folha de serviços prestados, **ideias próprias e autonomia**, para gente **ter certeza** de que **vai dar conta**, e que não vai decepcionar depois”. E a apresentadora 5 introduz, em sua formulação, a ideia de que Serra é o único que tem história, e os pré-requisitos citados pelo apresentador 3. Dessa forma, se o eleitor pensar “na história” de Serra, perceberá que ele **tem** um currículo administrativo extenso: “líder estudantil aos 21 anos, deputado duas vezes, ajudou a fazer a Nova Constituição do Brasil, foi senador, ministro duas vezes, prefeito da maior cidade do Brasil, governador do Estado com a maior população”. E o contraste entre os candidatos é produzido na formulação da apresentadora 2, que aponta o que Dilma **tem**: ela **tem** “um padrinho político”, ela **tem a** “indicação” desse “padrinho”.

A desqualificação da candidata aumenta de grau por meio da formulação do apresentador 3, uma vez que pode ser grave não ter currículo e disputar a eleição pela indicação de um padrinho, mais a gravidade mais severa está no fato de que a candidata do PT “não existe”

sem Lula. Mais uma vez, a imagem do “poste” e do “fantoche” se apresenta de forma muito mais agressiva: a candidata “não existe”, pois não sabe fazer a campanha sozinha nem falar por ela e, por isso, Lula precisou fazer tudo, o tempo todo. Essa acusação abre um precedente para duas sugestões: a primeira, já mencionada, é que a candidata do PT é vazia, não sabe fazer nada na campanha e, conseqüentemente, não saberá fazer nada em um governo, é a ideia do “poste”; a segunda, mais sutil, porém retomada em outras ocasiões, é a ideia do “fantoche”, significando uma espécie de “laranja”, o que compreende a concepção de que ela será manipulada por alguém, pois não tem currículo nem competência para governar sozinha. Pela formulação “O Lula teve que falar por ela o tempo todo”, aliada aos outros argumentos que qualificam Dilma Rousseff de maneira disfórica, é evocada a memória do silêncio feminino na *pólis*, discutido no capítulo anterior. A voz feminina é indesejável por ser isenta de *logos*, de razão, portanto, não está apta a falar pelo povo, a representá-lo. Na esteira dessa perspectiva da importância da voz na atividade política, “não ter voz”, como denunciavam e denunciavam, por exemplo, os grupos que foram, durante muito tempo, oprimidos, dentre os quais estão as mulheres, é menos grave do que deixar que “outro lhe tome a palavra”, que “fale em seu lugar”, uma vez que “não ter voz” pode instaurar um espaço para a resistência e a luta contra a opressão, e “delegar sua voz a outro” é abdicar de sua própria liberdade e autonomia.

Nos próximos excertos, há a utilização dessa mesma argumentação a respeito da comparação para desqualificar a candidatura de Dilma Rousseff; no entanto, é o próprio candidato tucano que parte para o confronto direto. Vejamos os excertos selecionados do seu HGPE dos dias 26 de agosto de 2010 (os dois primeiros) e 24 de agosto do mesmo ano (o último):



Recorte 33 – HGPE José Serra (PSDB – 2010)

Serra: olha, eu não cheguei na vida pública agora, eu trabalhei, batalhei, aprendi a fazer. Me preparei para chegar aqui. E é pra você que está me vendo agora, para melhorar a sua vida, a vida da sua família, que eu quero ser o seu presidente.

Serra: olha aqui, olho no olho, eu não cheguei na vida pública agora, eu não preciso ficar na sombra de ninguém. Eu sei como fazer. Fui duas vezes ministro, fui prefeito governador, eu sei por onde ir. E com seu apoio, eu tenho certeza: nós vamos avançar.

Serra: olha, eu não cheguei na vida pública agora. Eu não apareci de uma hora para outra. Antes de chegar até aqui, eu fui deputado, ministro, senador, prefeito, governador. Eu subi passo a passo. E todo mundo sabe quem eu sou, o que eu penso, porque eu sempre me submeti ao julgamento do povo. E uma coisa eu digo a você: is.so é mui.to im.por.tan.te, porque na hora H, presidente não pode ser comandado de fora, isso não funciona. É como bater pênalti: não dá pra chutar com o pé do outro.

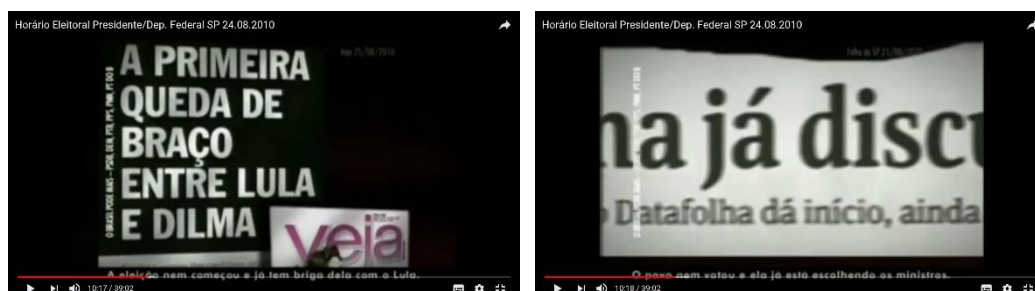
De início, o candidato se utiliza do vocativo, “olha”, para chamar a atenção do seu telespectador para o que vai se dizer. O uso desse termo informal, bem como da expressão “olho no olho” produz um efeito de intimidade entre os interlocutores ao mesmo tempo que indica a importância do assunto do qual vai se tratar, com sinceridade. Salientamos, uma vez mais, o argumento da experiência como pré-requisito para produzir um efeito de autenticidade e da verdade do dizer em sua campanha, mas o faz por oposição, por meio do enunciado dividido (Courtine, 2009). Ao dizer “eu não cheguei na vida pública agora”, estrutura presente nos três excertos, o enunciador instaura um implícito de que existe alguém que chegou agora, e esse alguém é o outro, oposto ao “eu”, que é associado a um adversário com pouco ou quase nenhuma experiência. Na verdade, ele se utiliza dessa estrutura em diversos momentos para se referir a alguém, mas que está ausente, não é nomeado explicitamente. Para não indicar o nome da candidata adversária, ele se utiliza, como acabamos de mencionar, do enunciado dividido para marcar essa diferença em relação a ela. Dessa forma, ele é o sujeito da frase negativa de efeito positivo, “Eu não cheguei na vida pública agora”, em que o seu inverso, uma frase afirmativa com efeito negativo, refere-se à sua adversária, “ela chegou na vida pública agora”, deslizando seu sentido para “ela não tem experiência na administração pública”. O mesmo efeito é produzido nas formulações, cujas estruturas se repetem, produzindo o mesmo sentido de valor positivo ao candidato tucano e o de valor negativo à Dilma Rousseff: “eu não cheguei de uma hora para outra”; “eu não preciso ficar na sombra de ninguém”. Assim, além do argumento da inexperiência, Dilma Rousseff é desqualificada pelo argumento da heteronomia, que instaura uma imagem de dependência em relação ao “seu padrinho político”.

Para reforçar esse argumento da inexperiência da sua adversária, Serra utiliza a escada como metonímia do seu *know-how* ao dizer que ele subiu “passo a passo” “antes de chegar até aqui”, comparando, por oposição, a sua própria experiência. Cada degrau corresponde a um

cargo eletivo ou comissionado que ele assumiu: prefeito, governador, deputado, senador, ministro. Para isso, ele “trabalhou”, “batalhou”, “lutou” e “se submeteu ao julgamento do povo” pelo voto, ao contrário de sua adversária, que não passou por nenhuma dessas fases, intensificando o argumento utilizado nas formulações presentes no primeiro excerto a respeito da falta de experiência administrativa da candidata do PT ante à sua experiente vida pública.

Por fim, o candidato utiliza uma metáfora futebolística, um tipo de metáfora que aparece recorrentemente e reconhecidamente no discurso do até então presidente Lula, para atacar a “sua afilhada política”. Esse recurso utilizado pelo candidato do PSDB se constitui em uma reiterada estratégia do partido, desde as campanhas do político Geraldo Alckmin, de uma tentativa de tornar populares os candidatos da elitista sigla partidária. Assim, numa formulação cadenciada por pausas bem colocadas, ritmo de fala mais lento, em que se faz o uso da silabação da sentença, “is.so é mui.to im.por.tan.te”, José Serra chama a atenção para o uso da referida metáfora. O candidato insinua, para desqualificar sua adversária, que ela não saberia governar e, por isso, ficaria “na sombra” do presidente Lula ou, na “hora H”, o governo seria “comandado de fora”, impingindo-lhe a pecha de fantoche. Eis a metáfora: “é como bater pênalti: não dá pra chutar com o pé do outro”. É a ideia do “jogador perna-de-pau” ou inexperiente que, em um momento importante de decisão, precisará sempre de um “craque” para resolver o jogo. Dessa maneira, há uma insistente recorrência do uso deste argumento da heteronomia da mulher política. Ela parece ser sempre suspeita e, por isso, já acusada de ser “teleguiada”, e de ocupar oficialmente um espaço que, de fato, será desempenhado por outro, o seu mentor, geralmente um homem.

No HGPE analisado do candidato José Serra, há uma recorrência do argumento de que Dilma seria incapaz de governar por sua inexperiência e pela dependência de sua candidatura da imagem de Lula. No entanto, de forma pontual lhe foi atribuída uma outra característica. Vejamos mais um excerto retirado da propaganda exibida no dia 24 de agosto de 2010:



Recorte 34 – José Serra (PSDB – 2010)

Voz off: A Dilma “tá se achando”. A eleição nem começou e já tem briga dela com o Lula. O povo nem votou e ela já está escolhendo os ministros.

Na imagem com um fundo escuro, surge uma espécie de manchete, provavelmente da revista *Veja*, pelo fato de que há uma parte da capa da publicação, mostrando o título do periódico semanal. A manchete em destaque na tela é a seguinte: “A primeira queda de braço entre Lula e Dilma”. No mesmo fundo escuro, a câmera em movimento flagra uma outra manchete: “Dilma já discute ministério”. Entre a exibição dessas imagens, a *voz off* declara: “a Dilma tá se achando, a eleição nem começou e já tem briga dela com o Lula. O povo nem votou e ela já está escolhendo os ministros”. Identificamos uma espécie de simulação da delocução, produzida pela exibição das manchetes publicadas na mídia impressa, em que é evocada uma suposta “neutralidade” e “objetividade” jornalística a respeito dos fatos observados em relação à candidata do PT.

Em outros excertos já analisados, demonstramos que há uma recorrência na utilização de termos e estruturas linguísticas que desqualificam a candidata Dilma Rousseff, impingindo-lhe a imagem de despreparada, inexperiente e dependente da força política de Lula. No entanto, esse trecho mostra uma Dilma “diferente”. A manchete do primeiro plano sugere uma discordância ou desavença entre Lula e a candidata e, na segunda manchete, seu nome como sujeito-agente da formulação linguística insinua que ela procede de forma intransigente, sem consultar “seu padrinho político”.

Esse efeito é reforçado pelo tom de deboche e ironia na formulação da *voz off*, que utiliza uma gíria para se referir à sua atitude, alongando a sílaba tônica do verbo “achando”. Assim, o “tá se achando” significa sentir-se superior aos outros, sentir-se vaidoso por uma determinada situação. O tom de ironia é intensificado pelo fato de que é utilizado apenas o registro linguístico informal na expressão, o verbo conjugado na terceira pessoa “tá” em vez de “está”, mas o gerúndio se mantém no verbo “achar”, sem a queda da oclusiva velar /d/ como é comum na fala informal. Desse modo, a candidata, sentindo-se eufórica com a possibilidade da vitória, já estaria entrando em conflito com o até então presidente Lula, querendo impor suas vontades, e inclusive, já estaria discutindo os nomes para os cargos do seu governo, sem ter a humildade de esperar o voto do povo brasileiro, muito menos de “escutar” seu padrinho político. A “traição” ou o “voluntarismo” de Dilma é marcada pela repetição da estrutura frasal “nem X [ela] já Y”, com o destaque, na voz do locutor, no aumento de volume de voz na realização dos advérbios de negação e de tempo, significando que a candidata não esperará pela eleição, muito menos pela vitória, para se “libertar” do seu “padrinho. É preciso ainda ressaltar que seria considerada normal e até mesmo positiva a independência de um homem político mais jovem de seu “padrinho político”. Tal atitude expressaria autonomia, emancipação, altivez. No entanto, à

mulher política é proibido emancipar-se. Diante de tudo isso, Dilma Rousseff é caracterizada de maneira disfórica por dois extremos: ou é submissa, inexperiente, dependente e, quicá, incompetente, ou é voluntariosa, mandona, briguenta, ingrata e arrogante. Não há meio-termo nem temperança. Por essa razão, pelos sentidos que são evocados, ela é incapaz de governar o país, porque não sabe dialogar nem escutar seus pares mais experientes.

Partiremos agora para a análise de um trecho da propaganda eleitoral de Aécio Neves, exibido na tarde do dia 11 de setembro de 2014, onde verificamos uma comparação entre as candidatas Marina Silva e Dilma Rousseff. Antes de procedermos com a apresentação do excerto e a sua análise, gostaríamos de ressaltar as condições de produção de um enunciado que circulou exhaustivamente nas eleições de 2014: o discurso da mudança, da novidade ou a nova política.

Todos os principais candidatos, aqueles que conseguiram fazer circular seus nomes nas mídias, se apropriaram desse discurso “da novidade”, mas de modos diferentes. Marina Silva se referia sempre à “nova política” para descrever seu projeto de governo. Dilma Rousseff utilizava uma locução verbal composta por um gerúndio, “seguir mudando” em seu *slogan* de campanha, a fim de apresentar uma ideia de progressão da mudança, uma vez que ela estava concorrendo à reeleição, o que induz quase que instantaneamente à ideia de continuidade. E o candidato Aécio Neves também utilizou este termo, apesar dos seus adversários atrelarem sua candidatura aos governos de FHC. Vejamos como ele se coloca como o arauto da mudança:



Recorte 35 – HGPE Aécio Neves (PSDB – 2014)

Voz off: Marina e Dilma têm MUITas coisas em comum. Marina e Dilma foram contra o Plano Real, que acabou com a inflação no Brasil. Marina e Dilma foram contra a lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe os governantes de gastarem mais do que arrecadam. Marina e Dilma, durante o escândalo do mensalão, estavam juntas no governo do PT, e lá ficaram. Com tantas coisas em comum, difícil imaginar um governo diferente com qualquer uma delas. Quer mudar de verdade? Aécio 45

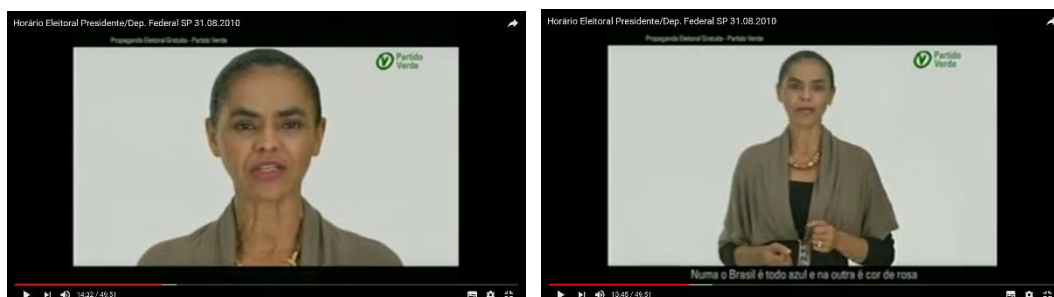
No plano selecionado, há em cada extremo, lado a lado, uma imagem de Dilma Rousseff, à esquerda, e uma de Marina Silva, à direita. À medida que a *voz off* faz o seu pronunciamento, as imagens vão se deslocando para o centro do plano, se aproximando uma da outra. O efeito que se produz é de que há mais semelhanças entre elas do que diferenças, logo, a verdadeira mudança seria o candidato Aécio. A formulação linguística “Marina e Dilma têm muitas coisas em comum”, se associa com a imagem para reforçar esse efeito da semelhança. Destacamos o aumento de volume de voz e o alongamento da sílaba tônica do advérbio de intensidade “muito”, que produz um efeito de relevância da semelhança entre as mulheres políticas em questão. São então narrados os feitos “de sucesso” do governo tucano, em relação aos quais Dilma Rousseff e Marina Silva, quando estavam juntas, no governo do PT, “foram contra”, segundo a formulação. A repetição da estrutura frasal “Marina e Dilma foram contra X”, sendo X os sucessos do governo tucano, “o Plano Real”, “a Lei de Responsabilidade Fiscal”, é enunciada com pausas bem cadenciadas e em um ritmo moderado de fala, utilizada para fixar no eleitor a informação referente à semelhança das candidatas. É preciso destacar que, durante todo o pronunciamento, as candidatas são tratadas apenas pelos seus respectivos prenomes, evidenciando, na recorrência desse tratamento entre os seus adversários, conforme já fora analisado, uma falta de deferência que as associam ao espaço privado e à informalidade, ao contrário do homem, que, tratado pelo seu prenome, não indica de modo algum uma falta de respeito, mas muito mais um anseio de produzir um efeito de intimidade com os eleitores, como é o caso do candidato Aécio Neves é um dos poucos políticos masculinos tratados pelo seu prenome.

A mesma estrutura, que começa com “Marina e Dilma” é usada em seguida, mas com um valor inverso. Se nas duas primeiras formulações, elas estavam juntas contra os projetos de sucesso do governo tucano, agora elas continuam juntas, não contra, mas convenientemente quando do “escândalo do Mensalão”. É importante ressaltar que nas duas primeiras formulações, referentes aos feitos do governo tucano, o Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal, há, no intradiscurso, uma oração subordinada relativa explicativa para “lembrar” ao telespectador da importância desses projetos: o do Plano Real, “que acabou com a inflação no

Brasil”, e a já referida lei, “que proíbe os governantes de gastarem mais do que arrecadam”. O encaixe sintático dessas formulações produz um efeito de aproximação do possível governo Aécio Neves com o passado do governo FHC, caracterizado discursivamente, no encadeamento parafrástico da formulação, como um governo de sucesso.

No entanto, “o escândalo do Mensalão” é apresentado como um pré-construído de duas maneiras: pelo uso do artigo definido que determina a expressão, e pela própria palavra “Mensalão”, um neologismo criado na época das denúncias da suposta compra de votos de deputados e senadores com o intuito de aprovar projetos de interesse do governo petista. Na formulação, a expressão “o escândalo do Mensalão” surge sem que se recorra a nenhum outro elemento para caracterizá-lo. De todo modo, a qualificação negativa se produz pelo valor disfórico da palavra “escândalo”, que incide sobre as duas candidatas, que estavam “juntas no governo do PT, e lá ficaram”. Segundo a sugestão da propaganda, essas semelhanças são a prova de que não haverá nenhuma mudança se qualquer uma delas for eleita, porque são semelhantes, o que apresentariam mais do mesmo. Esse argumento sugere que as candidatas estão mentindo, ludibriando o eleitor para conseguir chegar à presidência. Assim, a mudança, marcada pela locução adjetiva “de verdade”, contrapondo a “mentira” sugerida das adversárias, seria o governo de Aécio Neves.

A candidata Marina Silva também apresentou, em seu HGPE, alguns trechos onde a política também confronta seus adversários José Serra e Dilma Rousseff. Separamos dois excertos. O primeiro, das eleições de 2010, foi exibido no dia 31 de agosto, e o segundo foi veiculado no dia 18 de setembro de 2014:



Recorte 36 – HGPE Marina Silva (PV – 2010)

Marina Silva: Vamos conversar, aqui, nesse minutinho? Os dois candidatos que ocupam o tempo da TV quase todo fazem uma campanha de chantagem emocional como se o povo fosse menino pronto para ser enganado. Aí fazem tantas promessas que acabam criando duas novelas. Numa, o Brasil é todo azul e na outra, é cor de rosa. Mas cá entre nós, no Brasil real, onde a gente vive, a coisa é muito diferente, tem fila no hospital, tem criança sem escola, tem assaltante armado na esquina (...) Eu confio em você pra gente decidir essa

eleição num segundo turno, com tempo igual para os candidatos, com debate para tratar dos problemas reais e achar soluções reais.

A candidata interpela o telespectador fazendo um pedido para conversar no pequeno espaço de tempo que ela tem disponível no HGPE, para desqualificar a campanha dos dois principais concorrentes nas eleições daquele ano, segundo os institutos de pesquisas de intenções de voto. O efeito de aproximação e de igualdade entre os interlocutores dessa suposta “conversa” se dá pelo uso do verbo na primeira pessoa do plural, “vamos”, remetendo a um “nós” como grupo de pessoas que pode refletir juntos sobre a situação da campanha, a candidata e seus telespectadores. O pedido de concessão da “conversa” é produzido também no tom ascendente de sua fala (Cagliari, 1992, p.138), realizado no fim da sentença, indicando uma frase interrogativa. Soma-se a esse pedido o enquadramento operado pela objetiva da câmera que foca a candidata de frente, revezando em movimentos de primeiro plano e de plano americano. Desse modo, a candidata está frente-a-frente do telespectador, simulando uma “conversa” olho-no-olho. É uma estratégia que produz um efeito de igualdade entre candidato e eleitor, mas que, de fato, mitiga a formulação na primeira pessoa do singular, “eu vou falar”, pela formulação na primeira pessoa do plural, muito mais democrática, “vamos conversar”.

A candidata, então, qualifica as campanhas dos seus principais adversários, “que ocupam quase todo o tempo de tevê”, como “chantagem emocional”. A qualificação disfórica remete ao fato de que não há lugar, nas campanhas de seus adversários, para debates sobre os assuntos sérios, pertinentes e à altura de uma disputa eleitoral, segundo a posição do enunciador. Ao desqualificar o outro, o enunciador atribui a si o debate sério, mesmo com pouco tempo de TV. A relação opositiva entre debate sério, atrelada à sua candidatura, e “chantagem emocional” associada às campanhas adversárias, é aprofundada pela suposta imagem de povo que Marina Silva atribui às campanhas de José Serra e Dilma Rousseff. Para aquela, estes tratam o povo como “menino pronto para ser enganado”. Instaura-se, então, dois modos de discutir política: a de valor positivo, pensada para pessoas sérias que querem mudar o país, representada pela candidata do PV, e a de valor negativo, que se caracteriza por uma discussão infantil, distante dos problemas reais da população, identificadas com as campanhas dos candidatos do PT e do PSDB.

Desse modo, a relação polêmica se estabelece entre o “eu” enunciador e “eles” pelos pares razão (positiva) e emoção (negativa). E entre eles há uma outra repartição relacionada a uma ficção (duas novelas): a do mundo azul e a do mundo cor-de-rosa, o que remete ao mundo de fantasia, mas o faz associando a uma determinada ideia de gênero que está presente em nossa sociedade, em que as crianças muito novas são identificadas pelo uso destas cores: a cor azul

para os meninos e a rosa para as meninas. Poderia haver aqui uma alusão às cores do partido para representar cada um deles, uma vez que o PSDB, partido do candidato José Serra, é representado por um tucano nas cores azul e amarelo, enquanto o Partido de Dilma Rousseff, o PT, tem como marca o vermelho de sua estrela. No entanto, e em se tratando de campanhas “infantis”, produzidas para um mundo de ficção, as cores azul e rosa remetem não só aos gêneros dos candidatos, mas às suas visões romanceadas e pueris da situação do Brasil para cada adversário.

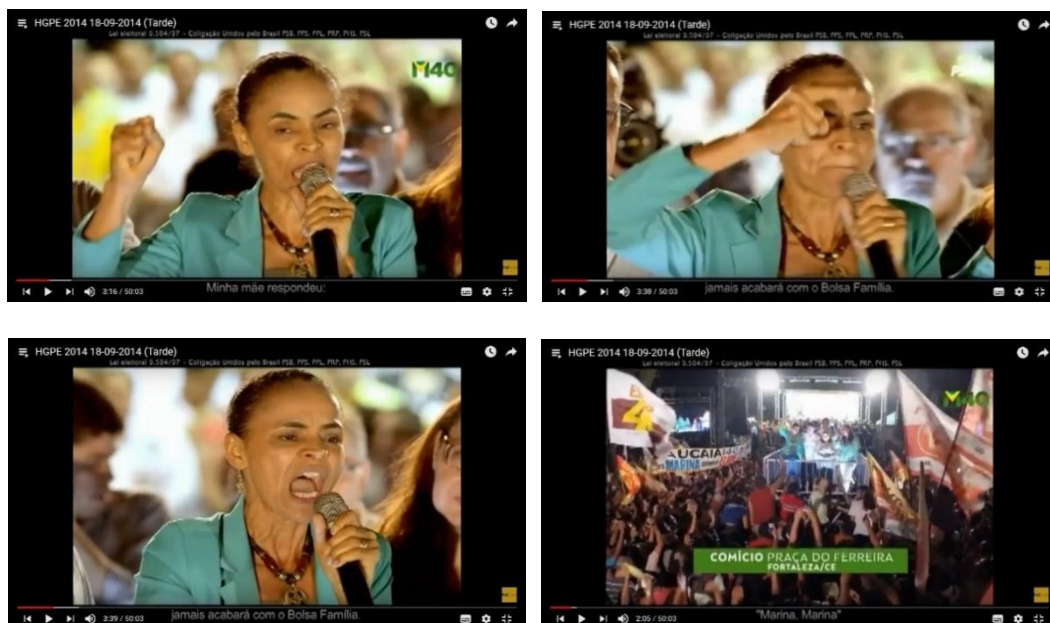
Desse modo, a associação da campanha da candidata Dilma Rousseff à cor rosa faz emergir memórias que relacionam esta cor ao feminino e remetem diretamente à expressão “mundo cor-de-rosa”, que evocando a ideia de uma mente sonhadora, frívola, ingênua e até mesmo infantil, que só consegue enxergar coisas boas, sendo incapaz de refletir sobre o que há de ruim no mundo, engendrando uma ideia de que Dilma Rousseff acredita que seu governo está perfeito. Ao associar esse “mundo” à campanha da candidata Dilma Rousseff, o enunciador desqualifica não apenas a campanha da primeira, mas reforça os estereótipos pela reatualização da memória coletiva sobre o estigma da suposta incapacidade feminina de ser assertiva e lidar com os problemas e com a realidade.

Da mesma forma, a cor azul, além de remeter, historicamente, a uma “cor de menino”, relacionada à campanha do candidato José Serra, ela também está associada a uma ideia de calma e tranquilidade e de que tudo estaria sob controle, quando o candidato expõe os seus feitos passados. Pela apresentação desses dois lugares “irreais”, os mundos de ficção “azul e rosa”, Marina Silva representaria a candidata do mundo real, o lugar onde “a gente vive”, quer dizer, o lugar do qual ela faz parte, juntamente com o povo, que sabe, assim como ela, que “a coisa é muito diferente” do que é mostrado nas campanhas dos seus adversários. É por isso que, da mesma maneira que começou esse excerto, chamando o telespectador para uma “conversa”, o enunciador se dirige ao eleitor, tratando-o por “você”, um pronome de tratamento informal que indica, em seu uso, em certa proximidade entre os interlocutores. À vista disso, a candidata conta com a ajuda do eleitor para decidir a eleição no segundo turno, onde poderá ter tempo igual de tevê para expor suas propostas e para debater os problemas e soluções “reais” para o Brasil. O uso do termo “pra gente decidir” não incorre apenas na decisão do eleitor, mas significa que a decisão do eleitor deve fazer com que sua candidatura passe para o segundo turno, pois somente ela pode discutir “os problemas e soluções reais” do Brasil. Portanto, a sua crença incide na imagem da política competente e eficiente que deve tratar, com o povo

brasileiro, do Brasil real, diferente do Brasil dos adversários e, dentre os candidatos, ela seria a única a enxergar os problemas como eles realmente o são.

Em mais um trecho da propaganda de Marina Silva, durante a campanha eleitoral de 2014, a candidata acusou a coalizão da candidata Dilma Rousseff cometer ataques, inclusive pessoais, à sua candidatura. Neste excerto, exibiremos um pronunciamento de Marina Silva, em um comício realizado na cidade de Fortaleza, onde a candidata fez duras críticas à candidata Dilma Rousseff. Este excerto foi veiculado no dia 18 de setembro de 2014.





Recorte 37 – HGPE Marina Silva (PSB – 2014)

Marina Silva: **Dilma!** / Vo.cê / fique ciente!/ Não: vou: lhe: combater: com as suas armas! Vou **lhe combater**/ com a **nossa** verdade!/ Com o nosso respeito/ e com as nossas propostas! Nós vamos manter o Bolsa **família!** / E sabe por **quê?** Porque eu nasci/ **lá** no Seringal Bagaço. **Eu sei** o que é passar **fome**. **Tudo** o que minha mãe **tinha**,/ **para** oito **filhos**,/ era um **ovo**/ e um pouco de farinha e sal... com umas **palhinhas** de **cebola picadas**. Eu me **lembro**/ de ter **olhado** para o meu pai e minha mãe/ e perguntado: Vocês não vão **comer?** /E minha **mãe** **respondeu**: /// minha mãe respondeu: “Nós não estamos com fome”. E uma criança **acreditou naquilo**. Mas **eu**/ **depois** **entendi**,/ que **eles**,/ **há** mais de um **dia**, não **comiam**. Quem viveu essa experiência,/ **ja.mais** **acabará** com o Bolsa **família**. Não é um **discur.so!** **É** uma **vida!**

Discutimos, no primeiro capítulo, as transformações da comunicação política contemporânea, engendradas por mudanças históricas, econômicas, sociais e tecnológicas, o que significou a assimilação das técnicas audiovisuais pela propaganda política. A fala pública A passagem do palanque, da tribuna para a televisão resfriou a temperatura da fala pública, quando a massa se dissipou e o político pôde, então, adentrar a casa de cada eleitor-telespectador através da projeção eletrônica de seu rosto, de seu corpo, de sua silhueta e de sua voz na sala de estar das famílias. A fala pública e, ao mesmo tempo, privada da comunicação política televisiva da atualidade produziu, segundo Piovezani (2009, p. 352), uma superação da linguagem de guerra, conhecida por um estilo enérgico e viril, seja pela potência da voz seja pela força dos gestos e das expressões, em favor de uma linguagem moldada pela concepção do *fair play* de uma competição esportiva, que constituiu um modo brando e íntimo de falar publicamente.

O calor da tribuna foi substituído pela temperatura amena do canal televisivo. Por esta razão, qualquer expressão, qualquer gesto e todo aumento brusco e insistente de um volume vocal deve ser cuidadosamente calculado para evitar uma imagem de um político agressivo e que não sabe se comportar sob as novas regras do jogo democrático contemporâneo. É nesta relação da justa medida que podemos analisar o pronunciamento de Marina Silva neste excerto. As reiteradas insinuações de que a candidata estava sofrendo ataques da campanha da candidata Dilma Rousseff podem ser identificadas como as condições de produção que permitiram que esse pronunciamento da candidata do PSB fosse veiculado em seu HGPE. Sob a justificativa da defesa de supostos ataques, Marina Silva responde à candidata em um comício realizado em Fortaleza, durante a campanha do primeiro turno das eleições de 2014.

O conjunto de imagens apresenta uma candidata com expressões e gestos que produzem o efeito de um estado colérico: expressões faciais firmes, agudas, tensas, associadas aos movimentos amplos da mão e do braço, como o punho fechado e dedo em riste, além do alto volume de voz, da fala silabada em alguns segmentos e um ritmo lento de fala são as marcas, presentes em seu corpo e em sua voz, que remetem a um estado de agressividade que, em conjunção com a língua, produz um efeito de indignação. As duras palavras ditas no início do pronunciamento vão se atenuando à medida que a história da experiência de vida pobre e humilde se transforma na tônica da mensagem política.

O seu pronunciamento evidencia um pressuposto que pode ser resgatado na fala da candidata de que a campanha de Dilma Rousseff ou os seus partidários, em algum momento, insinuou ou disse que haveria um corte no Programa Bolsa Família se a até então presidenta não fosse reeleita. Considerado um dos maiores programas de distribuição de renda do mundo, o *Programa Bolsa Família* foi a principal realização do governo Lula, e foi ampliado no governo Dilma, programa que atende, sobretudo, famílias com renda que as colocam abaixo da linha da pobreza.

Assim, em sua fala, a enunciadora interpela diretamente a candidata do PT, a quem ela dirige “o recado”, por meio do vocativo “Dilma!”, o do pronome “você”, mas na verdade, são duas audiências que se configuram como os reais destinatários de sua fala: o público presente no comício e, mais tarde, o telespectador que acompanharia a transmissão de seu HGPE pela televisão. Ao responder sobre a suposta acusação já mencionada, a enunciadora desqualifica a adversária pela substituição do termo “armas” por “mentira” na disputa eleitoral. Esse jogo de sentidos é produzido pela negação da candidata em combater a adversária com as mesmas “armas” de que esta se valeria, afirmando que combateria sua oponente política com “a nossa

verdade”. Assim, a enunciadora, ao mesmo tempo que desqualifica a campanha da candidata do PT, associando “suas armas” à mentira, sua campanha, por oposição, seria defendida com a “verdade”.

Posto isto, o pronunciamento da candidata do PSB produz um efeito de verdade ao imputar à sua adversária a circulação da suposta mentira de que seu possível governo acabaria com o programa de segurança alimentar instituído no Governo Lula. E sua defesa da verdade, a de que vai “manter o Bolsa Família”, é justificada com uma história vivida pela própria candidata, por sua própria experiência, marcada na língua pelo uso da primeira pessoa do singular: “**eu sei** o que é passar fome”. A produção da autenticidade e a sinceridade do dizer não é só certificada pela performance elocutiva, mas também pelas marcas do seu corpo e de sua voz emocionada ao contar uma experiência de sua infância pobre e carente. O uso da voz em ritmo lento e tom ascendente no final das sentenças, com pausas cadenciadas e em alto volume foram necessárias em uma enunciação produzida em um ambiente aberto, e as mudanças de tessitura marcadas por uma pausa longa, justificada pela emoção ao reproduzir, pela lembrança, as falas dos pais, de que não estavam com fome para que sobrasse mais alimento para os filhos, indicam a produção de um enunciado verdadeiro, constituído pela posição discursiva da sensibilidade de que, por ter passado fome no passado, jamais deixaria que cidadãos brasileiros passassem pela mesma situação.

Dessa forma, a candidata refuta a acusação que lhe imputavam sobre o fim do Bolsa Família, porque sua experiência ratifica moral e pessoalmente a sua manutenção. Ao expor sua história de vida, a candidata não apenas diz que vai manter o programa como faz crer que o manterá, produzindo um efeito de uma enunciação autêntica e verdadeira e impingindo à sua adversária a pecha de mentirosa. A escolha desse trecho do comício para ser transmitido no HGPE foi estrategicamente pensada para produzir uma resposta enfática para uma acusação ou boato que se espalhou e que precisaria ser contestado rapidamente. Um pronunciamento sob o primado da intimidade simulada, produzido em um estúdio com a voz serena, expressão simpática e mesmo com o tom de voz enfático, mas com uma tessitura média a baixa, não produziria o mesmo efeito do que uma fala produzida no calor do palanque para evocar o discurso da indignação ante a mentira política. Por esta razão, Marina Silva seria perdoada por seus excessos em função do contexto em que sua fala enfática e quase agressiva foi realizada.

Por fim, apresentaremos mais um último excerto deste tópico em que mostraremos um outro recurso utilizado por muitas equipes de *marketing* político, que diz respeito à dramatização de uma cena para introduzir algum tema sobre qual o HGPE do dia tratará. Esse

recurso também é utilizado para ironizar alguma situação envolvendo um adversário sobre algum fato contra ele, noticiado na mídia. Neste trecho que mostraremos, exibido no dia 9 de outubro de 2010, a campanha do candidato José Serra cria uma personagem sem nome, uma mulher, sentada em um sofá do que seria sua sala de estar, com seus óculos pendurados pelo pescoço. Segura um jornal e fala diretamente para a câmera:



Recorte 38 – HGPE José Serra (PSDB – 2010)

Dilma, cá entre nós, de mulher pra mulher, tem coisa que a gente não pode deixar pra lá, concorda? Eu li aqui uma notícia fresquinha da sua amiga Erenice. Pois é, esse caso da Erenice, que coisa mais mal parada, né? Puxa, Vocês eram tão amigas, se conheciam tão bem. Erenice era seu braço direito, ficou no seu lugar lá na Casa Civil. De repente, esse rolo todo, Polícia Federal, inquérito, processo, coisa triste, não é mesmo? Essa Casa Civil tá encencada, né? Primeiro foi o Zé Dirceu, agora Erenice... Afinal, Dilma, conta pra gente: como é que vai acabar esse caso da Erenice, hein?

Este excerto dramatiza uma situação que se ajusta às condições de produção da circulação de notícias a respeito de denúncias de tráfico de influência que envolviam Erenice Guerra, funcionária que trabalhava diretamente com Dilma Rousseff na Casa Civil e acabou assumindo a pasta quando a candidata se licenciou para disputar a eleição. Tais denúncias transformaram-se em um escândalo que atingiram a campanha da candidata petista que, por muitas vezes, respondeu às acusações de omissão, tanto em sua própria propaganda eleitoral quanto nos debates de que participava e nas entrevistas que concedia durante o período eleitoral. A encenação presente neste excerto explora esse acontecimento político.

Ressaltamos de início que esse excerto foi apresentado ao final da propaganda de Serra, quando, inclusive, é apresentado o emblema de sua candidatura com o número do partido, antes

de começar a peça, imagem que costuma aparecer somente no final de todos os HGPE, de todos os candidatos. Não conseguimos identificar se esse HGPE foi exibido à tarde ou à noite, mas essa separação, produzida pela imagem do primeiro plano do recorte, entre toda a propaganda do candidato e esse trecho, objetiva produzir dois efeitos: o primeiro consiste em separar a imagem do político sério de uma peça irônica e debochada contra sua adversária; o segundo, diz respeito ao horário de exibição: se o HGPE foi veiculado à noite, ele se ajusta, pela linguagem de seu gênero, à exibição de uma telenovela, um famoso gênero que é acompanhado por milhões de brasileiros. O cenário se assemelha uma sala de estar, em que podemos ver, pelo enquadramento da câmera, ao fundo o que há geralmente em uma casa, móveis, itens de decoração, portas e janelas. A personagem está sentada em uma poltrona e simula acabar de ler um jornal, uma vez que ela estava com os olhos baixos na primeira imagem que a apresenta.

Posto isso, o efeito produzido pela peça é o de uma intimidade simulada entre a personagem e a candidata. Simulada porque ao mesmo tempo em que a personagem interpela a candidata Dilma Rousseff de maneira bastante informal, quase íntima (“cá entre nós”, “de mulher pra mulher”), o tom de sua fala e suas expressões faciais esboçam certo deboche e, em alguns momentos, até mesmo caricatos, por remeter “essa conversa” a um tom de fofoca, um estigma disfórico da fala feminina. Além disso, o encadeamento da fala é marcado por um grande número de generalidades (“esse caso da Erenice, que coisa mais mal parada, não é?”, “esse rolo todo (...) coisa triste, não é mesmo?”, “Essa Casa Civil tá encrocada”), reatualizando dizeres e estereótipos sobre a inaptidão das mulheres em entender assuntos sérios e complicados. A generalidade também produz um efeito irônico pela insinuação de que pode existir ainda mais casos ilícitos os quais não foram, até então, descobertos. Uma marca linguística e também prosódica dessa insinuação pode ser identificada na sentença: “esta Casa Civil está encrocada, né? Primeiro foi o Zé Dirceu, agora Erenice...”. Além da pausa que denota uma enumeração (Primeiro Zé Dirceu, agora Erenice), verificamos a realização de uma “frase incompleta” (Cagliari, 1992, p. 138), sintaticamente marcada pelo uso de um tom suspensivo (de baixo a médio), produzido pela pronúncia da última palavra, que é o nome próprio da “amiga de Dilma”, Erenice. O tom suspensivo utilizado aqui sugere que pode haver outros funcionários do Ministério do qual Dilma Rousseff era responsável praticando ações consideradas ilícitas ou, até mesmo, que ela as tenha feito.

Essa sugestão é apresentada pela rememoração do escândalo envolvendo o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, condenado por um suposto esquema de compras de votos de deputados que apoiariam projetos de interesse do governo no Congresso Nacional. A

personagem insinua que há algo de estranho nesse ministério, sugerindo também que a suspeição recaísse sobre a candidata. A fórmula que indica essa sugestão funciona da seguinte maneira: Se “Erenice, amiga de Dilma Rousseff, foi denunciada” e “Zé Dirceu, antecessor de Dilma e colega de partido, foi condenado”, logo “Dilma não é honesta” ou “Dilma é corrupta” ou “Dilma é omissa, uma vez que conhece o esquema de corrupção e não o denuncia”.

Ademais, essas formulações evocam os dizeres que circularam na mídia na época, conforme já foi discutido, a respeito de uma denúncia sobre tráfico de influência envolvendo uma funcionária do Ministério da Casa Civil, pasta sob a responsabilidade de Dilma Rousseff, antes de se tornar candidata à presidência. Da generalidade da fala da personagem passa-se para a especificação quando que ela diz “De repente, esse rolo todo, Polícia Federal, inquérito, processo”, uma vez que esses três últimos termos são facilmente reconhecidos como sendo do campo jurídico. Alguém que não soubesse do que se trata, entenderia que a candidata estaria envolvida com algo ilícito. Ao final, a personagem faz uma pergunta retórica e em tom de deboche, simulando ainda uma intimidade, “afinal, Dilma, conta pra gente: como é que vai ficar esse caso da Erenice, hein?” O deboche se instaura no fato de que Dilma deveria dar uma resposta, visto que Erenice Guerra trabalhou diretamente com ela (ela era “sua amiga”, o “seu braço direito”), o caso também remete a tantas outras denúncias de corrupção, o que faz com que o eleitor possa antecipar a resposta de maneira disfórica para o governo: “isso vai acabar em pizza”, ou “esse caso vai para a gaveta...”, atribuindo à imagem da candidata, além da suspeita, a convicção de que ela é igual aos outros políticos e deve ser tratada, no mínimo, com desconfiança.

No *corpus* transcrito e analisado do HGPE, verificamos que todos os candidatos receberam e desferiram, em maior ou menor grau, ataques aos adversários, desde os mais sutis até os mais graves e explicitamente agressivos. O maior alvo dos ataques foi Dilma Rousseff, uma vez que a candidata do PT ficou, em quase toda a campanha eleitoral de 2010 e 2014, na primeira colocação nas pesquisas de intenções de votos, encomendadas e divulgadas pelos veículos de comunicação, o que faz com que outras campanhas a desqualifiquem com o objetivo de lhe tirar votos ou impedir que a eleição se resolvesse já no primeiro turno. De tudo o que foi analisado neste tópico, concluímos que foram atribuídas às candidatas características disfóricas relativas à sua competência e capacidade de governo. O candidato José Serra utilizou sobretudo esse argumento da inexperiência e, conseqüente, da incapacidade da candidata Dilma Rousseff, por esta nunca ter concorrido às eleições anteriormente, a qualquer cargo público. Ao mesmo

tempo em que a campanha tucana a desqualificava nesses termos, evocava-se, como contraponto, a imagem experiente e o extenso currículo de suas atuações políticas, identificando-o com a imagem do político ideal para governar o país. Foram mobilizados também os argumentos da heteronomia, que situava a candidata petista como uma política dependente de seu “padrinho político”, ao mesmo tempo que um sinal de independência da candidata era interpretada e criticada como arrogância e presunção. Ou seja, em uma posição conservadora, além da propalada inaptidão para a função pública, a mulher política não consegue se adaptar, na justa medida, ao espaço público. Ela sempre agirá ou no excesso ou na falta.

Outro argumento mobilizado entre os candidatos, foi o da mentira. Na propaganda do candidato Aécio Neves, houve uma comparação entre as candidatas do PT e do PSB. A semelhança entre as duas políticas foi construída em torno da imagem divulgada pela mídia de que o PT é um partido corrupto e que sempre se posicionou contra as modernizações do país implementadas pelo governo tucano, nos anos 1990. A relação que se estabelece entre as duas candidatas é que elas eram filiadas ao PT no momento da descoberta “do escândalo do mensalão”, fórmula consagrada pela imprensa e nesta direção elas não poderiam representar a mudança de que o Brasil necessitava. Evidencia-se, então, o argumento da “mentira” sugerida ou da “meia verdade” em torno das campanhas das candidatas. Os sentidos da sedução feminina que leva a sociedade à perdição são evocados pela ideia de que as candidatas não cumpririam suas promessas e apenas ludibriaram os eleitores, podendo levar o país à ruína.

A candidata Marina Silva também se utilizou do argumento da mentira para desqualificar a candidata Dilma Rousseff. Apesar do efeito de agressividade produzido pela enunciação no palanque, um canal quente, o argumento da mentira foi apenas sugerido, em seu HGPE, de forma implícita, no efeito de substituição pelo termo “armas”. Segundo a posição da candidata do PSB, ela não combateria sua adversária as suas mesmas armas, mas com a sua “verdade”. O advérbio de negação, assim, instaura a oposição mentira/verdade em substituição ao termo “armas” na formulação linguística de Marina Silva, associando a mentira a sua adversária.

Por fim, apresentamos uma dramatização de um episódio irônico a respeito de um escândalo envolvendo uma funcionária subordinada à Dilma Rousseff quando ela era Ministra exibido no HGPE de José Serra. Por meio de estigmas e estereótipos que associam a fofoca e a tagarelice ao universo feminino, a personagem interpela a adversária petista, em uma enunciação irônica, a respeito de Erenice Guerra e sugere, pela memória dos escândalos de

corrupção envolvendo o ministério da Casa Civil, de que “Dilma sabia”, ou foi, no mínimo “omissa” ou “condescendente” com os atos ilícitos. Assim, a posição assumida pela campanha do candidato imputa a Dilma Rousseff a pecha ou de “mentirosa”, ou “omissa”, ou o mais grave, de “suspeita”.

Esses, então, foram os argumentos disfóricos encontrados com mais recorrência para desqualificar as candidaturas femininas. Uma memória que reatualiza dizeres sobre a condição feminina, forjada em características que a associam ao espaço privado, enquanto outras atribuições que se ajustam à função pública, são radicalmente dissociadas do “ser mulher”, produzindo um efeito de inaptidão feminina no exercício da *res publica*.

A mulher na boca do povo

Nos dois últimos tópicos, analisamos excertos de “depoimentos” ou pronunciamentos de enunciadores aliados e adversários do HGPE de mulheres políticas que, respectivamente, qualificavam ou desqualificavam a candidatura feminina, muitas vezes recorrendo a dizeres estereotipados e preconceituosos em relação às mulheres. Também já discutimos a importância desses depoimentos nas campanhas eleitorais televisivas, pelo fato de produzirem um efeito de legitimidade e de credibilidade na atuação política do candidato, uma vez que, nas sociedades democráticas, não há mais uma justificação pelo sangue e ascendência para que um sujeito governe os outros. Pesam, assim, sob os ombros dos políticos a carga da desconfiança e, por isso, os *experts* em eleições costumam engendrar estratégias que apaguem ou, ao menos, amenizem, a incredulidade dos eleitores.

Um desses artifícios utilizados no HPGE da maioria dos candidatos é o depoimento de populares. É uma estratégia que consiste em, aparentemente, dar voz ao povo e construir um efeito de credibilidade e de legitimidade do político pela opinião de quem, numa democracia, supostamente, é o fator mais importante. E por não estar “supostamente” associado a nenhum candidato e, ser do seu interesse que o candidato mais preparado vença para bem gerir o Estado, é possível que estes depoimentos sejam considerados, de forma ainda mais manifesta, como uma enunciação autêntica e um dito verdadeiro a respeito do político.

Geralmente, a captação da imagem e do depoimento de “pessoas comuns” costuma ser em um ambiente externo, mesmo que tenha sido feito em um evento ou comício de determinado candidato. O fato desse pronunciamento não ser feito dentro do estúdio, indicando uma espécie de produção artificial da enunciação, e, ao contrário, ter uma locação real, reforça ainda mais o efeito de autenticidade e de sinceridade produzido por esta enunciação.

Por esta razão, selecionamos alguns desses depoimentos que apresentam posições contrárias e favoráveis às candidatas para proceder à análise. De início, apresentaremos alguns depoimentos de populares falando da candidata Dilma Rousseff veiculados no programa do candidato José Serra, nas eleições de 2010:



Recorte 39 – HGPE José Serra (PSDB – 2010)

Almir Nascimento, funcionário público (Rio Grande do Norte): Serra tem um passado, que já capacita ele para ser o nosso presidente. Dilma, como eu já disse, é uma mulher posta, só com palanque, sem discurso.

Gilberto da Silva, vendedor (Rio de Janeiro): Esse ano eu sou Serra, firme e forte, porque é um político que realmente tem bagagem, então eu sou Serra, minha família é Serra. Porque a Dilma, que bagagem ela tem? (Em um outro programa, esse mesmo senhor diz:) ela tá na aba do Lula.

Ednaldo Ferreira, funcionário público (Pernambuco): O Serra fala, a gente entende. A Dilma fala e enrola, enrola, enrola, e a gente não sabe o que ela quer dizer.

Como já foi discutido, o efeito de real é produzido pela locação da gravação, onde a rua ou qualquer ambiente ao ar livre serve como cenário para este tipo de depoimento. Essa locação externa produz um efeito de espontaneidade e de autenticidade da fala popular, pessoas comuns que teriam a oportunidade de tomar a palavra e “soltar” o verbo. No entanto, é evidente que há um controle da produção desses discursos, tanto pela seleção de quem pode dizer, uma vez que um simpatizante do candidato adversário jamais poderia ter voz neste lugar. Nesses excertos, os transeuntes declaram seu voto em José Serra, mas não apenas isso: eles desqualificam a candidatura de Dilma Rousseff. O argumento presente nos dois primeiros excertos aponta para a experiência e a “bagagem”, algo que José Serra teria e Dilma Rousseff, não. Correlato a este argumento, está um outro proveniente deste: se ela não tem “bagagem”, ou seja, experiência, ela está sustentando a sua campanha sobre quem a possui, ideia metaforicamente presente na formulação “ela tá na aba do Lula”, retomando a concepção da heteronomia, aqui já discutida, que encarna, na campanha eleitoral, a ideia de que a mulher precisa de um tutor para guiar os seus passos, uma vez que ela não sabe fazer isso sozinha.

No terceiro excerto surge um outro argumento, que pode estar eventualmente associado aos dois primeiros. A formulação se refere ao “dom da fala”. O enunciador qualifica a fala de Serra como clara, ao contrário da fala de Dilma Rousseff, que é obtusa, retomando os antigos preconceitos sobre a fala feminina, discutidos no primeiro capítulo deste trabalho. Nesta direção, a formulação linguística “enrola, enrola, e a gente não sabe o que quer dizer”, incide tanto sobre sua expressão ruim quanto sobre o conteúdo ausente e dissimulado. Esta sentença reporta-se principalmente aos dizeres carregados de estigmas negativos que relacionam o falar masculino como fruto da razão e o feminino, da emoção e, por isso, o dizer feminino seria, devido à ausência de *logos*, confuso e impreciso; e que o homem, dotado de razão, possui um falar assertivo, que busca somente proferir o necessário. Esse dizer também evidencia o fato da inexperiência da candidata, ante à “bagagem” do candidato Serra.

Por último, podemos identificar mais um indício que produz um efeito de autenticidade e de espontaneidade dos depoimentos dos cidadãos comuns, principalmente nesses excertos. Verificamos que na imagem surge os seus rostos associados aos seus nomes, às suas profissões e, ainda, às regiões do país de onde eles falam por uma legenda, ou no canto inferior, ou ao lado de seus rostos, na tela. Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco são os Estados representados por vozes comuns, mas reais, pois seus rostos, suas silhuetas, seus nomes, suas procedências e suas vozes estão registradas nas imagens do HGPE do candidato Serra. Mas como saber se este rosto, este corpo e esta silhueta que surge na tela é realmente um cidadão que fala de onde diz falar? São as diferenças prosódicas, os sotaques dos cidadãos que identificam a singularidade regional que eles representam. São pelas “marcas na voz que não são nem inteiramente individuais nem completamente nacionais, mas locais (Piovezani, 2011, p. 171), que os efeitos de autenticidade e de sinceridade são produzidos afim de desqualificar, pela voz do outro, do cidadão que deve ser governado, mas também representado pelo político, a candidata Dilma Rousseff, ao mesmo tempo que qualifica José Serra.

O argumento da experiência é mais uma vez mobilizado pelas “mulheres do povo” na propaganda eleitoral de José Serra:





Recorte 40 – HGPE José Serra (PSDB – 2010)

Adriana Maria da Silva (professora, São Paulo): tem que fazer e dar continuidade nas coisas que tem pra fazer. Isso não tem diferença de ser mulher ou ser homem, então, na minha opinião, eu prefiro o Serra, e não a Dilma.

Sheila Lemos (professora, São Paulo): não é pelo fato dela ser mulher, eu sou mulher, claro, mas se ela tivesse experiência, mas não tem. O mais preparado é o José Serra.

Anita Alves de Lima (doméstica, São Paulo): a Dilma, a gente não conhece direito, nunca fez nada ainda, né? O Serra já fez tanta coisa pra nós.

Maria de Oliveira (aposentada, Belo Horizonte): Eu não ponho muita fé em Dilma, não, han, eu sou mais o Serra mesmo.

Mulher não identificada: O Serra, ele tem o que mostrar e a Dilma não tem.

Mulher não identificada: Quem é Dilma? Dilma, a gente não sabe de nada sobre Dilma.

Nestes excertos, encontramos depoimentos de mulheres que colocam sob suspeita a competência de Dilma Rousseff para a gestão pública, baseada na falta de experiência. A escolha de mulheres para desqualificar a candidata não foi aleatória, mas muito bem calculada. A crítica demasiadamente dura e até mesmo hostil de um candidato contra uma candidata poderia suscitar dizeres pouco abonadores para o candidato que faz uma campanha de ataque, principalmente em um momento em que, a despeito de eventuais inflexões, retrocessos e nostalgias, há um movimento de docilização da fala pública. Nesse caso, permitir que mulheres tomem a palavra para confrontar uma candidata é um subterfúgio seguro para atacar a adversária sem que lhe seja imputado acusações de misoginia. Além disso, o fato de uma mulher não declarar voto em outra mulher pode produzir um efeito de deslegitimação e descrédito na candidatura feminina, sugerindo uma dissociação entre a representatividade de gênero na política e a liberdade democrática de que mulheres possam escolher um homem para representá-las, sendo esta escolha baseada no argumento da competência.

Nos dois primeiros depoimentos, essa não associação do voto feminino em uma mulher política se faz presente. As duas primeiras enunciadoras alegam a inexperiência da candidata do PT como um ponto negativo e que, mesmo com a identificação de gênero, o “ser mulher”,

elas votam em quem elas já conhecem e em quem “sabe fazer”, o que produz o efeito da eficiência e competência política do candidato tucano, manifestada na ideia de que ele não só fala, como faz o que fala. Nas formulações “isso não tem diferença de ser mulher ou homem” e “não é pelo fato de ser mulher, eu sou mulher, mas se ela tivesse experiência...” instaura um implícito de que o argumento de gênero foi mobilizado nesta eleição, demarcando a associação entre representatividade e voto.

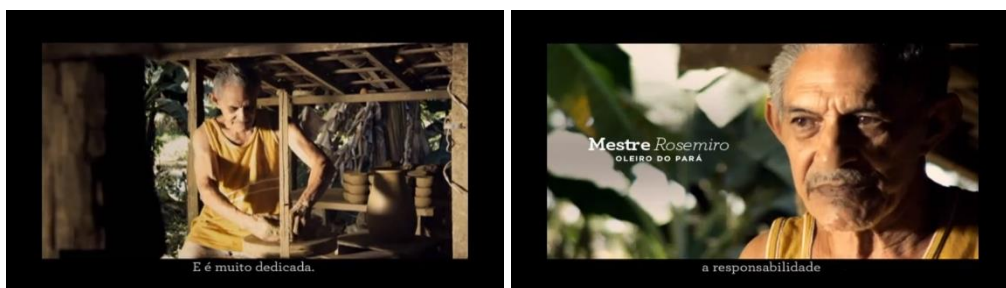
Na primeira sentença destacada, a expressão introduzida por uma partícula negativa, “não ter diferença de ser homem e mulher”, materializa uma recusa do argumento de gênero como um ponto a ser levado em consideração na hora do voto e indica o sentido da universalidade democrática da representação política. Não importa aqui o gênero do político que representará a vontade dos brasileiros, desde que ele tenha competência e experiência, o que significa, nessa posição, ele saberá governar o país. Na segunda formulação, a presença do argumento de gênero torna-se mais explícita quando a enunciadora declara “não é pelo fato dela ser mulher, eu sou mulher”. Evidencia-se aqui a posição de que “a mulher deveria votar em uma mulher para ser verdadeiramente representada na política”, argumento refutado por um outro qualificado como mais forte pela enunciadora, o do preparo conquistado pela experiência, introduzido pela conjunção adversativa “mas”: “mas se ela tivesse experiência, mas não tem”. Desse modo, a enunciadora poderia até votar em Dilma Rousseff, mas ela não tem experiência. Se não tem experiência, logo, não sabe governar.

Nesses últimos excertos, a negação do argumento de gênero nas eleições nesses últimos excertos da campanha de Serra é apenas sugerida pela imagem e pela voz das mulheres-eleitoras. Constatamos pelo corpo e pela voz que elas “biologicamente” mulheres, e atestam votar no candidato tucano em vez de uma mulher Dilma Rousseff. De todo modo, o argumento que prevalece é o da inexperiência e do desconhecimento da candidata petista contra a “bagagem” e a experiência de seu adversário tucano. Nesse sentido, os enunciadores evidenciam uma certa desconfiança em relação à candidatura de Dilma Rousseff deflagrada pelo seu estado de neófito, que se instaura pela ideia do desconhecimento, marcada na pergunta retórica “Quem é Dilma?”, ou na expressão topicalizada que enfatiza uma informação disfórica sobre a candidata como em “Dilma, a gente não sabe de nada sobre Dilma” ou “Dilma, a gente não conhece direito”. Identificamos ainda sequências que comparam os dois candidatos, associando um a qualidades positivas e outro pela falta de qualidades: uma é a mesma estrutura topicalizada para atribuir qualidades ao candidato José Serra, acompanhada na sequência, de uma atribuição negativa a Dilma Rousseff, instaurando uma comparação opositiva entre eles,

“O Serra, ele tem o que mostrar e a Dilma não tem”, denotando uma ausência de qualidades, ou as sequências comparativas que se iniciam com a ausência de qualidades de Dilma Rousseff, “[Dilma] nunca fez nada ainda, né? O Serra já fez tanta coisa pra nós” e “Eu não ponho muita fé em Dilma, não, han, eu sou mais o Serra mesmo”. Fica patente, então, a atribuição sempre positiva ao candidato Serra, através de estruturas que parafraseiam seu preparo, competência e experiência política. À Dilma Rousseff cabe a imagem de desconhecida ou até mesmo a atribuição ainda mais negativa, a ausência de qualidades.

As marcas de oralidade identificadas pelo uso de termos topicalizados, dando ênfase, na enunciação, aos candidatos de quem se fala positiva ou negativamente, como, “a Dilma, a gente não conhece direito” ou “O Serra, ele tem o que mostrar”, e de marcadores conversacionais, como, “então”, “claro”, “né”, “han”, produzem um efeito de espontaneidade das declarações, aquelas que não precisaram ser decoradas ou lidas, uma vez que essas expressões informais costumam ser realizadas em enunciações menos policiadas. A própria situação visualizada nos planos simula que as enunciadoras foram abordadas na rua pelos repórteres da campanha e convidadas a conceder, “de improviso, a sua opinião”. É neste sentido que há uma produção de um efeito de enunciação verdadeira e enunciado autêntico, encarnado, no corpo, na voz e na língua das enunciadoras.

Por fim, apresentaremos dois excertos do programa da candidata Dilma Rousseff, das eleições de 2010, onde é dada “a voz” para dois cidadãos. Vejamos:



Recorte 41 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2010)

Hoje, nós temos a mulher dentro da política. Falta uma mulher presidente. Porque a mulher, mãe, ela é dona-de-casa. E o Lula jamais iria colocar a responsabilidade que ele tem como presidente na mão de uma pessoa que ele não conhecesse. Então, o trabalho vai continuar. Porque o governo da Dilma vai ser parecido com o governo do Lula.

Esse depoimento foi exibido na propaganda eleitoral de Dilma Rousseff, no dia 11 de setembro de 2010. No primeiro fotograma aparece, em primeiro plano, o oleiro Rosemiro, vestido com uma camiseta amarela. Sua fala é entrecortada em pausas para mostrar as imagens

de seu trabalho com o barro. Sua voz apresenta um ritmo moderadamente acelerado, produzindo um efeito de certeza sobre o que se fala. O enunciador mobiliza o argumento de gênero para qualificar um possível governo de uma mulher. Enquanto manipula o barro, ele diz: “Hoje, nós temos a mulher dentro da política... falta uma mulher presidente. Porque a mulher, mãe, ela é dona-de-casa (...)”. O efeito suspensivo em cada oração, manifestada pelo tom de voz de baixo a médio no fim das sentenças, apontam para o efeito constativo de suas formulações, que produzem um estado de reflexão sobre a atualidade da inserção das mulheres na política e sobre o fato que nenhuma mulher chegou ainda a ser presidente. Na sequência de sua enunciação, é possível identificar, uma referência ao discurso essencialista que associa a mulher às questões da vida privada e à atuação no lar, ao mesmo tempo que reconhece que os tempos mudaram, valorizando a transição da mulher mãe/dona de casa para a mulher na política. Apesar de ser uma fala favorável à candidatura de Dilma Rousseff, ela apresenta, em sua formulação, uma espécie de autonomia contestada (Coulomb-Gully, 2016). O enunciador confia em Dilma não por causa dela, mas por causa da proeminência de Lula, seu padrinho político. Há, então, uma aceitação de seu nome para a presidência por conta do avalizamento de sua candidatura por Lula: “o Lula jamais iria colocar a responsabilidade que ele tem como presidente na mão de uma pessoa que ele não conhecesse. Então, o trabalho vai continuar. Porque o governo da Dilma vai ser parecido com o governo do Lula”. O enunciador, então, expressa a aliança entre Lula e Dilma como um argumento favorável à eleição da candidata. É a experiência, competência comprovada e o sucesso do governo Lula que avaliza a indicação do nome de Dilma Rousseff.

Além da manifestação da heteronomia, o argumento de gênero é expressado positivamente sob o primado do verbo “ser”: “ser mulher”, ser mãe”, ser dona-de-casa”, “ser dedicada”. É o efeito suspensivo de sua voz que preenche as lacunas deixadas linguisticamente. Incide sob esses atributos femininos, “mãe”, dona-de-casa”, “dedicada”, a memória social das responsabilidades da mulher em gerir bem as contas do lar, na dedicação com a família e com a organização doméstica. Essas características, então, podem ser transpostas: do “governo” do lar para o “governo” da nação. Alia-se a esses atributos femininos “naturais”, a continuidade do governo Lula o que seria um possível governo Dilma, introduzida também pelo verbo “ser”: “ser” parecido com o governo Lula. Assim, a indicação política por um “padrinho” reconhecidamente responsável, competente e experiente, associada aos atributos “naturais” femininos, fazem da candidata Dilma Rousseff a política mais adequada para assumir a presidência, pois só assim, “o trabalho vai continuar”. Ao mesmo tempo que o enunciador pronuncia essa sentença, a câmera enquadra o oleiro arrumando uma prateleira com os vasos

que fez. A sincronia da imagem do seu trabalho com a formulação linguística expressa não somente uma promessa de que o trabalho será continuado e bem feito, mas uma certeza, metaforizada no trabalho do próprio enunciador que acredita e confia na candidatura Dilma Rousseff.

Vejamos agora o último depoimento, também exibido na propaganda eleitoral do PT, no dia 13 de outubro de 2010:



Recorte 42 – HGPE Dilma Rousseff (PT – 2010)

Quando a gente fala em Dilma, faz lembrar uma Anita Garibaldi, faz lembrar uma Madre Tereza de Calcutá, faz lembrar uma Joana D’Arc, por quê? Porque todas essas mulheres ficaram na história. Todas essas mulheres ultrapassaram a sua época.

Neste excerto, visualizamos a imagem de um cidadão comum, designado Luiz Ferreira pela legenda que surge ao lado de sua imagem, tomada em primeiro plano, um transeunte que, na rua, dá o seu depoimento e fala o que acha da candidata Dilma. O depoimento foi gravado em uma locação externa, um lugar público, talvez uma praça ou uma grande calçada, porque conseguimos visualizar, no plano de fundo, pessoas andando, o que produz o efeito de espontaneidade, conforme já foi mencionado nas análises anteriores. O enunciador evoca em Dilma Rousseff a imagem da mulher militante, associando a ela a imagem de outras mulheres conhecidas na história e que lutaram (até mesmo literalmente) em favor de uma causa em que acreditavam (BITTENCOURT, 2012). A expressão “faz lembrar”, repetida por três vezes na formulação oral do entrevistado, remete diretamente a uma memória social da importância dessas mulheres para a sociedade e, por si só, já estabelece uma relação da candidata com outras mulheres proeminentes da história, duas guerreiras, Joana D’Arc, soldada da França, que morreu supliciada em seu próprio país e tornada santa mais tarde, e Anita Garibaldi, esta última considerada uma heroína da Revolução Farroupilha, uma guerra de cunho separatista da região sul do Brasil contra o governo imperial brasileiro, que aconteceu nos anos de 1853-45. A outra mulher cuja comparação é feita com a candidata Dilma é uma religiosa, que recebeu o prêmio

Nobel da Paz em 1979, foi beatificada pela Igreja Católica, em 2003, e viveu entre os mais pobres de Calcutá, auxiliando-os e angariando doações para manter suas obras de caridade.

A associação da imagem de Dilma Rousseff com as duas primeiras mulheres estabelece explicitamente a memória de que, na juventude, Dilma Rousseff lutou pela democracia no período da ditadura brasileira, sendo, inclusive, torturada. Já a relação entre a imagem da candidata com a imagem da religiosa que realizou, durante sua vida, um trabalho que poderia ser considerado filantrópico, historicamente conhecido como um trabalho feminino, como demonstramos no capítulo 2, sugere sua opção em também cuidar dos pobres, mas não no plano religioso, mas político, no espaço público, através de uma candidatura à presidência por um partido historicamente identificado com os trabalhadores e com os pobres.

Ao associar as imagens dessas mulheres com a imagem de Dilma Rousseff, o enunciador utiliza a conjunção “por quê?”, uma pergunta retórica, para introduzir, ele mesmo, o motivo dessa comparação. Desse modo, “essas mulheres [que] ficaram na história”, são imagens que ecoam do arquivo memorial da nossa sociedade, visto que elas se destacaram em áreas distintas, seja na guerra seja na religião. Porém, a menção de seus nomes e de sua memória apresentam, na formulação, uma regularidade discursiva, marcada na língua pela locução verbal “faz lembrar”, e pela voz, a partir do uso de pausas longas feitas depois da realização de cada nome feminino. O efeito de comparação é manifestado pela relação de igualdade entre elas, expressa pelo pronome “todas”: “todas essas mulheres fizeram história”, “todas essas mulheres ultrapassaram a sua época”. Deste modo, a circulação das imagens dessas mulheres de diversas épocas produz, na sociedade, uma atualização dos saberes sobre a mulher militante e sobre a mulher que atua no espaço público, re-atualizando a comparação entre Dilma e as mulheres guerreira e religiosa, de mulheres que ultrapassaram a sua época. O que, por associação, Dilma Rousseff também o fará.

Apresentamos nas análises dos excertos como o uso da língua, do corpo e da voz das candidatas e dos seus adversários foram agenciados para produzir formulações que pudessem referendar estados eufóricos e disfóricos de suas candidaturas, de acordo com as posições ideológicas dos referidos enunciadores e a partir da evocação da memória da condição feminina em nossa sociedade. Verificamos que tanto as candidatas quanto seus adversários arregimentam dizeres advindos de um discurso naturalista, que essencializa a condição feminina em sua relação com o espaço público e o espaço privado. A maioria das mulheres candidatas associaram suas imagens à imagem da mulher mãe, mas também percebemos uma

instabilidade desses lugares logicamente estabilizados da condição feminina, quando identificamos de maneira ostensiva o aparecimento do argumento da mulher profissional e, principalmente, da mulher militante.

A imagem da mulher mãe associa-se à imagem do cuidado, da nutrição, do carinho e da sensibilidade com o tratamento de seus cidadãos, assim como ela o é no tratamento de seus filhos e de seu lar. Associa-se aqui, o discurso essencialista que naturaliza determinadas características do “ser mulher”: as mulheres são sensíveis, amorosas, cuidadosas, mas também são organizadas, práticas, eficientes e abertas ao diálogo. Essas características são deslocadas em sua atuação no espaço público, imprimindo sensibilidade na gestão pública. Como não foram corrompidas pela ambição e pela competitividade da disputa política, as mulheres podem se arrojar representantes de um novo jeito de fazer política. Todas as candidatas, em maior ou menor grau, utilizaram esses argumentos, no entanto, as candidatas que mais se valeram do discurso da maternidade e das características “naturais” femininas foram as candidatas Livia Maria Pio, Heloísa Helena e Dilma Rousseff, mas mobilizaram esse discurso diferentemente. Enquanto a Candidata Livia Maria Pio recorreu a este discurso numa perspectiva mais essencialista, Heloísa Helena e Dilma Rousseff deslocaram a imagem da mulher mãe do espaço privado para uma atuação no espaço público, evocando a ideia da gestão do Estado como a gestão de uma família. As candidatas que apostaram na imagem da mulher profissional e eficiente foram Thereza Ruiz, Ana Maria Rangel, Luciana Genro, Marina Silva e também Dilma Rousseff. O argumento da dimensão socioeconômica também foi mobilizado pelas candidatas Heloísa Helena e Marina Silva. A memória da infância pobre e das dificuldades que a pobreza impôs às suas vidas foram apresentadas por meio da ideia de superação que manifesta, por ter já passado por esse tipo de situação, uma experiência pela própria vivência, como capacidade de governar bem para os mais pobres.

E houve também a alusão à imagem da mulher militante, daquela que enfrenta o espaço público e desafia os poderes constituídos por uma causa. Heloísa Helena e Luciana Genro atribuíram para si essa imagem, cujo engajamento se deu desde muito jovens, mas que continua na atualidade, ao se colocarem ao lado dos mais pobres, dos direitos humanos e dos grupos minoritários do país contra os ricos, os políticos corruptos, o capital financeiro. Marina Silva também destacou sua militância ambiental do passado e, no presente, seu ativismo ambiental é deslocado para o princípio da política do “desenvolvimento sustentável”. Dilma Rousseff também ressalta, em seu HGPE, sua condição de militante do passado, envolvida em grupos da resistência, torturada pelo regime ditatorial, e hoje, assume uma imagem de gestora eficiente,

competente, trabalhadora, mas, ao mesmo tempo, sensível com os mais humildes do país; a luta no passado de resistência desloca-se para a luta no presente, em favor do povo brasileiro, a união desses dois lugares condensado no epíteto “coração valente”, expressão utilizada anteriormente pela campanha da candidata Heloísa Helena. Enfim, esses foram os lugares evocados pelas mulheres políticas em sua propaganda eleitoral.

No que concerne aos aliados, há uma recorrência premente em referendar os atributos de mulher-mãe, bem como a ideia da novidade, do pioneirismo, da trajetória e da competência profissional das candidatas. Já os adversários polemizaram, em suas campanhas, com as candidatas que ocuparam boas posições nas pesquisas de opinião de voto nas eleições de 2010 e 2014, sendo a candidata Dilma Rousseff, o alvo preferencial de suas contrapropagandas. Pesava contra a candidata o argumento de inexperiência, da desconfiança da incompetência e o da mentira. A concepção de heteronomia estava sempre presente nas formulações de seus adversários, que caracterizava a candidata do PT como um “poste”, um “fantoche” do presidente Lula, sugerindo que ela seria manipulada por ele no governo. O argumento da desconfiança e o da mentira também foram utilizados para caracterizar Marina Silva, que também imputou o atributo de mentirosa a Dilma Rousseff.

As declarações dos populares também se configuram como uma estratégia importante no HGPE, pelo fato de que a voz do povo poderia ser considerada a posição mais “neutra”, porque ele é o mais interessado de que fosse eleito o candidato mais competente. Esses depoimentos foram usados contra e a favor dos candidatos, reportando às mesmas posições defendidas dos políticos no HGPE. Os mesmos argumentos foram utilizados, cuja formulação implica a desqualificação de um adversário para qualificar o seu candidato: desconfiança e incompetência foram utilizados como características imputadas, por exemplo, à candidata do PT, para, imediatamente, imputar características contrárias, portanto, eufóricas ao candidato Serra, como: eficiência, experiência, trabalho. É importante ressaltar que o uso da voz serviu, em um dos excertos, como metáfora para conferir credibilidade ou não, para os candidatos. Foi o que aconteceu em um depoimento de um popular. Sua declaração consistia no fato de que ele acreditava que Dilma falava, enrolava e as pessoas não entendiam o que ela queria dizer. Ao contrário do candidato Serra, que falava e logo era entendido pelo povo. A expressão vocal serviu, então como metáfora para a competência política. Quem se expressa mal, provavelmente, governa mal e, seu inverso, quem fala bem, nesse caso, o homem público, governa bem. Esse argumento evoca a memória do excesso e da frivolidade da fala feminina contra a assertividade da fala masculina.

Na sociedade contemporânea as fronteiras entre as esferas pública e privada se tornaram cada vez mais tênues e móveis e os espaços intercambiáveis ou, pelo menos, as mulheres, assumiram, mesmo que de forma ainda tímida, os lugares de decisão política. A despeito de todos esses estigmas e estereótipos, dos preconceitos, uma mulher, finalmente ascendeu à condição de presidenta do Brasil, em 2010 e, depois, em 2014. E apesar dos golpes sofridos e de algumas batalhas perdidas, das disputas dos desejos e dos perigos de dizer quem se é, e das reações que nos espreitam nas sombras do conservadorismo, sempre haverá espaços para a resistência.

Considerações finais

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

Dilma Rousseff

Em 31 de agosto de 2016, o Senado Federal brasileiro consumou o golpe jurídico-parlamentar sofrido pela primeira mulher eleita presidenta do Brasil, com 61 votos a favor e 20 votos contra. Em seu pronunciamento, após o resultado favorável ao *impeachment*, a presidenta denunciou o golpe como misógino, homofóbico e racista, um golpe contra as forças progressistas e democráticas do país. A alocução de Dilma Rousseff, já deposta quando de sua enunciação, a situa justamente ao lado do povo de duas maneiras: a primeira rememora o fato de que, na condição de candidata em uma eleição direta, foi eleita com mais de 54 milhões de votos, sagrando-se vencedora no sufrágio presidencial de 2014, votos sequestrados pelas duas casas legislativas, com a anuência da grande mídia conservadora e do Supremo Tribunal Federal. A segunda se deve ao fato de que esse “grande acordo nacional”, que culminou com a deposição da presidenta, atingiu diretamente “os excluídos da história” pela supressão dos direitos trabalhistas, intervenções e ingerências nas favelas e nas universidades, nas ruas, nas greves e nas manifestações, causando mortes físicas e simbólicas no campo e na cidade, alvejando, como a própria enunciadora preconizou, as forças progressistas do país. É sintomático pensar que a foto oficial do dia da posse dos novos ministros do governo interino de Michel Temer tenha sido composta por homens de meia-idade, ricos e brancos. A imagem desse evento representa a exclusão dos mais pobres, das mulheres, dos trabalhadores, dos negros e dos jovens da representação política do Brasil.

As mulheres sempre estiveram ao lado dos excluídos da história ou, como afirma Perrot (2005), elas fazem parte dos excluídos dessa história que foi, por um bom tempo, escrita por homens. Suas reivindicações sempre estiveram associadas à luta de outros grupos. Apesar da ordem masculina da organização social subordinar a mulher ao espaço privado, a emergência da democracia como um regime de governo em que se configura a partir de uma ideia de representação de todos, em tese, poderia permitir que as mulheres ascendessem ao centro do

poder público, porque representa, ao menos e além de outras determinações, metade da população mundial. Entretanto, as relações que se estabelecem entre os gêneros, os poderes, os saberes nas práticas discursivas e os modos de representação política não são tão transparentes e simples. A política é eminentemente disputa, disputa que se dá também, e especialmente, pelo discurso. Fundamentando-se na ideia do poder microfísico, os sujeitos disputam o direito de dizer, de segregar, de organizar e controlar os sentidos e os efeitos dos discursos e, conseqüentemente, controlar ainda o que não pode ser dito, o que não pode ser trazido à luz das práticas opressoras: as resistências. Essas relações de forças se apresentam tanto na vida cotidiana quanto na política partidária e institucional. Há uma mútua incidência, que se dá de modo complexo, contraditório, ora mais ora menos diretamente, entre as opressões e submissões do dia a dia e aquelas que ocorrem nos mais altos postos do poder estabelecido, assim como também acontece com as lutas, revoltas e transgressões nessas e em outras dimensões daquelas e daqueles que resistem às tentativas de controle e dominação.

Em vista disso, observamos que, quando se trata das relações de forças entre os gêneros, há uma constituição, uma formulação e uma circulação de dizeres que consolidam a ideia de que a esfera pública e, particularmente, o poder político, é um lugar historicamente associado a uma função masculina, lugar onde a mulher pode ascender “excepcionalmente”. Esse sentido se constituiu pela memória do dizer, fundada na concepção de um discurso essencialista que naturaliza as funções sociais ligadas ao sexo, caracterizando o espaço público como uma instância de atuação masculina e o espaço privado como um domínio da condição feminina. Aos homens, a tribuna, a guerra, a ciência, a política; às mulheres, a casa, a maternidade, a espera, a submissão. Engendram-se, então, uma série de dizeres, poderes, saberes, de práticas advindos de diversos lugares – do discurso jurídico, do discurso religioso, do discurso médico, do discurso moral – para estabelecer as regularidades dessas posições na sociedade. Entretanto, o poder não pode ser considerado como um fenômeno de dominação homogêneo e invulnerado, mas que funciona, circula e se exerce em rede, em correlações de forças e desigualdades. Assim, consideramos também as resistências exercidas pelas mulheres que lutaram e lutam pelos seus direitos, inclusive pelo direito de estarem presentes e fazerem parte dos centros de decisão política.

É neste sentido que constituímos o tema desta tese que diz respeito à investigação da ascensão da mulher na política contemporânea e a construção da sua imagem pública nas eleições presidenciais brasileiras, a partir da constituição, formulação e circulação de dizeres sobre a sua condição feminina e sua atuação no espaço público. Nosso objetivo consistiu em

identificar, descrever e analisar como as candidatas à presidência do país e seus partidários se valeram dos usos do verbo, do corpo e da voz no HGPE, para construir uma imagem de credibilidade e legitimidade para adentrar os espaços da gestão pública. E, em sentido inverso, investigamos ainda como os seus adversários se valeram desses mesmos meios para, no entanto, desqualificar a imagem de suas concorrentes. Para tanto, discutimos as condições de possibilidade que fizeram com que o tema “gênero” se constituísse como um objeto de pesquisa nas Ciências humanas e nos estudos da linguagem e como os estigmas e os estereótipos, engendrados pelos saberes, pelos poderes e pelas práticas discursivas encontram ressonância, mas também desestabilizações, nessas relações entre os gêneros, principalmente no que concerne suas atuações nas esferas pública e privada.

Desse modo, observamos que a inserção do gênero nos estudos discursivos, principalmente em sua associação com a política, tem sido profícua desde os anos 2000. Revisamos, então, brevemente alguns trabalhos publicados na França e no Brasil a respeito dessa temática, como os de Dister e Moreau (2006), Bonnafous (2003), Coulomb-Gully (2012; 2014; 2016), Fonseca-Silva (2012), Sargentini e Sá (2016), dentre outros. E o nosso trabalho vem a somar a estes, trazendo alguns resultados a partir da observação, como já foi mencionado, dos HGPE das candidatas à presidência e seus adversários.

Na primeira parte do nosso trabalho, apresentamos as condições de possibilidade – políticas, culturais, sociais, intelectuais – que permitiram que o conceito de gênero fosse introduzido nas Ciências humanas, especialmente no interior da Linguística. Mostramos como a “segunda onda” do feminismo se valeu, no contexto do estruturalismo francês, dos estudos do que se convencionou chamar *Linguistic Turn* para instituir a categoria de gênero em vários campos de saber das Ciências sociais. Nos estudos linguísticos, houve uma revisão, a partir da década de 70, dos trabalhos que versaram sobre a categoria de gênero e sobre as performances linguísticas de homens e mulheres, em um momento em que se reivindicou a “exterioridade da língua” nos estudos linguísticos, através das disciplinas de fronteira. Muitos linguistas começaram a (re)discutir a categoria de gênero nos estudos da linguagem, antes considerada uma classificação puramente formal. Também revisamos brevemente os trabalhos das linguistas Patrizia Violi (1987), Marina Yaguello (idem), Claire Forel (1991), Anne-Marie Houbedine-Gravaut (2003) e Claire Michard (2003), que defendiam a ideia de uma significação da diferença sexual na língua, desde o nível morfológico até a sua realização linguística entre os falantes. É neste sentido que a relação entre língua e gêneros deve ser estudada a partir da vinculação com a “exterioridade”, como a história, a sociedade e o sujeito.

Enfatizamos a percepção dessas diferenças entre os falares masculino e feminino, observados sob uma perspectiva essencialista. Reportamos a algumas passagens do trabalho de Jespersen (1921) que qualifica a realização linguística masculina de modo eufórico, indicando a norma do bem falar, enquanto a fala feminina é caracterizada de maneira disfórica, como um desvio. Ressaltamos ainda os trabalhos de Houbedine-Gravaut (2003), Dister e Moreau (2006) e Sargentini e Sá (2016) a respeito da repercussão da mídia sobre a feminização dos nomes de profissão. As justificativas em recusar a utilizar a forma flexionada manifestam um discurso reacionário, constituído principalmente sob os princípios da inocuidade e do efeito perverso, como o concebe Angenot (2015), quando postula a noção de arsenal argumentativo, a partir do trabalho de Hirschman.

Discutimos que, no surgimento da Análise do Discurso, em meio a efervescência política, cultural e intelectual do final dos anos 1960, o interesse nos estudos sobre os gêneros ainda não estava presente, como observa Coulomb-Gully (2014). No entanto, com as mudanças das formas de produção e circulação dos discursos, engendradas em grande parte pela consolidação dos meios de comunicação audiovisuais, seus analistas enxergaram a possibilidade de analisar “as línguas de vento”, abrindo possibilidades de outras incursões analíticas, a partir de diversas materialidades discursivas, abordagem que fundamenta o nosso trabalho, baseado nos estudos empreendidos por Pêcheux, Foucault, Courtine, Coulomb-Gully, associados aos estudos da História, das Ciências sociais e políticas, da Antropologia cultural e dos Estudos de gênero.

Com o objetivo de identificar os dizeres que normatizam a língua, o corpo, a voz, os gestos e os comportamentos das mulheres ao longo da história, desenvolvemos, na segunda parte desta tese, uma série de reflexões sobre três enunciados que delimitam as funções femininas de acordo com uma visão masculina e, portanto, patriarcal, da condição feminina na sociedade. Partindo da perspectiva aventada por Joan Scott (1989), de que o gênero é a primeira forma de significar os poderes, formulamos esses enunciados no modo imperativo, inscrito em práticas discursivas nos domínios jurídico, médico, religioso e moral. “Seja bela e sedutora!”, juntamente com o enunciado “seja boa esposa e boa mãe!”, são formulações que manifestam os dizeres em torno dos sentidos sobre a mulher desejável/mulher respeitável a partir de uma perspectiva da ordem patriarcal, baseada em uma personificação do “Eterno feminino”, da mulher que redimirá o mundo por seu amor, altruísmo e dedicação, sendo a imagem da mãe o lugar mais privilegiado e importante nessa concepção. As mulheres que não “se encaixam” nesse modelo são caracterizadas como indesejáveis, depravadas e degeneradas. Mostramos, por

uma série de imagens, textos, documentos e escritos e em alguns excertos dos HGPE dos candidatos como esses enunciados se realizam nas práticas discursivas na política e em nossa sociedade.

O terceiro enunciado evoca a ideia de transgressão entre duas posições, por isso o constituímos pela contradição do enunciado dividido “(não) seja militante!”. Neste sentido, as mulheres confrontam a perspectiva do discurso patriarcal do ideal feminino para garantir seus direitos sobre a reprodução, o trabalho, o casamento e a sexualidade, provocando reações daqueles que se sentem ameaçados pela perda de privilégios e da prerrogativa de governar o outro, incidindo também nas mudanças nas relações entre os gêneros no espaço privado. As mulheres são ridicularizadas e caricaturizadas em seu desejo de ocupar os centros de decisão política. Nesse ínterim, mostramos ainda como a voz se configura como metonímia dos preconceitos e estigmas a respeito da “natural” condição feminina, o que por muitas vezes as impedem de ocuparem os espaços públicos e ainda mais de serem consideradas boas representantes na arte de bem falar.

Na última parte do nosso trabalho, descrevemos e analisamos como se dão os usos, as propriedades e os efeitos da língua, do corpo e da voz na construção discursiva da imagem das mulheres políticas e de sua condição feminina em sua propaganda eleitoral televisiva brasileira e a de seus adversários, expressada pelos dizeres que estabelecem as relações de gênero, discutidas nos dois primeiros capítulos. Verificamos que grande parte dos políticos, homens e mulheres, recorrem aos dizeres que atualizam o discurso naturalista, essencializando a condição feminina em sua relação supostamente inequívoca com o espaço privado, mas que houve também, principalmente por parte da maioria das candidatas, o deslizamento dessas características como metáfora para a capacidade de bem gerir a *res publica*. Assim, candidatas como Maria Lívya, Heloísa Helena e Dilma Rousseff utilizaram a imagem da mulher-mãe, fixando os atributos do “ser-mulher”: cuidadosas, sensíveis, amorosas, mas também eficientes, organizadas, honestas e abertas ao diálogo. Essas características as acompanham em sua própria “essência”, imprimindo uma “gestão sensível” da coisa pública, mas acabam por desestabilizar essa “condição essencial feminina”, principalmente nas campanhas das candidatas consideradas como pertencentes mais à esquerda do espectro político brasileiro.

Por essa razão, além do deslocamento da imagem da mãe-gestora da casa para a imagem da mãe-gestora da nação, a desestabilização dessa memória da condição feminina foi construída nos HGPE das candidatas a presidente a partir da imagem da profissional e, sobretudo, da militante, mobilizadas, de um modo geral, por todas as candidatas; porém, o foram produzidas

de maneiras diferentes. A campanha que se valeu exclusivamente da condição de “profissional” foi a da candidata Thereza Ruiz. Por sua vez, a campanha da candidata Ana Maria Rangel assumiu predominantemente a construção de uma imagem de mãe e profissional. A imagem da militante foi agenciada pelas campanhas de Heloísa Helena, de Marina Silva, de Luciana Genro e de Dilma Rousseff. As candidatas do PSOL enfatizaram suas identidades de militantes a favor dos pobres contra os ricos, os bancos e o capital especulativo. Já Marina Silva explorou a imagem de ativista ambiental, deslizada na campanha política pela expressão “desenvolvimento sustentável”, que determinou a atribuição eufórica de sua experiência política e construiu sua imagem de profissional experiente em sua propaganda. Essa candidata e Heloísa Helena também salientaram a dimensão socioeconômica em seus HGPE, produzindo, por suas experiências de vida, pela infância pobre e sofrida, um efeito de identificação com o povo. E por fim, Dilma Rousseff evocou seu passado de militante contra a ditadura militar, que venceu a tortura, deslocando, pelo epíteto “coração valente”, antes também utilizado por Heloísa Helena, consolidando a memória eufórica de sua luta no passado pela democracia que desliza para a luta no presente a favor todas as brasileiras e todos os brasileiros a partir da disputa eleitoral.

Os aliados das candidatas também recorreram ao discurso naturalista para referendar os atributos da mulher-mãe para constituir um “valor agregado” da atuação da mulher no espaço público, deslizando os sentidos do cuidado com o lar e com os filhos para o cuidado com Estado e com os brasileiros e as brasileiras, a fim de imprimir os efeitos de novidade, de competência, de eficiência e de sensibilidade para resolver os problemas do país. Já os adversários debateram, em suas campanhas, com as candidatas que ocuparam boas posições nas pesquisas de opinião de voto nas eleições de 2010 e 2014, sendo a candidata Dilma Rousseff, o alvo preferencial de suas campanhas de ataque. O argumento mais utilizado foi o da inexperiência, que se associava aos argumentos da desconfiança e da incompetência. A concepção de heteronomia esteve sempre presente nas formulações de seus adversários, atribuindo à candidata do PT a pecha de “poste” e “fantoche” do presidente Lula, sugerindo que ela poderia ser manipulada por ele no governo. O argumento da desconfiança e o da mentira também foram atribuídos a Marina Silva, que, por sua vez, conferiu o atributo de mentirosa a Dilma Rousseff.

Por último, as declarações dos populares também estiveram presentes nas análises como uma estratégia importante no HGPE, pelo fato de que a voz do povo poderia significar a posição mais “neutra”, dentre todos os apoiadores dos candidatos em questão. Os mesmos argumentos

foram utilizados para qualificar e desqualificar os sujeitos políticos. A voz também tornou-se uma metáfora para expressar credibilidade ou não dos candidatos. Nesta direção, atribuir uma boa oratória ao candidato serviria como uma metáfora para a realização de um (futuro) bom governo, ao passo que, dizer que a candidata se expressa mal se constitui em um indício para sugerir um possível governo ruim. Esse argumento foi utilizado por um popular no HGPE de José Serra, no qual ele atribuía o falar bem ao candidato tucano e o falar mal à Dilma Rousseff, evocando a memória do excesso e a frivolidade da fala feminina em contraponto com a assertividade da fala masculina.

Percebemos, então, que a recorrência e também a desestabilização dos dizeres sobre a condição feminina a partir de uma concepção essencialista foram mobilizados de acordo com as posições ideológicas assumidas pelos sujeitos – candidatas, aliados e adversários – a fim de manifestar efeitos eufóricos e disfóricos na constituição da imagem da mulher política. As campanhas das candidatas (acrescenta-se aqui os seus aliados) que recorreram à imagem da mulher-mãe apresentaram, em certa medida, essa função historicamente “essencial” da mulher como um deslizamento, uma metáfora para a função política desempenhada na esfera privada. Neste sentido, uma mulher “dona de casa”, que consegue administrar essa espécie de pequeno-Estado, que é a família, poderá administrar sem problemas a grande família, que é o país. E as associações presentes nas propagandas analisadas evocam muito mais do que a gestão da coisa pública com eficiência e competência, mas mostram ainda um “valor agregado” à atuação feminina na esfera pública: a sensibilidade, a abertura ao diálogo e a falta de uma espécie de “instinto competitivo” presente na tradicional política “à moda masculina”.

Em vista disso, características “naturalmente” presentes em “toda mulher”, segundo uma visão naturalista dos gêneros que, em princípio, são tomadas negativamente por estereotipar e estigmatizar os lugares de sua atuação em uma sociedade patriarcal, se apresentam com um valor positivo quando tomadas a partir do deslocamento e do desaparecimento das fronteiras entre os espaços público e privado, principalmente quando associadas à imagem da mulher profissional e da mulher militante, posições que consolidam a conquista feminina na *pólis*. De modo inverso, a posição contrária às candidatas utiliza os argumentos da inexperiência e da heteronomia, reatualizando a memória de dizeres, saberes e práticas de que a mulher deve ser guiada por um homem ou de que sua “natural” incapacidade de administrar poderia colocar o país em risco, mesmos argumentos mobilizados por aqueles que, por muito tempo, se posicionavam contra qualquer conquista das mulheres que

representasse seu direito de ascender ao espaço público, ou seja, de ascender à prerrogativa de se apropriar da palavra e do poder e se encarregar, verdadeiramente, de sua própria cidadania.

Mulher, palavra e poder: a despeito de não poucas desestabilizações, há ainda consideráveis conservações de práticas e discursos que tentam subtrair da primeira o direito de exercer os dois últimos. Uma relação que, há muito, era considerada quase que uma antinomia. A mulher foi submetida ao espaço privado e, durante muito tempo, e mesmo com exemplos de resistências e transgressões, foi privada de ter voz. O peso da lei, da medicina, da igreja e da sociedade patriarcal fazia com que as mulheres estivessem sempre longe das altas esferas do poder político. Mas são nas fissuras do poder que as lutas femininas conquistaram o seu espaço, apesar ainda dos preconceitos, estigmas, reações e violências de todas as matizes. Em seu discurso, depois de finalizado o processo de *impeachment*, Dilma Rousseff declarou que “o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces”. Mas numa centelha de esperança aquece uma certeza de que “um caminho”, mesmo íngreme e sinuoso, “foi aberto em direção à igualdade de gênero” e que “nada nos fará recuar”. Acrescentamos, por fim, às palavras da presidenta as da historiadora Michelle Perrot (1998, p. 154): “o espaço público das mulheres deve ser sem limites”.

Referências Bibliográficas:

AEBISCHER, V; FOREL, C. Introdução. In: *Falas masculinas, falas femininas? Sexo e linguagem*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991, p. 7-19.

AEBISCHER, V. Tagarelice: sentido habitual e linguístico. In: AEBISCHER, V; FOREL, C. *Falas masculinas, falas femininas? Sexo e linguagem*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991, p. 171-185.

ANGENOT, M. *O discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir*. Organização e apresentação de Carlos Piovezani. São Carlos: EdUSCar, 2015.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

BARGEL, L. *et al.* Usages sociologiques et usages sociaux du genre. Le travail des interprétations. *Sociétés & Représentations*. 2007/2 (n° 24), p. 59-77.

BARROS-CAIRO, C. P. F. *Percursos discursivos do “menor infrator” na mídia brasileira impressa e televisiva: história, memória e corpo*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2012. (Dissertação de Mestrado).

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*, volume único. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

A BÍBLIA. TEB. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

BITTENCOURT, J. S. *Corpo, memória e política*. A produção discursiva da virilidade e da sensibilidade em Dilma Rousseff nas eleições de 2010. Vitória da Conquista, 2012. (Dissertação de mestrado).

BONNAFOUS, Simone. Femme politique: une question de genre ? *Réseaux* (no 120), 4/2003, p. 119-145. < <http://www.cairn.info/revue-reseaux1-2003-4-page-119.htm>> Acesso em maio de 2015.

BRASIL, Lei eleitoral nº 9.504 - de 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1997/9504.htm> Acesso em: maio de 2016.

CAGLIARI, L. C. *Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, n. 23, p. 137-151, jul. 1992.

CAMARA Jr., J. Mattoso. O nome e suas flexões. In: *Estrutura da língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

COSTA, J.M.S. *Mulher e política: discursivizações sobre candidatas na mídia on-line*, 2011. (Dissertação de mestrado)

COTES, C. *O estudo dos gestos vocais e corporais no telejornalismo brasileiro*. USP – SP, 2008. (Tese de doutorado)

COULOMB-GULLY; RENNES, J. Genre, politique et analyse du discours. Une tradition épistémologique française gender blind. *Mots*. Les langages du politique. 94 | 2010, mis en ligne le 01 novembre 2012, consulté le 01 janvier 2014. <http://mots.revues.org/19883>

COULOMB-GULLY. *Présidente: le grand défi*. Femmes, politique et médias. Paris: Payot/Éd. Rivages, coll. Histoire, 2012a.

_____. Napoleão vence Marianne. Representação política e encarnação na campanha presidencial francesa de 2007. In: (orgs.) VÉRON, E; FAUSTO NETO, A.; MOUCHON, J. *Transformações da midiaticização presidencial*. Corpos, relatos, negociações, resistências. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2012b, pp. 263-279.

_____. Gênero, política e análise do discurso das mídias. IN: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V.; CURCINO, L. (Orgs.) *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 147-162.

_____. *Femmes em politique, en finir avec les seconds rôles*. Col. Égale à Égal. Éditions Belin, 2016.

COURTINE, J-J. *Corps et discours: éléments d'histoire des pratiques langagières et expressives*. Université de Paris – Nanterre, 1989.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M^a do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. 135 p. (Coleção Olhares Oblíquos).

_____. *Metamorfoses do discurso político*. Derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Prefácio de Michel Pécheux. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Orgs.) *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011a, p. 145-162.

_____. *Déchiffer le corps*. Penser avec Foucault. Paris: Éditions Jérôme Millon, 2011b.

_____. A era da ansiedade: discurso, história e emoções. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C.; (Orgs.) *(In)Subordinações contemporâneas: consensus e resistências nos discursos*. São Carlos: UFSCar, 2016.

Dister, A; Moreau, M-L. Dis-moi comment tu féminises, je te dirai pour qui tu votes. Les dénominations des candidates dans les élections européennes de 1989 et de 2004 en Belgique et en France. *Langage et société* 2006/1 (n° 115), p. 5-45.

DUBY, G. *Idade Média, idade dos homens*. Do amor e outros ensaios. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

DUNN, Jane. Elizabeth & Mary. *Primas, rivais, rainhas*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

FONSECA-SILVA, MC. Memória, mulher e política: do governo das capitânicas à presidência da república, rompendo barreiras. In: (orgs.) TASSO, I., NAVARRO, P.. *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas* [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 183-208.

FOREL, C. Francesas, franceses... In: AEBISCHER, V; FOREL, C. *Falas masculinas, falas femininas? Sexo e linguagem*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramallete. 20ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *As verdades e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado; Eduardo Morais. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2002.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GRECO, L. Présentation. *Langage & Société*. Éditions de la Maison des Sciences des hommes, n° 148, Deuxième trimestre 2014.

HONORATO, M. C. *Compendio de rhetorica e poetica*. Rio de Janeiro: Typographia Cosmopolita, 1879.

HOUDEBINE-GRAVAUT, A. M. Trente ans de recherche sur la différence sexuelle, ou Le langage des femmes et la sexuation dans la langue, les discours, les images. *Langage et société* 2003/4 (n° 106), p. 33-61.

IRIGARAY, L. Présentation. In: *Langages*, 21^e année, n°85. Le sexe linguistique. 1987, pp. 5-8. http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1987_num_21_85_1524 acesso em janeiro de 2017.

JAMIESON, K. H. *Eloquence in an Electronic Age*. The transformation of political Speechmaking. New York, Oxford, 1988.

JESPERSEN, O. *Language, its nature development and origin*. New York: Henry Holt & Company, 1921.]

KRAMER, H; SPRENGER, J. *Malleus maleficarum*. O martelo das feiticeiras. Trad. Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2016.

LE GOFF, J. L'Histoire nouvelle. In: *La nouvelle Histoire*. Paris: Éditions Complexe, 1988

LIMA, F. *(Re)significações da mulher política na mídia: memória, corpo, territorialidade*. Unesp -Araraquara, 2011. (Tese de doutorado)

LOURO, Guacira. Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997a.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: (org.) PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997b.

MALDIDIER, D. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Pêcheux. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. *Legados de Michel Pêcheux*. Inéditos em Análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

MARQUES, L. M. *Efeitos de legitimidade e de credibilidade no discurso propagandístico de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010*. Universidade Estadual de Maringá, 2013. (Dissertação de Mestrado).

MICHARD, C. La notion de sexe en français : attribut naturel ou marque de la classe de sexe appropriée? », *Langage et société* 2003/4 (n° 106), p. 63-80.

MICHELET, J. *A mulher*. Prefácio de Thérèse Moreau. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Novo Manual de Redação. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992.

ORLANDI, E P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 6ª edição, 2007.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2008.

PARATESI, N. G. As palavras tabus e a mulher. In: AEBISCHER, V; FOREL, C. *Falas masculinas, falas femininas? Sexo e linguagem*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

PÊCHEUX, M. *O discurso*. Estrutura e acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Foi “propaganda” mesmo que você disse? IN: *Análise de discurso*. Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni P. Orlandi. 2ª Ed. Pontes, 2011, p. 73-92.

PERROT, M. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres e prisioneiros. 4º edição. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

_____. *Mulheres públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela M. S. Corrêa. 1ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

PINSKY, C B. A era dos modelos rígidos. In: (orgs.) PINSKY, C; PRADO, J. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 469-512.

PIOVEZANI, C. *Verbo, corpo e voz*. Dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Unesp, 2009.

_____. Usos e sentidos da voz no discurso político eleitoral brasileiro. *Alfa*. São Paulo, 55 (1), 2011, pp. 163-176.

_____. A voz no feminino: uma análise discursiva de elementos prosódicos num pronunciamento eleitoral de Dilma Rousseff. *Fragmentum*. Nº 36, Laboratório Corpus: UFSM, Jan./ Mar. 2013.

_____. Instantâneos de duradouros estigmas: consensos sobre as vozes popular e feminina (da Retórica antiga à mídia contemporânea) In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C; (Orgs.) *(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: UFSCar, 2016.

PRADO, C. O. *Memória e mulher que atua nas esferas do poder político: tensão entre lugares de subjetivação na mídia*. Vitória da Conquista: UESB, 2010. 82 f (Dissertação de mestrado)

PRADO, M. L.; FRANCO, S. S. Participação feminina no debate público brasileiro. IN: (orgs.) PINSKY, C; PRADO, J. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2016, p.194-217.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: (Org.) PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

ROUSSELLE, A. A política dos corpos: entre procriação e continência em Roma. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Vol. I: A Antiguidade (Dir.) Pauline Schmitt Pantel. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 351-407.

SARGENTINI, V. Contribuições da semiologia histórica à Análise do discurso. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Orgs.) *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 107-126.

SARGENTINI, V.; SÁ, I. Discursos em luta: os usos e os sentidos do termo “presidenta” no debate político-midiático. In: (Orgs.) SARGENTINI, V; CURCINO, L; PIOVEZANI, C. (Orgs.) *(In)Subordinações contemporâneas: consensus e resistências nos discursos*. São Carlos: EDUSCar, 2016, p. 179-195.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. [Texto original] Joan Scott – *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SISSA, G. Filosofias do gênero: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Vol. I: A Antiguidade (Dir.) Pauline Schmitt Pantel. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p. 79-123

SOIHET, R. A conquista do espaço público. IN: PINSKY, C; PRADO, J. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 218-237.

TEDESCHI, L A. O discurso filosófico definindo o corpo. *Filosofazer*. Passo Fundo, n. 32, jan./jun. 2008, p. 95-108.

THÉBAUD, F. *Écrire l'histoire des femmes e du genre*. Lyon: ENS Éditions, 2007.

TRILLAT, E. *História da histeria*. Trad. Patrícia Porchat. São Paulo: Escuta, 1991.

VEYNE, Paul. *Foucault, seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

VENÂNCIO, R.P. Maternidade negada. In: (org.) PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

VIOLI, P. Les origines du genre grammatical. In: *Langages*, 21^e année, n°85. Le sexe linguistique, 1987, pp. 15-34.

ZOPPI FONTANA, M. As imagens do invisível. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (Orgs.) *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 163-181.

ZOPPI FONTANA, M; FERRARI, A. J. Apresentação. Uma análise das identificações de gênero. In: (orgs.) ZOPPI FONTANA, M; FERRARI, A.J. *Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia*. Campinas: Pontes Editores, 201, pp. 7-19.

YAGUELLO, M. *Les mots et les femmes*. Essai d'approche sociolinguistique de la condition féminine. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2002 [1978].